



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXVIII SUP. A AO Nº 41, QUINTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2023

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Deputado Júlio Cesar (PSD-PI)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
- 2º - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
- 3º - Senador Dr. Hiran (PP-RR)
- 4º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Arthur Lira (PP-AL)
Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)
1º Vice-Presidente

Deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ)
2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)
1º Secretário

Deputada Maria do Rosário (PT-RS)
2º Secretária

Deputado Júlio Cesar (PSD-PI)
3º Secretário

Deputado Lucio Mosquini (MDB-RO)
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Deputado Gilberto Nascimento (PSD-SP)
- 2º - Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS)
- 3º - Deputado Beto Pereira (PSDB-MS)
- 4º - Deputado André Ferreira (PL-PE)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de agosto de 2023	5
Ata da 5ª Reunião, de Audiência Pública, realizada em 17 de agosto de 2023	26
Ata da 6ª Reunião, de Audiência Pública, realizada em 24 de agosto de 2023	63
Ata da 7ª Reunião, de Audiência Pública, realizada em 25 de agosto de 2023	94
Ata da 8ª Reunião, de Audiência Pública, realizada em 30 de agosto de 2023	125
Ata da 9ª Reunião, de Audiência Pública, realizada em 12 de setembro de 2023	184
Ata da 10ª Reunião, de Audiência Pública, realizada em 14 de setembro de 2023	230





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

SUMÁRIO

- ATAS DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO

- 4ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizada no dia 08/08/2023,
- 5ª Reunião de Audiência Pública, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizada no dia 17/08/2023,
- 6ª Reunião de Audiência Pública, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizada no dia 24/08/2023,
- 7ª Reunião de Audiência Pública, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizada no dia 25/08/2023,
- 8ª Reunião de Audiência Pública, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizada no dia 30/08/2023,
- 9ª Reunião de Audiência Pública, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizada no dia 12/09/2023,
- 10ª Reunião de Audiência Pública, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizada no dia 14/09/2023,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA QUARTA REUNIÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 8 DE AGOSTO DE 2023.

Aos oito dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três reuniu-se, de forma semipresencial, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados e, virtualmente, por meio da plataforma zoom. Foi registrada a **PRESENÇA** dos(as) Senhores(as) **Deputados Titulares**: Adriana Ventura, Bohn Gass, Carlos Henrique Gaguim, Castro Neto, Dani Cunha, Dilvanda Faro, Eunício Oliveira, Geraldo Resende, Giacobbo, Gilvan Maximo, João Carlos Bacelar, João Leão, José Rocha, Luciano Amaral (1º Vice-Presidente), Luciano Ducci, Luiz Carlos Motta, Marcelo Álvaro Antônio, Marx Beltrão (3º Vice-Presidente), Mauro Benevides Filho, Odair Cunha, Paulo Litro, Sergio Souza, Vermelho, Vicentinho Júnior e Wilson Santiago; dos **Senadores Titulares**: Carlos Viana (2º Vice-Presidente), Daniella Ribeiro (Presidente), Eduardo Gomes, Izalci Lucas, Professora Dorinha Seabra e Wilder Moraes; dos **Deputados Suplentes**: Alberto Mourão, Átila Lira, Benes Leocádio, Carlos Veras, Carlos Zarattini, Daniel Almeida, Daniela Reinehr, Danilo Forte, Delegado Paulo Bilynskyj, Ivoneide Caetano, Leônidas Cristino, Luciano Vieira, Luiz Gastão, Misael Varella, Thiago de Joaldo, Túlio Gadêlha e Weliton Prado; dos **Senadores Suplentes**: Augusta Brito, Chico Rodrigues e Vanderlan Cardoso; dos **Deputados Não Membros**: Hercílio Coelho Diniz, Léo Prates, Márcio Marinho, Rodolfo Nogueira e Sidney Leite; e do **Senador Não Membro**: Dr. Hiran. **Deixaram de comparecer** os **Deputados Titulares** Alencar Santana, Alex Santana, Gilson Daniel, Guilherme Boulos, Marcio Alvino, Matheus Noronha e Otoni de Paula e os **Senadores Titulares** Ana Paula Lobato, Beto Faro, Irajá, Laércio Oliveira e Marcelo Castro. **ABERTURA**: às quatorze horas e vinte e quatro minutos, do dia oito de agosto de dois mil e vinte e três, havendo número regimental conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, a Presidente, senadora Daniella Ribeiro iniciou os trabalhos informando que a reunião ocorria de forma semipresencial, com parlamentares no Plenário e participando através da plataforma Zoom. **EXPEDIENTE**: A Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela comissão, do dia doze de julho de dois mil e vinte e três até a data de hoje, inclusive, os avisos do Tribunal de Contas da União que não receberam recomendação para autuação, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet e pediu que se manifestasse o parlamentar que tivesse interesse pela relatoria da matéria. Não houve manifestação. Enquanto aguardava-se que fosse atingido o quórum para deliberação, a Presidente citou que havia ocorrido previamente a reunião do Colegiado de Lideranças Partidárias com assento na CMO e que na reunião de Instalação e Eleição da Mesa da CMO para 2023, de 11 de abril, foi aprovada por unanimidade nas duas casas do Congresso Nacional a proposta de eleição dos membros da Mesa por aclamação. Comunicou o recebimento dos seguintes Ofícios com indicações para compor a Mesa: - Ofício nº 401/2023 do Líder da Federação Brasil da Esperança, Deputado Zeca Dirceu, que indica o Deputado Luciano Amaral (PV/AL) para o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

cargo de 1º Vice-Presidente da CMO; - Ofício nº 37/2023 do Líder do Bloco Democracia no Senado Federal, Senador Efraim Filho, que indica o Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG) para o cargo de 2º Vice-Presidente da CMO, e o - Ofício nº 142/2023/LidPP do Líder do Progressistas, Deputado André Fufuca, que indica o Deputado Marx Beltrão (PP/AL) para ocupar o cargo de 3º Vice-Presidente da CMO. Declarou então eleitos e empossados o Deputado Luciano Amaral (PV/AL) como Primeiro Vice-Presidente, o Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG) como Segundo Vice-Presidente e o Deputado Marx Beltrão (PP/AL) como Terceiro Vice-Presidente da Comissão e os convidou a compor a Mesa. A Presidente felicitou os membros da Mesa e lhes cedeu a palavra. Discursaram os Deputados Luciano Amaral e Marx Beltrão. Havendo quórum para deliberação, conforme estabelecido no *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*, a Presidente solicitou a dispensa da leitura da Ata da 3ª Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada em 12/07/2023. No entanto, o deputado Marcelo Álvaro Antônio solicitou a leitura da Ata. A Presidente anuiu e destacou a presença dos Relatores da PLOA/2024 e PLDO/2024, respectivamente, deputados Luiz Carlos Motta e Danilo Forte, a quem convidou para sentarem-se à Mesa. O deputado Marcelo Álvaro Antônio retirou o pedido de leitura e, não havendo solicitação de retificação, passou-se à apreciação da Ata. Em deliberação, a Ata foi **APROVADA** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ORDEM DO DIA:** a Presidente informou que, em virtude de acordo firmado na reunião do Colegiado de Lideranças Partidárias, foi retirado da pauta o **Relatório Preliminar Apresentado Com Emendas ao Projeto de Lei nº 4/2023 – PLDO 2024** e que foi acordada também a **inclusão na pauta do Requerimento nº 7/2023-CMO, do Deputado Danilo Forte, Relator do PLDO para 2024**, que propõe um plano de trabalho para a matéria. A Presidente propôs a inversão da pauta, conforme o *art. 34 do Regimento Comum do Congresso Nacional*, para que o Requerimento nº 7/2023-CMO fosse apreciado em primeiro lugar. Com o consentimento do Plenário, a inversão de pauta foi **APROVADA**. **EXTRAPAUTA:** Apreciação do **Requerimento nº 7/2023-CMO** – que propõe "Plano de Trabalho - PLDO 2024 (PLN 4/2023-CN). "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências". O autor, Deputado Danilo Forte explicou a conjuntura da tramitação do PLDO/2024 em face do Projeto de Lei Complementar do "arcabouço fiscal", PLP nº 93/2023, que foi aprovado na Câmara dos Deputados e alterado no Senado Federal, o que resultou na Mensagem nº 393, da Presidência da República, recebida nesta Comissão, que propõe a modificação do PLN nº 4/2023-CN – PLDO/2024. Fizeram uso da palavra os deputados José Rocha e os senadores Dr. Hiran e Augusta Brito. O deputado Danilo Forte apresentou então o Requerimento nº 7/2023-CMO, com a programação das Audiências Públicas a serem realizadas para subsidiar os trabalhos da PLDO para 2024 e informou que, conforme sugestão dos senadores Dr. Hiran e Laércio Oliveira, foram incluídos os seguintes participantes: Senhor Fernando Haddad, Ministro da Fazenda (MF); Senhor Jeferson Bittencourt – Ex-Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Economia (STN/ME); Senhor Henrique Meirelles - Ex-Ministro da Fazenda (MF); Senhor Armínio Fraga - Ex-Presidente do Banco Central do Brasil (BACEN); Representante do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper); Representante da Instituição Fiscal Independente (IFI); Representante do Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Representante da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (Conof/CD); e Representante da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal (Conorf/SF). Não houve discussão. Em votação, o Requerimento foi **APROVADO** nas representações de ambas as Casas do Congresso Nacional. **Item 2 - Apreciação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 13/2023-CN** - da Presidência da República - que " Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, crédito especial no valor de R\$ 22.827.287,00 para os fins que especifica". **RELATOR**: senador VANDERLAN CARDOSO. **VOTO**: pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas. O Relatório já havia sido lido pelo Relator na 3ª Reunião Extraordinária, do dia 12 de julho quando foi também retirado de pauta. Na presente reunião, estando ausente o Relator, o Senador IZALCI LUCAS fez a leitura do voto como Relator *ad hoc*, segundo o *inciso V do art. 15 da Resolução nº 1/2006—CN*. Não houve discussão e em deliberação, o Relatório foi **APROVADO** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 3 - Apreciação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 14/2023-CN** - da Presidência da República - que " Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, e das Mulheres, crédito suplementar no valor de R\$ 25.891.727,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". **RELATORA**: senadora AUGUSTA BRITO. **VOTO**: pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Quanto às 3 (três) emendas apresentadas, a Relatora ofereceu voto pela REJEIÇÃO. Na 3ª Reunião Extraordinária, do dia 12 de julho, o Relatório foi lido pela Relatora, discutido pela deputada Adriana Ventura, teve encerrada sua discussão e o prazo de apresentação de destaques, conforme o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO* e houve também sua retirada de pauta. Na presente reunião, a Relatora leu novamente o voto. **Foram apresentados 2 (dois) destaques** pelo deputado Capitão Alden, que foram **PREJUDICADOS** em virtude de sua ausência, em conformidade com o *§ 1º do art. 138 da Resolução Nº 1/2006-CN*. Passou-se à votação, na qual o Relatório foi **APROVADO** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Item 4 – Requerimento nº 4/2023 CMO – AUTOR**: senador IZALCI LUCAS, que “requer, nos termos do *art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, do art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal*, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a importância da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA para o desenvolvimento da agropecuária nacional e as novas perspectivas da área”. O autor justificou o Requerimento. Discutiram a matéria os deputados Sidney Leite e Carlos Henrique Gaguim e o senador Chico Rodrigues. Também os deputados Bohn Gass, Marx Beltrão, José Rocha, Sergio Souza e Geraldo Resende discutiram e subscreveram o Requerimento. Em deliberação, o Requerimento foi **APROVADO** pelas representações de ambas as Casas do Congresso Nacional. **Item 5 – Requerimento nº 5/2023 CMO – AUTOR**: senador IZALCI LUCAS, que “requer, nos termos do *art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, do art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal*, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

importância da ciência e a percepção pública sobre o tema”. O autor justificou o Requerimento. Discutiu e subscreveu o Requerimento o deputado Daniel Almeida. Em deliberação, o Requerimento foi **APROVADO** pelas representações das duas Casas do Congresso Nacional. Em seguida, o Primeiro Vice-Presidente, deputado Luciano Amaral, assumiu a condução dos trabalhos em razão de o próximo item da pauta ser um Requerimento de autoria da Presidente. **Item 6 – Requerimento nº 6/2023 CMO – AUTORA:** senadora DANIELLA RIBEIRO, que “requer, com fundamento no *art. 15, inc. III da Resolução nº 1/2006-CN*, a realização, por esta Comissão, de audiência pública com o tema “As Mulheres e o Orçamento”, com o objetivo de discutir a governança orçamentária relativa às programações e políticas públicas para as mulheres, em face tanto da baixa visibilidade dos impactos de receitas e despesas orçamentárias sobre esse público quanto da necessidade de alinharmos as decisões alocativas às melhores práticas internacionais, particularmente as recomendações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE”. A autora justificou seu Requerimento. Iniciada a discussão, usaram da palavra o deputado Carlos Henrique Gaguim e a senadora Professora Dorinha Seabra. Também discutiram e subscreveram o Requerimento os deputados Daniel Almeida, Túlio Gadêlha, Danilo Forte, Sérgio Souza, Wilson Santiago, José Rocha, Luciano Amaral e João Leão. Em deliberação, o Requerimento foi **APROVADO** pelas representações das duas Casas do Congresso Nacional. **ENCERRAMENTO:** O Primeiro Vice-Presidente, deputado Luciano Amaral, encerrou os trabalhos às quinze horas e dezessete minutos, do dia oito de agosto, do ano de dois mil e vinte e três. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Senadora Daniella Ribeiro, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
(REUNIÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA (SEMIPRESENCIAL))

Em 8 de agosto de 2023 (terça-feira)
às 14 horas

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Boa tarde a todos e todas.

Iniciamos a 4ª Reunião Deliberativa Extraordinária da Comissão Mista de Orçamento. Há quórum regimental para a abertura da reunião.

A reunião ocorre de forma semipresencial. Há Parlamentares presentes no Plenário e Parlamentares que participam de forma virtual, através da Plataforma Zoom.

Declaro iniciada a presente reunião deliberativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para votação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, do dia 12 de julho até a presente data, inclusive os avisos do Tribunal de Contas da União que não receberam recomendação para autuação, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na Internet. No entanto, caso algum Parlamentar se interesse pela relatoria da matéria, peço que se manifeste. *(Pausa.)*

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Presidente, peço que registre a minha presença, porque eu não consegui.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O.k. Obrigada, Senadora Professora Dorinha Seabra.

É importante frisar que a nossa reunião se inicia muito bem com o acordo de Líderes ocorrido em reunião que antecedeu este momento. *(Pausa.)*

Informo que na reunião de instalação e eleição da Mesa da CMO para 2023, de 11 de abril, foi aprovada por unanimidade, nas duas Casas do Congresso Nacional, a proposta de eleição dos membros da Mesa por aclamação.

Comunico o recebimento dos seguintes ofícios com indicações para compor a Mesa: Ofício nº 401, de 2023, do Líder da Federação Brasil da Esperança, Deputado Zeca Dirceu, que indica o Deputado Luciano Amaral, do PV de Alagoas, para o cargo de 1º Vice-Presidente da CMO; Ofício nº 37, de 2023, do Líder do Bloco Democracia no Senado Federal, Senador Efraim Filho, que indica o Senador Carlos Viana, do Podemos de Minas Gerais, para o cargo de 2º Vice-Presidente da CMO; e o Ofício nº 142, de 2023, do Líder do Progressistas, Deputado André Fufuca, que indica o Deputado Marx Beltrão, do PP de Alagoas, para ocupar o cargo de 3º Vice-Presidente da CMO.

Sendo assim, declaro eleito e empossado o Deputado Luciano Amaral como 1º Vice-Presidente da Comissão, a quem convido para compor a Mesa; declaro eleito e empossado o Senador Carlos Viana, do Podemos de Minas Gerais, como 2º Vice-





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Presidente da Comissão, a quem convido para compor a Mesa; e declaro eleito e empossado o Deputado Marx Beltrão, do Progressistas de Alagoas, como 3º Vice-Presidente da Comissão, a quem também convido para compor a Mesa.

Como se dizia antigamente: "*Vamos tirar um retrato agora*". (Risos.)

Eu quero desde já parabenizar os colegas, agradecer-lhes e dizer que não tenho dúvida de que vou contar muito com a contribuição de vocês neste mandato que nos foi outorgado, concedido, para esta tão importante Comissão, eu diria, a mais importante do Congresso Nacional. Então, quero falar sobre o nosso companheirismo e a nossa parceria. Que possamos juntos construir os entendimentos daquilo que é o melhor para o nosso País, para os Estados brasileiros e para os Municípios, consequentemente.

Peço a Deus que abençoe a vida de vocês e que possamos realmente ter discernimento, sabedoria, muito foco e muita força para fazermos um grande trabalho.

Eu passo a palavra para quem quiser fazer uso dela.

O SR. LUCIANO AMARAL (Bloco/PV - AL) - Boa tarde a todos e a todas.

Eu quero agradecer a todos os Senadores e Deputados pela escolha, agradecer ao nosso Líder da Federação, Deputado Zeca, e ao Líder aqui na Comissão, Deputado Odair.

Para mim, é uma honra, Presidente Daniella, fazer parte da Mesa, ser Vice-Presidente desta Comissão, como a senhora falou, uma das mais importantes do Congresso Nacional. Eu quero me deixar à disposição para que possamos juntos construir um trabalho que leve melhorias à vida dos brasileiros, à vida de toda a população.

Eu peço a Deus também que nos ilumine. E me deixo à disposição do Relator e de todos vocês, para o que precisar e para ajudar no que for possível, para que possamos construir um Orçamento justo e cada dia melhor para o povo brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Luciano Amaral.

Passo a palavra ao Deputado Marx Beltrão.

O SR. MARX BELTRÃO (Bloco/PP - AL) - Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar a Presidente, Senadora Daniella Ribeiro e externar um abraço ao meu colega de partido, o Deputado Aguinaldo Ribeiro, irmão da Presidente.

Quero cumprimentar também o Relator, Deputado Luiz Carlos Motta; e o 1º Vice-Presidente, Deputado Luciano Amaral, que é do meu Estado.

Quero ainda agradecer esta oportunidade, dada pelos pares, a todos os colegas Deputados e Deputadas e pelos Senadores e Senadoras que confiaram em nós para compor a Mesa. Agradeço também ao meu partido Progressista, em nome do Líder André Fufuca, pela indicação.

Como disse o Deputado Luciano Amaral, vamos todos trabalhar de forma unida. Nesta Comissão, na minha humilde opinião, não tem que haver cor partidária nem ideologia política. Aqui é o Brasil, é o Orçamento, é um trabalho sério. Nós temos que trabalhar pelo bem de todos os brasileiros.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Senador Caio Vianna estava conosco até há pouco. Acredito que em breve S.Exa. esteja de novo por aqui.

Senador Wilder Morais, V.Exa. está tentando registrar presença?

O SR. WILDER MORAIS (PL - GO) - Eu não estava conseguindo, mas agora fica registrada a minha presença.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata da 3ª Reunião Deliberativa Extraordinária...

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO (PL - MG) - Presidente, gostaria de solicitar a leitura da ata.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não, Deputado.

Eu queria registrar a presença do meu amigo, o Deputado Luiz Carlos Motta, que compõe a mesa. S.Exa. é o nosso Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Quero também convidar o Relator da LDO, Deputado Danilo Forte, para também compor a Mesa. A partir de agora, vamos trabalhar bastante em conjunto. *(Pausa.)*

O Deputado Marx Beltrão vai começar a leitura da ata, a pedido do Deputado Marcelo Álvaro Antônio. Só um instante, por gentileza. *(Pausa.)*

Deputado Marcelo, a ata foi publicada desde o dia 12. Então, se V.Exa. consentir na dispensa da leitura, nós agradecemos.

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO (PL - MG) - Presidente, eu retiro o pedido de leitura da ata

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado.

Proponho a dispensa da leitura da Ata da 3ª Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada em 12 de julho 2022.

Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem. *(Pausa.)*

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Conforme acordo no Colégio de Líderes, foi retirado de pauta o relatório preliminar da LDO de 2024. Foi discutido ainda, em reunião de Líderes, o Requerimento nº 7, de autoria do Deputado Danilo Forte, que propõe um plano de trabalho para a matéria. O requerimento será incluído na pauta após a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu vou fazer uma inversão e vou direto ao requerimento, havendo concordância dos colegas. Pode ser? (*Pausa.*)

Vamos direto à leitura e votação do requerimento.

Passa a palavra ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado.

Sra. Presidente, Senadora Daniella Ribeiro, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, havia um entendimento anterior baseado no procedimento tomado durante o período da pandemia de que só poderíamos iniciar o trabalho da LDO votando o relatório preliminar, o que é desfeito inclusive pela norma que rege a Omissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e fiscalização de 2006. Diante do entendimento prioritário da Comissão Mista de Orçamento, nós poderemos dar início aos trabalhos da LDO com a aprovação do plano de trabalho e, posteriormente, com a aprovação tanto do relatório preliminar quanto do relatório definitivo.

Por quê? Porque nós estamos diante de uma situação diferenciada. O arcabouço fiscal é que vai determinar o comportamento fiscal e o Orçamento do País para o ano 2024. O arcabouço fiscal foi votado na Câmara e modificado no Senado. Com essa modificação, logicamente, até por uma prevenção, o Governo foi obrigado a fazer uma retificação, que foi enviada ontem para a Comissão Ministra de Orçamento. Mas a Câmara pode, de novo, desfazer o que foi feito pelo Senado. Assim, automaticamente, fica sem prejuízo essa modificação que foi constatada, enviada ontem pelo Ministério do Planejamento para a Comissão de Orçamento.

Então, diante dos fatos e da incerteza ainda de qual é, de fato, o tamanho fiscal com que nós vamos trabalhar para o Orçamento de 2024, decidimos, e foi aprovado agora por unanimidade no Colégio de Líderes, aprovar um plano de trabalho a partir do qual possamos começar as audiências públicas — inclusive, a primeira audiência pública será com a Ministra do Planejamento Simone Tebet — e, posteriormente, fazer as audiências, tanto as temáticas nas Comissões da Casa como também as regionais, visitando a todas as Regiões do País.

Inclusive, (*ininteligível*) uma orientação também, que foi tirada de algumas prioridades com relação a alguns Estados que já devem ser visitados. Outros, posteriormente, podemos também inserir dentro do cronograma.

Diante da explicação, vou ao requerimento.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Relator, voltou para a Câmara ou voltou para a Comissão de Orçamento?

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - O arcabouço voltou para a Câmara. Vai direto para o Plenário.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - V.Exa. tinha dito que voltou para a Comissão de Orçamento.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Não. O que veio para a Comissão de Orçamento foi a retificação feita pelo Ministério do Planejamento ontem. Desculpa.

Muito belo o seu traje para esta Casa...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Presidente e Relator...

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Presidente, já que vão ser votados em bloco os requerimentos, e apresentamos um requerimento extrapauta...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Vamos votar logo após...

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Poderíamos incluir o Requerimento nº 1, do nosso Senador Laércio Oliveira, sobre uma audiência a respeito do tamanho do arcabouço fiscal?

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Ele está dentro do meu.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Está dentro do seu?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Sim.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Obrigado.

A SRA. AUGUSTA BRITO (PT - CE) - Presidente, eu queria só registrar minha presença aqui.

Boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Oi, Senadora Augusta. Seja bem-vinda. Boa tarde.

Registrada a presença.

Tem a palavra, novamente, o Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Requerimento nº 7, de 2023. CMO. Plano de Trabalho — PLDO 2024 (PLN 4/2023). Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024, e dá outras providências:

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Senadores,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão Mista, a realização de audiências públicas com as entidades e Ministérios Federais, bem como nos Estados da Federação, com a finalidade de apresentar à sociedade brasileira o conteúdo do Projeto de Lei do Congresso Nacional — PLN n. 04/2023 (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024), objetivando a realização de debates e oitivas de sugestões da população e da sociedade civil organizada, a fim de colher subsídios para o aperfeiçoamento desta proposição legislativa que irá compor as prioridades e metas para o Governo Federal para o ano letivo de 2024, por se tratar de um importante instrumento democrático e de transparência na gestão fiscal a promover a participação popular na discussão da matéria, conforme previsão do art. 48 § 1º, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com esse propósito, a programação a seguir disposta ambiciona promover a indispensável discussão da matéria:

- audiência pública com a Ministra do Planejamento: segunda semana de agosto de 2023 (art. 84 da Resolução nº 1, de 2006-CN);





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

- audiências públicas com representantes de diversas instituições públicas e privadas sobre as questões fiscais de controle e de avaliação de políticas públicas e temas conexos;
- audiências públicas nos Estados da Federação:
- Região Sul, de 17/8/2023 a 18/8/2023;
- Região Sudeste, de 24/8/2023 a 25/8/2023;
- Região Nordeste, de 31/8/2023 a 01/9/2023;
- Região Norte, de 14/9/2023 a 15/9/2023; e
- Região Centro-Oeste, de 21/9/2023 a 22/9/2023.

Assim, na nossa relatoria, assumimos o encargo de consolidar e avaliar as propostas de emenda e sugestões referendadas nas audiências públicas, tanto sobre o conteúdo normativo, quanto sobre a eleição de prioridades para a atuação pública em 2024. Estas, em conjunto com as contribuições dos nobres Parlamentares, enriquecerão a produção legislativa.

Este é, pois, o Plano de Trabalho que apresentamos à apreciação dos pares para ser executado, conforme o cronograma divulgado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização —CMO.

Sala das Comissões, em 8/08/2023.

Deputado Danilo Forte

UNIÃO/Ceará."

Os Estados pré-selecionados pelos Líderes na Comissão de Orçamento foram: Rio Grande do Sul, Bahia, Tocantins, Paraná, Rio de Janeiro, Amazonas, São Paulo, Ceará, Alagoas, Goiás, Minas Gerais e Paraíba. Isso não quer dizer que isso não possa ser modificado posteriormente pelo próprio cronograma da Comissão, é lógico, atendendo a solicitações das Sras. e Srs. Deputados e das Sras. e Srs. Senadores.

Por outro lado, também é importante termos claro que o Relatório Final da LDO só pode ser votado, logicamente, após a conclusão da votação do arcabouço fiscal pelo Congresso Nacional.

Obrigado.

Conforme sugestão do Senador Hiran e do Senador Laércio Oliveira, ex-Deputados amigos nossos aqui, eles pediram também para incluir nas audiências públicas o Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Haddad; o Sr. Jefferson Bittencourt, ex-Secretário do Tesouro Nacional; o Sr. Henrique Meirelles, ex-Ministro da Fazenda; o Sr. Arminio Fraga, ex-Presidente do Banco Central; uma representação do Instituto INSPER; uma representação do IFCI; uma representação do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas — IBRE; uma representação da Consultoria de Orçamento da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados; e uma representação da Comissão de Orçamento, também representada pelo Senado Federal.

Estes serão inclusos ao longo das audiências públicas nas devidas audiências.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

O requerimento está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O requerimento está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos agora para o segundo item da pauta para a apreciação do Relatório.

Projeto de Lei (CN) nº 13, 2003, da Presidência da República, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, crédito especial no valor de R\$ 22.827.287,00, para os fins que especifica. Relator: Senador Vanderlan Cardoso.

Sr. Senador Izalci, V.Exa. poderia fazer a relatoria *ad hoc*?

O relatório, na realidade, já foi lido. Seria só para participar da discussão. Este é o item 2, que já foi lido na última reunião, mas, como ele ainda vai entrar em discussão...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Este é o PLN 13.

Sra. Presidente, eu vou pedir vênica para ir direto ao voto.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Já foi lido inclusive o voto.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Ah, já foi lido?

Então, eu vou direto ao voto do Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Leio o voto:

"II. Voto do Relator

"(...)

Diante do exposto, considerando a constitucionalidade, a juridicidade e o mérito da matéria, somos pela aprovação do PLN 13/23 na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala das Comissões, 11 de julho de 2023.

Senador: Senador Vanderlan Cardoso".

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - O relatório está em discussão. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Terceiro item da pauta. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 14, de 2023, que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, e das Mulheres, crédito suplementar no valor de R\$25.891.727,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Relatora: Senadora Augusta Brito".

Passo a palavra à Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (PT - CE) - Presidente, como, também, já foi feita a leitura na sessão passada, eu posso ir direto ao voto, Sra. Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Sim. Por favor.

A SRA. AUGUSTA BRITO (PT - CE) - Leio-o:

"II. Voto da Relatora

Diante do exposto, e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, somos pela aprovação do PL 14/23, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Quanto ao mérito, votamos pela rejeição das Emendas nºs 1, 2 e 3.

Assim, considerando a constitucionalidade, a juridicidade e o mérito da matéria, votamos pela aprovação do PLN na forma proposta pelo Executivo".

Era isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Senadora.

Em discussão o relatório.

Havia dois destaques, mas, como os autores não estão presentes, são prejudicados.

Encerrada a discussão.

Em votação o item 3 na representação da Câmara dos Deputados.

Aqueles que concordam fiquem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Senadoras que concordam fiquem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passemos para o...

O SR. VERMELHO (PL - PR) - Presidente, por favor, mais volume aí porque está muito baixo o som.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Vermelho. Eu vou pedir à equipe técnica que aumente aqui o volume.

Apreciação do Requerimento nº 4, de 2023, da CMO, que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, do art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a importância da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA para o desenvolvimento da agropecuária nacional e as novas perspectivas da área.

Autor: Senador Izalci Lucas".

Tem a palavra o autor do requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Presidente, eu peço apoio de todos os colegas. A EMBRAPA completou agora 50 anos, e todo mundo sabe da importância dessa empresa para o País e para o mundo até, e nem sempre ela é contemplada com os recursos orçamentos necessários.

Então, é muito importante que esta Comissão possa ouvi-los, para entender um pouco melhor a importância de se injetarem mais recursos aqui na EMBRAPA, que é um orgulho nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Inclusive, Senador Izalci, quero dizer que foi a EMBRAPA que desenvolveu a tecnologia do algodão colorido lá na Paraíba. Quem não conhece o nosso produto, esteja convidado para conhecê-lo.

Em discussão o requerimento.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) - Presidente, Deputado Sidney Leite, aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) - Eu quero subscrever o requerimento do Senador Izalci, e dizer que é lamentável que ainda hoje neste País haja contingenciamento de recursos para pesquisa, ciência e tecnologia. E olha que a EMBRAPA tem história neste País. Está aí o exemplo do êxito do agronegócio brasileiro, que demonstra a importância, a capacidade, mas, acima de tudo, o comprometimento dessa empresa.

Senador Izalci, parabéns pela iniciativa. Com certeza, ouvir a EMBRAPA e também debater e discutir esses gargalos fortalece não só o grande agronegócio, mas também a agricultura familiar.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós temos hoje a Cúpula dos Países Amazônicos, e a EMBRAPA tem um papel importante para mantermos aquele bioma, mas compreendendo da importância de que nós não podemos tratar a Amazônia como santuário, haja vista que ali vivem homens, mulheres, jovens, crianças e idosos que sonham e têm o direito de viver com dignidade.

Nós não vamos manter a conservação daquela biodiversidade com a miséria, com a pobreza. Mas nós precisamos da tecnologia para o aproveitamento racional de toda aquela riqueza, que se contrata com a miséria e com a ausência de alternativas para grande parte dos povos que habitam na Amazônia.

Parabéns, Senador. Espero que possamos fazer deste momento um grande debate aqui nesta Comissão e que isso possa também servir de exemplo para outros setores e segmentos da pesquisa, da ciência e da tecnologia no nosso País.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Quero só fazer constar a subscrição do Deputado Sidney Leite para esse requerimento do Senador Izalci.

Tem a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Presidente, este Deputado Gaguim também gostaria de parabenizar o Líder, o nosso Senador, e dizer que, no Tocantins, a nossa EMBRAPA da piscicultura, com apoio da Senadora Dorinha, do Senador Eduardo e deste Deputado Gaguim, todos os anos colocamos emenda de bancada nossa, individual. A EMBRAPA do Tocantins hoje é modelo no Brasil, principalmente da pesquisa da pesca.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Gaguim.

Tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Senadora Daniella, eu quero também solicitar, com a autorização do Senador Izalci, se poderia ser registrado como autor também desse requerimento o signatário, porque é muito importante esse debate aqui na Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Está acordado pelo Senador Izalci Lucas.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Presidente... Presidente... Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Passo a palavra para o Deputado Marx Beltrão, antes de passar a palavra ao Deputado José Rocha, que estava inscrito.

O SR. MARX BELTRÃO (Bloco/PP - AL) - Eu também gostaria de subscrever esse requerimento do Senador Izalci Lucas. Quero parabenizá-lo pela iniciativa. A EMBRAPA, realmente, tem uma importância significativa na pesquisa sobre agricultura do País inteiro.

Em Alagoas, Sra. Presidente, ainda no segundo Governo Dilma, a Ministra da Agricultura era Kátia Abreu, que esteve em Alagoas anunciando a construção da EMBRAPA. O Governo do Estado de Alagoas fez uma doação do terreno. De lá para cá, a EMBRAPA continua lutando pelos recursos para se construir a EMBRAPA de Alagoas. O Governo de Alagoas já fez a doação do terreno para a construção. Esse é um tema que precisamos debater aqui, na Comissão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu gostaria de subscrever esse requerimento, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Marx Beltrão.

Tem a palavra o Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Presidente, eu também quero parabenizar o Senador Izalci Lucas pelo requerimento.

Também solicito a permissão para que eu possa subscrevê-lo. A EMBRAPA, realmente, merece todo o nosso apoio pelo trabalho que realiza na pesquisa do agro. Não tenha dúvida de que ela é um patrimônio nacional da pesquisa e da ciência.

Desejo também, portanto, assinar esse requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Está concedido pelo Senador Izalci Lucas.

Tem a palavra o Deputado Sergio Souza.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/MDB - PR) - Presidente, da mesma forma que os demais colegas, com a anuência do Relator, Senador Izalci Lucas, subscrevo esse requerimento.

Faço aqui uma referência à EMBRAPA. Há 2 semanas, acompanhando uma Comissão do Ministério da Agricultura, nós estivemos na Coreia e no Japão, que são países de referência em educação e em tecnologia. A Coreia investe 8% do seu PIB em pesquisa. O Brasil já fez isso num passado recente. Aqueles países cresceram enormemente com o advento da pesquisa em tecnologia, e não foi diferente no Brasil.

O Brasil é referência global em produção de alimentos, e nós éramos, algumas décadas atrás, importadores. Hoje somos o grande fornecedor de comida do Planeta. Então, homenagear a EMBRAPA, trazer a EMBRAPA para uma conversa e, caro colega Deputado Danilo Forte, no relatório da LDO, não possibilitar — como nós já fizemos na LDO vigente — o contingenciamento de recursos da EMBRAPA, isso é muito importante.

É aqui, sim, nesta Comissão Mista de Orçamento, Senador Izalci Lucas, o palco para debates dessas questões orçamentárias para a EMBRAPA.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Sergio Souza.

Tem a palavra o Deputado Geraldo Resende.

O SR. GERALDO RESENDE (Bloco/PSDB - MS) - Também gostaria de me somar aos demais Deputados e Senadores. Peço aqui a anuência do Senador do Distrito Federal, nosso companheiro Izalci Lucas, para que nós possamos também ser coautores dessa proposição.

Nós estivemos há 10 dias na EMBRAPA Centro-Oeste, em Campo Grande, junto com o Ministro Paulo Teixeira e com vários outros Deputados para conhecer a realidade daquela instituição. Foram-nos mostradas as várias pesquisas que eles fazem e que contribuem muito para que o Mato Grosso do Sul e o Brasil, como um todo, sejam referência no agronegócio para todo o mundo.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Geraldo Resende.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tem a palavra o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (PSB - RR) - Sra. Presidente Daniella Ribeiro, eu também me alinho aos colegas Senadores e Senadoras que se manifestaram antes.

Quero dizer que essas solicitações e requerimentos por parte do Senador Izalci Lucas é da mais elevada importância. Obviamente, como todos sabem, a EMBRAPA foi sendo desidratada em termos de orçamento nos últimos anos. Hoje, praticamente quase 30% da nossa economia gira em torno do agronegócio e das operações agrícolas. Isso se deve ao fato de a EMBRAPA, 40 anos atrás, num gesto de brilhante percepção do futuro, ter sido criada e cada vez mais sendo aperfeiçoada no sentido de se tornar essa instituição de pesquisa tão importante quanto é hoje para o Brasil, com uma ramificação já bastante forte em vários países. Nós tivemos oportunidade recentemente de estar no Cazaquistão, e lá, hoje, em virtude da demanda apresentada pelo Governo, já existe uma representação da EMBRAPA desenvolvendo pesquisas extremamente importantes.

Digo isso para mostrar, na verdade, que a EMBRAPA ultrapassa as fronteiras nacionais. Mas queremos, sim, que ela seja mais fortalecida internamente. No nosso caso especificamente da Região Amazônica, temos oportunidades imensas de aperfeiçoar modelos, tecnologias e algumas atividades desenvolvidas pela EMBRAPA. Nós haveremos, na verdade, de ver que essa instituição de Estado, ela não é instituição de governo, terá suas demandas atendidas.

E mais. Nós entendemos também que é necessário que o Governo já se debruce sobre a questão dos concursos, Senador Izalci, porque um contingente enorme de pesquisadores da EMBRAPA está se aposentando, e nós precisamos ter esse realinhamento para que a pesquisa não sofra solução de continuidade em todos os setores.

Era essa a minha manifestação. Quero dizer que a EMBRAPA tem um papel estratégico para a economia nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Senador Chico Rodrigues.

Parabenizo o Senador Izalci pelo requerimento.

Eu gostaria de colocar em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Encerradas as discussões.

Os Deputados e Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores e Senadores que o aprovam permaneçam como estão aprovado. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Item 5. Requerimento nº 5, de 2023, do Sr. Izalci Lucas, que requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a importância da ciência e a percepção pública sobre o tema.

Com a palavra o autor do requerimento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Presidente, da mesma forma, eu cheguei a fazer inclusive uma audiência no Senado sobre a questão da popularização da ciência, a percepção da ciência no público em geral. É impressionante como todos sabem da sua importância, mas não reconhecem. Foi perguntado numa pesquisa o nome de um pesquisador brasileiro. Zero, apenas um cita Einstein como pesquisador brasileiro.

Essa nossa juventude de 18 anos a 24 anos só acessa a Internet, não há jeito, é a rede social. Precisamos realmente expor os nossos pesquisadores, informar melhor.

Temos que discutir, como foi falado aqui, a questão dos concursos. Há muitos pesquisadores já em idade avançada que precisam se aposentar, e não há em "estoque" guardado. Há toda uma transmissão de conhecimento, de transição.

Então, eu peço também o apoio dos colegas para esta audiência, com a presença inclusive de vários pesquisadores, da Associação Brasileira de Ciência e da SBPC para que possamos discutir essa matéria tão importante aqui, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Senador Izalci.

O requerimento está em discussão.

Com a palavra o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (Bloco/PCdoB - BA) - Sra. Presidente, também quero solicitar ao Senador Izalci a subscrição desse requerimento. Devemos valorizar esse debate, ele é inadiável e fundamental. Nós falamos aqui da EMBRAPA, mas nós temos várias EMBRAPAs em vários lugares deste País que fazem pesquisa com pouco conhecimento por parte da sociedade Brasileira. Eu lembro aqui que a Jaqueline Goes, uma jovem da FIOCRUZ da Bahia, sequenciou o genoma do COVID 48 horas depois que ele foi detectado no Brasil, numa demonstração muito evidente da capacidade que têm os nossos pesquisadores, e pouco conhecimento se dá a isso.

Em todas as áreas nós temos que pensar que a sociedade não se desenvolve sem investir de forma constante e com volume adequado em pesquisa, e a popularização é fundamental para que esse debate se dê em todos os lugares da sociedade.

Portanto, parabéns, Senador.

Eu quero conclamar todos a participar desse debate.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Daniel Almeida.

A discussão está encerrada.

Não há mais quem queira discutir.

O requerimento está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aprovado o requerimento.

O próximo item, Item 6, é de minha autoria. Peço ao Deputado Luciano Amaral que assuma a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Apreciação do Requerimento nº 6, de 2023.

Item 6. Requerimento nº 6, de 2023, da Sra. Daniella Ribeiro, que requer, com fundamento no art. 15, inciso III da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, a realização, por esta Comissão, de audiência pública com o tema *As Mulheres e o Orçamento*, com o objetivo de discutir a governança orçamentária relativa às programações e políticas públicas para as mulheres, em face tanto da baixa visibilidade dos impactos de receitas e despesas orçamentárias sobre esse público quanto da necessidade de alinharmos as decisões alocativas às melhores práticas internacionais, particularmente as recomendações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico — OCDE.

Com a palavra a autora do requerimento.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (PSD - PB) - Como mulher nesta Comissão, Presidente, neste momento tendo esta oportunidade tão importante, não poderia deixar de trazer esse tema para discussão. Muitas vezes, quando se fala em mulher, já se pensa sempre, Senadora Professora Dorinha Seabra, na questão obviamente extremamente importante da violência contra a mulher, mas nós temos temas muito importantes para as mulheres também, e não é diferente em relação à questão do Orçamento público.

Então, por força da importância de se discutir essa governança orçamentária relativa às programações, às políticas públicas para as mulheres, apresentei este requerimento, para possamos trazer esta discussão aqui com, eu diria, a sensibilidade dos homens, que são maioria quase que absoluta nesta Comissão, mas que são parceiros e compreendem a necessidade e, mais do que tudo, a importância do que significa o Orçamento para políticas públicas relativas à mulher.

Por força disso, gostaria de pedir o apoio dos colegas para a aprovação deste requerimento de audiência pública, para, assim, caminharmos e avançarmos em defesa da mulher em temas importantes e mais do que importantes para o Orçamento público.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. GILVAN MAXIMO (Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Gostaria de parabenizá-la pelo requerimento. Sou totalmente favorável.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Presidente, eu gostaria de subscrever o requerimento da Senadora Daniella Ribeiro, por favor.

O SR. DANIEL ALMEIDA (Bloco/PCdoB - BA) - Também, Sr. Presidente, eu gostaria de subscrevê-lo e de parabenizar a Senadora, porque é de extrema relevância esse debate. Nós não podemos achar normal, com a participação das mulheres na nossa sociedade, o grau de discriminação que ainda acontece. O debate sobre o Orçamento diz tudo. Qual é o tamanho da participação das políticas públicas que valorizam e fortalecem as mulheres no Orçamento brasileiro? Portanto, acho que é um debate muito atual.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E a presença de V. Exa., presidindo esta Comissão, dá uma responsabilidade maior ao tratamento desta questão. V.Exa. terá, seguramente, toda a nossa solidariedade e apoio.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Eu também gostaria de subscrever a iniciativa da nossa Presidente, a Senadora Daniella Ribeiro. É uma iniciativa que, inclusive, ela já tinha me sugerido, para tratar deste tema na Lei de Direitos Orçamentários de 2024. Isso não só fortalece o relatório, como também aproxima o Orçamento da União da família brasileira e do povo brasileiro.

Eu acho que é uma iniciativa louvável que devemos aprovar por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Senadora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Eu gostaria de parabenizar a nossa Presidente, a Senadora Daniella, que também é Líder da bancada feminina no Senado, para destacar não só essa importância da visibilidade, mas também a necessidade — daí o pedido ao nosso Relator da LDO e, depois, ao do Orçamento... Nós queremos um Orçamento transparente. Quais são os recursos definidos para a área da mulher?

Quando você pede, às vezes, e o Governo informa... Se há uma ação no Ministério da Educação e há mulher que é aluna, eles colocam isso no Orçamento quando computam o que vai ser empregado para a mulher. Nós queremos saber quanto é direcionado para a formação, para combate à violência, para questões de saúde, para trabalho, para renda, para empreendedorismo. Queremos saber claramente qual é o real Orçamento, como é que ele se consolida em políticas públicas para a mulher.

Então, é muito importante essa audiência. Eu não vi quem são as pessoas convidadas, mas logicamente é importante a presença da Ministra e do próprio Ministro da Justiça. Cinco por cento do dinheiro da Justiça têm que ser direcionados para a política de combate à violência contra a mulher, e assim por diante. Eu acho que isso é muito importante.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Com a palavra o Deputado Sergio Souza.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/MDB - PR) - Senadora Daniella, parabéns pela iniciativa.

Eu acho que esse requerimento não se restringe às pautas da mulher, mas a capacidade de a mulher formular o Orçamento Setorial, como na educação, na saúde, no social. E podemos ir muito além: na ciência, na tecnologia e na infraestrutura. A mulher tem uma percepção do mundo, da vida e do cotidiano muito maior do que o homem tem, e a participação dela na formação das políticas orçamentárias é muito importante.

Eu peço também para subscrever o requerimento de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Com a palavra o Deputado Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Sr. Presidente, é de fundamental importância o requerimento da Senadora Daniella, não só por ser mulher, mas pelo tema. Eu digo até o que foi tema levantado por ela tem um significado muito grande. Primeiro, porque as mulheres são a maioria do povo brasileiro, e não só por ser a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

maioria, mas também pela sensibilidade que a própria mulher tem de identificar e dar rumo a muitas das coisas que precisam, sim, ter um rumo neste País.

Portanto, direcionar ou priorizar as políticas públicas para as mulheres, denominando ou nominando aquilo que de fato é aplicado em cada campo, é de significativa importância.

Senadora Daniella, V.Exa. está de parabéns.

Eu gostaria de ter o prazer também de subscrever o seu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Com a palavra o Deputado Zé Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA) - Quero, na mesma linha dos meus colegas que me antecederam, parabenizar a Senadora Daniella Ribeiro, que, se não estou equivocado, é a terceira mulher a presidir esta Comissão, com essa sensibilidade que toda mulher tem de poder dar a oportunidade de mais participação das mulheres nas políticas públicas. Esse Orçamento, que é responsável pela implementação financeira dessas políticas públicas... Que a mulher realmente tenha aqui a oportunidade de fazer esse debate, bem como aumentar a participação no orçamento das políticas públicas de atendimento às mulheres.

Portanto, parabéns.

Também solicito a minha subscrição no seu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Gostaria de parabenizar a Presidente Danielle pelo requerimento de inclusão das mulheres nas políticas públicas orçamentárias e pela sua importância.

Gostaria também de subscrever o requerimento. Peço essa autorização à Presidente.

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Faço minhas todas as palavras dos colegas e peço a subscrição também ao requerimento em homenagem às mulheres do Brasil e, principalmente, em homenagem a nossa Senadora Daniella Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - A discussão está encerrada.

O Requerimento está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Aqueles que concordam, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Aqueles que concordam, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu passo a Presidência à nossa Presidente, Senadora Daniella Ribeiro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (PSD - PB) - Em deferência ao nosso Deputado Luciano Amaral, peço que continue na condução dos trabalhos, pois já estamos terminando a reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Declaro encerrada a presente reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA QUINTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2023.

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. Esta reunião foi convocada para debater sobre a fiscalização da aplicação de recursos provenientes das transferências especiais, em atendimento ao Requerimento n. 3/2023-CMO, de autoria da Deputada Adriana Ventura (NOVO/SP) e aprovado na 3ª Reunião Deliberativa Extraordinária, ocorrida em 12/07/2023. Para isso, foram convidados os seguintes representantes: Sr. Guilherme Yadoya de Souza, Auditor-Chefe Adjunto da Representação do TCU no RS; Sr. Michel de Oliveira Bandeira, Secretário da Representação do TCU no Acre; Sr. Fernando Augusto Mello Guimarães, Presidente e Conselheiro do TCE-PR; Sra. Érika Lacet, Segunda Vice-Presidente do Conselho Nacional de Controle Interno e os Consultores de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, respectivamente, Sr. Dayson Pereira Bezerra de Almeida e Sr. Fernando Moutinho. Embora tenham sido convidados, os representantes do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul e do Ministério Público Federal, ambos encaminharam e-mail informando que não poderiam participar. Verificaram-se as presenças dos **Deputados Titulares**: Adriana Ventura, Alencar Santana, Castro Neto, Gilson Daniel, Gilvan Máximo, Guilherme Boulos, João Carlos Bacelar, Luciano Amaral, Luiz Carlos Motta; da **Senadora Titular**: Professora Dorinha e dos **Deputados Suplentes**: Danilo Forte, Weliton Prado e Misael Varella. **ABERTURA**: às dez horas e doze minutos, foi iniciada a reunião sob a condução da Deputada Adriana Ventura (NOVO/SP) que comunicou a finalidade da audiência pública e informou que a reunião ocorreria de forma semipresencial com parlamentares e palestrantes participando de forma presencial no plenário e virtualmente por meio da plataforma Zoom. Para melhor ordenamento dos trabalhos, a Presidente em exercício informou que, de acordo com o estabelecido no art. 15, inciso III, da Resolução 01/2006 do Congresso Nacional, os palestrantes disporão de 10 minutos, prorrogáveis, para sua exposição. Além disso, informou que, de acordo com o art. 94, §2º e §3º do Regimento Interno do Senado Federal, os parlamentares presentes poderiam, terminada a apresentação dos convidados, interpelar os oradores exclusivamente sobre o tema da exposição pelo prazo de 3 minutos, tendo os interpelados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 3 minutos. Informou ainda que as apresentações dos convidados estavam disponíveis na página da CMO e abriu a lista de inscrições para o debate. Exceto os consultores de orçamento que estavam presentes compondo a Mesa, os demais convidados participaram remotamente por meio da plataforma zoom. Após fazer algumas colocações sobre o Requerimento que originou a Audiência, a Deputada Adriana Ventura, passou a palavra para o Sr. Guilherme Yadoya de Souza, Auditor Chefe Adjunto da Representação do TCU no Rio Grande do Sul que fez sua explanação com o auxílio de uma apresentação disponibilizada aos participantes, por meio da qual citava Acórdãos do TCU que trataram sobre o tema Transferências Especiais. Posteriormente, solicitou que o Sr. Michel de Oliveira Bandeira, Secretário da Representação do TCU no Acre complementasse as informações. Em seguida, a presidente em exercício, passou a palavra para o Sr. Fernando Augusto Mello Guimarães, Presidente e Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que fez sua exposição, logo após a Segunda Vice-Presidente do Conselho Nacional de Controle Interno, Sra. Érika Lacet do Conselho Nacional de Controle Interno discorreu sobre o tema. Após concluir, a Dep. Adriana Ventura concedeu a palavra para o Sr. Dayson Pereira Bezerra de Almeida, Consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados que apresentou o trabalho vencedor do XI Prêmio SOF de Monografia, “Transferências especiais e incentivos parlamentares”. Em seguida, o Consultor de Orçamento do Senador Federal, Sr. Fernando Moutinho discutiu o tema com o auxílio de recurso multimídia e apresentação que contextualizava





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

o tema, citava decisões da Suprema Corte e dificuldades da fiscalização. Terminada as exposições dos convidados, a Presidente em exercício, permitiu que os técnicos presentes fizessem seus questionamentos, dentre eles, Sr. Eugênio Greggianin, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, Sr. Kleber Maciel Lage do Gabinete do Senador Dr. Hiran e Sr. Renato de Oliveira Capanema do Gabinete da Deputada Adriana Ventura. Por fim, não havendo mais oradores inscritos, a Presidente em exercício concedeu a palavra a todos os palestrantes novamente para resposta as indagações e considerações finais. **ENCERRAMENTO:** às doze horas e nove minutos, a Presidente em exercício, Deputada Adriana Ventura, agradeceu a presença de todos os convidados e parlamentares presentes encerrando a reunião. Após aprovada, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente em exercício e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas. **Deputada Adriana Ventura, Presidente em Exercício.** XX





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
(REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA (SEMIPRESENCIAL))

Em 17 de Agosto de 2023

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Declaro iniciada a 5ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de atender o Requerimento nº 3, de 2023, de minha autoria, aprovado na 4ª Reunião Deliberativa Extraordinária, para discutir sobre a fiscalização da aplicação de recursos provenientes das transferências especiais.

Informo que a reunião ocorre de forma semipresencial. Pode haver Parlamentares presentes no plenário e também pode haver Parlamentares, assim como convidados, participando da reunião de forma virtual, através da plataforma Zoom.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 15, inciso III, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, os palestrantes disporão de 10 minutos, prorrogáveis, para sua exposição. Quem precisar de mais 5 minutos terá o tempo estendido.

Conforme estipulado no art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, terminada a apresentação dos expositores, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo os interpelados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 3 minutos.

Informo, ainda, que as apresentações dos palestrantes, quando houver, estarão disponíveis na página da Comissão.

Informo aos Parlamentares que a lista de inscrição para o debate está aberta.

Como autora do requerimento, eu gostaria de esclarecer que o objetivo desta audiência é construir um caminho para que as transferências especiais tenham a devida transparência. Elas foram gentilmente apelidadas de "emendas Pix", mas, às vezes, fica uma questão pejorativa.

É bom explicar para quem nos ouve que estamos falando de emendas individuais. Como todos sabem, todo Parlamentar tem direito a emendas individuais, que são impositivas. Os Deputados Federais têm à disposição um valor; os Senadores, outro valor. E eles podem transferir esses recursos usando a modalidade de transferência especial, quando o dinheiro vai direto para a conta do Município ou do Estado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O objetivo dessa sistemática é bom: dar celeridade, dar liberdade, dar autonomia, tirar a burocracia. E a finalidade é que o gestor utilize os recursos naquilo em que há necessidade. Isso é bom. Inclusive, eu fui favorável à Emenda Constitucional nº 105.

Acontece que, com o tempo, conforme as coisas foram caminhando, nós percebemos que existe uma lacuna na fiscalização. Havia uma dúvida sobre quem estava fiscalizando, se o Tribunal de Contas da União, os Tribunais de Contas dos Estados ou a Controladoria-Geral da União. Então, havia essa lacuna.

E havia outra lacuna quanto ao que está sendo feito com esse dinheiro? Uma verba federal vai para o Estado, e depois o que acontece? Como esse dinheiro é aplicado? Ele está vinculado a alguma política pública?

Nós do Partido Novo na Câmara dos Deputados temos um setor de fiscalização e fizemos uma consulta formal ao Tribunal de Contas da União, perguntando de quem é a competência de fiscalização desses recursos. Quem deve fiscalizar a utilização deles? Fizemos esse requerimento em 2021. Em maio de 2023, saiu um acórdão, informando que quem fiscaliza a aplicação desses recursos são os departamentos de controle interno dos Tribunais de Contas dos Estados. O TCU e a CGU só verificam se estão sendo cumpridas as regras constitucionais, as condicionantes constitucionais de até 30% para custeio e 70% para investimento. Nós trabalhamos para que eles façam a fiscalização da aplicação e da destinação dos recursos e da vinculação a alguma política pública. Isso é o que nós vamos debater aqui.

Antes de mostrar o sistema, eu gostaria de dar algumas informações de maneira muito breve, até para todo o mundo entender a razão desta audiência pública.

Todo o mundo acha que, na transferência especial, o valor é pouco e tem pouca relevância. Eu vou mostrar três gráficos para que os nossos palestrantes também fiquem mais atentos às dúvidas de alguns Parlamentares.

(Segue-se exibição de imagens.)

Dizem que o valor da modalidade transferência especial tem pouca relevância. Nós saímos, em 2020, de 600 milhões de reais. Isso subiu exponencialmente e hoje corresponde a um terço das emendas individuais, o que dá mais ou menos 7 bilhões de reais, que é bastante dinheiro.

Podemos ver no gráfico como isso subiu. Mais ou menos 31% é o percentual utilizado dessa modalidade das emendas individuais.

Eu quero mostrar para vocês uma coisa que nós desenvolvemos, até para o nosso departamento de fiscalização acompanhar esse crescimento. Nós fizemos este painel para acompanhamento. Nós usamos dados públicos do Transferegov, que é o antigo SICONV. Os





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dados são públicos. Portanto, nós não inserimos nenhum dado. Nós só puxamos dados que estão disponíveis. Nós estamos tentando facilitar o acesso e a visualização para todas as pessoas, porque a nossa intenção é divulgar os dados para qualquer pessoa que queira usar essa ferramenta: qualquer cidadão, qualquer Prefeito, qualquer Vereador, qualquer Deputado Estadual.

O interessante é que podemos ver dois pontos. Vemos aqui os dados detalhados dos recursos enviados pelos Parlamentares. Há dados de vários partidos — até do meu partido também. Alguns Parlamentares enviaram recursos na modalidade transferência especial. Então, dá para ver aqui o ano, o Estado beneficiado, o Município, tudo separado por Parlamentar. Isso realmente é muito interessante.

A segunda coisa que eu quero mostrar para vocês é este mapa. Se eu clicar, por exemplo, no Município de Morungaba, eu consigo identificar o valor que foi enviado por transferência especial, o IDH do Município, a quantidade de habitantes, o valor *per capita*. Isso é só para verificarmos se é adequado ou não. Podemos ver aqui que Morungaba tem o valor *per capita* de 646. Se pesquisarmos o Município de Cubatão, podemos ver também o IDH e o valor *per capita* de 0,28.

Então, qual é a grande questão que eu acho que é bom falar? Existe no Transferegov, que é um *site* público, a obrigatoriedade, desde a LDO de 2023, aprovada no ano passado, de colocar esse relatório de gestão, que diz qual é a política pública que está vinculada. Antes disso, não temos informação nenhuma do que está vinculado. Então, o dinheiro vai e não sabemos onde e como foi gasto nem o que foi feito com o dinheiro público. Queremos saber como se faz esse caminho do dinheiro, como conseguimos ver se foi bem aplicado e se qualquer Parlamentar de qualquer partido, qualquer Vereador de qualquer partido, qualquer cidadão, qualquer Secretário, qualquer Prefeito pode fazer um acompanhamento exato dessa verba.

Esse *link* vai ser disponibilizado para todas as pessoas. Estamos desenvolvendo e melhorando uma ferramenta de acesso ao cidadão. Era isso que eu gostaria de dizer.

Há um último ponto que eu acho importante: é interessante perceber que metade dos recursos destinados em transferência especial está concentrada em menos de 10% dos Municípios. Outro ponto muito relevante é a destinação desses recursos. Como o dinheiro foi aplicado? O dado não é público. Ninguém sabe, ninguém viu.

O papel desta audiência — eu agradeço imensamente a todos os convidados que estão participando — é ver o que tem sido feito; se não tem sido feito nada; o que não tem sido feito; qual é o plano; quais são as lacunas; e como podemos suprir tudo isso. É uma audiência de construção. Eu espero que outros Parlamentares venham aqui, até porque há uma preocupação





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

muito forte: que isso, sem o devido encaminhamento, seja estendido para outros tipos de emenda, o que vem sendo também aventado aqui, sem que saibamos exatamente o que fazer com ele.

Antes de passar a palavra aos convidados, informo que o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e o Ministério Público Federal enviaram comunicados agradecendo o convite e informando que não poderiam comparecer à reunião.

Eu vou começar pelos nossos convidados externos.

Passo a palavra ao Sr. Guilherme Yadoya de Souza, Auditor-Chefe Adjunto da Representação do TCU no Rio Grande do Sul.

Eu agradeço ao Sr. Guilherme pela apresentação. Serão dados 10 minutos, prorrogáveis por mais 5 minutos.

Muito obrigada.

O SR. GUILHERME YADOYA DE SOUZA - Exma. Sra. Deputada Adriana Ventura, Presidente em exercício da Comissão, muito bom dia.

Aproveito para cumprimentar os demais convidados desta audiência pública, na pessoa do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Conselheiro Fernando Guimarães. Muito bom dia.

Exmos. Srs. Senadores, Srs. Deputados, demais autoridades, servidores, senhoras e senhores, inicialmente, eu gostaria de agradecer, em nome do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Bruno Dantas, pela oportunidade de participar desta audiência pública representando o Tribunal de Contas da União.

É muito importante para o TCU poder relatar a nossa atuação nesta temática, tendo em vista que uma das nossas mais nobres missões é justamente o apoio ao Congresso Nacional no exercício do controle externo. O estreitamento desse relacionamento é uma importante diretriz para o TCU.

Passando ao tema da audiência pública, como já foi inclusive adiantado pela Deputada Adriana Ventura, em sessão de março deste ano, o tema das transferências especiais foi amplamente debatido no Plenário do TCU. Após as discussões, foi firmado o entendimento do tribunal sobre a fiscalização das transferências especiais, assunto que abordaremos agora em nossa breve apresentação.

Eu peço licença para compartilhar a apresentação por aqui.

(Segue-se exibição de imagens.)

Como dito, por meio do Acórdão nº 518, de 2023, sob a relatoria do Ministro Vital do Rêgo, este tema foi amplamente debatido aqui no tribunal, tendo sido firmados os procedimentos para a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

fiscalização dos recursos alocados aos entes subnacionais por meio de transferências especiais, previstas no art. 166-A da Constituição Federal.

Eu acho que a parte mais importante dessa discussão foi a fixação dos entendimentos. O primeiro entendimento do TCU é que os recursos relativos às transferências especiais pertencerão ao ente federado no ato da efetiva transferência financeira. Como consequência lógica disso, o tribunal firmou o entendimento de que a fiscalização sobre a regularidade das despesas efetuadas na aplicação dos recursos obtidos por meio das transferências especiais é de competência do sistema de controle local, incluído o respectivo tribunal de contas. Esse foi o entendimento principal firmado na resposta a essa consulta.

Qual papel cabe ao TCU nesse cenário? Nessa mesma decisão, o TCU definiu que caberia a competência federal, incluindo a competência do tribunal de contas, na fiscalização do cumprimento das condicionantes constitucionais estabelecidas no art. 166-A. Então, ficou decidido que a comprovação do cumprimento das condicionantes constitucionais será feita pelo ente federado por meio de informações e documentos inseridos na plataforma Transferegov, na forma e nos prazos disciplinados em instrução normativa a ser editada pelo TCU — nós falaremos na sequência, pois ainda não há essa instrução normativa —, dispensada a prestação de contas para esse fim específico, reservadas as competências próprias dos tribunais de contas locais.

Eu trago aqui, brevemente, as condicionantes constitucionais, que a Deputada Adriana Ventura já mencionou na sua fala inicial: vedação para pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais; não utilização dos recursos para encargos referentes ao serviço da dívida; uso de recursos em programações finalísticas das áreas do Poder Executivo; uso de, no mínimo, 70% dos recursos das emendas em despesas de capital.

Nessa mesma decisão, o TCU firmou entendimento do que aconteceria caso o ente beneficiário da emenda, da transferência especial, descumprisse as condicionantes. Nesse caso, o tribunal colocou duas situações: o descumprimento da condicionante, que torna inválida a transferência especial, ou, ainda, a omissão no dever de disponibilizar os elementos necessários à verificação das condicionantes poderá ensejar a instauração de um processo de tomada de contas especial para a responsabilização do ente federado pelo débito. Esse foi o entendimento do tribunal em relação a eventual descumprimento das condicionantes ou omissão no dever de disponibilizar os documentos, que depois serão fixados por meio de instrução normativa.

Neste momento, eu vou passar a palavra para o Secretário Michel Bandeira, que vai complementar a fala do TCU.

O SR. MICHEL DE OLIVEIRA BANDEIRA - Bom dia a todos. Estão me ouvindo?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Bom dia, Michel. Estamos, sim.

O SR. MICHEL DE OLIVEIRA BANDEIRA - Bom dia, Presidente. Eu quero saudá-la e agradecer, mais uma vez, pelo convite realizado ao TCU.

Eu quero cumprimentar os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas, assim como todos que acompanham a audiência presencialmente e pela Internet.

Como foi dito pelo Guilherme, essas transferências especiais são passíveis de dois tipos de controle. Um dos controles é realizado pelos órgãos estaduais, tribunais de contas, Ministério Público dos Estados e controladorias no que se refere à aplicação efetiva dos recursos, ou seja, o que efetivamente vai ser construído, o que vai ser realizado. Com relação ao sistema de controle federal, compete ao TCU, à CGU e ao Ministério Público Federal verificar se as condicionantes constitucionais foram cumpridas.

Então, como é que o Tribunal de Contas da União vai fazer essa verificação? De acordo com o que ficou deliberado no Acórdão nº 518, de 2023, o TCU vai cumprir essa função por meio da verificação das informações que serão inseridas pelos beneficiários no portal Transferegov. A plataforma Transferegov é uma plataforma de acesso público. As informações lá inseridas serão acessíveis não só ao TCU, mas a todos os órgãos e a todas as pessoas. Isso vai propiciar também o controle social dessas emendas.

Para regulamentar o que vai ser inserido, como vai ser inserido e quais serão os prazos, está sendo elaborada no TCU uma instrução normativa. O Tribunal de Contas da União, por força do art. 3º da Lei Orgânica, tem o poder regulamentar, ou seja, pode determinar que os órgãos estructurem as informações que vão apresentar, para que o TCU possa fazer um controle de maneira adequada.

Essa instrução normativa que está em elaboração vai prever quais são as informações. Por exemplo, qual é o objeto que está sendo executado? Em qual programação finalística esses recursos estão sendo executados: é na educação, é na saúde, é na segurança, é na infraestrutura? Qual é o prazo que o Estado ou o Município prevê para a conclusão desse objeto?

São essas informações que a instrução normativa vai trazer para que os órgãos recebedores dos recursos possam inserir na plataforma. A partir daí, o Tribunal de Contas da União fará a sua fiscalização. É claro que isso não impede que, eventualmente, o TCU possa, dentro do seu planejamento anual, realizar auditorias específicas, inspeções; mas, via de regra, o acompanhamento das transferências especiais, sob a perspectiva do TCU, será feito por meio do acompanhamento da plataforma Transferegov, a partir das orientações dessa instrução normativa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Além disso, o acórdão determinou que o TCU trabalhasse, junto com outros tribunais de contas dos Estados e também com a CGU, na elaboração de um acordo de cooperação técnica. Os tribunais de contas dos Estados têm uma capilaridade muito grande. Então, eles têm melhores condições de realizar essa fiscalização sob o ponto de vista do que está sendo executado.

O TCU entendeu que poderia ser feito um acordo de cooperação entre TCU, tribunais de contas e CGU, não para que um invadisse a competência do outro, mas para que eles cooperassem no seguinte sentido: por exemplo, se a CGU, no sorteio público, vai fazer a verificação dos recursos repassados para o Município, ela pode, eventualmente, fazer uma verificação da execução daquela emenda. Verificando alguma inconsistência, informa ao tribunal de contas local, que vai verificar. Esse acordo não é para repassar a competência da execução para os órgãos federais nem repassar a competência de fiscalizar as contrapartidas aos órgãos estaduais. Esse acordo é para que eles cooperem, de maneira que, juntos, possam dar maior efetividade ao acompanhamento das transferências especiais.

Devolvo a palavra ao Guilherme.

O SR. GUILHERME YADOYA DE SOUZA - Seriam esses os esclarecimentos que gostaríamos de colocar nessa fala. Ficamos à disposição no restante da audiência.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Muito obrigada, Sr. Guilherme. Muito obrigada, Sr. Michel.

Eu passo a palavra ao Sr. Fernando Augusto Mello Guimarães, Conselheiro e Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Muito obrigada, Sr. Fernando. Seja bem-vindo.

O SR. FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES - Bom dia a todos.

Bom dia, Deputada Adriana Ventura. Na pessoa de V.Exa., eu saúdo todos os técnicos, Parlamentares presentes e interessados nessa matéria, que é de extrema relevância, não só pelo volume de recursos envolvidos, como V.Exa. apresentou, mas também pela necessidade de transparência na aplicação, além de um melhor esclarecimento dessa dinâmica orçamentária para o controle social, para que saiba como funciona e também possa ajudar na fiscalização.

Os colegas do Tribunal de Contas da União fizeram uma apresentação que já economiza uma fala minha, que era em relação ao acórdão do Tribunal de Contas da União, que já dá para notar que alguns aspectos merecem ser bem discutidos entre os Tribunais de Contas, o Tribunal de Contas da União e o Parlamento Federal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu quero também agradecer à Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil — ATRICON, que me confiou ao Tribunal de Contas do Paraná, que também foi convidado pela ATRICON, para discutir essa matéria e apresentar algumas posições que já foram adotadas.

No âmbito do Sistema Tribunais de Contas, a ATRICON elaborou uma nota técnica, que inclusive foi até referenciada no acórdão do Ministro Vital do Rêgo, se não me falha a memória, que foram umas recomendações aos Tribunais de Contas em relação às transferências especiais.

No Paraná, eu tenho a felicidade de ter membros que participam da Rede Integrar, que reúne técnicos dos Tribunais de Contas do Brasil interessados na integração do Sistema Tribunal de Contas. Há casos parecidos com esses, em que aparentemente pode correr uma superposição de competências, de integração e da forma de cooperação.

Eu posso me considerar privilegiado por estar na Presidência desse Tribunal, com técnicos que também estão interagindo com mais de 20 técnicos voluntários dos Tribunais de Contas em relação a essa matéria.

Em dezembro de 2022, se não me falha a memória, a SEJUS encaminhou um relatório aos tribunais — inclusive ao meu tribunal —, em que foram apontados cinco Municípios com algumas inconsistências.

De posse dessas representações, que é o nome que nós damos aqui no tribunal, alguns conselheiros da representação não o conheceram, por entender, num primeiro momento, que seria de competência do Tribunal de Contas da União, dada a natureza federal da verba, ou seja, pela origem, e não pelo recebimento. Outros conselheiros receberam e outra representação foi encaminhada, sem haver discussão de a competência ser nossa ou não.

Em função disso, instalamos um prejulgado, ou seja, uma definição, pelo Tribunal Pleno, de como vamos proceder em relação ao controle e à fiscalização das "emendas Pix" — eu prefiro chamá-las de especial. Claro que isso também deve ter um lado carinhoso e não pejorativo. Eu acho que isso é até melhor que o orçamento secreto, porque fica mais compreensível que é um repasse direto.

Com relação ao que adotamos paralelamente ao prejulgado, desenvolvemos também um relatório de BI, muito parecido com o que a Deputada apresentou, em que se tem, por Municípios, por fontes, segregada a natureza da emenda especial — há um código específico —, inclusive em relação a despesas.

Esse BI estava em fase de validação. Estão aqui o Roberto e o Djalma que trabalharam bastante nesse BI, que ontem foi validado. Realizamos um teste no Município, em que percebemos uma diferença dos valores de 2020 para 2023 em relação ao que foi informado no





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portal Transferegov. Roberto, corrija-me se eu estiver errado — nesse Município não houve uma diferença sensível, mas é lógico que são diferenças que devem ser objeto até de se confrontar, de se contrastar com outras informações.

O nosso sistema de informações municipais tem atualização mensal para os Municípios, com dados declaratórios. É com base nele que nós trabalhamos, num primeiro momento, até para nos orientarmos para a melhor fiscalização e cruzamento de informações para eventuais inconsistências.

De minha parte, acho — quase todos os tribunais já têm consciência — que temos de trabalhar de acordo com o que foi decidido pelo Tribunal de Contas da União, não para entrarmos em conflitos de competência usando uma disposição do Código de Processo Civil, mas para compatibilizar e executar essas competências concorrentes. Estamos trabalhando com ferramentas para a integração desses dados, BIs, mas também para a transparência, tanto para os Parlamentares quanto para a sociedade e para os gestores.

Uma das representações que está em andamento está sobrestada, que é o objeto do prejulgado. As outras já tramitarão normalmente. Já existem instruções que não foram ainda deliberadas, mas há instruções que convergem com alguns apontamentos feitos pela Controladoria-Geral da União.

Mas só isso não é suficiente, porque, verificando as condicionantes apresentadas no acórdão do TCU, elas podem gerar uma certa confusão em relação às nossas tomadas de contas extraordinárias, ou seja, nós vamos gerar a informação ao Tribunal de Contas da União para quem instaure a sua tomada de contas especial ou extraordinária, ou faremos por aqui? Acho que são questões que devem ser objeto de discussão proveitosa de como realizar essa atividade sem que haja superposição.

Até este momento, algumas instituições que já foram produzidas, nesses cinco processos que estão em andamento aqui, nós não fizemos essa separação, ainda estamos tramitando normalmente, como se fosse uma tomada de conta extraordinária por nós instauradas. Temos algumas inconsistências contábeis, ou seja, de informações em códigos errados por parte do Município; temos que sondar a má qualidade de serviço; temos a aparência ou o indício de aplicação com despesas de pessoal e não só de investimento, independente das duas regras: a proibição total e os 70% em despesas de capital. São duas regras de ouro da emenda constitucional, que devem ser objetos de avaliação e de cruzamento das informações.

O que me preocupa um pouco, até para dar segurança ao gestor, é quem vai instaurar mesmo a tomada de contas, porque, em alguns momentos, na minha avaliação preliminar, alguma





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dessas condicionantes se confunde com a própria execução e aplicação do recurso. Então, nós ficaremos restritos à legalidade da despesa e à conformidade, e não em relação à finalidade específica em casos condicionantes?

Eu acho que essa discussão é interessante. Sei que já está havendo, e Guilherme e Michel podem me corrigir, uma discussão interna no TCU. Parece que existem alguns posicionamentos que ainda precisam ser consolidados e definidos. Há também uma discussão entre os técnicos da rede integrada e até dentro do meu tribunal. Acho que essa discussão promovida pela Comissão é importante, porque centraliza uma definição, que às vezes pode ser discutida num acordo de cooperação técnica, ou aprimoradas as normas de transparência e prestação de contas. Isso é muito importante.

Eu também queria lembrar que cada Tribunal de Contas dos Estados e dos Municípios tem seus próprios sistemas informatizados de recebimento de dados e programação de auditorias, etc.

Nós tivemos sempre uma boa parceria aqui no Paraná com a Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União. Juntos, já fizemos alguns trabalhos. Tempos atrás, desde 2012, fizemos auditorias integradas, quando não se pensava ainda na interessante modalidade de fiscalização, auditorias coordenadas, seja pelo TCU, seja pela ATRICON. Enfim, eu acho que isso é muito importante. Estamos ganhando conhecimento e estamos realizando maior integração. Temos também que pensar em normas procedimentais gerais, de maneira independente das normas específicas que cada Tribunal de Contas tem, de acordo com a sua regulamentação interna e com seus sistemas de auditoria.

Particularmente, eu acho interessante não se ter a seguinte preocupação: *"Ah, vou ser um mero auditor do Tribunal de Contas da União"*. Não. Eu seria um parceiro do Tribunal de Contas da União, seja em relação às nossas programações normais de auditoria, seja em relação aos trabalhos conjuntos aqui no Estado do Paraná. Quanto à propriedade do recurso, independentemente de a origem ser federal, acho que não dá para negar que a própria emenda diz que pertence ao orçamento do ente subnacional.

Acho que o grande desafio é este: como vamos trabalhar os sistemas dos Tribunais de Contas federal, estaduais e municipais. Essa troca de experiência é muito interessante. Eu gostaria de reforçar, de novo, a importância da Rede Integrar, que envolve atitudes voluntárias de técnicos comprometidos, como quase todos são, com um programa muito específico.

Por exemplo, recebi agora a notícia de que o Paraná, em 2023, vai receber aproximadamente 346 milhões de reais por meio de emendas especiais. É um valor considerável. Quais são as condicionantes? Vou citar o caso do Município X, que recebeu grande valor para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

aplicação num item específico, que está inserido nas condicionantes. Está de acordo, quase não teve despesa de pessoal, realizou investimento, as regras de ouro foram atendidas, mas a obra está paralisada, ou não atinge suas finalidades pretendidas. A quem cabe essa tomada de (*ininteligível*)? Uma coisa é o resultado, outra coisa são as condicionantes. Mas há a conformidade, as condicionantes do destino do recurso e as dos resultados. A quem caberia essa avaliação? Independente da competência que tem e deve ter o Parlamento federal, o estadual e o municipal, além do controle interno.

Fiz até uma sugestão ontem, Deputada, num debate que tivemos com a auditoria de gestão florestal. Refere-se a um programa, a uma modalidade que já fiz, em 2012, aqui no tribunal, e vamos repeti-la. Trata-se de utilizar também as universidades. O Paraná é dividido basicamente em regiões universitárias estaduais. Nós fizemos um plano de fiscalização social, com os estudantes e os professores realizando auditorias sob o comando do tribunal. Os relatórios eram encaminhados depois para aprovação. Essa pode ser também uma modalidade de ajuda no controle finalístico de levantamento dessas informações. Instrumentos nós temos, precisamos só ajustar, definir exatamente quais são as competências.

A questão do resultado é o que mais me preocupa. As condicionantes têm às vezes uma zona cinzenta com a conceituação. Por exemplo, pagamento com recurso de despesa de pessoal está proibido. O Tribunal de Contas da União vai promover a responsabilização? Ou é o tribunal? É algo independente da necessária troca de informação. Ao se deparar com essa situação, eu acho que o Tribunal de Contas local tem que informar à CGU, ao TCU e ao Congresso Nacional sobre essa inconsistência. Cada um vai exercer a sua competência em relação ao achado. A troca de informação é necessária.

O Tribunal de Contas da União nos manda rotineiramente alguns achados que escapam da sua competência. E nós fazemos a mesma coisa. Acho que temos que aprimorar isso, mas a minha preocupação é justamente esclarecer essas zonas cinzentas, que valem não só para o nosso tribunal, mas também para todos os Tribunais de Contas do Brasil.

Vejo que meu tempo já está terminando. Com minha fala, quis não só mostrar o que já estamos fazendo, mas também trazer essas preocupações à discussão.

Estou aqui à disposição para responder perguntas, tirar dúvidas e fazer colaborações. Se eu não souber, eu conto aqui com meus universitários, a quem pediria que colaborassem comigo.

Obrigado, Deputada.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Eu agradeço muito as colaborações, Sr. Fernando. Eu tenho vários comentários para fazer depois.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Passo a palavra à Sra. Érika Lacet, 2ª Vice-Presidente do Conselho Nacional de Controle Interno — CONACI.

Seja bem-vinda, Sra. Érika Lacet.

A SRA. ÉRIKA LACET - Bom dia, Presidente. Bom dia, Exmos. Deputados e Senadores e demais autoridades que compõem a Mesa e que assistem virtualmente a esta audiência pública de tamanha importância.

É um prazer estar aqui representando o Conselho Nacional de Controle Interno para abordar um assunto de tanta relevância.

De fato, o conselho não havia se debruçado ainda sobre a fiscalização. Acho que esse era ainda um tema nebuloso, em relação à competência da fiscalização desses recursos, como bem acentuou o Conselheiro Fernando Guimarães.

Eu sou Secretária da Controladoria-Geral do Estado de Pernambuco. Aqui no Estado temos uma resolução da Câmara de Programação Financeira que regulamenta a vinda e o acompanhamento desses recursos públicos aqui no Estado de Pernambuco.

De fato, há uma preocupação muito grande com a aderência do atendimento aos preceitos da Constituição, mas entendo que as fiscalizações *a posteriori* da aplicação desses recursos são ainda um pouco deficitárias. Não temos um sistema estruturado de acompanhamento da execução dessas emendas.

No âmbito do conselho nacional, não temos um estudo estruturado a respeito de como as controladorias estaduais e municipais estão fazendo esse acompanhamento. Acho que é algo de extrema importância. Nós nos comprometemos a debater isso nas próximas reuniões do conselho para tentar estabelecer uniformização e fazer parcerias.

Um ponto também importante que o Conselheiro Fernando citou foi o do apoio mútuo de auditorias, de fiscalizações, que devem ser feitas tanto pelo Tribunal de Contas da União junto aos Tribunais de Contas estaduais, como pelas controladorias estaduais junto à CGU. Temos uma parceria muito grande com a CGU, e acho que a estruturação da fiscalização quanto ao controle da utilização desses recursos passa pelo debate com a CGU.

Era isso que eu tinha a dizer.

Coloco o conselho à disposição para apoiar (*falha na transmissão*) Câmara e a CGU.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Sra. Érika, muito obrigada pelas suas contribuições.

Passo a palavra ao Sr. Dayson Pereira Bezerra de Almeida, que é Consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Bem-vindo, Sr. Dayson.

O SR. DAYSON PEREIRA BEZERRA DE ALMEIDA - Obrigado, Deputada. Bom dia.

Bom dia, Deputados, Senadores, demais presentes. Saúdo todos ao saudar a Deputada, a quem agradeço pelo convite.

Aproveito a oportunidade para agradecer à senhora pela deferência que sempre tem para com o trabalho da consultoria. Esta é uma oportunidade de expormos aqui o nosso trabalho. Por isso agradecemos.

Pudemos ouvir as falas anteriores, a abordagem do tema sob a visão dos controladores externos no caso da União, dos Estados e do sistema de controle interno. Eu queria trazer uma abordagem um pouco diferente, que, acho, pode nos ajudar a entender as motivações que levam os Parlamentares a escolherem determinado tipo de emenda no momento da apresentação.

Falamos de controle *a posteriori*, feito pelo sistema de controle. Acho que podemos discutir um pouco sobre o controle de mérito — conveniência e oportunidade — que o Congresso Nacional deve exercer quando aprova a Lei Orçamentária com a inclusão dessas emendas do tipo de transferência especial.

Vou fazer isso sob a ótica da teoria econômica. Trago um trabalho de minha autoria que foi premiado há algum tempo. Logo que surgiu o instrumento das transferências especiais, nós nos dedicamos a estudar o tema no primeiro ano, em 2020.

(Segue-se exibição de imagens.)

Basicamente, a história é esta. A partir da Emenda Constitucional nº 105, passou a haver duas modalidades distintas de emendas individuais. Há a transferência com finalidade definida, que é basicamente a transferência via emenda que já existia antes. Por essa modalidade, há um objeto de despesa, que é decidido previamente, já especificado no Orçamento. Então, os procedimentos de repasse demandam um prazo maior, para maturação. Há necessidade de celebração de um convênio e, eventualmente, de um contrato de repasse. No caso das transferências especiais, há uma diferenciação bem característica no que se refere a maior celeridade no repasse. Daí a alcunha de Pix, que surgiu posteriormente. O controle procedimental que ocorre no caso das transferências com finalidade definida não ocorre no caso das transferências especiais.

Eu chamo a atenção para esse controle político, o controle de mérito. No orçamento federal, da maneira como enxergamos a ação orçamentária de transferências especiais, a sociedade não consegue antever a finalidade daquele gasto incluído nesse orçamento federal via transferência especial, em prejuízo, inclusive, Deputada, do princípio orçamentário da discriminação. A





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sociedade fica, de certa forma, tolhida do exercício do seu dever cívico de controle social, uma vez que não sabe de antemão em que área da política pública aquele recurso vai ser aplicado. Isso ocorre porque, diferentemente das transferências com finalidade definida, não há especificação de um plano de trabalho prévio. Então, sem essa divulgação, sem essa publicização do plano de trabalho, e sublinho o vocábulo "prévio" — não adianta chegar com o plano de trabalho posterior, porque, no momento da decisão política de aprovação do Orçamento, já é preciso ter aquilo ali —, fica realmente um pouco prejudicada essa questão da transparência e do controle social.

Do ponto de vista do Parlamentar, há uma espécie de *trade-off*, uma dicotomia. É um *trade-off* para o Parlamentar, que deriva justamente dessas diferenças entre esses dois instrumentos. Por exemplo, a Deputada, enquanto Parlamentar — ela sabe muito bem disso —, pode escolher disponibilizar o recurso de forma rápida, por transferência especial, mas, ao fazê-lo, tem que assumir um custo de incerteza sobre a aplicação de fato das verbas lá na ponta, porque não foi pactuado o instrumento prévio de objeto de gasto. Se a escolha for a de garantir que o gasto vai ser feito na área da política pública de interesse da Parlamentar, o custo agora é o da espera. Tem que arcar com os custos de enfrentar esse processo, essa burocracia, de firmar um convênio, um contrato de repasse.

Então, quanto a esse *trade-off*, conseguimos enxergar o que chamamos, na área de economia, de problemas de agência. Isso ocorre quando se delega a determinada pessoa com interesses próprios a execução de determinada atividade. Essa pessoa delegante seria, no caso da União, o Parlamentar e, no caso do Município, o Prefeito, que vai receber a verba.

Como é essa assimetria nessa relação, essas incertezas que rondam essa sistemática de transferência especial que influenciam o contexto desses repasses? Será que o sistema partidário, a identidade partidária entre Prefeitos e Deputados interfere, de alguma forma, no valor ou na probabilidade de que essas transferências sejam feitas?

Este trabalho cuidou justamente disso. Como eu disse, este trabalho foi feito sob a ótica da ciência econômica. Desenvolvemos um modelo de agente principal. Para tranquilizá-la, Deputada, vou passar rapidamente pelo modelo matemático que vemos nesta imagem.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Eu entendi tudo... (*Riso.*)

O SR. DAYSON PEREIRA BEZERRA DE ALMEIDA - (*Riso.*) Basicamente, é a formalização matemática desse processo político todo que estamos discutindo aqui.

Se vivêssemos num mundo sem assimetria, o Deputado já saberia a preferência do Prefeito. Ele saberia que o Prefeito vai aplicar o recurso em determinado objeto de gasto. Ele vai escolher sabendo disso. A ausência de assimetria ocorre num mundo ideal, que se distancia do que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

experimentamos na prática. Esse mundo existe só na teoria. Na prática, ocorre a assimetria de informação.

Essa assimetria, no modelo, deriva principalmente da preferência distinta que o Prefeito pode ter em relação à preferência do Parlamentar. Isso deriva, por exemplo, do que estou chamando, nesta apresentação, de ideologia. Há ideologias distintas, que são informação privada de cada um dos agentes, e delas resultam essa assimetria.

Vamos supor que um Prefeito com certo grau de alinhamento ideológico pudesse fingir ser pouco alinhado ao Parlamentar e, a partir dessa informação privada, conseguisse um pouco mais de recursos para o seu Município. A transferência seria um pouco maior. Isso gera ineficiência do ponto de vista econômico. Para reduzir essa ineficiência, o que deveria então fazer o Parlamentar? Ele necessitaria incorporar previamente a possibilidade desse comportamento estratégico do Prefeito e já fazer esses repasses a maior na saída. O que significa isso? O que se espera do modelo teórico é que as transferências especiais tenham, em média, um valor superior ao das transferências com finalidade definida, porque, nas transferências com finalidade definida, não há essa assimetria de informação, já se sabe que o gasto vai ser feito em relação àquele objeto. Na transferência especial, é preciso, de certa forma, que haja o pagamento para, em relação ao mesmo objeto, seja pago um pouco a mais.

Esse é o resultado teórico do modelo. Só que temos, no nosso sistema político-eleitoral, uma característica importantíssima, que é a presença dos partidos políticos, que podem servir como um mecanismo para sinalizar essas preferências ideológicas, que são informação privada de cada um.

Posso fazer um questionamento. Será que a filiação partidária do Prefeito e dos Parlamentares, Deputados e Senadores, poderia influenciar de alguma forma esse relacionamento, esse repasse, sendo a transferência especial ou não? Nós investigamos isso também. Teoricamente, concluímos que isso influencia sim, reduz a ineficiência desse jogo entre Parlamentar e Prefeito. Quando o Parlamentar pertence ao mesmo partido, ao mesmo bloco, ao mesmo grupo partidário do Prefeito, quando o Parlamentar compartilha de preferências ideológicas com o Prefeito, o Parlamentar enxerga um risco menor de desvio. Então, não precisa pagar aquele pedágio tão alto, certo? E o valor que é liberado, no caso desse pedágio, vamos dizer assim, pode ser aplicado em outras áreas da política pública. Então, temos um desenho mais eficiente.

Qual é a conclusão teórica do modelo? A de que o alinhamento partidário reduz o risco de desvio na execução da despesa. E, no caso, desvio não tem conotação de irregularidade, é desvio em relação à preferência do Parlamentar. Quanto a esse particular, vejam que as transferências





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

especiais acabam ficando em condição de dominar completamente as transferências com finalidade definida. Essa é uma conclusão teórica. Este trabalho foi feito em 2020.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DAYSON PEREIRA BEZERRA DE ALMEIDA - Isso. É interessante considerar os dados de hoje, no detalhe, o que a senhora apresentou aqui. Quando começamos, em 2019, havia pouco menos de 700 milhões de transferência especial, e hoje esse número subiu dez vezes. Então, quanto a esse particular, vemos que o modelo, que é teórico por natureza, mostrou-se bem próximo do que a realidade viria a cancelar alguns anos depois.

Só que não paramos por aí. Este é um modelo teórico em que usamos dados de 2020 para verificar isto. Faz sentido, de fato, este modelo aqui? Então, realizamos alguns testes estatísticos, usamos um modelo Probit para verificar a existência de motivação político-partidária por trás dessas transferências. Estabelecemos três hipóteses principais e fomos investigar os dados de 2020 para verificar se isso fazia sentido ou não.

Primeira hipótese: os repasses via transferência especial são, em média, superiores aos repasses via transferência com finalidade definida?

Segunda hipótese: dado que o Parlamentar escolheu fazer a transferência via Pix, será que os Prefeitos do mesmo partido recebem mais ou menos?

Terceira hipótese: o fato de o Prefeito ser do mesmo partido influencia na decisão do Parlamentar de escolher a modalidade de transferência especial?

Fomos analisar os dados. Como eu disse, usamos dados de 2019 e 2020 para investigar essas hipóteses.

Em relação à primeira hipótese, vejam a última coluna, que está destacada em vermelho neste eslaide. Comparamos a média do valor da transferência especial com a média do valor da transferência com finalidade definida. Vemos que é superior em quase 130 mil. Então, só olhando os números, eu já diria que sim, que a hipótese está confirmada, mas fazemos testes estatísticos para atestar, de fato, essa nossa intuição, vamos dizer assim, e a hipótese se confirma. Conseguimos rejeitar a hipótese de que seriam a mesma coisa.

Então, há evidência forte, estatisticamente falando, em favor dessa hipótese, no sentido de que os repasses mediante transferência especial são, de fato, superiores aos repasses de modalidades definidas.

Segunda hipótese: na modalidade de transferência especial, há distinção caso o partido político divirja em relação ao partido do Parlamentar? Nesse caso, temos uma evidência estatística um pouco mais frágil, mas que também confirma a hipótese do modelo, de que a sinalização





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

partidária funciona como mecanismo de revelação de preferência do Prefeito. Dessa forma, quando o Prefeito é do mesmo partido, acaba recebendo um pouco menos, porque o Parlamentar se sente um pouco mais seguro ao passar a verba via transferência especial. Ele não precisa pagar, como eu falei, um pedágio tão alto. Então, essa é a segunda conclusão, com base na segunda hipótese.

Por fim, investigamos a questão da influência da identidade partidária na probabilidade de se receber ou não um recurso via transferência especial. A conclusão sobre o modelo é que o alinhamento político, de fato, influencia o tipo de transferência, e quando há um Prefeito e um Parlamentar do mesmo partido, pertencentes à mesma agremiação, a probabilidade de que esse Prefeito receba uma transferência via modalidade especial é de 6 pontos percentuais superior. É como se cada vez que girar a roleta o Prefeito do mesmo partido comece na frente. Essa é a conclusão a que chegamos ao investigar a terceira hipótese.

Há uma conclusão, vamos dizer assim, adicional, que diz respeito à riqueza do Município. Então, Municípios mais ricos recebem mais ou menos transferências via modalidade de transferência especial? E os dados, em 2020, indicaram que Municípios mais ricos tenham probabilidade menor de receber esse tipo de transferência. Do ponto de vista econômico, interpretando esse resultado, podemos dizer que o Parlamentar não consegue controlar a aplicação dos recursos na ponta. O Prefeito mais rico é menos dependente de transferências, e pode ser um risco maior para o Parlamentar repassar recursos para esse tipo de Prefeito, porque, eventualmente, no ano seguinte, talvez ele não precise de uma emenda e não vai fazer diferença para ele. Entenderam?

Nesse caso, como obtivemos esse resultado, ele vai na direção do que esperamos: que, de fato, Municípios mais ricos recebam, vamos dizer assim, repasses menores, e se possa ajudar, via transferência da União, os Municípios mais ou menos favorecidos. Ressalto que, no caso representado aqui, foi por uma razão distinta. Mas é essa a conclusão que obtivemos.

Conclusões: os repasses mediante transferência especial são, sim, superiores àqueles empreendidos via transferências com modalidade definida e a identidade partidária entre o Prefeito e Parlamentar interfere, efetivamente, no valor e na probabilidade de que essa transferência seja feita na modalidade de transferência especial.

Era o que eu tinha a expor. Estou à disposição da Comissão.

Agradeço aos Deputados e aos demais ouvintes.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Muito obrigada, Sr. Dayson Pereira Bezerra de Almeida, pelas contribuições. Eu achei muito interessante o estudo e vou comentá-lo depois.

Agora eu gostaria de chamar o nosso convidado da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle — CONORF, do Senado Federal, Sr. Fernando Moutinho.

Seja muito bem-vindo, Sr. Fernando.

O SR. FERNANDO MOUTINHO - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, demais convidados, agradeço a honra do convite, em nome da consultoria.

Eu vou tentar focalizar bastante nos dois objetivos do requerimento, quer dizer, discutir formas de dar transparência à execução dos recursos e levantar as dificuldades existentes na fiscalização, do ponto de vista também parlamentar.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nós estamos diante de uma figura *sui generis*: recursos repassados independentemente de convênio. Como o Dayson já falou, questionam-se vários princípios orçamentários, que passam a pertencer ao ente federado no ato da efetiva transferência, mas há condicionantes. É algo que convida a uma contradição e que tem restrições para sua aplicação, como programações finalísticas do Executivo, sendo vedada despesa com pessoal, encargos e serviço de dívida, e 70% em despesas de capital. Essas restrições, primeiro, são contraditórias com a própria noção de que é uma doação incondicionada ao ente e, segundo, são completamente inúteis, acacianas. Basta o Prefeito receber a transferência, aplicar direitinho e remanejar recursos do seu orçamento para aquilo que a transferência especial não permite. Do ponto de vista de garantir algo, essas restrições são vazias, são irrelevantes. Mas há que se fiscalizar formalmente o cumprimento dessas restrições.

Inicialmente, eu não poderia chegar aqui e, ao discutir esse assunto, deixar de levantar uma posição que eu tenho sustentado em alguns momentos e que não foi levada ainda ao sistema de controle de constitucionalidade. Portanto, ela é apenas uma análise, uma avaliação, uma opinião de que essa figura é inconstitucional, e não apenas pela violação aos princípios orçamentários, como o Dayson colocou, mas por violação à cláusula pétrea do regime federativo.

A Constituição define competências, tanto de despesa quanto de arrecadação, e dá tributos e patrimônio aos entes para que realizem determinadas finalidades, que são específicas para cada ente, embora possa haver alguma superposição. Se o ente doa recursos para outro ente, sem a garantia de que esses recursos serão aplicados nas finalidades para as quais foram arrecadados, para mim essa é uma violação frontal do princípio federativo, da forma federativa de governo, tanto





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

em relação a recursos tributários quanto a doações em geral, como doação de patrimônio. Parece-me que, no momento em que isso chegue a uma instância de controle de constitucionalidade, isso vai ser derrubado. Como esse questionamento sequer foi feito formalmente, nós temos que considerar que essa figura existe, está no ordenamento, e temos que trabalhar com ela.

Para a questão de fiscalização, o ponto de partida que temos, depois de quase 4 anos que essa figura existe, é o Acórdão nº 518. De fato, parece-me que o Acórdão nº 518 é a solução menos disfuncional e menos desequilibrada para essa figura jurídica desequilibrada. Ele reconhece a dualidade de jurisdição, e não estabelece. Ele reconhece que a Constituição define uma dualidade de jurisdição para a fiscalização desses elementos e cria dois instrumentos principais, que são os mais funcionais ou mais eficientes para isso.

Em relação à dualidade de jurisdição, o acórdão reconhece, de fato, que é uma doação de recursos. Portanto, o destino final do recurso, em pertencendo ao ente local, vai ser jurisdicionado pelo sistema de controle interno e externo local. Mas ainda reconhece, mesmo que implicitamente, que essa é uma doação com encargo. Portanto, o cumprimento dos encargos é uma condição para a validade jurídica da doação. Enquanto não houver a comprovação de que esses encargos ou de que essas condicionantes — o tribunal foi muito feliz com essa expressão — legitimam a possibilidade de se fazer esse tipo de doação, via transferência especial, até que essas condicionantes sejam comprovadas, esses recursos ainda pertencem ao patrimônio federal. Portanto, o sistema de controle interno e externo federal tem o poder e o dever de fiscalizá-los.

Parece-me que não há nenhum tipo de zona cinzenta, do ponto de vista conceitual, em relação a qual seja a jurisdição de cada um. Cumprir essas condicionantes, ainda que na prática, materialmente, elas sejam inócuas, porque não evitam que a aplicação final do recurso pelo ente beneficiário descumpra essa intenção, ou seja, a aplicação formal dessas condicionantes necessariamente precisa ser fiscalizada pelo sistema de controle federal, que tem a prerrogativa de fazer isso.

Do ponto de vista material, a solução de exigir a inclusão na Plataforma +Brasil, ou Transferegov.br., talvez seja a única viável, porque são milhares de desembolsos individuais fragmentados — milhares mesmo! São algumas milhares de transferências financeiras da União para o ente e algumas dezenas ou centenas de milhares de pagamentos individuais do ente com esse dinheiro. Não dá para trabalhar com isso em fiscalizações tradicionais. Não há como fazê-lo sem a utilização de plataformas automatizadas com BI e com recursos, como o conselheiro do Paraná apontou, com o trabalho de Big Data. Nem o TCU nem os próprios tribunais estaduais conseguem fazer esse tipo de trabalho manualmente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, usar o Transferegov, que já existe, já tem essas funcionalidades, já tem o recurso da transparência ativa, de disponibilização integral dessas movimentações na Internet para a sociedade — portanto, vai alavancar o controle social —, é praticamente a única solução possível para fazer esse tipo de fiscalização.

De fato, a exigência de inserção desses desembolsos na plataforma automatizada, que já existe, é a forma mais razoável e mais econômica de viabilizar algum tipo de fiscalização. E, a partir daí, claro, vão ser feitas verificações *in loco*, etc. Mas, sem usar o recurso da fiscalização automatizada, isso é irrelevante. Inclusive, o recurso já existe. Tanto existe que, em caráter voluntário, o próprio Executivo já oferece a inserção desses pagamentos no Transferegov. Eu cito o SISAC, a plataforma feita por um partido político, como a Deputada trouxe aqui, e a plataforma de BI do Tribunal de Contas do Paraná.

Em relação à tomada de contas especial, isso é uma imposição. Também me parece que não há zona cinzenta aí. Se o ente descumpriu as condicionalidades, há a tomada de contas especial do TCU. Se descumpriu as demais normas de finanças públicas, eventualmente há a responsabilização e a tomada de contas especial por parte do Tribunal de Contas estadual. Se o ente não cumpriu as condicionalidades, não fez jus ao direito de receber a doação e tem que devolvê-la. Parece-me que não há qualquer tipo de ambiguidade em relação a isso.

A solução dos acordos de cooperação técnica é interessante, uma tentativa de otimizar recursos, mas ela não vai substituir a automatização, o uso da plataforma. O Tribunal de Contas de Minas Gerais fiscaliza 580 Municípios. Fiscalizar as transferências federais e o cumprimento das condicionantes vai ser o menor dos problemas ou das prioridades de um tribunal de contas como esse, com essa carga de trabalho, de fiscalização. Então, esses acordos são úteis e necessários, mas são instrumentais, são secundários.

Os contratos de cooperação técnica para fins de subsidiar o acompanhamento da execução orçamentária, como a própria Constituição determina, não resolvem o problema, pois são uma ação do próprio ente beneficiário, e não do controle externo a quem está realizando a despesa. Então, eles não resolvem qualquer tipo de problema de agência.

Nós temos dificuldade de fiscalização. Há demanda da audiência pelo mapeamento. Nós temos um imenso obstáculo material. Mesmo já estando superada por essa interpretação do tribunal qualquer ambiguidade jurídica em relação à competência fiscalizadora — parece-me que de maneira taxativa —, vai haver centenas de milhares de transações, de dados contábeis e documentos de suporte espalhados por milhares de sistemas estaduais e municipais que não conversam entre si.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Essa dificuldade é inevitável. Ela é superada, ou reduzida, ou mitigada apenas com o processo de automatização que o acórdão aponta. Inclusive, o Município não tem a obrigação de associar, na sua contabilidade, a informação do recebimento de cada emenda com o pagamento que ele fez. Então, ele joga na conta única do Município e faz os pagamentos sem conseguir diferenciar qual recurso veio de cada emenda. E mais: do ponto de vista do Parlamentar, uma vez que a transferência foi realizada regularmente, a condicionante foi cumprida, ele perde o papel de agente do controle externo. O Parlamentar federal é um cidadão a mais, cobrando a fiscalização do Prefeito, do Governador, como qualquer outro cidadão, e ponto. Essa é outra dificuldade. Do ponto de vista do Parlamentar, isso é crítico, porque ele perde a condição de autoridade, de agente do controle externo, na medida em que o ente receba o seu recurso.

Há outra ambiguidade, em relação aos 70% aplicados em despesas de capital, e, essa sim, é normativa e permanece. Mas 70% do quê? De cada transferência? Do recurso recebido por cada ente? Das emendas de cada Parlamentar? Do total de emendas individuais aplicadas em transferências especiais? Essa ambiguidade persiste, e permite a um Parlamentar, hoje, em princípio, fazer dez emendas iguais, sete só com despesas de capital e três só com despesas de custeio. E ele estaria agindo corretamente. Eu não vi, no processo legislativo, nos pareceres, nas votações, nas emendas, nenhum tipo de manifestação explícita sobre isso. O Acórdão nº 518 entende, implicitamente, que a exigência é relativa a cada ente. Parece, por esses pontos que eu mostrei, que o tribunal entende dessa forma, mas não é expresso. Não vi outra manifestação do TCU ou do Judiciário.

Portanto, isso seria superável apenas por uma regulamentação, que pode ser feita aqui, ou, eventualmente, por outra manifestação do tribunal em consulta. A Comissão pode fazer a consulta ou, eventualmente, como no caso do processo que gerou o Acórdão nº 518, o Parlamentar pode fazer uma representação individual e o TCU conhecer como consulta. Mas, de qualquer maneira, essa superação é necessária.

Do ponto de vista da fiscalização do Parlamentar, como ele fica? Na medida em que esse tipo de emenda já nasce dificultando a transparência, o Parlamentar fica prejudicado, porque ele quer, evidentemente, saber o que foi feito com o recurso que ele destinou, se foi regularmente aplicado.

Do ponto de vista da avaliação qualitativa, quer dizer, qual o resultado do desembolso, se atingiu finalidades sociais, não tem jeito. Na medida em que vai para o caixa único do Município, o Parlamentar não tem sequer parâmetros individuais, ou de política pública, ou legais para saber se aquilo foi mais eficiente aplicar no Município A do que no Município B. Então, nesse caso, já





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

baixou para prejuízo. Qualquer avaliação de mérito vai ser parcial, incompleta ou subjetiva, do ponto de vista do mérito, do ponto de vista da finalidade. Isso é da própria natureza do instrumento.

Quanto à verificação eventual de irregularidade formal, até para saber onde foi aplicado o recurso, a chave é a plataforma automatizada. O Transferegov passa a ser um recurso não apenas dos tribunais, mas do Parlamento. É a única forma de o Parlamentar saber o que foi feito com o recurso que ele enviou para determinado Município, para não depender exclusivamente da informação que o Prefeito ou o Governador resolva entregar. Nenhuma plataforma de transparência da Prefeitura pode garantir isso, porque não há uma associação obrigatória entre a entrada do recurso, via emenda, e a saída dele.

Nesse caso, o que pode fazer o Parlamentar? Primeiro, discutir intensa e profundamente o conteúdo da instrução normativa. Aí está a chave da eficácia da fiscalização. Podem ser feitas audiências públicas, questionando-se, por exemplo: *"Olhe, isso aqui consta; isso não consta, mas tem que constar"*. É preciso discutir profundamente como viria a ser essa normatização e sustentar politicamente a prerrogativa do tribunal de fazer essa regulamentação. De fato, parece-me que há o poder regulamentar, como apontaram os colegas. Mas, no momento em que isso começar a incomodar algum Prefeito, vai aparecer emenda à LDO para tirar, para desmontar, para eliminar a obrigatoriedade de exigência. O Parlamentar precisa sustentar essa prerrogativa e, sobretudo, a obrigatoriedade de divulgação pública irrestrita de todos os dados que forem inseridos nessa plataforma, para viabilizar e fomentar o controle social.

Finalmente, é preciso usar intensamente essa plataforma, fazer trabalhos como os que a Deputada mostrou, verificando as informações sobre as emendas e divulgando essas informações, além de promover estudos ou levantamentos como esse que o Dayson trouxe, para tornar concreto esse mecanismo de fiscalização.

Peço desculpas, acho que me estendi um pouco. Mas essas são as contribuições que eu queria trazer em relação aos objetivos desta audiência.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Muito obrigado, Sr. Fernando.

Encerradas as considerações dos expositores, vamos iniciar o debate.

Sabemos que a reunião da CPMI no Senado está ocorrendo. Há várias coisas acontecendo. E acho justo abrir a palavra aqui, até porque há poucos Parlamentares participando do debate. Muitos técnicos do TCU e do Governo estão presentes. Sei que o Governo está nos acompanhando. Estão aqui vários consultores da área orçamentária e consultores de Lideranças





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que são especialistas no tema. Já circulou uma ficha de inscrição para quem quiser fazer alguma pergunta específica, pontual, de até 1 minuto, para aproveitar a presença desses técnicos. Esta é a oportunidade.

Eu vou fazer alguns comentários e perguntas específicas. Depois, eu vou devolver a palavra para cada convidado, por até 3 minutos, para as respostas e considerações finais. Aí poderemos encerrar o debate.

Eu estou muito feliz com a realização desta audiência, até porque estamos abrindo espaço para uma construção. Existe uma lacuna. Então, nitidamente, pelos depoimentos — eu quero frisar bem isso —, não há fiscalização à modalidade de transferências especiais da emenda individual nos anos de 2021, 2022 e, provavelmente, 2023. Que bom que houve esse acórdão do Tribunal de Contas da União! Que bom que os Tribunais de Contas dos Estados estão se mobilizando, também o CONACI, e se debruçando sobre essa lacuna existente! Não é pouco dinheiro, é muito dinheiro, e dinheiro do cidadão brasileiro.

Eu achei muito interessante a sua abordagem, Fernando, porque traz que esse também é um problema para o Parlamentar. Imaginem que o dinheiro cai em um vaso enorme, que tem um monte de dinheiro. Essa verba ali não representa nada, e não tem como fiscalizar, não tem como fazer nada. Assim, a questão da aplicação do recurso e a fiscalização, que também é trabalho da atividade Parlamentar, ficam superprejudicadas. Eu acho muito bom este início de debate com todos.

A minha pergunta para o TCU, com os nossos convidados Guilherme e Michel, que trouxeram contribuições sobre o que estão fazendo, quanto a ter sido delegado, eu fico um pouco preocupada, juntando-me à fala do Fernando, que também traz a questão da zona cinzenta, a ideia de colocar a universidade, a preocupação com essa rede integrada, em colocar o foco nessas trocas, que todos estão discutindo. A Érika traz o mesmo ao dizer: “*Vamos nos debruçar sobre o tema para uniformizar, para fazer esse apoio*”. Mas o fato é que nós não temos isso. E são bilhões e bilhões de reais dos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023. O que vamos fazer? Vamos fiscalizar o passado? É daqui para frente? O TCU e os Tribunais de Contas têm prazos para definir esses parâmetros, essa zona cinzenta, o que cada um faz? Todas essas questões foram trazidas.

O caso do Dayson, que interessante! Como é bom trazer a academia para o debate, com esses testes estatísticos, porque, assim, há evidências. Mostra-se um estudo, o modelo teórico, como ele se aplica, se ele é aderente ou não à prática. Eu quero até fazer uma pergunta para você bem interessante, que veio da minha assessoria: um elemento a mais para o estudo é a questão de ser parente — parente Prefeito, parente secretário. Precisa colocar isso no estudo, porque





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sabemos que existe muito essa questão, às vezes de falta de confiança, às vezes de confiança excessiva. Manda-se muito para o irmão, para o Prefeito, para o pai, para a mãe. Então, é mais um elemento para se colocar no seu estudo para ver como fica essa modelagem, e falar ainda sobre o tamanho dos partidos.

É muito bom iniciar este debate. Estamos fazendo um debate limpo. Eu disse que votei a favor disso, mas precisamos ajustar, preencher essas lacunas, fechar a torneira, colocar instrumentos de fiscalização. Se não der certo, volta-se atrás. Cometemos um erro, não funciona, é péssimo, não dá para aplicar, não dá para destinar especificamente, não dá para fiscalizar. Isso não é bom para a sociedade, não atende ao interesse público, porque o grande debate aqui é se está atendendo ao interesse público. É de interesse público ou de interesse pessoal? É de interesse público ou de interesse eleitoreiro? É um debate que precisamos fazer, de forma honesta, de forma transparente, seja para avançar, seja para voltar.

A minha grande preocupação, volto a dizer isso com todas as letras — e vou abrir a palavra para os técnicos que quiserem fazer perguntas específicas —, é que há um movimento de ampliação dessa modalidade para emenda de bancada. Já existe na emenda individual, e querem aumentar para a de bancada. Isso é assustador, porque, para mim, emenda de bancada já está desvirtuada. Emenda de bancada, que deveria servir para obra estruturante, para o movimento de uma bancada estadual, como construir uma ponte ou uma estrada, algo significativo, está virando emenda individual de novo e entrando em um ralo sem fiscalização. E já vimos que não há fiscalização, pelo menos até o presente momento.

É muito preocupante isso, eu me posicionei contra no ano passado, em 2021, e em 2022 também sou contra, enquanto não preencheremos a lacuna dessa zona cinzenta, quando ninguém sabe para onde vai o dinheiro dessa emenda.

Eu vou passar a palavra agora para um inscrito. O Eugênio está inscrito, assim como o Kleber e o Renato Capanema. Peço que a pergunta para os técnicos seja breve e muito pontual. Eu vou começar pelo meu querido Eugênio. Aliás, eu já quero parabenizar, em nome do Eugênio, toda a Consultoria de Orçamento pelo estudo feito sobre várias transferências, que está disponibilizado para todos os Parlamentares e para toda a população brasileira. Eles fizeram um mapeamento de todos os tipos de emendas parlamentares. Uma parte aborda a transferência especial, mas o estudo também trata de emenda individual, dos problemas, de emenda de bancada, de emenda de Relator, de emenda de Comissão. E outra audiência que temos que fazer aqui é para discutir a emenda de Comissão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Abro a palavra para o Eugênio, parabenizando-o pelo trabalho feito por ele e por toda a Consultoria de Orçamento da Câmara e do Senado. Eles são sempre técnicos, trabalham muito pelo Brasil, e estão disponíveis para todos os Parlamentares e toda a sociedade brasileira. Obrigada.

Eugênio, tem a palavra.

O SR. EUGÊNIO GREGGIANIN - Obrigado, Deputada.

Essa questão das transferências especiais é muito importante, e nasceu do descontentamento com a execução dos convênios, por conta da demora. Mas ela entrou em uma seara que criou uma desordem constitucional, que é de difícil solução pelo fato de não haver uma finalidade definida. É possível o orçamento público não ter uma finalidade definida ou essa finalidade depender apenas da indicação de um Parlamentar? Algo que também chama atenção, e que tem a ver com o trabalho do Sr. Dayson: como explicar que Municípios em igualdade de condições, em função do alinhamento ideológico, possam receber mais ou menos? Há excedentes? Essa é a questão que eu gostaria que fosse um pouco mais desenvolvida, quando se falou de pedágio nas transferências especiais.

Um aspecto também interessante para abordar é o fato de que, quando se olha a isonomia dos autores, é uma coisa, mas outra coisa é a isonomia dos Municípios. Municípios em igualdade de condições recebem valores diferentes pelo fato de que a distribuição das emendas se dá por critérios basicamente políticos, e não por critérios da demanda. Vemos que uma diferença fundamental é o fato de que não se consegue, nas transferências voluntárias normais com o convênio, aferir o motivo da diferença de tratamento. Por exemplo, um Município recebeu 10 milhões de reais porque está construindo uma rota turística, enquanto o outro recebeu 1 milhão de reais porque está construindo uma obra de pequeno porte.

Quando há uma especificação do programa de trabalho, você traz a aferição de custos unitários, traz o convênio, traz uma série de elementos que permitem verificar a razão do tratamento diferenciado. Há um princípio da Federação de que todos os Municípios, do ponto de vista jurídico, são iguais. Então, sobre essa igualdade jurídica, é impossível verificar as razões e as desigualdades quando há essas transferências especiais, justamente porque elas não especificam o programa de trabalho. Está se tentando solucionar de uma forma ou de outra. Essa é uma questão importante e queria ressaltá-la.

Mas a pergunta mais específica é para o Dayson, sobre essa questão do alinhamento ideológico, para explicar melhor as transferências especiais e o convênio comum.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Obrigada, Eugênio.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vou passar a palavra agora para o Kleber Lage.

O SR. KLEBER LAGE - Queria cumprimentar a todos da Mesa e os colegas. Temos mais de 20 anos na área de orçamento, conhecemos um bocado de gente. Temos uma trilha.

Queria falar também em nome dos componentes e palestrantes, na figura do Moutinho, que foi meu orientador na área de projeto da especialização do Senado, e também na condição de ex-diretor do orçamento impositivo, junto à SEGOV, na Presidência da República, nos anos de 2021 e 2022.

Esta é a minha principal pergunta: em 2020 e 2021, tivemos 100% do financeiro autorizado e pago das transferências especiais. Quando avançamos para 2022, em torno de 2 bilhões de reais foram destinados, tivemos só 50% dentro do exercício e, na sequência, 50% em Restos a Pagar para 2023, que já foram pagos neste exercício. Isso é comprometimento do financeiro no exercício. Então, temos um montante maior em 2023 do que em 2022, e a execução vai depender desse financeiro. Os empenhos já foram feitos. Então, do montante de 2023, já foram feitos todos os empenhos.

Como vai ficar esse financeiro? Eu já penso na possibilidade, por exemplo, de uma frustração de receita. Haverá contingenciamento de impositivas também, não só do Orçamento geral. Então, dentro do impositivo, com essa restrição financeira, vai ser comprometido? Então, quando esse recuar, tocando em um assunto financeiro e levando para o ente, que, do ponto de vista da União, é despesa, quando você faz a transferência financeira de um recurso, ela vira fonte, e é uma fonte de execução 100%. Então, quando os entes fazem os projetos e os apresentam, eles têm autonomia financeira para executar 100%.

Esse foi o avanço a que o Congresso se comprometeu. Acho que foi um comprometimento, tanto é que gera esses desgastes. Expressões que falem diferente de transferências especiais, eu não quero nem repetir qual é a expressão, porque eu não concordo. A questão da transparência, o TCU já disse que está na competência dos tribunais locais existentes, estaduais e municipais.

Um avanço seria a LDO, na figura do TCU, começar a trazer relatórios perante os tribunais regionais que informassem quais foram os recursos, desde 2020, que já tiveram prestações de contas, ou seja, execução 100%, quais os que já se encontram iniciados e quais os que estão dentro dos prazos de plano de trabalho, em execução desde 2020. Por quê? Porque estamos falando de investimento, e investimento não é um gasto corrente, que você coloca na conta e paga, um contrato de serviço, que seja. Então, você está falando de investimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Queria que finalizasse, Kleber. Pode fazer sua pergunta para finalizar, por causa do tempo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. KLEBER LAGE - Pois não.

É mais uma provocação do que uma pergunta. Eu acho que a provocação, em termos de Tribunais de Contas, seria, já na LDO de 2024, sob a relatoria do Deputado Danilo Forte, constar que o TCU se manifeste perante os tribunais regionais, para que eles prestem esse tipo de informação, e o TCU a remeta ao Congresso, digamos, até o prazo de 31 de agosto, que é o prazo de envio do Orçamento do ano seguinte, além da destinação das transferências especiais para o ano subsequente, no caso 2024, que seria em 2025, para que conseguíssemos *pari passu* fazer isso, porque a transparência está nos tribunais regionais. Não vejo grandes problemas de transparência, essa avidez de ter no TCU ou no Congresso essa transparência, porque ela ocorre no tribunal local.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Obrigada, Kleber.

Agora passo a palavra para o Renato Capanema.

O SR. RENATO CAPANEMA - Obrigado, Deputada.

A minha pergunta é direta para o pessoal do TCU, o Guilherme e o Michel. Em que medida as obrigações de transparência da LDO estão incluídas na discussão que vocês estão tendo atualmente sobre a instrução normativa? Vocês entendem que o Tribunal de Contas da União pode fiscalizar as obrigações de transparência estabelecidas na LDO e em que medida isso pode ser operacionalizado? Sei que está em discussão ainda a instrução normativa. Mas em que medida isso pode ser operacionalizado na instrução normativa que está sendo desenvolvida atualmente no TCU?

É isso. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Vou até emendar à mesma pergunta. Isso é, na verdade, para os Tribunais de Contas estaduais e da União, porque o § 2º do art. 81 da LDO de 2023 trouxe um dispositivo que quer colaborar com essa transparência que estamos discutindo aqui, da execução das transferências especiais. Então, determina-se ali que o ente receptor dos recursos deverá comunicar ao respectivo Poder Legislativo, em 30 dias, o valor do recurso recebido e o respectivo plano de aplicação, do que dará ampla publicidade, que foi justamente o ponto que o Kleber trouxe. A pergunta é: vocês possuem conhecimento a respeito dessa regra? Há previsão dessa fiscalização? E o § 3º da LDO de 2023 estabelece que o ente receptor de recursos deverá utilizar o Portal Nacional de Contratações Públicas para o registro das contratações públicas realizadas. A pergunta também é sobre a previsão de fiscalização. Acho que esse é o ponto importante para avançarmos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os inscritos já falaram, e eu já fiz as minhas perguntas na minha fala. Todos estão na mesma página, pensamos igualmente. Todo mundo quer transparência. Cada um acha uma coisa, acho bom inclusive haver divergência, porque construímos em cima de algo mais sólido.

Vou devolver a palavra a cada participante, para suas considerações finais e para que atendam a essas respostas. Eu me coloco à disposição para continuarmos este debate em outras audiências. O debate público é muito bom.

Começo passando a palavra para o Sr. Guilherme Yadoya de Souza, por até 3 minutos.

O SR. GUILHERME YADOYA DE SOUZA - Obrigado, Deputada. É bom fazer breves considerações.

Primeiro, quero agradecer as contribuições feitas na audiência pública, tanto pelos convidados, quanto pelos colegas que fizeram as perguntas. E queria aproveitar para destacar dois pontos.

O primeiro ponto é em alinhamento com a fala do Exmo. Conselheiro Fernando Guimarães sobre a importância e o estágio atual em que o sistema de controle dos Tribunais de Contas se encontra. Há muito nós já atuamos em parceria — e o conselheiro mencionou atividades que já somam bastante tempo —, mas o momento agora é muito rico, porque nós estamos desenvolvendo uma metodologia que tende a ser permanente, por meio da Rede Integrar, no âmbito da ATRICON, do Instituto Rui Barbosa. Então, estamos em excelente momento para poder construir e somar esforços, a fim de que consigamos, de fato, cumprir com a fiscalização desses recursos dentro da esfera de competência que já foi estabelecida pelo Acórdão nº 518.

Além disso, eu queria aproveitar para fazer um destaque para a Emenda Constitucional nº 108, de 2020, que incluiu o art. 163-A, da Constituição Federal, e que é um assunto que está correlacionado com tudo que estamos discutindo em termos de transparência do gasto público.

Eu vou me permitir aqui ler o conteúdo desse novo dispositivo constitucional, que reza o seguinte:

Art. 163-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, de forma a garantir a rastreabilidade, a comparabilidade e a publicidade dos dados coletados, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.

Esse sistema, chamado Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle — SIAFIC, relaciona-se com essa intenção de dar maior transparência e permitir que tanto o controle oficial quanto o controle social possam exercer em





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

plenitude o acompanhamento da execução de todas as emendas, especificamente a que estamos discutindo, de transferências especiais.

Quanto aos demais pontos, agradecemos os subsídios.

Como foi colocado pelo Michel, a instrução normativa está em elaboração e tramitação no TCU. Acredito que ela vai poder aclarar alguns pontos que demandam maior análise, uma interpretação. Imagino que após a publicação dessa IN muitas das questões que foram colocadas hoje aqui sejam sanadas.

São esses os comentários que gostaríamos de fazer.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de participar desta audiência pública e coloco o TCU sempre à disposição para contribuir com esse tema e os demais.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Muito obrigada, Sr. Guilherme.

Eu sei que a IN está em tramitação. Então, faço um pedido pessoal: cuide desse assunto, por favor. Eu sei que os senhores estão cuidando, e que seja de forma rápida, para dar resposta e podermos agir em tempo hábil. Eu agradeço bastante.

Passo a palavra agora para o Sr. Michel de Oliveira Bandeira, Secretário da Representação do TCU do Acre.

O SR. MICHEL DE OLIVEIRA BANDEIRA - Bom dia, Presidente. Bom dia a todos.

Queria mais uma vez, como o Guilherme já fez, agradecer, em nome do Tribunal de Contas da União, a possibilidade de participar desta audiência pública.

Esse tema é muito importante e relevante para o Brasil, para os Estados e Municípios, que são os beneficiários desses recursos.

Eu queria só complementar, em relação ao que o Guilherme disse, a indagação do último senhor que se manifestou, o que, inclusive, foi ratificado pela Presidente, sobre se vamos contemplar ou não a previsão do § 2º da LDO.

De fato, a IN tem mecanismos que preveem essa questão. Inclusive, a própria portaria do Ministério da Gestão e da Inovação prevê que o Poder Legislativo local seja notificado. E a IN tenta realizar a previsão da própria Constituição, que fala sobre a programação finalística na qual os recursos vão ser aplicados, que é mais ou menos a mesma coisa do plano de aplicação que o § 2º da LDO estabelece.

Na verdade, se pararmos para pensar, a IN vai trazer uma regulamentação bem mais ampla, até porque, como o tema é muito recente, as LDOs são muito singelas em relação às prescrições das transferências especiais. E a expectativa que temos é que a publicação da instrução normativa





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

vai, de certa forma, pacificar essa zona cinzenta que foi tão falada pelos palestrantes com relação às emendas especiais.

Bom dia a todos. Mais uma vez, agradeço a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Muito obrigada, Sr. Michel, pela sua participação.

Agora passo a palavra ao Sr. Fernando Augusto Mello Guimarães, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

O SR. FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES - Vou tentar ser objetivo, Deputada, para cumprir com o horário regulamentar.

Notei que quase todos nós temos as mesmas preocupações e as mesmas angústias, e também propostas semelhantes, embora possa mudar o nome e a forma de abordagem. O meu xará falou várias coisas que eu iria comentar rapidamente aqui sobre as nossas preocupações e até facilidades que poderemos ter com segregação de despesa. Nós temos no nosso sistema, por exemplo, controle da fonte especial e da despesa a ela atrelada. Então, podemos trabalhar, aprimorar e integrar esse sistema.

O Guilherme colocou bem, a Rede Integrar tem colaborado bastante, assim como a ATRICON.

Eu vou fazer um pedido ao TCU, agora, como técnico do tribunal, e não como Presidente, conselheiro ou representante da ATRICON. Sei que é competência *interna corporis* do TCU as instruções normativas, mas, para haver a efetividade e a rapidez que todos queremos — e que a Deputada também mencionou —, o Tribunal de Contas da União, quando tratar dessas competências concorrentes, poderia realizar uma conversa prévia entre ATRICON e a cúpula do Tribunal de Contas da União, para que a instrução normativa já saia mais ou menos com as modelagens definidas. Assim, serão aparados antes eventuais conflitos de competência que possam ocorrer em todos os tribunais.

Esse é um pedido que eu faço. Isso é muito importante para adiantarmos bastante essas questões.

Fiquei feliz e orgulhoso ao ver que — embora não tenhamos usado essa expressão — temos "informações de qualidade" nos órgãos de controle. E deve haver esse compartilhamento não só com o controle social. Por isso, falei do plano com as universidades, para dar fidedignidade aos atos declaratórios e também aos resultados obtidos, e compartilhá-los com o Congresso Nacional, com os sistemas de controle internos, até para que a sociedade exerça uma avaliação.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vou dar um exemplo que o Fernando já mencionou: quando se divide em dez ou sete emendas individuais, acho que o cidadão e o Paraná têm que saber se houve a aplicação correta, em termos de finalidade e de resultado, independentemente da conformidade da despesa, ou seja, da finalidade. E é preciso gerar também, Guilherme, como você mencionou, aquela questão do IDH do Município, porque existem diferenças, como mencionado em palestras anteriores. Acho importante nós termos essa informação.

Então, acho que, como sistema, podemos trabalhar de forma mais integrada o compartilhamento e traduzir isso para a sociedade, porque para dar publicidade e transparência não basta publicar, é preciso também tornar inteligíveis e tratáveis as informações.

Eu gostaria de falar sobre outra preocupação que tenho. Pelo que sei até agora, quando o beneficiário recebe o recurso, ele informa um plano de trabalho, mas esse plano pode ser modificado a qualquer momento, e isso dificulta a avaliação de resultados. Como (*ininteligível*) fica discricionária, embora a fonte possa ser segregada, talvez deva haver algumas regras nos repasses, não nas condicionantes de execução, mas na forma de repasse, de modo que se limite essa discricionariedade na execução — não só na escolha — e se justifique por que se está alterando o plano de trabalho. Essas são sugestões.

A segregação de contas é importante — acho que o Fernando também falou nisso. Temos autonomia para exigir isso em nossos sistemas individuais, mas precisamos primeiro definir a nossa competência e a competência do TCU e da CGU.

Acho que seriam esses os comentários.

Eu agradeço. Acho que as provocações, no bom sentido, estão tendo muito utilidade, pelo menos na minha cabeça. Minha equipe acho que não vai querer falar comigo na volta desta audiência. Eles entram em pânico quando eu levo novidades, ideias.

Agradeço esta oportunidade. Ganhei muito conhecimento com este debate, e acho que todos nós.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Muito obrigado, Sr. Fernando, pelas suas contribuições. Acho que esse pânico é bom. Ficar em pânico com coisa boa, com coisa construtiva, acho muito bom.

Passo a palavra agora à Sra. Érika Lacet, do CONACI, para as suas considerações finais, por até 3 minutos.

A SRA. ÉRIKA LACET - Acho que o debate foi extremamente rico. Foi dado o *start* para a regulamentação da utilização dos recursos e a uniformização de uma fiscalização pelos órgãos de controle.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O CONACI está à disposição da Câmara dos Deputados. Como eu disse, iremos levar o tema para debate na próxima RTC. Estamos dispostos a colocar o controle interno à disposição da melhoria da utilização do recurso público. Acho que a plataforma Transferegov seria uma excelente opção para esse controle.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Muito obrigada, Sra. Érika, pelas suas contribuições.

Agora, eu passo a palavra para o Sr. Dayson Pereira Bezerra de Almeida, para suas considerações finais.

O SR. DAYSON PEREIRA BEZERRA DE ALMEIDA - Obrigada, Deputada. Novamente agradeço a deferência e a oportunidade.

Abordando mais especificamente a questão que nos foi direcionada pelo Eugênio, posso dizer que fazemos na consultoria debates sobre essa questão há muito tempo. O estudo que a Deputada mencionou, feito pela consultoria por provocação da Deputada, o Estudo Técnico nº 6, de 2023, está à disposição na página da consultoria e pode ser baixado. Convido todos a conhecê-lo. Nesse estudo, do qual eu e o Eugênio somos autores, além dos demais colegas da consultoria, nós discorremos longamente sobre o papel das emendas no contexto mais amplo de desenho das políticas públicas do Estado.

Essa questão da influência partidária nós trazemos como um dado da realidade. Não queremos dizer que critérios socioeconômicos ou técnicos não devam ou não possam ser considerados. Eles têm que ser considerados. Eles devem ser considerados. Mas, mesmo quando se controlam esses critérios, notamos que o alinhamento partidário influencia na decisão parlamentar. Acho que a sua questão talvez seria se essa forma de decidir é a mais correta. Ela é a mais alinhada? Ela respeita os mandamentos constitucionais? É a mais eficiente do ponto de vista alocativo, especialmente neste cenário de restrição de recursos públicos? Porque há crises fiscais recorrentes no País. Penso que seria por aí. O desafio, eu imagino, Deputada, seria justamente como conciliar melhor essas questões, como conciliar decisões alocativas com o sistema de incentivos existente no nosso sistema político, partidário, eleitoral e democrático. Eu acho que seria isso.

Novamente, obrigado. Estamos à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Muito obrigada, Sr. Dayson. Achei muito boa a sua pontuação final. Precisamos conversar com a realidade, que é como o sistema funciona. O partido se apresenta à população, e a democracia não se faz sem partido político. Por





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

isso eu acho que colocar o partido nesse estudo é muito relevante. Temos que tratar o real com realidade. Usamos o modelo teórico, mas temos que aplicar nele a realidade.

Para as considerações finais, tem a palavra o Sr. Fernando Moutinho, da Consultoria Orçamentária do Senado.

O SR. FERNANDO MOUTINHO - Obrigado, Deputada.

Eu vou tentar responder diretamente aos pontos que foram levantados.

A Deputada levantou que não há fiscalização e que alguma coisa em torno de 6,6 bilhões de reais está aumentando, está se expandindo. De fato. Estamos com o dilema de recursos crescendo e drenando a tensão e a capacidade do sistema de fiscalização federal para despesas municipais. Então, vai haver um *trade-off* aqui, porque alguma coisa está crescendo, mas, em vez de olharmos a política monetária, em vez de olharmos investimentos estruturantes, estamos olhando despesa municipal! Não há foco. Está muito nítido — o Acórdão nº 518 foi muito oportuno — que algum caminho para viabilizar isso está saindo pela normatização do TCU, via instrução normativa, e pelo uso da plataforma de automação.

Em relação a esses pontos, em primeiro lugar, uma sugestão mesmo ao TCU: ponha em consulta pública essa instrução normativa, usando a manifestação do Presidente do Tribunal do Paraná. É preciso alinhar todo mundo. Então, ponha em consulta pública brevemente isso. Eventualmente, a própria Comissão pede ao tribunal que submeta uma minuta para debate aqui, numa audiência pública. Possivelmente, essa vai ser a única legislação estruturante que teremos em relação a esse tipo de fiscalização. É muito oportuno trazer isso tudo para o debate. Então, o tribunal poderia fazer isso espontaneamente, abrir uma consulta pública, ou a CMO, o Parlamento, demandaria.

As duas perguntas, a do Kleber e a do Renato, apontam para a necessidade de acompanhamento da execução não só financeira, mas também física, em termos de plano de aplicação. O Transferegov já tem essa funcionalidade para as transferências com finalidade definida, para os convênios. É claro que, para fazermos um relatório específico, seria preciso um pequeno investimento, do TCU ou nosso aqui, para termos um acompanhamento informatizado, mas dá para cruzar os dados de um e de outro e gerar esse relatório. Se for obrigatório colocar, por exemplo, o plano de aplicação das transferências especiais no Transferegov, já existe ferramenta para isso. Hoje, com a transferência (*ininteligível*), conseguimos apenas avaliar o financeiro, o que foi e o que não foi. Se mesclarmos esse dado financeiro com o dado físico, que hoje só existe nos convênios, conseguimos fazer esse mapeamento, e esse mapeamento é crucial





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

para a gestão e ele é algo possível, uma vez que exista essa obrigatoriedade. Assim se cumpre automaticamente a demanda da LDO de informar ao Legislativo, porque ela já estaria pronta.

Esses são os dois pontos que eu levantaria.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Muito obrigada, Sr. Fernando, pelas suas contribuições.

Eu também estou tendo muitas ideias aqui, e isso é um perigo, mas acho que também é bom. Estamos no início de um debate, no início de uma construção. Eu quero me colocar à disposição dos nossos convidados. Podem usar o meu gabinete como porta de entrada à vontade, porque esse tema realmente incomoda, incomoda para o bem, porque existe o instrumento, ele foi aprovado, é utilizado, então precisa ter transparência, até para evitarmos apelidos pejorativos, como foi colocado aqui, até para evitarmos mau uso, como também foi colocado aqui, e para que haja fiscalização. Então, é bom nos debruçarmos sobre o assunto até para apararmos essas arestas. O instrumento é importante. Muitos Parlamentares aderiram. Existe realmente uma agilidade que as outras emendas não têm. Então, precisamos focar e torná-lo transparente. Nosso objetivo é torná-lo transparente, para que atenda ao interesse público e seja fiscalizado. Acho que essa é a grande questão.

Aproveito para anunciar que muito em breve lançaremos uma frente de fiscalização, transparência e integridade. Todos esses painéis que construímos a poucas mãos... Enquanto o Transferegov não acontece com essas transferências, vamos utilizando as nossas plataformas, o que conseguimos puxar, para deixar a informação disponível para o cidadão. Outro fato que eu acho que também precisamos trabalhar é a simplificação. Às vezes o acesso existe, a informação existe, mas não se tem de maneira objetiva a informação de onde materialmente aquele dinheiro foi aplicado. Está ali uma infinidade de páginas, 3 mil páginas, com 3 mil lançamentos, e nem se entende objetivamente o que aconteceu. Precisamos desse acesso rápido, fácil, transparente e com a informação final. Precisamos construir uma ponte. Eu não quero ler que foi comprado tanto de cimento por 2 mil reais, e isso expresso em 3 mil páginas de lançamento. Eu quero saber qual foi a destinação final. Esse é outro problema que nós temos, então é preciso simplificar a informação e garantir o acesso para as pessoas mais simples, para o cidadão comum, da ponta. Se eu entro no *site*, eu fico irritada. Dou voltas e mais voltas e não obtenho a informação. Depois de meia hora irritada, eu largo o *site*. É preciso ter um botão de fácil acesso. Essa é inclusive uma exigência da Lei de Acesso à Informação, das leis de transparência.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Convido a todos para participarem dessa construção, independentemente de viés ideológico ou de partido político. E podemos divergir à vontade, porque é só na divergência que encontraremos um instrumento bom. Coloco-me à disposição.

Agradeço muito aos nossos convidados, à Comissão Mista de Orçamento, à assessoria, às Consultorias de Orçamento da Câmara e do Senado, pela participação e pela contribuição que nos deram.

Também quero agradecer à minha Liderança e ao meu gabinete pelo trabalho que fazem.

A todos que participaram da reunião, muito obrigada.

Declaro encerrada esta audiência pública.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA SEXTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2023.

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados em Audiência Pública para discutir sobre a importância da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, para o desenvolvimento da agropecuária nacional e as novas perspectivas da área, em atendimento ao Requerimento nº 4/2023-CMO, de autoria do Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), com subscrição dos Deputados Bohn Gass (PT/RS), Marx Beltrão (PP/AL), José Rocha (UNIÃO/BA), Sergio Souza (MDR/PR) e Geraldo Resende (PSDB/MS), aprovado na 4ª Reunião Deliberativa Extraordinária, ocorrida em 08/08/2023. Foram convidados os seguintes representantes: Sra. Sílvia Maria Fonseca Massruhá - Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa; Sr. Marcus Vinicius Vidal - Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário-Sinpaif; Sr. Pedro Neto - Secretário Adjunto da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo – SDI e Deputado Pedro Lupion - Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária. O Presidente em exercício comunicou que o Deputado Pedro Lupion enviara comunicado agradecendo o convite e informando que não compareceria à reunião. Verificaram-se as presenças dos **Deputados Titulares**: Castro Neto e Luciano Amaral; do **Deputado Suplente**: Marco Bertaioli; do **Senador Titular**: Izalci Lucas e do **Senador Suplente**: Veneziano Vital do Rêgo. **ABERTURA**: às catorze horas e treze minutos, foi iniciada a reunião sob a condução do Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), que comunicou a finalidade da audiência pública e informou que a reunião ocorreria de forma semipresencial com parlamentares e palestrantes participando de forma presencial no plenário e virtualmente por meio da plataforma Zoom. Para melhor ordenamento dos trabalhos, o Presidente em exercício informou que, de acordo com o estabelecido no *art. 15, inciso III, da Resolução nº 01/2006 do Congresso Nacional*, os palestrantes disporão de 10 minutos, prorrogáveis, para sua exposição. Além disso, informou que, de acordo com o *art. 94, §2º e §3º do Regimento Interno do Senado Federal*, os parlamentares presentes poderiam, terminada a apresentação dos convidados, interpelar os oradores exclusivamente sobre o tema da exposição pelo prazo de 3 minutos, tendo os interpelados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 3 minutos. Informou ainda que as apresentações dos convidados estavam disponíveis na página da CMO e abriu a lista de inscrições para o debate. Exceto a Sra. Sílvia Maria Fonseca Massruhá - Presidente da Embrapa, a Sra. Selma Beltrão, Diretora-Executiva de Pessoas, Serviços e Finanças da Embrapa e o Sr. Alderi Emidio de Araújo, Diretor-Executivo de Gestão e Governança da Embrapa, que participavam presencialmente e foram convidados pelo Presidente em exercício para compor a Mesa, os demais convidados participaram remotamente por meio da plataforma zoom. Após fazer algumas considerações sobre o Requerimento que originou a Audiência, o Senador Izalci Lucas passou a palavra para o Sr. Pedro Neto - Secretário Adjunto da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo – SDI, que fez sua explanação. Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Marcus Vinicius Vidal - Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário-Sinpaif. A próxima palestrante foi a Sra. Sílvia Maria Fonseca Massruhá - Presidente da Embrapa, que fez uma apresentação multimídia por meio de slides. Posteriormente, o Sr. Alderi Emidio de Araújo, Diretor-Executivo de Gestão e Governança da Embrapa fez uso da palavra. Por fim, a Sra. Selma Beltrão, Diretora-Executiva de Pessoas, Serviços e Finanças da Embrapa complementou as falas anteriores. O Presidente em exercício sugeriu que fosse elaborada uma programação para que os parlamentares fossem convidados a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

conhecer a Embrapa, para que tenham efetivo conhecimento da importância do investimento em pesquisas na área da agropecuária. A Presidente da Embrapa citou diversos novos ramos de pesquisas nas quais a Embrapa pretende atuar e o Senador Izalci Lucas fez ainda considerações sobre a agricultura familiar a importância dos estudos prévios para que sejam feitos os assentamentos. Não havendo mais oradores inscritos para debater, o Presidente em exercício passou a palavra aos palestrantes para que fizessem suas considerações finais. **ENCERRAMENTO:** às quinze horas e quarenta e nove minutos, o Presidente em exercício, Senador Izalci Lucas, informou que amanhã, dia 25/08/23, ocorrerá uma Reunião de Audiência Pública para debater a importância da ciência e a percepção pública sobre o tema, para atender ao requerimento nº 5/2023 CMO, de sua autoria. Agradeceu a presença de todos os convidados e demais presentes e encerrou a reunião. Após aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas. **Senador Izalci Lucas, Presidente em Exercício. XXXXXXXXXXXXX**





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
(REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA (SEMIPRESENCIAL))

Em 24 de Agosto de 2023

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Declaro iniciada a 6ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO.

Esta reunião foi convocada com a finalidade atender ao Requerimento nº 4, de 2023, da CMO, de minha autoria, com subscrição dos Deputados Bohn Gass, Marx Beltrão, José Rocha, Sergio Souza e Geraldo Resende, aprovado na 4ª Reunião Deliberativa Extraordinária, para discutir sobre a importância da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA para o desenvolvimento da agropecuária nacional e as novas perspectivas da área.

Informo que a reunião ocorre de forma semipresencial. Pode haver Parlamentares e convidados presentes no plenário e participando de forma virtual, através da plataforma Zoom.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 15, inciso III, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, os palestrantes disporão de 10 minutos, prorrogáveis, para sua exposição.

Conforme estipulado no art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, terminada a apresentação dos expositores, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo os interpelados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 3 minutos.

Informo, ainda, que as apresentações dos palestrantes, quando houver, estarão disponíveis na página da Comissão.

A lista de inscrição para o debate já está aberta.

Antes de passar a palavra aos convidados, informo que o Sr. Deputado Pedro Lupion, Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, enviou comunicado agradecendo o convite e informando que não poderia comparecer à reunião.

Estão presentes aqui conosco e compõem a Mesa a Sra. Sílvia Maria Fonseca Massruhá, Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA; a Sra. Selma Beltrão, Diretora-Executiva de Pessoas, Serviços e Finanças da EMBRAPA; e o Sr. Alderi Emídio de Araújo, Diretor-Executivo de Governança e Gestão da EMBRAPA. Obrigado pela presença.

Participarão da reunião de forma virtual o Sr. Marcus Vinicius Vidal, Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário — SINPAF; e o Sr.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pedro Neto, Secretário Adjunto da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo — SDI.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu quero dizer da importância desta audiência pública. Normalmente, nós debatemos esses temas na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, nas Comissões de mérito. Dificilmente nós falamos desses temas na Comissão Mista de Orçamentos, na qual, de fato, aprovamos o Orçamento. É importante esta audiência na CMO, porque aqui nós podemos conseguir mais recursos. Como o cobertor é curto, quanto mais as pessoas souberem da importância desse tema e estiverem em contato com os Parlamentares, melhor. Inclusive, acho que foi muito boa a última audiência que nós fizemos.

Para vocês terem uma ideia, no ano passado, mais da metade do orçamento da EMBRAPA veio de recursos de emendas parlamentares: emendas de Comissão, emendas individuais e emendas de bancada. Daí a importância desta audiência para sensibilizar cada vez mais os Parlamentares.

Em especial, os nossos colegas que participam da Frente Parlamentar da Agropecuária estão diretamente ligados ao tema, mas todos os Deputados sabem da importância, da relevância e do papel da EMBRAPA, principalmente para o Cerrado, para o Centro-Oeste. Nós temos um orgulho muito grande de termos várias unidades da EMBRAPA aqui no Distrito Federal. Nós somos testemunha disso. Temos que homenagear sempre os pioneiros da EMBRAPA, que hoje é uma referência no mundo todo, assim como o Pelé — nós temos o Pelé e a EMBRAPA. Mas isso tem que ser traduzido em recursos. Não adianta apenas fazer discurso. Não se faz pesquisa, ciência, tecnologia e desenvolvimento se não houver investimento. É por isso que nós temos que reduzir um pouco os discursos e aumentar os recursos. Esse é o objetivo principal desta audiência.

É importante a presença de vocês aqui hoje, assim como daqueles que participam da audiência de forma virtual, porque todas as falas ficarão registradas nos Anais da CMO e todos os Parlamentares terão acesso a tudo que vai ser discutido e debatido, para acordarem para a importância de continuarmos investindo em pesquisa.

Nós conseguimos aprovar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FNDCT, que foi uma luta de muito tempo, inclusive em relação à proibição do contingenciamento. Está em uma das emendas que nós iremos apresentar, mas eu gostaria que já viesse do Governo essa questão do não contingenciamento de recursos da EMBRAPA e também da área de ciência e tecnologia. Se isso não vier do Executivo, com certeza, nós iremos apresentar uma emenda, no primeiro dia, para proibir o contingenciamento. Será a nossa primeira emenda.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Espero, também, que o Governo mande a LOA tomando como parâmetro pelo menos o que foi executado, considerando os recursos das emendas e também o que veio na LOA, do Executivo. Eu vou deixar a Secretária falar sobre isso, porque talvez o convencimento seja maior. No fim, nós vamos conversar um pouco sobre isso.

É uma honra muito grande presidir esta audiência pública. Amanhã faremos outra audiência diretamente relacionada com a EMBRAPA, com o objetivo de debater sobre a importância da ciência e a percepção pública sobre o tema. Eu fiz diversas audiências públicas na Comissão Senado do Futuro, inclusive com a presença do Alysson Paulinelli, uma pessoa que também é referência para todos nós — foi uma perda muito grande, mas ele deixou um legado para todos nós brasileiros.

Amanhã, nós faremos uma audiência com a presença da Roseli Lopes, da USP; do Átila Iamarino, divulgador científico; da Sra. Helena Nader, Presidente da Academia Brasília de Ciências; do Renato Janine Ribeiro, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC; da Márcia Cristina, Secretária de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; e também de um representante da 3M do Brasil.

Eu tive a oportunidade de participar de uma audiência pública em que foi demonstrado claramente, numa pesquisa, o total desconhecimento, por parte da população, de modo geral, da ciência. Foi perguntado na pesquisa o nome de um pesquisador, e ninguém respondeu. Aliás, um respondeu: "*Einstein*". Nós precisamos popularizar a ciência. A força do investimento de recursos ocorre muito em razão da popularização. Hoje não há muita popularização. Nas escolas, sempre tivemos laboratórios e uma estrutura boa, mas, infelizmente, nos últimos anos, perdemos essa estrutura nas escolas, onde realmente tudo acontece.

Sem mais delongas, eu quero agradecer à Silvia pela presença e dizer que fui Secretário por dois mandatos e sei realmente da importância da EMBRAPA para o País. Por isso, insisto sempre em colocar recursos lá, para modernizarmos essa empresa. Se hoje temos uma economia pujante no agro, isso se deve 99,9% à EMBRAPA. As pessoas precisam reconhecer isso. Nós temos que buscar mecanismos para que a EMBRAPA seja remunerada por tudo isso que aconteceu e está acontecendo, para que ela possa, inclusive, sobreviver com uma receita independente no Orçamento, para não ter que ficar aqui, todos os anos, com um pires na mão, tentando sensibilizar os Parlamentares e o próprio Governo, pedindo mais recursos. O objetivo desta audiência é exatamente mostrar para os nossos Parlamentares da Comissão Mista de Orçamentos o que é a EMBRAPA.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É igual ao que ocorre com Brasília: anteontem, no Senado, nós retiramos o Fundo Constitucional do DF do texto do arcabouço fiscal aprovado na Câmara. Muita gente não sabe que a vocação de Brasília, Capital da República, é ser a Capital. O Fundo Constitucional é necessário. Desde o início, Brasília sempre foi bancada pela União. Acho que as pessoas se esqueceram disso. Coincidentemente, a votação ocorreu exatamente no mesmo dia em que, em 1976, JK morreu: 22 de agosto. Foi exatamente o dia em que nós aprovamos a retirada do Fundo Constitucional. Retiramos também o FUNDEB. Eu fui o Relator do FUNDEB. Conseguimos retirá-lo do arcabouço fiscal. Estava no texto do Senado também a retirada dos recursos de ciência e tecnologia. Lamentavelmente, mais uma vez, é uma demonstração de que ciência, tecnologia e inovação são um sacrifício. É uma missão árdua, para convencer o óbvio. É óbvio que este País só vai para a frente se investirmos em ciência, tecnologia, inovação e pesquisa. Por isso, estamos aqui com a EMBRAPA.

Vou passar a palavra para os nossos convidados que estão participando de forma virtual. A nossa Presidente falará depois.

Já está conosco o Sr. Pedro Neto, Secretário Adjunto da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo.

Pedro, a palavra é sua.

O SR. PEDRO NETO - Obrigado, Senador Izalci Lucas. Eu queria cumprimentá-lo de forma especial e parabenizá-lo pela iniciativa desta importante reunião.

Quero cumprimentar também a Sílvia, que está ao lado do senhor. Ao cumprimentá-la, cumprimento os demais dirigentes da EMBRAPA presentes.

É uma satisfação poder falar aqui sobre a EMBRAPA. Vou tecer comentários curtos, mas vou procurar ser preciso em pontos fundamentais do histórico da produção rural brasileira, da importância da ciência nesse contexto, da EMBRAPA em especial, e da visão de futuro que precisamos consolidar a partir de agora, Senador.

Nesse sentido, também parabenizo o senhor pela sensibilidade de capturar a importância desse tema e a importância de mantermos um constante diálogo no Parlamento acerca da importância da ciência, da importância da EMBRAPA e da importância de garantir condições para a ciência brasileira seguir avançando, especialmente falando de recursos.

A EMBRAPA, neste ano, completa 50 anos, que é a idade da transformação da agropecuária brasileira também. É um dado famoso e repetido constantemente, mas é importante frisar como a produção agrícola brasileira cresceu ao longo das últimas 5 décadas. O Brasil passou de importador de alimentos a principal *player* no contexto do agronegócio, ou pelo menos um dos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

principais, *top 3* no mundo, em produção agrícola e em exportação de alimentos. É importantíssima a participação da EMBRAPA.

Eu quero começar dizendo que essas 5 décadas de avanço na produção são a idade da EMBRAPA. A agricultura brasileira chegou aqui pelas mãos da ciência, com muito aprendizado. Essa ciência foi ancorada na pesquisa agropecuária, não exclusivamente, mas predominantemente ancorada na pesquisa agropecuária promovida pela EMBRAPA, com tecnologias adaptadas ao longo dessas 5 décadas, com a tropicalização dos meios de produção. Áreas que achavam que não poderiam ser produtivas estão hoje produzindo com pujança e com sustentabilidade, através de mecanismos modernos, com respeito ao meio ambiente, com respeito ao uso racional de recursos naturais, tudo isso modelado, capturado, processado no contexto científico pela nossa EMBRAPA. Temos tecnologias de agricultura de baixa emissão de carbono. Há compromisso do setor agropecuário brasileiro com acordos internacionais, especialmente o Acordo de Paris. No primeiro ciclo, Senador, de 2010 a 2020, obtivemos grandes resultados, resultados positivos. A EMBRAPA é a empresa que secretaria, vamos dizer assim, o grupo de governança que ajusta, mede, divulga e publica, de forma oficial, o resultado do setor agropecuário brasileiro. A EMBRAPA nos trouxe a esse ponto também.

A EMBRAPA também nos coloca no Plano ABC+, que é o segundo ciclo de agropecuária de baixa emissão de carbono. Todas as tecnologias só têm valor e lastro para reporte, verificação e monitoramento porque têm a chancela científica da EMBRAPA.

A EMBRAPA também incorporou, ao longo dessas 5 décadas, uma inteligência setorial incrível, percorrendo diversos produtos das cadeias produtivas agropecuárias no Brasil.

A EMBRAPA também tem inteligência territorial. Nós conhecemos muito do que acontece no território brasileiro, no solo brasileiro, nas fazendas do Brasil por conta da inteligência territorial da EMBRAPA. A Presidente Silvia, que está ao seu lado, Senador, vem desse mundo, vem do mundo do monitoramento territorial, do monitoramento por satélite.

Destaco também a construção, a concepção e a elaboração de diversos protocolos e de diversas metodologias que ancoram o Brasil, especialmente o Ministério da Agricultura, em discussões internacionais. A EMBRAPA acompanha tudo isso muito bem.

Tudo isso integra a parte conceitual, técnica e científica, mas a EMBRAPA também é um braço importantíssimo para o suporte, a elaboração e a execução de políticas públicas.

Para mim, que atuo hoje como Secretário de Inovação — nós temos responsabilidade pelo fomento ao setor agropecuário e por levar para o campo inovação, produção sustentável, desenvolvimento de cadeias produtivas —, ter a parceria, ter o amparo, ter o suporte de um





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

organismo tão poderoso, tão inteligente e de excelência como a EMBRAPA traz mais conforto e torna o nosso desafio um pouco mais fácil de ser enfrentado.

Trata-se de um organismo importantíssimo, com um corpo formado por 42 unidades espalhadas pelo Brasil, algumas temáticas, algumas ligadas a produtos, com forte apelo internacional — o mundo inteiro conhece a capacidade produtiva da EMBRAPA.

Ela percorreu essas 5 décadas construindo todo esse arcabouço técnico e científico de sabedoria e nos traz hoje outra perspectiva. Eu quero olhar para a frente, olhar para o futuro, Silvia. Vamos levar em conta, nos próximos 50 anos, a transparência, cada vez mais cobrada pelo mundo. O Brasil é muito cobrado, Senador. Nós somos o telhado, e estão nos tacando pedras. Então, nós temos que nos proteger. Nós temos que olhar com mais apelo e mais carinho para as questões de transparência, para as questões de sustentabilidade em todos os seus níveis, no sentido mais amplo que essa palavra tem, e também para outras práticas mais técnicas e operacionais, como, por exemplo, a rastreabilidade. Isso é o que os próximos 50 anos vão nos mostrar.

Precisamos ir mais longe. Precisamos garantir que a EMBRAPA possa se calibrar para esses próximos 50 anos. Ela já tem uma visão de futuro muito bem preparada, muito bem elaborada. Aqui, no Ministério da Agricultura, nós bebemos dessa fonte com uma regularidade incrível. Estamos num contexto mundial de população crescente, de mais demanda por alimentos. Precisamos garantir que essa maior oferta de alimentos se constitua de forma sustentável, de forma limpa, com o uso racional dos recursos naturais, para que o nosso planeta tenha capacidade de suporte, capacidade de oferta. E não vamos conseguir fazer isso sem usar ciência, sem seguir no caminho da inovação, sem seguir no caminho da produção sustentável, sem seguir no caminho das melhores práticas agropecuárias, tão bem concebidas até aqui, mas que, certamente, vamos precisar melhorar para o futuro. Vamos ter que fazer cada vez mais com menos, não é, Silvia? Precisamos ter a capacidade de usar menos área, usar menos terra. Por isso, é tão importante garantir que essa capacidade de pesquisa científica siga adiante.

Antes de terminar a minha fala, eu não poderia deixar de mencionar alguns números. Eu acompanho a EMBRAPA há algum tempo e fui membro do Conselho Fiscal dessa entidade durante 4 anos, o que particularmente me honra muito. Deixei essa função há poucos dias. Então, conheço bem o esforço que é feito pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária para se manter ativa, para se manter em evolução. Essa ginástica é tão difícil quanto enfrentar os desafios do setor agropecuário brasileiro e as necessidades de avanço sustentável. Eu queria terminar deixando um número, Senador, já que o senhor é tão sensível e tão atuante nesse contexto. O





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

número que eu vou dizer aqui não é um número mágico, é um número que vem sendo construído ao longo do tempo, com histórico de execução, com demandas de novos projetos. O ideal para a EMBRAPA, para esse ciclo do ano que vem, é garantirmos pelo menos 500 milhões de reais. Aliás, Sílvia, eu não vou citar um número certinho, não. Vou falar em recursos da ordem de 500 milhões, 520 milhões de reais, não só para garantirmos a manutenção da equipe, a manutenção das estruturas, mas também para vermos a pesquisa agropecuária crescendo e a ciência no campo avançando.

Cinquenta anos nos trouxeram até aqui. Vejam a posição do Brasil. A posição do Brasil no comércio internacional de produtos agrícolas fala por si.

Então, é muito importante que essa sensibilidade seja ampliada cada vez mais, para que tenhamos conforto nessa discussão e naturalidade para falar sobre esse assunto; para que esse número, embora de relativa grandeza, não assuste, porque a ciência não tem preço, a ciência é impagável. Ela garante a sobrevivência do planeta, a sobrevivência das espécies e a nossa capacidade de alimentar o mundo e gerar riqueza, gerar divisas, gerar prosperidade para o nosso Brasil.

Senador, obrigado pela oportunidade. Sigo aqui à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Pedro.

Eu passo a palavra para o nosso Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário — SINPAF, o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal.

O SR. MARCUS VINICIUS SIDORUK VIDAL - Inicialmente, cumprimento o Senador Izalci Lucas, Presidente e proponente desta audiência pública, membro da Comissão Mista de Orçamentos, e agradeço-lhe o convite.

Cumprimento o Sr. Pedro Neto, Secretário Adjunto da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo, do MAPA; a Sra. Sílvia Maria Fonseca Silveira Massruhá, Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA; demais diretores e diretoras aqui presentes, a Diretora Selma Beltrão e o Diretor Alderi Emídio de Araújo.

Cumprimento todas as autoridades presentes, todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras "embrapianos" que assistem a esta audiência.

No dia 2 de junho deste ano, o SINPAF completou 34 anos na defesa da democracia no Brasil e na defesa das empresas públicas que compõem a sua base, entre as quais a EMBRAPA, procurando fortalecê-las para que cumpram sua missão em seus papéis sociais e também na defesa e manutenção dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras nessa base.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A EMBRAPA, nesses seus 50 anos, transformou-se na maior empresa pública de pesquisa agropecuária do País e é referência mundial na pesquisa em agricultura tropical. Na sua trajetória, a EMBRAPA contribuiu, através de suas pesquisas, com a expansão da fronteira agrícola, com a adaptação de culturas, com o melhoramento genético e com a incorporação de novas áreas de plantio. Isso se refletiu significativamente na balança comercial do Brasil, ao longo dessas 5 décadas. Isso só foi possível graças aos investimentos públicos, recursos que possibilitaram a infraestrutura necessária aos seus 43 centros de pesquisa, em quase todos os Estados do Brasil.

A EMBRAPA possui, distribuídos nesses centros de pesquisa, cerca de 7.800 funcionários e trabalha hoje com um orçamento apertado, em comparação com outros países. Para este ano, o orçamento global é de 3,6 bilhões de reais. No início de agosto, o Governo Federal anunciou, como parte do novo PAC — Programa de Aceleração do Crescimento, que a pesquisa agropecuária nacional receberá cerca de 1 bilhão de reais em investimentos até 2026 — até 2026. Desse total, cerca de 850 milhões de reais serão investimentos estratégicos, para aumentar a competitividade científica do agro; outros 145 milhões de reais irão para o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária. Esses recursos são apenas para investimento, não são para custeio.

Defender a EMBRAPA é defender o orçamento público da empresa, para que ela tenha condições de contribuir, por meio das suas pesquisas e tecnologias, para a elevação da competitividade e da sustentabilidade da agropecuária, o fortalecimento da agricultura familiar e a melhoria da segurança alimentar da população brasileira. Cabe ressaltar que foram os recursos públicos que permitiram a contratação e o treinamento dos profissionais que compõem o quadro da empresa: pesquisadores, analistas, técnicos e assistentes, os verdadeiros responsáveis pelo que a EMBRAPA é nesses seus 50 anos.

No presente, além de acompanhar a modernização tecnológica, há um imenso desafio para a sociedade brasileira. O Brasil voltou ao Mapa da Fome. Temos hoje 33 milhões de brasileiros e brasileiras nessa condição e cerca de 125 milhões em situação de insegurança alimentar. O momento é de reconstrução de políticas públicas que foram desmontadas nesses últimos anos. A EMBRAPA tem um papel importante nesse processo. A EMBRAPA tem conhecimento e experiência de sobra e pode contribuir para o combate à fome e à insegurança alimentar da nossa população. De que adianta sermos o celeiro do mundo, se o nosso povo passa fome?

Assim, o SINPAF defende uma EMBRAPA que priorize nesse momento as pesquisas que contribuam para o aumento da produção de alimentos, a fim de reduzir a fome dos brasileiros e das brasileiras e impulsionar a agricultura familiar e as formas sustentáveis de agricultura. Defendemos uma EMBRAPA pública, democrática e inclusiva: pública na própria acepção da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

palavra, ou seja, *res publica*, coisa pública, que sirva ao povo brasileiro; democrática no sentido de ser uma empresa que mude sua estrutura interna, verticalizada e centralizadora — tenho certeza de que o fará —, que ouça seus trabalhadores e suas trabalhadoras e os representantes das diversas organizações da sociedade; e inclusiva no sentido de que não só sirva à grande agricultura de exportação, que é muito importante, mas também inclua, com mais vigor, a agricultura familiar, os assentados da reforma agrária, os quilombolas e os povos originários.

Para que possamos vencer esse desafio da fome e, principalmente, o desafio de um futuro social, ambiental e economicamente sustentável, a EMBRAPA precisa ter condições necessárias para fazer suas pesquisas e desenvolver suas tecnologias. Essas condições abrangem um orçamento público adequado, um programa de investimentos e reconstrução de seus laboratórios e campos experimentais, a realização de concurso público para a recomposição prioritária das vagas de técnicos e assistentes e a desburocratização das atividades de pesquisa, dentre outras questões.

Para também fazermos a nossa parte e contribuirmos para isso, por proposição do SINPAF, estamos articulando no Congresso Nacional a Frente Parlamentar pelo Fortalecimento da EMBRAPA, que irá debater, impulsionar e reforçar a importância da nossa empresa pública para o Brasil.

Para finalizar, quero dizer que ontem nós tivemos um acontecimento científico extremamente importante para a humanidade, Senador Izalci, um Senador que defende a ciência e a tecnologia, um amigo da EMBRAPA e do SINPAF. Ontem, uma sonda indiana pousou no polo sul da Lua, região inexplorada do satélite. A empresa espacial indiana é uma empresa pública, assim como as empresas espaciais russa e chinesa, que lá também chegaram, e também a norte-americana, a NASA.

A EMBRAPA é a NASA da agricultura tropical, orgulho do Brasil. Para cumprir sua função de empresa pública que realiza pesquisa e inovação, ela precisa de um orçamento adequado e da urgente recomposição de seus quadros de funcionários, extremamente comprometidos com a produção da ciência pública.

Temos certeza de que esta Comissão Mista de Orçamentos e o Congresso como um todo têm essa sensibilidade e destinarão recursos públicos adequados para a EMBRAPA.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Muito bem, Marcus. Obrigado.

Eu vou passar a palavra para a Sra. Sílvia Maria Fonseca, nossa Presidente da EMBRAPA.

A SRA. SÍLVIA MARIA FONSECA SILVEIRA MASSRUHÁ - Boa tarde a todos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar o Senador Izalci Lucas pela proposição desta audiência pública. Nós da EMBRAPA ficamos muito honrados. Nós sabemos da sua parceria com a ciência e a tecnologia no País.

Eu gostaria de cumprimentar os diretores aqui presentes, a Diretora Selma e o Diretor Alderi, e todos vocês que estão participando virtualmente e presencialmente.

Cumprimento também o nosso Secretário de Inovação do Ministério da Agricultura, Pedro Neto, e o Presidente do SINPAF, Marcus Vinicius.

Agradeço a todos por estarem aqui conosco nesta audiência pública. Todos que estão aqui hoje têm, direta ou indiretamente, algum produto que a EMBRAPA ajudou a produzir. O cafezinho, que tomamos de manhã, a nossa roupa, os pneus dos carros, enfim, praticamente tudo que consumimos na nossa vida urbana vem do campo. Muitas vezes, não percebemos isso no nosso dia a dia.

Eu vou falar um pouco sobre a EMBRAPA. Tenho muito orgulho de ser a primeira Presidente mulher da EMBRAPA em 50 anos. Assumi agora em maio. A EMBRAPA está completando 50 anos de pesquisa.

Eu trouxe alguns dados que acho importante mostrar para vocês.

(Segue-se exibição de imagens.)

Hoje, como falou o nosso Presidente do sindicato, a EMBRAPA é referência em ciência tropical no mundo todo. Em qualquer lugar do mundo que você falar da EMBRAPA, você vai notar o reconhecimento à empresa. Isso nos dá muito orgulho. Eu sou servidora de carreira da EMBRAPA há 34 anos. Quando estamos em uma missão internacional representando a EMBRAPA, as pessoas dizem que querem conhecer um pouco mais da empresa, pela revolução que a EMBRAPA ajudou a proporcionar neste País.

Só para vocês terem uma ideia, no início dos anos 70, como o nosso Secretário comentou, nós importávamos 30% dos alimentos. Então, a EMBRAPA foi criada, primeiro, com uma ideia de autossuficiência, ou seja, para garantir a nossa segurança alimentar, mas começamos a trabalhar com ciência e tecnologia para desenvolver a agricultura em solos ácidos. Muitas vezes, em relação inclusive ao solo do Cerrado, falava-se: *"Nem herdado nem dado"*. Como desenvolveríamos ali a agricultura? Foi o investimento em ciência e tecnologia que transformou a nossa agricultura em referência no mundo todo.

Acho importante mostrar esses números para vocês terem uma ideia dessa evolução. Hoje nós somos muito demandados na agropecuária sustentável. Muitas vezes, a nossa comunicação não chega a dizer o quanto ela é sustentável.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 50 anos, nós aumentamos em 140% a nossa área plantada. Isso quer dizer que nós passamos de 25 milhões de hectares para 65 milhões de hectares de áreas plantadas no País. Mas nós aumentamos a nossa produtividade por hectare em 580%. Isso se deu graças à ciência e à tecnologia, com novas cultivares mais adaptadas ao nosso tipo de clima e solo, com práticas mais sustentáveis. Isso foi aumentando cada vez mais a nossa capacidade de produção, o que nos tornou grandes produtores e exportadores para o mundo todo.

Eu acho que é importante comentar que a EMBRAPA não fez nada sozinha. Nós fazemos parte do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, um ecossistema de pesquisa e inovação do qual participam os órgãos estaduais de pesquisa, universidades, empresas privadas. A EMBRAPA, como é uma empresa pública, acaba induzindo todo o setor agropecuário no País. A parceria público-privada também é importante para nós, assim como os órgãos financiadores de pesquisa — nós sempre falamos do FNDCT —, a FINEP, as FAPs nos Estados, entre outros. Todos esses parceiros são importantes para desenvolvermos a ciência e a inovação em nosso País.

Acho que a maioria dos senhores sabe, mas quero ressaltar que hoje a EMBRAPA tem 43 centros de pesquisa no Brasil todo. Nós temos três tipos de centros. Temos centros que trabalham com um produto específico. Por exemplo, temos a EMBRAPA Arroz e Feijão, em Goiânia, que trabalha com essas cadeias produtivas; temos a EMBRAPA Soja, em Londrina; temos a EMBRAPA Uva e Vinho, em Santa Catarina. Essas são unidades de produto. Nós temos unidades ecorregionais, como, por exemplo, a Amazônia Oriental, lá em Belém; a Amazônia Ocidental, em Manaus; a EMBRAPA Pantanal, em Corumbá, Mato Grosso do Sul. Temos também unidades temáticas, como a EMBRAPA Meio Ambiente, em Jaguariúna; a EMBRAPA Recursos Genéticos e Biotecnologia, aqui no Distrito Federal. Essas unidades trabalham com um tema específico, em parceria com as outras 42 unidades da EMBRAPA.

Hoje nós temos aproximadamente 7.900 empregados, dos quais 2.174 são PhDs, com doutorado. Houve capacitação em ciência, nesses últimos anos, na EMBRAPA, para se desenvolver a agricultura tropical.

Nós também temos uma atuação internacional, embora tenha diminuído um pouco nos últimos anos, devido à falta de recursos inclusive. Hoje nós temos dois postos: um nos Estados Unidos e um na França, em Montpellier. Colegas nossos vão para esses postos e ficam lá por 3 anos — existe um revezamento — para fazer a cooperação técnico-científica com a América do Norte, com a Europa. Nós já tivemos um posto, por exemplo, na Ásia. Hoje não temos mais. Isso é algo que nós queremos expandir. Inclusive, a EMBRAPA está sendo demandada por outros





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

países. Eu estive numa missão internacional com o Ministro da Agricultura, recentemente, na Ásia. A Arábia Saudita e os Emirados Árabes têm muito interesse em conhecer essa agricultura tropical, essa revolução que nós fizemos aqui no País, e apoiá-la inclusive com recursos. Então, a atuação internacional é algo que temos a oportunidade de expandir.

Também podemos expandir a cooperação técnica. A EMBRAPA já teve escritórios em países da África, em países da América do Sul, e hoje não tem. Nós estamos sendo demandados não necessariamente para termos um escritório nesses locais, mas para capacitar, ajudar e transferir essas tecnologias em agricultura tropical para esses países.

É importante reconhecer esses 50 anos da EMBRAPA, mas também é importante falar de futuro. Nós estamos aqui lutando pelo orçamento da EMBRAPA. A partir de agora, eu vou falar mais desses desafios que nós temos, que são o motivo de estarmos aqui. Nós agradecemos, mais uma vez, ao Senador e aos demais Parlamentares que foram sensíveis a esse tema.

Senador, na discussão do Plano Plurianual 2024/2027, do Governo Federal, nós fomos demandados pelo Ministério da Agricultura e por mais 15 Ministérios para tratar de ações importantes com as quais a EMBRAPA poderia estar contribuindo, ajudando a desenvolver, subsidiando políticas públicas em diversas áreas: na área de meio ambiente; na área social; na área de agricultura familiar, junto com o MDA; na área de ciência e tecnologia — temos uma parceria muito grande com o MCTI —; entre outras. Então, nós somos muito demandados por vários Ministérios.

Inclusive, a EMBRAPA trabalhou muito para conseguir manter um programa de pesquisa, desenvolvimento e inovação agropecuária no PPA 2024/2027, para desenvolver pesquisa e inovação para a agropecuária brasileira, visando à sustentabilidade. Nós estamos agora justamente no Ciclo 4, de análise e aprovação dessa questão do PPA. Portanto, é importante um apoio.

Nós estamos aqui para, mais uma vez, fazer um pedido ao Parlamento. Eu gostaria de abrir um parêntese para dizer que os Parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado sempre têm apoiado muito a EMBRAPA. Nós sempre temos esse apoio, mas é preciso dizer que hoje, para custeio de pesquisa, nós temos 15% do que já tivemos. Então, o recurso é muito pouco. As emendas vêm, mas muitas vezes nós temos que suprir as despesas. Sem as emendas, nós não conseguimos nem chegar ao fim do ano. É esse o nosso desespero. Eu, como gestora da EMBRAPA, fico extremamente preocupada. Um gestor de uma empresa desse tamanho está sempre vendo se vai conseguir honrar com os compromissos até o fim do ano. Então, o nosso





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pleito aqui, vamos dizer assim, é que se pense um pouco mais nesse referencial monetário, que é a base.

Além disso, nós precisamos continuar com o apoio de todos os Parlamentares nos Estados, o que para nós é muito importante. Nós precisamos desse referencial monetário para trabalhar, para fomentar ainda mais a agricultura brasileira.

Nós tivemos essa mesma discussão com o Governo e tivemos um apoio no Programa de Aceleração do Crescimento. Dentre as cinco categorias do PAC, nós estamos na de inovação e pesquisa. Então, nós tivemos um apoio, como foi dito pelo Presidente do SINPAF. Entretanto, isso é para infraestrutura. Havia mais de 13 anos que nós tínhamos muito pouco recurso na área de investimento. Então, o recurso do PAC vem para essa área de infraestrutura, para obras que não conseguimos terminar, para laboratórios. Se não atualizarmos os nossos equipamentos, se não evoluirmos, não conseguiremos fazer pesquisa de ponta.

Também foi dito pelo Presidente do SINPAF que nós somos uma NASA brasileira. Realmente, nós somos, mas isso precisa ser reconhecido. Não adianta todo o mundo querer a EMBRAPA como parceira, querer a logo da EMBRAPA, se, na hora de destinar recursos, ninguém quiser participar. É por isso que nós estamos aqui, mais uma vez, pleiteando essa questão do custeio para pesquisa.

Este gráfico mostra como caiu o nosso investimento nos últimos 13 anos! Realmente, nós fazemos um malabarismo todos os anos para continuar. E, mais uma vez, agradecemos muito aos Parlamentares, porque sem eles não conseguiríamos honrar nossos compromissos na EMBRAPA.

Aqui eu mostro para vocês a parte, dentro do PAC, de investimento em infraestrutura. Se tivermos a obra, mas não tivermos o custeio, não conseguiremos fazer as nossas pesquisas rodarem nos campos. Então, eu acho importante estarmos aqui justamente discutindo isso.

Hoje, nós temos 15% dos recursos que já tivemos para custeio. Para rodar essa parte de custeio dentro da EMBRAPA, precisaríamos de recursos na ordem de 520 milhões de reais, como foi colocado pelo nosso Secretário de Inovação do Ministério da Agricultura. Nós fazemos um apelo também em relação ao não contingenciamento na LDO de 2024.

Mais uma vez, nós queremos agradecer — e agradecemos de verdade. Eu fiz questão de vir aqui para agradecer ao senhor.

Nós fazemos esse apelo porque, se a EMBRAPA não tiver recursos para custeio e investimento em pesquisa nesse momento, o reflexo na nossa agropecuária brasileira, que tanto nos orgulha e que contribui tanto para a nossa balança comercial, vai ser sentido daqui a 5 anos, 10 anos. Isso não acontece do dia para a noite. Pesquisa leva tempo. A falta da pesquisa também





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

impacta a médio e longo prazo. Então, é importantíssimo rever essa situação neste momento. Fazemos um apelo a todos os Parlamentares que estão nos ouvindo para que realmente reconheçam o quanto EMBRAPA e todo o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária são importantes para sermos hoje um dos três maiores países exportadores de alimentos para o mundo todo.

Eu gostaria de falar também de como é importante pensar no futuro. Segundo dados da ONU, nós temos o desafio de alimentar 9 bilhões de pessoas até 2050. Espera-se que aumente em 70% a produção de alimentos no mundo. Só no Brasil, espera-se que aumente de 40% a 50%. Sem pesquisa, sem ciência e tecnologia, nós não vamos conseguir fazer essa entrega.

Como disse o nosso ex-Ministro Roberto Rodrigues, produção de alimentos é uma questão de paz no mundo. Por isso, estamos aqui. A nossa missão aqui é muito maior do que ciência e tecnologia. Nós temos uma missão, um compromisso dos quase 7.900 empregados da EMBRAPA com a produção de alimentos saudáveis e nutritivos, com bases sustentáveis, não só do ponto de vista econômico, mas também ambiental e social. Esse é o compromisso da empresa, dos nossos empregados, dos nossos pesquisadores.

Nós nos orgulhamos de manter a EMBRAPA viva. O ex-Presidente da EMBRAPA Dr. Eliseu Alves — ele foi o terceiro Presidente da empresa e está vivo até hoje — sempre diz que o nosso orgulho de manter a EMBRAPA não é manter a EMBRAPA por manter. Ela foi criada há 50 anos e trouxe resultados, mas o motivo do orgulho é ser uma empresa que ajuda no combate à fome. Nós precisamos realmente de investimento, não só para sermos referência na produção de alimentos para o mundo todo, mas também para garantirmos a nossa segurança alimentar no País.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Muito bem, Presidente.

Tem a palavra o nosso convidado Alderi Emídio de Araújo.

O SR. ALDERI EMÍDIO DE ARAÚJO - Boa tarde, Senador Izalci Lucas.

Eu gostaria de cumprimentar o senhor, todos aqueles que compõem a Mesa, todos aqueles que estão assistindo à reunião presencialmente ou *on-line*, todos os membros da nossa Comissão de Orçamentos do Congresso.

Eu ouvi o que disseram a Presidente Silvia e também o Senador. O Norman Borlaug, que foi Prêmio Nobel da Paz, disse que o Cerrado não serviria para nada; que seria uma área coberta por essa vegetação bela, com muitas plantas interessantes, mas não serviria para produzir alimentos. Nós da EMBRAPA provamos que isso não era verdade. Foi bom que ele viveu para ver que realmente estava errado. Isso foi muito bom.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós viemos aqui hoje, como a própria Presidente Silvia falou, para fazer um apelo, mas, sobretudo, para agradecer aos Parlamentares, que têm um papel fundamental no desenvolvimento de tecnologias pela EMBRAPA. O papel dos Parlamentares tem sido decisivo na hora de colocarmos uma tecnologia no campo, na hora de desenvolvermos uma tecnologia, por meio das emendas. Eu queria agradecer a esses Parlamentares que, a exemplo do Senador Izalci, são sensíveis à causa da ciência e têm se dedicado a destinar emendas para esse segmento. Isso é decisivo para gerarmos tecnologias, que, uma vez colocadas no campo, vão gerar emprego e renda, vão melhorar as condições de vida dos brasileiros e, sobretudo, vão ajudar a combater a fome.

Quero citar um exemplo para mostrar como isso é importante. Eu assumi agora a Diretoria-Executiva de Governança e Gestão da EMBRAPA, mas eu venho do Centro Nacional de Pesquisa de Algodão. Com 450 mil reais oriundos de emendas, foi possível gerar aproximadamente 2.300 empregos, ou seja, 2.300 famílias foram beneficiadas, plantando e desenvolvendo produtos à base de algodão orgânico e agroecológico na Paraíba e no Rio Grande do Norte. Vejam que são pequenos gestos! Uma emenda dessa magnitude trouxe uma transformação para uma região que notadamente tem carências. Nós conseguimos fazer essa transformação com um recurso que não é de grande magnitude.

Nós somos muito mãos de vaca. Cientista não gosta muito de gastar dinheiro. Fica medindo tudo que gasta. *(Risos.)*

Nós temos uma vocação para ser cientista. Nós não fazemos ciência porque queremos ganhar dinheiro. Nós fazemos ciência porque gostamos. Quando nós recebemos um recurso, fazemos o possível para que ele seja bem aproveitado.

Na nossa equipe capitaneada pela Cynthia Cury, nós gostamos de prestar contas também.

Nós prestamos contas dessas emendas. A Cynthia fica ligando para as unidades, para as 43 unidades, pedindo documentos, fotos de tudo o que foi feito com cada centavo que o Parlamentar colocou. Isso dá trabalho. Nós enviamos esses relatórios para a Cynthia, e ela fica pedindo e falando que falta isso, falta aquilo. Só falta pedir o dinheiro que nós gastamos com chiclete.

Isso tem sido muito interessante, porque nós também temos levado os Parlamentares para as unidades. Eu me lembro de que eu levei um Parlamentar à minha unidade e mostrei para ele: *"Olhe, isso aqui foi feito com o dinheiro da sua emenda, isso aqui também, isso aqui também"*. Eu acho que ele ficou tão entusiasmado! Ele dava 120 mil reais de emenda por ano, e aumentou para 450 mil reais. *"Vocês conseguiram fazer tudo isso com 120 mil reais?"* Conseguimos, conseguimos porque nós somos mão de vaca mesmo. O dinheiro que nós recebemos é aproveitado ao máximo





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

possível, assim como nós aproveitamos os resultados que temos para transformar a vida das pessoas.

Então, Senador, eu aqui agradeço a sua sensibilidade, a sensibilidade desses Parlamentares que, todos os anos, nos recebem em seus gabinetes e se esforçam em plenário para aprovar as emendas.

Nós estamos mantendo a EMBRAPA com um percentual significativo do seu custeio com essas emendas. E a vida das pessoas tem sido transformada com essas emendas.

Fiquem certos de que o Parlamento está transformando a vida das pessoas no Brasil, através da EMBRAPA, com as emendas que aprova no Orçamento.

Muito obrigado, Srs. Parlamentares.

Fica aqui registrado que nós multiplicamos dinheiro. Nós não somos banco, não, mas nós conseguimos multiplicar o dinheiro, fazer uma magia com esse dinheiro. E a Cynthia não nos deixa em paz, cobrando tudo, fotografia. Tem que fotografar. Não podemos mandar só um relatório das atividades que fizemos.

Outra coisa, quando nós consertamos a garagem, eu falei para o Deputado de quem recebemos: *"Olhe, Deputado, o senhor não está investindo numa garagem, o senhor está investindo em ciência e tecnologia, porque quando se conserta a garagem, lá tem carros que todo dia vão para o campo, levando gente nossa"*.

É muito importante que haja essa consciência de que, se o recurso não vai diretamente para o laboratório, se ele vai para consertar uma garagem, ele está indo para a ciência, porque esse carro vai levar pesquisadores para o campo, vai trazer insumos e vai mudar a vida das pessoas.

Senador, muito obrigado mais uma vez. Eu não me canso de agradecer, assim como eu não me canso de agradecer aos Parlamentares que fizeram com que eu pudesse ter uma gestão razoável na EMBRAPA Algodão e até merecesse o convite da Presidente para ser Diretor, com muita honra, Diretor da EMBRAPA hoje.

Um grande abraço a todos os Parlamentares e a todos aqueles que se esforçam para fazer do Brasil um país soberano e avançado em ciência e tecnologia! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado.

A Presidente Silvia quer fazer um complemento, mas antes a Selma Beltrão vai falar.

A SRA. SELMA BELTRÃO - Boa tarde.

Senador Izalci Lucas, muito obrigada. Parabéns por essa iniciativa! Na sua pessoa, cumprimento todos os Parlamentares aqui presentes.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Cumprimento também o Marcus Vinicius, nosso representante no sindicato, e o Secretário Executivo Adjunto do Ministério, o Pedro Neto.

Depois desse depoimento tão espontâneo do nosso diretor, é sempre importante reforçarmos alguns aspectos, principalmente o agradecimento à Casa, aos Parlamentares que têm nos ajudado e contribuído com a pesquisa agropecuária ao longo dos últimos anos, em especial, nesse período, como já dito aqui, em que tem sido difícil garantir recursos para a ciência, a tecnologia e a pesquisa agropecuária brasileira. É preciso garantir recursos não só para o presente, como também para o futuro, porque da pesquisa, como já dito, não temos retorno de imediato. São 5 anos, 10 anos, é uma década. O nosso Presidente apresentou um gráfico, mostrando que os recursos e investimentos tiveram uma queda substancial. Isso vai se refletir nas próximas décadas, nas próximas gerações.

Por isso é fundamental contarmos com o apoio dos senhores, como já vimos contando, para dar segurança ao nosso orçamento, exatamente para não haver contingenciamento. É importante também ter o apoio dos senhores nessas emendas. O depoimento do então chefe da EMBRAPA Algodão, de Campina Grande, mostrou o quanto é importante contarmos com essas emendas. O senhor começou a sua fala lembrando que mais de 50% hoje do orçamento da EMBRAPA são formados por emendas. Mas nós precisamos de maior garantia. E essa maior garantia passa também pelo apoio desta Casa, para que o nosso Orçamento de 2024 possa se elevar aos patamares que foram citados pelo Secretário Executivo Adjunto.

Temos também o PLPPA, que nos próximos dias estará aqui para análise e aprovação da Casa. Vamos também contar com esse apoio.

Lembro sempre que, segundo nosso balanço social — em sua apresentação, a nossa Presidente acabou não dando detalhes sobre o balanço —, o que é investido na EMBRAPA tem retorno social e retorno direto para a sociedade. Esse retorno está presente no nosso dia a dia, como já comentado, seja na nossa mesa, seja no nosso veículo, seja nas nossas vestimentas, e é um retorno social direto, 34%: para cada 1 real investido, nós devolvemos 34 reais para a sociedade brasileira, geramos mais de 95 mil empregos diretos. Isso, portanto, tem que ser levado em conta, como vem sendo considerado e como foi reconhecido também pelo Governo, agora no novo PAC.

Para a EMBRAPA, isto é fundamental: é a grande possibilidade que nós temos de revitalização da pesquisa agropecuária, não só da EMBRAPA, mas também das organizações estaduais de pesquisa, porque esse recurso é para o conjunto das organizações que fazem parte do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária. Só com investimento não vamos conseguir. Por





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

isso, eu gostaria de reforçar esse pedido, para que consigamos elevar e ter, em 2024, as condições necessárias para seguir com a execução dos recursos de investimento e também de custeio.

É isso que eu gostaria de reforçar para o senhor e para todos os membros aqui da Casa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Selma.

O SR. ALDERI EMÍDIO DE ARAÚJO - Senador, queria mais um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Sim.

O SR. ALDERI EMÍDIO DE ARAÚJO - Eu queria destacar a presença aqui do colega Secretário de Agricultura do Município de Campina Grande, que não me deixa mentir.

Também quero dizer que vocês têm que cobrar da Cynthia o relatório anual de emendas, para eu me vingar, está bem? (*Risos.*)

Ela fica nos cobrando, então cobrem dela o relatório de emendas. Parece que a Assessoria de Relações Institucionais e Governamentais todo ano o disponibiliza para os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Muito bem!

Quero cumprimentar o nosso Secretário de Campina Grande, da terra do algodão colorido, não é?

O SR. ALDERI EMÍDIO DE ARAÚJO - É o Secretário Renato Gadelha.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Tive o privilégio de ser também, por duas vezes, Secretário de Ciência e Tecnologia. Sobre isso, eu queria até fazer uma sugestão. É lógico que essa iniciativa aqui foi a de trazer a EMBRAPA à Comissão Mista de Orçamento, mas eu me lembro de que, como Secretário na última gestão, nós tivemos a oportunidade de dedicar um dia à ciência e tecnologia do Governo. Então, estivemos em visita à EMBRAPA, passamos lá a manhã toda com todos os Secretários de Governo aqui do Distrito Federal, e o Governador presente. Também estiveram o Rodrigues e o próprio Alysson Paolinelli. Ou seja, a sugestão é levar os Parlamentares à EMBRAPA — talvez seja melhor nos Estados. A ideia é que cada Senador e cada Deputado do Estado seja convidado para passar um dia, dedicar uma segunda-feira ou uma sexta-feira, para conhecer a EMBRAPA lá na ponta, o mundo real, porque ficamos, de certa forma, assustados.

Eu, sinceramente, quando fiz o requerimento desta audiência... É estarrecedor realmente. A EMBRAPA, em 2013, tinha como investimento, no GLD 4, 268 milhões de reais, e hoje, em 2022, tem 31 milhões de reais. Por mais que os Parlamentares tenham ajudado com emendas, de fato, é uma coisa assustadora não só em termos de valor, que já é baixo, mas em termos percentuais, a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

redução. O último investimento relevante foi em 2008. É um negócio que só não vê quem não quer, assim como as consequências disso.

Temos falado muito com relação, por exemplo, à recomposição dos quadros de pesquisadores. Não é um concurso que você pega no cabide, na gaveta, e traz o cara: *"A partir de hoje, você assume aqui"*. A pesquisa tem toda uma transição, que muitas vezes leva 2 anos, 3 anos, 4 anos, 5 anos, e não temos feito isso. Há 13 anos não há concurso para a EMBRAPA. Então, precisamos estar atentos a isso. E nem sei se, fazendo concurso, vai ter gente para assumir, porque parece que só a Alemanha, nesse último mês, requisitou 500 mil pesquisadores na área de ciência e tecnologia. Já temos uma formação deficiente em termos de quantidade e agora competimos com o mercado internacional. Daqui a pouco, a EMBRAPA vai embora mesmo, e vai, com certeza, com muito investimento lá fora. Então eu sugiro isso, porque, de fato, não basta o discurso, a apresentação. O papel é muito frio. Acho que é importante fazer uma ação dessas, como um dia da EMBRAPA no Brasil, talvez, e chamar, convidar os Parlamentares todos a participar, por uma manhã ou um dia todo de programação, para eles a conhecerem.

Eu me lembro muito bem de quando fui à EMBRAPA na época da Vitória e da Vitoriosa, que acompanhamos bem. Eu era Secretário à época. A nossa vaca Vitória foi a primeira clonada, e depois nasceu a Vitoriosa. A Vitória já faleceu?

A SRA. SILVIA MARIA FONSECA SILVEIRA MASSRUHÁ - Já.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - A Vitória e a Vitoriosa.

Mas é importante as pessoas conhecerem lá o mundo real e as necessidades de investimento não só em material, investimento físico, mas também em profissionais. Realmente, espero que a LDO já venha contemplando essa questão do concurso, da quantidade de profissionais e tudo o mais.

Eu me lembro de que no último PPA eram 800 milhões de reais, e conseguimos passar para 1,5 bilhão de reais. Mas espero que não tenhamos que... Quase dobrou o valor. Foi uma diferença muito grande entre o que veio e o que foi aprovado. Então, espero que já venha de lá um valor razoável para que complementemos. Não é porque hoje mais de 50% do orçamento é de emendas que o Governo vai mandar considerando: *"Ah, vou botar um pouquinho, porque eu sei que vai ter emenda"*. Não, nós queremos é complementar realmente um orçamento que já venha com as condições de reconhecimento da importância da EMBRAPA.

Prestação de contas. De fato, é importante prestar contas, mas não podemos colocar acima dos resultados a burocracia. Eu lembro. Olhe, na primeira vez em que eu fui Secretário de Ciência e Tecnologia, em 2004, se um pesquisador apresentasse lá um projeto de pesquisa que tivesse





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

determinado reagente, e durante a pesquisa, mudasse esse reagente e tivesse um resultado maravilhoso, ele era punido. Era punido porque não seguiu exatamente o projeto, desconsiderando totalmente o resultado. Agora, se o cara fizesse certinho o que estava no papel ali e não tivesse resultado nenhum, zero, aí parabéns para ele, que ia ter mais recursos para o ano seguinte. Então, nós não podemos cair também nesse excesso de burocracia, em detrimento do resultado. Precisamos ver isso e valorizar os resultados, como está aqui. Foi colocado aqui que, para cada 1 real aplicado na EMBRAPA, há o resultado de 34 reais. Portanto, para o Governo, para as políticas públicas, o melhor investimento é realmente em ciência, tecnologia e inovação.

A SRA. SILVIA MARIA FONSECA SILVEIRA MASSRUHÁ - Senador, só em 120 tecnologias, há 25 anos, a EMBRAPA monitora esse retorno econômico e social para a sociedade brasileira. Isso só em 120 tecnologias. Imagine o portfólio que temos hoje! São mais de 4 mil tecnologias. O impacto disso é bem maior, mas é o que conseguimos monitorar anualmente. Vamos monitorando um extrato daquelas que dão, a princípio, um retorno maior para a sociedade, mas é só para vocês terem uma ideia.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Então, Cynthia, na prestação de contas, foque mais o resultado. Para conseguirmos aprovar o marco regulatório de ciência e tecnologia foi uma luta, porque havia muitos problemas — e ainda há.

É lógico, é evidente que temos que olhar a atividade-fim e valorizar tudo o que está sendo feito, mas também dar espaço para modernização na EMBRAPA, inclusive na gestão.

Além da contratação de pessoas, é preciso colocar um sistema operacional. A EMBRAPA, administrativa e gerencialmente, precisa estar na era digital também. Então, para isso, temos que ter investimentos. Os drones hoje ajudam muito. Existe uma série de investimentos em máquinas e equipamentos...

A SRA. SILVIA MARIA FONSECA SILVEIRA MASSRUHÁ - Sim, esse foi o outro eslaide, que pulou. Eu não sei a versão que ficou ali, mas, no nosso compromisso, temos hoje na EMBRAPA essa questão da sustentabilidade, de mostrarmos, com métricas e indicadores, do que o Brasil precisa.

Hoje pensamos também na transição nutricional, no conceito de saúde única, no impacto dos alimentos na saúde humana. Então, essa é uma linha de pesquisa em que a EMBRAPA também está começando a atuar.

Temos o desafio da inclusão produtiva rural e digital. Hoje nós temos 5 milhões de produtores, mas apenas 400 mil são grandes produtores, que têm capacidade de investimento, conseguem contratar e adotar as práticas mais rapidamente. Há 4 milhões e 500 mil produtores





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que precisam — aí a EMBRAPA tem um papel muito importante de ajuda — adotar novas tecnologias.

Quanto à inclusão digital, a EMBRAPA tem um projeto inclusive para trabalharmos com a agricultura familiar, para ajudarmos o pequeno e o médio produtor e para diminuirmos essa desigualdade. E eles têm uma importância muito grande para garantir a segurança alimentar no País.

Então, é importante também os capacitarmos com novas tecnologias, para agregar mais valor, para eles entenderem o valor da tecnologia, para entenderem como dados de clima podem ajudar no sistema de alerta, como um drone pode ajudar a monitorar uma lavoura e identificar pragas e o quanto isso pode agregar valor ao sistema de produção e reduzir custos.

Por exemplo, com um sistema de alerta, é possível se aplicar menos defensivos, além de se trazer uma agricultura mais sustentável, reduzindo-se custos. Há o selo de sustentabilidade. O nosso Secretário falou da questão da transparência no processo de produção. Hoje nós consumidores somos muito mais preocupados com nutrição, saúde e origem dos alimentos. Isso não é só o mercado Internacional que está exigindo do Brasil, mas é também o nosso consumidor interno.

Trazer a transparência ao processo de produção, a rastreabilidade, isso exige novas tecnologias. Então, toda essa modernização é importante trazermos para a nossa agricultura. Mas, para isso, precisamos de recursos.

Só para fechar, Senador, o recurso que estamos pedindo é realmente para termos aquela base para que a EMBRAPA, como empresa pública, saiba que vai poder, todo ano, manter os seus compromissos.

Aí, as emendas, todo o trabalho, a parceria público-privada é muito importante para complementar, para fazermos mais, mas eu acho importante termos uma base mínima para avançarmos e sabermos com o que podemos contar anualmente. A importância de ela ser uma empresa pública está justamente na oportunidade que dá a esses 5 milhões de produtores.

Eu falei muito aqui do sucesso da EMBRAPA na parceria com as universidades e com os órgãos estaduais, mas eu também gostaria de frisar que a nossa parceria é justamente porque esses 5 milhões de produtores são parceiros e acreditam na EMBRAPA ao adotar essas novas tecnologias.

Então, com essa credibilidade que a EMBRAPA tem, conseguimos chegar a esse patamar da nossa agricultura brasileira. Mas nós precisamos de investimento, inclusive de recursos para custeio e investimento, para continuarmos com esse protagonismo na agricultura mundial.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Para encerrarmos a audiência, primeiro, quero fazer algumas considerações.

Não sou especialista nessas áreas do agro, mas tive oportunidade, aqui no Distrito Federal — lógico, como político —, de acompanhar a questão da agricultura familiar, dos assentamentos, das terras.

E o que nós percebemos é que muitos assentamentos são efetivados, mas sem nenhuma capacitação, sem nenhum estudo técnico.

Nós temos uma dificuldade grande em Brasília pelo valor da terra e pelo nosso tamanho, que é pequeno. O que acontece é que, muitas vezes, a pessoa recebe um espaço — um terreno, uma terra —, mas não sabe qual é a vocação da terra, o que produzir, o que pode dar condições de sobreviver no negócio. Então, ela acaba parcelando, vendendo e loteando as coisas, inclusive em áreas ambientais.

Precisamos realmente dar a esses produtores rurais, aos pequenos agricultores esse estudo, mas não só ele. Eu me lembro de governos que tinham o *kit* para dar o investimento. Nós temos aqui, por exemplo, um potencial muito grande da apicultura. Mas como o cara vai produzir se ele não conhece as condições, não tem mão de obra qualificada, não tem um *kit* inicial? Com isso aí, se houver uma formação de empreendedorismo, se a pessoa conhecer realmente o próprio negócio e se souber como tocá-lo, ajudará muito.

Eu vejo assim. Nós temos, aqui na Câmara e também no Senado, diversas Comissões. O funcionamento dessas Comissões, por regulamento, dá-se muito em função dos partidos. É preciso ter proporcionalidade. Então, as Comissões têm muita questão partidária, ideológica, e as discussões acabam não levando a um resultado satisfatório.

Então, o que tem acontecido no Congresso, de modo geral, são as Frentes Parlamentares, que são suprapartidárias. Não se discute partido nelas. O que se discute é o foco, o objetivo. Nós temos hoje algumas frentes que têm realmente toda uma estrutura, porque tratamos aqui de 500 temas. Eu mesmo sou contador, sou auditor. Eu me envolvi na área de ciência e tecnologia porque fui Secretário. A minha área é educação, ciência e tecnologia, mas acabo me envolvendo em outros temas e sei de sua importância.

Eu não tenho dúvida nenhuma disso. Acho que todo mundo tem que ter esse reconhecimento da EMBRAPA. Espero que a EMBRAPAII também tenha bons resultados. A EMBRAPA seria um modelo para todas as empresas do Brasil.

Como foi dito, já são 50 anos. Temos agora que projetar os próximos 50 anos, que serão diferentes. Antigamente, havia uma tecnologia nova que duraria 10 anos, 20 anos, 30 anos. A





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pessoa se formava em medicina, ia para o interior e, pronto, exercia as atividades sem muita educação continuada. Mas hoje as coisas mudam da noite para o dia. Na mesma semana, no mesmo mês, há grandes mudanças, e precisamos acompanhar isso. A EMBRAPA precisa também.

Contem conosco para haver uma renovação do parque tecnológico, dos laboratórios, que são fundamentais. Hoje já não há tanto investimento. Percebemos, pelo gráfico, que os investimentos praticamente acabaram. Hoje não chegam a 1%. Então, é muito pouco.

E há essa questão de que a pessoa só vai colher se plantar. Então, o reflexo disso aqui vai começar a acontecer agora. Em 2022, houve 31 milhões de reais de investimento. Isso não é nada para uma empresa que atua no Brasil todo.

Então, este é o objetivo desta audiência pública: mostrar para os Parlamentares... A EMBRAPA está vindo aqui para falar, para mostrar, mas eu acho que nós precisamos agora levar os Parlamentares à ponta, para eles conhecerem o que a EMBRAPA foi, é e será, mas esse "será" depende muito do que for plantado hoje. Aliás, já deveríamos ter plantado antes, mas ainda dá tempo.

Eu quero agradecer muito a presença de cada um de vocês.

Eu vou passar para as considerações finais. Vou passar a palavra aos nossos convidados, para fazerem suas considerações e nós concluirmos a audiência pública.

Passo a palavra, então, ao Pedro, para fazer suas considerações finais.

O SR. PEDRO NETO - Senador, muito obrigado, mais uma vez, pela oportunidade aqui.

Eu só tenho a agradecer e me congratular com todos os que participaram desta sessão pelo alinhamento entre as falas. Isso não foi combinado — não é, Marcus Vinicius, Sílvia, Senador? Isso significa que temos um alinhamento superinteressante entre uma força importantíssima no contexto da garantia das condições para a promoção da ciência no Brasil, que é o Congresso brasileiro, que é o Senado Federal, que é a Câmara dos Deputados, o corpo diretivo da EMBRAPA e outros agentes que estão envolvidos nesse contexto.

Que bom que nós temos essa harmonia, esse pensamento conjunto, a certeza de que a ciência é o caminho e de que nós precisamos garantir os meios para que essa ciência continue avançando e, como foi dito agora há pouco, garantir o que a EMBRAPA foi, o que ela é e o que ela será!

O Ministério da Agricultura segue disposto a apoiar essa discussão. O Ministro Carlos Fávaro tem se articulado bastante com outras frentes, com outros Ministros, com o Palácio do Planalto, no sentido de garantir esse bom caminho, essa ambiência positiva. O Ministério da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agricultura também conta com os mesmos apoios com os quais a EMBRAPA conta, especialmente no Congresso Nacional, para que nós possamos promover esta transição: sair das usuais emendas parlamentares, que são preciosas para que nós possamos garantir a continuidade da ciência, mas também ter isso de forma ordinária, na lei de orçamento, nas programações orçamentárias e financeiras, para que nós possamos consolidar a capacidade de produção científica no nível de excelência, que é o que a EMBRAPA nos traz.

Muito obrigado.

Parabéns, mais uma vez, Senador pela iniciativa!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Pedro. Agradeço a presença.

Quero registrar realmente que o nosso colega Fávares, que é colega nosso do Senado, tenho certeza, ajudará bastante nos investimentos aqui na LDO e também na LOA, não só para a EMBRAPA, mas também para todas as áreas de ciência, tecnologia e inovação.

Pedro, é importante que nós façamos essas ações nos Estados, para levar inclusive os Parlamentares. E aí seria interessante que o Ministro também fizesse uma ação dessa — talvez até pelo Ministério também.

Depois, você leve uma plaquinha ao meu gabinete e a coloque lá, com isto escrito: "EMBRAPA", uma plaquinha pequeninha. O nosso gabinete está sempre à disposição da EMBRAPA. Realmente precisamos atuar muito nessa LDO e na LOA deste ano.

Vou passar a palavra para o Marcus Vinicius, também para fazer as suas considerações finais.

O SR. MARCUS VINICIUS SIDORUK VIDAL - Quero agradecer a oportunidade de estar aqui debatendo, conversando, agradecer ao Senador, agradecer a todos a participação aqui, à EMBRAPA, ao Ministério, e dizer que nós estamos prontos para colaborar na defesa da empresa. Essa convergência que nós estamos tendo aqui é porque todos nós defendemos a EMBRAPA e sabemos da importância que ela tem para a sociedade brasileira, para o povo brasileiro. Então, essa defesa está junto conosco, nas nossas mentes e nos nossos corações.

Eu quero aproveitar a oportunidade e convidar o Senador Izalci Lucas para fazer parte dessa Frente Parlamentar pelo Fortalecimento da EMBRAPA. É uma iniciativa do SINPAF, mas que a EMBRAPA também já assumiu. Podemos fazer esse convite formalmente, levá-lo ao seu gabinete, Senador, para que o senhor integre essa frente. Nós estamos formando essa frente em defesa do fortalecimento da EMBRAPA.

Quero dizer que é também extremamente importante a sua ideia de fazer com que os Parlamentares visitem as unidades da EMBRAPA, conheçam a realidade, vejam como se constrói





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

a ciência dentro desses espaços. Portanto, a sua ideia é bastante interessante, para que nós possamos reforçar a importância de conhecer o que a EMBRAPA faz em cada uma dessas unidades dos Estados e aqui no Distrito Federal também. Poderíamos organizar uma visita a essa unidade central aqui, para terem uma explicação melhor de todas aquelas políticas que a nossa empresa desenvolve.

Então, quero agradecer mais uma vez e dizer que nós contamos com a participação e a sensibilidade que o senhor tem e que também os demais Senadores e Deputados têm, para poder destinar os recursos públicos necessários ao funcionamento da nossa empresa, a EMBRAPA.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado.

Reforço aqui, pela experiência que eu tive com relação a essa questão das visitas, que o ideal mesmo seria que não fossem só os Senadores e Deputados, mas também poderíamos aproveitar e chamar os Deputados Estaduais e até os Vereadores para participar do momento. Quando fiz essa visita, como secretário, levamos todo o Governo, todos os Secretários de todas as Pastas e o Governador, e os Parlamentares foram convidados, exatamente para se ter ideia do contexto como um todo.

Então, vamos trabalhar nisso. No que eu puder ajudar, contem comigo.

Vou passar a palavra agora para o nosso Diretor de Inovação. Deve estar sobrando dinheiro lá, nessa área de inovação.

O SR. ALDERI EMÍDIO DE ARAÚJO - Diretor de Governança, estou governando a coisa. Vamos governar mais dinheiro, nós esperamos!

Senador, foi um prazer imenso ter estado aqui.

Quero cumprimentar o Secretário Pedro pelo seu esforço em prol da ciência e da tecnologia no Brasil, pela contribuição que vem dando à EMBRAPA. Eu queria cumprimentar também o Marcus Vinicius, Presidente do nosso sindicato, o SINPAF, e queria cumprimentar o Secretário de Agricultura de Campina Grande, o Dr. Renato Gadelha — que é Secretário de Agricultura, mas é médico —, na pessoa de quem eu cumprimento a D. Maysa Gadelha, Presidente do Instituto Casaca de Couro, parceiro nosso em Campina Grande com projeto que emprega 800 famílias que trabalham com algodão orgânico na Paraíba. O Instituto Casaca de Couro ainda absorve grande parte do programa Algodão Agroecológico Potiguar, do Rio Grande do Norte, e também do Instituto Riachuelo, todos parceiros da EMBRAPA. O Instituto Riachuelo, das lojas Riachuelo, está desenvolvendo um programa grande, o Pró-Sertão, de produção de algodão no interior do Rio Grande do Norte com pequenos produtores. A EMBRAPA é parceira do Instituto Riachuelo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Estamos transferindo tecnologia para lá. E temos essa parceria também muito consistente com o Instituto Casaca de Couro, que processa e beneficia todo esse algodão, tanto da Paraíba como do Rio Grande do Norte, do Instituto Riachuelo e do programa Algodão Agroecológico Potiguar, da Governadora Fátima Bezerra.

Eu queria, mais uma vez, Senador, na sua pessoa cumprimentar todos os que integram esta Comissão de Orçamento. Não vamos esperar mais do que apoio de todos os membros desta Comissão às demandas da EMBRAPA. Eu sei da sua sensibilidade à ciência e tecnologia, como Secretário que foi.

E queria agradecer também, sobretudo, a todas as bancadas aqui, a todos os Deputados que têm destinado emendas para a EMBRAPA, todos os anos, a todos que entendem essa peregrinação dos nossos chefes de unidades descentralizadas que visitam o Congresso e seus gabinetes para pedir emendas. Essas emendas nada mais são do que recursos que vão ser utilizados para mudar a vida das pessoas, para fazer isso que a Presidente Silvia apresentou nos gráficos.

Nós só temos a agradecer à Comissão de Orçamento, que consideramos parceira, ao Senado e à Câmara dos Deputados, parceiros nossos. Estamos todos no mesmo caminho. O que nós temos que fazer é remover pedras, para que possamos continuar a fazer o que nós já fazemos, que é revolucionar a agricultura brasileira e melhorar a vida das pessoas.

Um grande abraço!

Agradeço imensamente a oportunidade de estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado.

Eu gostaria de lembrar que este ano foram quase 200 milhões em emendas, das quais 64 foram emendas individuais — 64 Parlamentares destinaram parte de suas emendas individuais para a EMBRAPA —, 5 foram emendas de bancada e 3 foram emendas de Comissão. De 8 milhões, eu tive a oportunidade de destinar 8 milhões. Então, não estou aqui fazendo discurso, não. É importante mostrar que nós não só falamos e pedimos, mas também destinamos recursos.

Parabenizo o Gadelha.

Eu tive o privilégio de participar, aqui na Câmara, depois no Senado, na Comissão de Desenvolvimento Regional, do projeto dos Centros de Desenvolvimento Regional. Campina Grande é piloto, não é, Barone? Em Brasília o projeto começou, mas ainda... Também em Itapeva, com o nosso amigo Deputado Lippi, e Rio Grande do Sul. O programa já existiu no Ministério da Educação. O Barone participou dele, quando era do Ministério. O objetivo é apadrinhar, ou patrocinar as regiões, através das universidades. A EMBRAPA teria o papel fundamental não só





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de capacitar, mas também de orientar, de ajudar nos projetos, para que pudéssemos fixar os jovens nos Municípios, grande parte dos quais saem dos Municípios, saem do interior, e vêm para a capital, onde ficam desempregados, apesar do seu grande potencial e do potencial do próprio Município. Vejam o exemplo de Campina Grande, que se desenvolveu muito e é um dos Municípios que mais investem em ciência e tecnologia. A EMBRAPA tem papel fundamental nisso.

E quero dizer uma coisa que aprendi com a experiência. O Congresso deve ter mais ou menos 500 frentes, mas, na prática, funciona meia dúzia. Contamos nos dedos as que funcionam. Por quê? Porque, de fato, o que os Parlamentares precisam e têm recebido agora dessas frentes organizadas são fundamentações, pesquisas, orientações. Sei lá de quantos assuntos nós tratamos aqui. Eu mesmo participo de praticamente todas as Comissões. Estou por dentro de todos os assuntos. Além de ser contador, estou na reforma tributária agora. O que nós precisamos passar para os Parlamentares é a importância das emendas. Eu descobri isto quando assumi meu mandato na Câmara Federal, onde 80% das matérias que nós votamos são do Executivo, são medidas provisórias. Para apresentar uma emenda, ou um projeto, o que convence os Parlamentares é a justificativa. Eu recebi outro dia um livro sobre um projeto que estou relatando. O cara me deu um livro. *"Cara, dê uma lida, faça um resumo, me dê só o resumo."* Os Parlamentares não têm, primeiro, conhecimento de todas as áreas, e às vezes não têm o subsídio necessário para a decisão.

Eu sou muito prático. A questão, por exemplo, dos defensivos, que está sendo discutida agora, eu vejo que envolve uma questão ideológica muito grande. E é uma coisa tão óbvia, não é? No Brasil, para se obter uma licença comum, para produzir qualquer coisa, levam-se 10 anos, 12 anos. Se a pessoa quiser fazer uma coisa regular, oficial, se quiser ter toda a documentação correta, ela vai levar 10 anos, talvez 20 anos, e pode ser que até lá a situação já esteja superada e ela não aproveite mais nada. Nesse aspecto, a EMBRAPA é fundamental, principalmente com relação ao que está sendo discutido aqui, para mostrar as dificuldades que ela mesma tem. Não dá para discutir uma matéria como esta colocando questão partidária e ideológica no meio. Temos que ser práticos. Autorregulamentação, que se discutiu aqui, defensivos agrícolas, uma série de discussões acabam indo por esse viés. É lógico que tenho o maior prazer de participar, vou participar, assino, se eu ainda não tiver assinado, a criação da Frente Parlamentar em Defesa da EMBRAPA, mas precisamos ser práticos, e essas frentes normalmente fazem uma primeira reunião, com um grande café, bacana, depois nunca mais se reúnem.

Então, eu sugiro que a EMBRAPA, pelo seu conhecimento científico, tecnológico, prático, subsidie todos os projetos que estão tramitando. Sei que talvez seja preciso fazer uma





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

coordenação específica para subsidiar as decisões, porque as decisões são tomadas aqui e, muitas vezes, são tomadas de forma inadequada, até por desconhecimento, com votação feita por orientação de bancada. Todo mundo vota, e muitas vezes nem sabe o que está votando.

De fato, uma reforma tributária, como nós estamos discutindo agora, é muito complexa. Eu, que sou contador, tenho dificuldade de compreendê-la, então imagino o cara que não entende da área contábil e jurídica. O mesmo acontece com as questões de ciência e tecnologia, que as pessoas têm dificuldade de entender. Então, a EMBRAPA, pela experiência, pela capacidade, pelo reconhecimento, pela autoridade que tem nesses assuntos importantes para o País, ela precisa nos encaminhar, independentemente de frente, um subsídio que nos mostre o que acontece no mundo, nos Estados, nos Municípios.

Eu tenho certeza absoluta de que todas as matérias sugeridas aqui pela EMBRAPA, não as que interessam diretamente à EMBRAPA, mas os projetos que tramitam no Parlamento que afetam diretamente a agricultura, o agro como um todo, além dos 4 mil projetos que vocês têm... A EMBRAPA tem o respeito muito grande do Congresso Nacional. Pode não ter reconhecimento financeiro, mas é como a educação: aqui é unanimidade, 100% defendem a educação, mas, é lógico, na hora de votar o Orçamento, nem todos, porque defender o setor é uma coisa, e garantir o recurso é outra. Mas eu posso dizer que, na Comissão de Meio Ambiente e na Comissão de Agricultura, a fala da EMBRAPA, a interferência da EMBRAPA é fundamental, em todas as matérias dessa área. Podem ter certeza de que muitos Parlamentares vão seguir a orientação da EMBRAPA. Então, essa é uma ajuda que nós pedimos, para não ficarmos nessas discussões ideológicas e partidárias que não nos levam a lugar nenhum. O Brasil precisa avançar. Muita gente passa fome no Brasil! Somos o país que mais produz hoje e temos pessoas passando fome, porque falta uma política de investimento que dê condições à produção. Eu nasci em roça. Sei como é a vida desses caras. Os caras trabalham dia, noite e madrugada, aí vem um atravessador e leva todo o dinheiro, os caras ficam com uma merreca, vamos dizer assim, de recursos. Hoje existe tecnologia, o cara pode vender diretamente, tem todas as condições para uma boa produção. Ninguém quer morar em roça hoje, ninguém quer ir para a área rural. O pessoal até quer, mas tem que ter Internet, tem que ter *drone*, tem que ter tecnologia, senão não vai. Por isso muita gente está vendendo as fazendas, porque os filhos não querem mais cuidar da terra. Então, se não modernizarmos, se não incentivarmos, se não dermos condições técnicas e científicas, vai continuar a dificuldade. A EMBRAPA é reconhecida e pode nos ajudar muito na votação de matérias tão importantes que estão passando aqui pelo Congresso Nacional.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu quero agradecer a presença e a participação de cada um de vocês aqui. Espero que logo os nossos Parlamentares possam visitar as unidades da EMBRAPA, que está em todos os Estados.

Acho que esta reunião vai produzir efeitos concretos em termos de recursos. Chega de discurso. Vamos falar de recurso.

Antes de encerrar a reunião, informo que amanhã, dia 25 de agosto, às 10 horas, haverá reunião de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 5, de 2023, também de minha autoria, para debatermos a importância da ciência e a percepção pública sobre o tema.

Convido a todos para essa reunião e agradeço aos convidados o comparecimento aqui hoje.

Declaro encerrada esta audiência pública.

Obrigado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2023.

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados em Audiência Pública para discutir sobre a importância da ciência e a percepção pública sobre o tema, em atendimento ao Requerimento nº 5/2023-CMO, de autoria do Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), subscrito pelo Deputado Daniel Almeida (PCdoB/BA), aprovado na 4ª Reunião Deliberativa Extraordinária, ocorrida em 08/08/2023. Foram convidados os seguintes representantes: Sra. Roseli Lopes – USP; Sr. Átila Iamarino - Divulgador Científico; Sra. Helena Bonciani Nader - Presidente da Academia Brasileira de Ciências; Sr. Renato Janine Ribeiro - Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; Sra. Márcia Cristina Bernardes Barbosa - Secretária de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Sr. Paulo Roberto Gandolfi - Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento para América Latina da 3M do Brasil. Verificou-se a presença do **Senador Titular**: Izalci Lucas. **ABERTURA**: às dez horas e cinco minutos foi iniciada a reunião sob a condução do Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), que comunicou a finalidade da audiência pública e informou que a reunião ocorreria de forma semipresencial com parlamentares e palestrantes participando de forma presencial no plenário e virtualmente por meio da plataforma Zoom. Para melhor ordenamento dos trabalhos, o Presidente em exercício informou que, de acordo com o estabelecido no *art. 15, inciso III, da Resolução nº 01/2006 do Congresso Nacional*, os palestrantes disporão de 10 minutos, prorrogáveis, para sua exposição. Além disso, informou que, de acordo com o *art. 94, §2º e §3º do Regimento Interno do Senado Federal*, os parlamentares presentes poderiam, terminada a apresentação dos convidados, interpelar os oradores exclusivamente sobre o tema da exposição pelo prazo de 3 minutos, tendo os interpelados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 3 minutos. Informou ainda que as apresentações dos convidados estavam disponíveis na página da CMO e abriu a lista de inscrições para o debate. Todos os convidados participaram remotamente por meio da plataforma zoom. O Senador Izalci Lucas citou a Audiência Pública ocorrida ontem, dia 24/08/23, sobre a importância das pesquisas desenvolvidas na Embrapa e salientou que o tema da reunião de hoje vinha reiterar a necessidade de que os parlamentares e a população em geral reconheçam o valor das pesquisas em ciência e tecnologia para o desenvolvimento. Em seguida, passou a palavra para a Sra. Márcia Cristina Bernardes Barbosa - Secretária de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, que fez sua explanação. Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Átila Iamarino - Divulgador Científico. A próxima palestrante foi a Sra. Roseli Lopes – USP, que fez uma apresentação multimídia por meio de slides. Posteriormente, a Sra. Helena Bonciani Nader - Presidente da Academia Brasileira de Ciências fez uso da palavra. Em prosseguimento, o Sr. Renato Janine Ribeiro - Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência fez sua exposição. Por último, foi dada a palavra ao Sr. Paulo Roberto Gandolfi - Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento para América Latina da 3M do Brasil, que fez uma apresentação multimídia por meio de slides. O Presidente em exercício fez considerações acerca da atual situação desfavorável às pesquisas de médio e longo prazo em ciência e tecnologia no Brasil e sugeriu que fosse dada aos parlamentares a oportunidade de conhecer os laboratórios de pesquisa em seus respectivos Estados. Não havendo mais oradores inscritos para debater, o Presidente em exercício passou a palavra aos palestrantes para que fizessem suas considerações finais. **ENCERRAMENTO**: às onze horas e quarenta e três minutos, o Presidente em exercício, Senador Izalci Lucas, agradeceu a presença de todos os convidados e encerrou a reunião. Após aprovada,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas. **Senador Izalci Lucas, Presidente em Exercício. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
(REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA (SEMIPRESENCIAL))

Em 25 de Agosto de 2023

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Declaro iniciada a 7ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de atender ao Requerimento nº 5, de 2023, da CMO, de minha autoria, subscrito pelo Deputado Daniel Almeida, aprovado na 4ª Reunião Deliberativa Extraordinária, para discutir sobre a importância da ciência e a percepção pública sobre o tema.

Informo que a reunião ocorre de forma semipresencial. Pode haver Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares, assim como convidados, participando de forma virtual através da plataforma Zoom.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 15, inciso III da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, os palestrantes dispõem de 10 minutos prorrogáveis para sua exposição. Conforme estipulado no art. 94, § 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, terminada a apresentação dos expositores, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar poderão fazer estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de 3 minutos, tendo os interpelados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de 3 minutos.

Informo ainda que os palestrantes participarão de forma virtual e que as apresentações dos mesmos, quando houver, estarão disponíveis na página da Comissão.

A lista de inscrição para o debate está aberta.

Esta audiência pública tem como objetivo realmente trazer aos Parlamentares da Comissão Mista de Orçamento, que é exatamente quem define o Orçamento brasileiro, o foco em ciência, tecnologia e inovação. Já fizemos muitas audiências no Senado, aqui também quando fui Deputado, mas o que percebemos é que a população brasileira ainda não conhece — nós não conseguimos popularizar — a ciência, tecnologia e inovação, para que as pessoas saibam da sua importância, porque há uma distorção ou um completo desconhecimento.

Então, como esta Comissão é a que define o Orçamento, é uma Comissão que define inclusive contingenciamento ou não, esses são os desafios que nós temos aqui. Assim, quanto mais os Parlamentares estiverem informados, conhecerem o setor, melhor para sensibilizá-los





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

para aumentarem os recursos tão necessários para o País na área de ciência, tecnologia, inovação e pesquisa.

É evidente que, com as várias discussões que fizemos na Comissão de Ciência e Tecnologia e na Comissão Senado do Futuro que fizemos, essas Comissões normalmente já têm os convertidos, que já sabem e reconhecem a importância, mas aqui, na Comissão Mista de Orçamento, nem todos conhecem ou colocam muito à disposição. Então, precisamos sensibilizá-los com a vinda de vocês aqui para expor e apresentar as demandas, as dificuldades, a importância disso.

Ontem nós tivemos aqui uma audiência pública com a EMBRAPA. Por incrível que pareça, o orçamento da EMBRAPA foi, este ano, de 156 milhões de reais, e as emendas superaram os valores aplicados no orçamento da EMBRAPA. Mais de 50% foram emendas individuais, de bancada e de Comissão. Daí a importância desta audiência para a sensibilização de todos os Parlamentares aqui. Das emendas parlamentares, foram 67 emendas individuais para a EMBRAPA, sendo que 6 foram emendas de bancada.

Então, hoje, precisamos também mostrar para os Parlamentares a importância da ciência, tecnologia e inovação, inclusive com a popularização delas. E não só os Parlamentares, mas a população também precisa entender que pesquisa é de médio e longo prazo, que não existe nada que caia de paraquedas e que tudo é fruto de muito estudo e de muito trabalho, e isso tem de ser mostrado de uma forma didática. As pessoas, quando veem um celular, acham que ele veio pronto já, não sabem que foram anos e anos de pesquisa.

Então, um dos objetivos desta reunião também é popularizar a importância da ciência, tecnologia e inovação.

Eu vou passar a palavra logo para os expositores. No fim da reunião, faremos as considerações.

Em primeiro lugar, vou passar a palavra para a nossa Secretária de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a Sra. Marcia Cristina Bernardes Barbosa.

Tem a palavra a Marcia.

A SRA. MARCIA CRISTINA BERNARDES BARBOSA - Obrigada.

Bom dia a todos e a todas.

É com satisfação que eu quero compartilhar um pouquinho com vocês algumas ideias.

Eu não tenho uma apresentação específica, porque eu quero mais é fazer provocações. Por que fazer ciência? A primeira pergunta mais geral: por que temos que fazer ciência?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deixem-me dar um dado para vocês. Antes da Revolução Industrial, quando começamos não só a transformar a ciência em modificações na saúde pública ou na agricultura, expandindo o conhecimento, a sobrevida média da população na Europa — e eu vou pegar um país de uma região rica —, em países ricos, era em torno de 34 anos; hoje em dia, está em mais de 80 anos. O que aconteceu? O fato de termos um desenvolvimento do conhecimento — e eu vou ser mais ampla do que falar de ciência e eu vou falar de conhecimento — fez com que a sobrevida das pessoas aumentasse.

Então, quando alguém me pergunta: *"Para que eu tenho que fazer ciência? Por que eu tenho que investir em ciência?"* Eu digo: *"Porque eu não estaria viva hoje, pois eu tenho mais de 34 anos!"* Não vou revelar quantos anos eu tenho — eu não vou fazer isso —, mas eu tenho mais de 34 anos e eu não estaria viva hoje sem a ciência!

Portanto, é muito claro que no mundo nós temos que fazer ciência. Nós temos desafios cotidianos, e eu acho que a pandemia foi um desafio desses que mostrou que, quando nós articulamos as pessoas para fazerem ciência, as pessoas fazem ciência, e nós resolvemos os problemas.

Mas aí há uma segunda pergunta que também me fazem: *"Marcia, por que temos que fazer ciência no Brasil?"* A gente pode comprar. A gente usa celular, que é algo que não apareceu magicamente. Existe toda uma história de desenvolvimento do conhecimento. Não é por magia que aparece, gente!

Então, foi a ciência que gerou isso. Mas por que o Brasil também tem que participar dessa batalha do desenvolvimento do conhecimento?

Deixem-me contar uma historinha para vocês. Já que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a EMBRAPA, esteve aí, eu vou contar uma historinha que tem a ver com a EMBRAPA.

O Brasil, bem no começo da produção de soja, era um péssimo produtor de soja. Hoje, todo mundo planta soja todo empolgado. A soja não é nativa do Brasil. Quem trouxe as primeiras sementes de soja foi uma mulher, a Pagu, que foi à China e trouxe as sementes, mas elas não davam bem.

O que as pessoas que plantavam soja faziam? Faziam o que mais fazemos nas escolas, que é copiar e colar! As pessoas olhavam o que os Estados Unidos faziam — que era encher a plantação de defensivo — e elas faziam o mesmo no Brasil. Isso não prosperava, até que uma pesquisadora da EMBRAPA e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro — e estou falando de uma universidade pública — olhou para a cana de açúcar e notou uma coisa: *"Mas espere aí*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

um pouquinho! A cana-de-açúcar é prima-irmã da soja. Por que a cana-de-açúcar dá direito sem precisar de muita coisa e a soja não dá?" Ela descobriu através de pesquisa que a fixação do nitrogênio na cana-de-açúcar se dava por meio de uma bactéria. O que ela fez? Falou: *"Eu vou adaptar essa bactéria para a soja"*. Bingo! Não deu outra, a soja começou a produzir bem. Junto com isso, ela teve que convencer o poder público a parar de olhar para a gringolândia e de copiar os Estados Unidos e a passar a ter uma estratégia nacional com a fixação do nitrogênio. Só isso! Foi só isso, sim! E só essa coisa nos levou a ser o segundo produtor de soja do mundo. Por sinal, Johanna Döbereiner não é nome de rua nem de pracinha no Brasil, e ela não enriqueceu com isso.

Essa é uma das historinhas que podemos contar de uma ciência que vira desenvolvimento imediatamente feito no Brasil. Se vocês quiserem conhecer outras historinhas, temos uns filmetes maravilhosos na página da Academia Brasileira de Ciências, com o nome de *Ciência gera Desenvolvimento*. Quem não conseguir achar o *link*, por favor, escreva-me. Eu sou marcia.barbosa@mcti.gov.br e eu mando os filmetes para vocês poderem expandir. Esses filmetes são maravilhosos.

O que eu quero dizer com isso? Que até nesta cobrança de uma ciência que vira desenvolvimento imediatamente, o Brasil tem respostas. Mas essas respostas não são ensinadas na escola. Essas respostas não viram novela nem propaganda na TV. Essas pessoas não estão aí anunciando produtos, não estão famosas em nenhuma das nossas mídias sociais. E precisamos trazer essas histórias também.

Então, com isso quero dizer que temos, sim, uma ciência que imediatamente vira desenvolvimento. Mas, para que essa ciência vire imediatamente desenvolvimento, precisamos financiar outra ciência, que foi a ciência que permitiu que essa pessoa ou que essa pesquisadora que eu cito aqui como exemplo, a Johanna Döbereiner, tivesse o conhecimento básico para fazer a transição dessa ciência que vira aplicação. Para fazermos esta ciência, nós precisamos ter investimento.

Portanto, precisamos aumentar a divulgação geral como um ponto de escola. Ninguém ensina na escola nada sobre Johanna Döbereiner. Precisamos falar nas mídias sobre essas pessoas, sim. E precisamos, ao mesmo tempo, financiar a ciência mais básica.

Ontem, eu visitava o Projeto Sirius. Eu sou do Conselho de Administração do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais — CNPEM, onde nós temos Sirius, que é esta luz mais brilhante do planeta. Nós conseguimos construir com tecnologia nacional a luz mais brilhante do planeta, um equipamento que vai conseguir dar respostas científicas e tecnológicas maravilhosas. Se não é para isso ser matéria ou informação a ser ensinada na escola, eu não sei





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mais o que nós precisamos ensinar ou do que nós devemos falar. Estive lá e ressaltei que o orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação precisa ser reforçado para conseguir manter e ampliar centros como o Sirius.

Nós precisamos, sim, falar de ciência e investir em ciência. E precisamos fazer essa transição, esse transbordamento da ciência feita muitas vezes nas universidades, nos centros de pesquisas e em algumas empresas, para expandi-la para todas as empresas. Mas isso só será possível se nós ampliarmos a nossa pós-graduação.

No Brasil, o percentual da população de 24 a 30 anos que está na universidade é mais baixo que o do Chile, que o da Argentina, que o da Colômbia e muito mais baixo que a média da OCDE. Para termos força de trabalho para inundar esse sistema, precisamos ampliar o atendimento de nossas universidades. As pessoas gostam de dizer que no Brasil há muito doutor. No Brasil há pouco doutor, porque há pouco graduado. Nós temos que formar muito mais pessoas, para fazer transbordar a pesquisa feita nas universidades e nos centros de pesquisa, para garantir pessoas também atendendo nas indústrias, fazendo não só uma neointustrialização ou nova industrialização, mas uma industrialização na fronteira do conhecimento. É isso que dá PIB, é isso que dá crescimento.

Enquanto nós continuarmos cortando investimentos em ciência e tecnologia, enquanto nós continuarmos com um investimento medíocre em ciência e tecnologia, nós não vamos fazer crescer as nossas universidades. Eu trouxe um gráfico que mostra que a queda no percentual de investimento em ciência e tecnologia no Brasil, que até 2010 estava num crescente e passa a despencar, se correlaciona assustadoramente com o decréscimo de pessoas procurando fazer o ENEM. Enquanto nós estivermos dizendo para a população que formação em conhecimento, ciência e tecnologia não é importante, nós estaremos fazendo os nossos jovens não se interessarem por uma formação superior.

Finalizo com um mantra que eu tenho na minha vida.

Como eu sou física teórica, adoro contradizer cientistas sociais. O Renato deve receber isso como uma pequena espetada. Max Weber, um cientista social famosíssimo, dizia que a sociedade só reconhece três formas de autoridade, a autoridade dos anciões, a autoridade legal e a autoridade carismática. E ele era até ingênuo, porque achava que a autoridade carismática iria desaparecer com o tempo. Coitadinho! Não desapareceu com o tempo. Eu provooco dizendo que está na hora de o mundo reconhecer a autoridade do conhecimento.

Muita gente diz que gosta da ciência, que acredita na ciência, mas eu só acredito que alguém confia — eu não uso a palavra fé — na autoridade do conhecimento no momento em que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

essa pessoa deixa de fazer algo que gosta ou tem vontade de fazer ou deixa de acreditar em algo em que acreditava porque o conhecimento disse que aquela coisa estava equivocada. Essa é a provocação que eu faço para finalizar. No dia em que algum cientista ou a ciência disser que é preciso se vacinar, e aquela pessoa que não gosta de vacina for lá e se vacinar, porque o conhecimento disse que ela tinha que fazer isso, ou a pessoa que fumava parar porque o conhecimento disse que isso fazia mal para a saúde, eu realmente acreditarei que essa pessoa confia na autoridade do conhecimento.

Brigo por três coisas: para aumentar o financiamento da ciência, para ampliar a divulgação do que nós fazemos, curricularizando os nossos grandes cientistas e as nossas grandes científicas, e, finalmente, para construir essa confiança na autoridade do conhecimento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Agradeço à Marcia.

Passo imediatamente a palavra ao Atila Iamarino, divulgador científico.

O SR. ATILA IAMARINO - Bom dia a todos.

Muito obrigado pelo convite, pela confiança e pelo privilégio de dividir este espaço com tantas pessoas ilustres. Vou tentar fazer jus ao espaço que me deram, correspondendo com carisma, já que autoridade não tenho.

Eu queria muito falar sobre a importância de, junto com o financiamento da ciência, nós nos preocuparmos com a sua divulgação e com os meios onde isso é feito. Por que isso é tão diferente hoje em dia? Por que nós estamos vendo esse tipo de desistência dos jovens e essa falta de estímulo na direção deles?

Até 1 ou 2 décadas atrás, para as científicas e os cientistas serem divulgados e reconhecidos era preciso fazerem bem o seu trabalho e contar com o papel da imprensa no sentido de buscar essas referências e fazer entrevistas. A pessoa era divulgada, tinha seu nome na TV, e se falava de tudo o que ela fazia e da importância do seu trabalho. Este é o meu papel hoje: entrevistar cientistas e falar do seu trabalho, do que fazem, na imprensa, na TV, num canal de TV.

Mas, com a mudança das redes sociais e do nosso consumo de informação, a referência que as pessoas têm, especialmente nos segmentos mais jovens da população, é muito diferente. Hoje em dia, a maior parte do consumo de informação, de notícias e de ciência entre os mais jovens se dá pela Internet. E, na Internet, o regime é muito diferente. É uma busca ativa das pessoas que traz a informação. Além disso, há algoritmos curando o que é apresentado, e nós recebemos só o que é mais apelativo, o que gera mais cliques, o que é mais emocionante. Isso favorece a distorção de informações em muitos momentos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tem que haver um trabalho ativo de quem participa. Esses meios não vão buscar a pessoa no seu laboratório, pelo seu currículo, para perguntar o que ela faz. Esses meios dependem de um papel muito mais ativo das pessoas para chegar à população. Feliz ou infelizmente, nós caminhamos para uma situação em que cientistas têm que ter um papel muito mais ativo para chegar à população e ser reconhecidos, como acontecia antes com a imprensa, com os órgãos oficiais, com os profissionais, por conta dessa mudança de espaço.

Aqui no Brasil, essa mudança é ainda mais aguda. O Brasil é um dos países que mais cedo começou a consumir notícias pela Internet, pelo celular, principalmente em vídeo, em áudio. Isso tem a ver com nossas preferências sociais e também com os índices de alfabetização e leitura das pessoas. E cientistas estão muito acostumados a falar pelo meio escrito, com informação muito mais cifrada do que normalmente acontece.

Na falta de estímulo profissional, de cobrança e de incentivo nessa direção, enquanto os cientistas só forem avaliados pelas suas publicações e pelo número de alunos orientados, quem se dispõe a fazer divulgação está fazendo em detrimento de outra produtividade que poderia ter na sua carreira.

Eu vivo isso diariamente, procuro pessoas o tempo todo para entrevistar. Muitas vezes, quando elas fazem isso, estão fazendo como um favor e não porque vão ser reconhecidas ou mais bem avaliadas na próxima comissão, nem mesmo na próxima progressão de carreira, por conta de quantas pessoas elas atingiram com o trabalho delas. Assim, temos um sistema de incentivo que favorece que cientistas fiquem cada vez mais no seu canto, fazendo o seu trabalho, sem “perder tempo” com a promoção desse trabalho para o grande público. Não temos órgãos que façam a promoção para o grande público.

Entre os jovens, isso é ainda mais agudo, principalmente porque acontece uma transição muito forte para as redes sociais como fonte de informação. A geração mais nova, com menos de 19 anos, nos Estados Unidos, já usa mais o TikTok em particular como seu buscador de notícias. Eles não estão mais buscando informações no meio escrito, nem mesmo no Google, que é a ferramenta de busca mais famosa. Em vez disso, estão buscando vídeos no TikTok para se informar. Definitivamente, nós não estamos nesse espaço em termo de divulgação científica, menos ainda dentro da academia.

Aqui no Brasil, durante a pandemia, com um sistema bem perverso, vimos como o consumo de informação pode ser subvertido. Enquanto no mundo inteiro as autoridades estavam tentando convencer as pessoas a se vacinar, pois havia uma grande resistência por parte da população devido aos históricos culturais de não se vacinar, aqui no Brasil vimos o contrário: as pessoas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

buscavam as vacinas enquanto autoridades questionavam a segurança delas em público e nas redes sociais, fazendo um trabalho extremamente bem financiado, bem alinhado e bem trabalhado, com o apoio de perfis de influenciadores populares na Internet, que faziam conteúdo falso e promoviam desinformações contra as vacinas, e isso foi se espalhando entre a população.

Vemos a vacinação da COVID caindo com o tempo, criando bolsões no Brasil, nos locais em que as pessoas não se vacinaram. Agora, vemos os índices de vacinação em geral caindo, além da queda de confiança e da informação das pessoas. Tudo isso ocorreu por falta de uma campanha de comunicação do mesmo tipo: bem planejada, bem financiada, gerida por instituições sérias, promovendo a vacinação nos mesmos meios; por falta de punição aos profissionais que usaram essas redes sociais para promover desinformação, especialmente profissionais da saúde e cientistas, que são as figuras mais reconhecidas como autoridades no Brasil.

O índice de confiança medido pelo Centro de Gestão de Estudos Estratégicos indica que profissionais da saúde e cientistas de órgãos públicos estão entre aqueles que recebem mais confiança da população e menos desconfiança. Então, existe um potencial enorme a ser explorado com divulgação, mas também existe um risco enorme de estrago quando esses profissionais promovem desinformação para as pessoas. Com isso, deixamos passar uma oportunidade muito grande de informar a população e de garantir um orçamento para a ciência que a população defenda, valorize e entenda o seu motivo.

Um exemplo de boa comunicação que eu sempre ouço as pessoas darem é o da NASA, nos Estados Unidos. Muitas vezes vemos cientistas falando que o seu trabalho é legal, mas não é um trabalho parecido com o que a NASA faz. Mas o que ignoramos é que essa fama que a NASA tem é muito bem construída, muito bem planejada e financiada como estratégia de comunicação.

Para dar o exemplo das redes sociais, segundo disse a própria responsável pelas redes sociais da NASA, em comunicação pessoal comigo, essa é a segunda maior prioridade deles, logo atrás da pesquisa. Então, esse é um item de primeira importância em orçamento, ocupação, pessoas dedicadas e treinamento de profissionais. Quando um pesquisador vai trabalhar na NASA, parte da sua formação profissional é em comunicação. Eles têm estratégias, indicações e uma série de treinamentos para essas pessoas poderem se comunicar com o público. São mais de dez profissionais dedicados a manter cerca de 700 perfis em 14 plataformas de redes sociais. A NASA só não está no TikTok, pois, por uma estratégia do Governo americano, o aplicativo não pode ser usado.

Há mais de 200 milhões de seguidores ao redor do mundo que acompanham as redes sociais e recebem informações da NASA constantemente. Tudo isso é feito com treinamento,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

estratégia, interações com celebridades, participações em filmes e séries. A consultoria é robusta, com o objetivo de manter uma imagem muito boa e positiva da agência. Eles têm um orçamento anual garantido para comunicação. Caso esse orçamento seja alterado, a população irá buscar saber o porquê, já que defende sua manutenção.

Eles ainda produzem desafios com o público, usam o bom humor e uma série de outras estratégias nas redes sociais, algo a que não damos valor, porque não diz respeito à nossa avaliação profissional e não faz parte da estratégia de financiamento da pesquisa do País, pelo menos não formalmente, não institucionalmente, não em larga escala.

Nós não sabemos construir e manter comunidades que valorizam a ciência, as quais foram importantíssimas durante a pandemia. Nós perdemos uma chance enorme de as pessoas saírem da pandemia conhecendo mais instituições do que somente o Butantan e a FIOCRUZ, e sabendo o nome das vacinas. Hoje as pessoas conhecem muito bem e respeitam essas instituições. Os senhores podem ter certeza de que na próxima pandemia as pessoas vão olhar para a FIOCRUZ e para o Butantan esperando que as soluções partam de lá. Elas vão entender que é preciso priorizar o financiamento para a área.

Dependendo de como a pandemia tivesse acontecido no Brasil, as pessoas poderiam sair sem essa impressão positiva sobre as instituições, e que se deveria financiar o Exército para produzir cloroquina, em vez de se financiar a pesquisa nas universidades públicas para poder salvar a população de alguma emergência de saúde. Então, por muito pouco não se perdeu essa confiança e não se seguiu por outro rumo na pesquisa e no desenvolvimento do País. Isso não aconteceu por falta de aviso nem por ausência de visibilidade sobre o que estava acontecendo, mas faltou muita estratégia na comunicação com as pessoas nesses meios.

Essa pode ser parte da estratégia de carreira dos cientistas, uma vez que há várias métricas diferentes para avaliar a produção acadêmica, como citação em artigos, em documentos oficiais, em normas regulatórias, em artigos de jornais, em revistas e outras fontes. Tudo isso pode fazer parte do currículo dos cientistas e também compor a progressão de carreira na pesquisa, o que seriam ótimos incentivos para haver comunicação nesses meios.

A população é ávida por informação, mas carente de informação desse meio. A desinformação está sendo muito bem financiada e propagada por aí, mas temos poucas estratégias institucionais no Brasil que valorizem ou fomentem o uso desses meios para a promoção de informação de base sólida, como contar histórias como a de Johanna Döbereiner. São histórias fantásticas e que ajudariam muita gente a ter muito mais reconhecimento público.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu quero ser breve. Advogo a causa da divulgação na Internet, algo que eu faço e vejo como algo fundamental. Isso tem feito muita falta.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Sr. Atila.

Tem a palavra a Profa. Roseli Lopes, Vice-Diretora do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

A SRA. ROSELI LOPES - Bom dia, Deputado Izalci.

Gostaria de agradecer a V.Exa. o convite e dizer que é uma honra estar neste plenário junto com as personalidades que foram convidadas. Agradeço a todos.

Quero começar a minha fala, que se complementa com o que foi dito pelos colegas anteriores, em defesa de programas articulados entre o Ministério da Educação, a CAPES, o MCTI e o CNPq, todos voltados para a educação e o desenvolvimento de talentos.

Nas falas anteriores e em vários diagnósticos já feitos pela FAPESP, pelo MCTI, pela própria 3M, que está hoje conosco, tanto por entidades nacionais quanto internacionais, comprova-se que ciência, tecnologia e inovação são fundamentais para conseguirmos um desenvolvimento econômico e social sustentável.

Uma vez que identificamos que a nossa população não se sente protagonista em relação à ciência, à tecnologia e à inovação, o meu foco é justamente trabalhar nas bases, neste mundo mais conectado, em que se cria o risco de a população não preparada utilizar todos esses mecanismos de comunicação não em seu benefício, mas para ser mais manipulada do que já era, por meio de informações incorretas.

Então, é absolutamente vital investirmos em educação desde o berçário, para induzirmos e desenvolvermos talentos. Não é só uma questão de cobrir as deficiências, mas também de não podermos desperdiçar absolutamente nenhum talento. A diversidade é fundamental. Então, em um país de dimensões continentais, com uma diversidade como a que nós temos, temos que jogar esse tipo de trabalho para cada uma das nossas escolas, em todo o território, para nos sentirmos parte dessa construção de conhecimento. Assim, os jovens também podem participar do desenvolvimento de soluções tecnológicas e criar essa cultura de que podem fazer parte de algo, valorizando a nossa ciência e tecnologia, porque sabemos muito pouco. Hoje em dia, se perguntarmos, na maioria das escolas, mesmo para alguns professores, quem são os cientistas e tecnologistas brasileiros importantes, provavelmente serão citados nomes estrangeiros, e não brasileiros.

O Atila mencionou a NASA. Isso é importante, eu sou engenheira. A NASA tem um indicador importante, o TRL, com escala que vai de 1 a 9. Começamos em ciência básica e vamos até a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sociedade, porque para chegar a produtos há nove níveis de desenvolvimento. Então, com os centros de pesquisa avançados das universidades, graças a um esforço muito grande de pessoas que construíram a SBPC, e, a partir daí, geraram políticas públicas, o Brasil está bem posicionado. Poderíamos estar melhores, lógico, mas estamos em 12º, 13º, nos *rankings* de geração de conhecimento. Quando observamos o nosso *ranking* de inovação, ou seja, como se transla esse conhecimento para gerar produtos e serviços pelas empresas brasileiras, estamos na 60ª posição. Isso realmente não corresponde ao que temos.

Precisamos realmente de uma política de Estado continuada, de investimento contínuo em ciência básica, que, no caso, é em longo prazo. Algo que descobrimos hoje pode se tornar uma aplicação muitos anos depois, mas há um buraco no meio. As etapas intermediárias que conectam esses centros avançados e geradores de conhecimento precisam estar conectados com as empresas. Esses estágios não podem ser descontinuados. São políticas de longo e médio prazos que fazem essa conexão de investimentos estratégicos. Eu vou mostrar rapidamente para os senhores um exemplo de trabalho que estamos desenvolvendo. Por algum tempo, contamos fortemente com apoio para estruturar uma rede, só que depois isso foi diminuindo.

Vou dar o exemplo de uma estratégia utilizada com poucos recursos, para conseguirmos trabalhar com abrangência e excelência para disseminar a cultura de que se pode ser cientista, sim. Eu posso ter alguém que vai gerar inovação.

(Segue-se exibição de imagens.)

Há 21 anos trabalhamos e geramos uma rede de parceiros. São mais de 200 feiras filiadas. Entendemos que, para se chegar à inovação, devemos estimular a criatividade desde o berçário. Precisamos trabalhar fortemente na escola com a postura ativa do aluno, para que ele fique curioso e vá à Internet procurar informações qualificadas e ter senso crítico, e construir um futuro na área de ciências, tecnologia, engenharia, artes e matemática.

Criamos a Feira Brasileira de Ciências e Engenharia na Universidade de São Paulo até pelo valor simbólico, para ela induzir esse movimento nas outras instituições parceiras e valorizar os profissionais das universidades e das instituições de pesquisa que se dedicam a essa comunicação estratégica, a esse tipo de trabalho de estar mais próximo das escolas.

A FEBRACE não é simplesmente uma feira, mas um programa voltado à indução e ao desenvolvimento de talentos em ciências e engenharia que estimula a cultura científica, o saber investigativo, a inovação e o empreendedorismo, mas empreendedorismo de base profunda científica e tecnológica.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A FEBRACE começou selecionando jovens de todo o Brasil que fizessem projetos realmente investigativos, com as perguntas que eles queriam responder ou soluções de problemas relevantes para eles. Eles têm essa liberdade para escolher. O professor orienta, mas a autoria do projeto tem que ser dos alunos.

Ao longo do tempo, criamos mecanismos de submissão direta, para qualquer estudante do Brasil, em determinada faixa etária — e fizemos o recorte dos 12 anos até os 20 anos. Os Municípios incentivam a participação de crianças menores, mas para viajar e participar de competições é considerada essa outra faixa etária.

Trabalhamos fortemente com a documentação de tudo o que acontece. Geramos cursos *on-line*, webséries e podcasts. Trabalhamos com todas as mídias possíveis, televisão, redes sociais, para que possamos despertar os jovens na ponta e os professores para um trabalho diferente, em que se coloca o aluno como autor, e não simplesmente um aluno fica recebendo informações que ele não sabe para que serve.

Ao longo desses anos, recebemos estudantes finalistas, na mostra anual de São Paulo, de mais de 1.300 cidades das 27 Unidades da Federação, de escolas públicas e privadas de todo o País, com todos os perfis, inclusive escolas rurais, porque adotamos estratégias de excelência, mas com abrangência.

Recentemente, realizamos uma avaliação analítica de todos os dados coletados ao longo desses 21 anos, para entendermos o que está acontecendo, como quais temas esses estudantes estão explorando em seus projetos. Os jovens escolhem o tipo de problema que eles vão investigar. A partir daí, queremos saber como isso varia em função do tipo ou do contexto da escola, da região geográfica etc.

Publicamos um artigo em que estão registradas todas essas informações. Por exemplo, segundo uma base de dados de 5.296 projetos, com a ajuda da inteligência artificial, fizemos o agrupamento por tópicos, e chegamos a 72 grupos. Nesses 72 grupos, analisamos como eles se vinculam aos ODS. Fizemos um levantamento da percepção desses jovens para considerarmos quais são seus problemas e os temas mais relevantes.

Quanto aos recursos hídricos, observem o tipo de projetos existente. Por exemplo, em 2021, uma escola pública do Mato Grosso investigou os impactos de acesso desigual à água potável. É um projeto na área de planejamento urbano. Em 2007, uma escola pública da Bahia tratou do uso de aguapés para a purificação da água, projeto enquadrado em biologia, e uma escola particular de São Paulo, de um sistema de alerta para casos de enchentes de rio. Vejam que os alunos se preocupam com questões muito diferentes.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Identificamos vários tópicos, e alguns são mais recorrentes, mas temos como temas que têm sido abordados pelos estudantes a violência contra mulheres, política, cultura afro, entre outros.

Nós fizemos também uma análise ao longo do tempo e verificamos que esses temas vão variando. Quais são os temas que estão sendo mais explorados pelos jovens? Com esses dados, podemos, inclusive, induzir o que achamos que seja importante. Então, com o Ministério, podemos desenvolver ações estratégicas. Sistemáticas que sejam importantes seriam estimuladas e poderíamos criar um prêmio regional.

É muito importante ver o que vem da escola, qual é a percepção dos jovens, quais são os problemas, e, ao mesmo tempo, haver políticas estratégicas que possam financiar projetos e talentos nessas regiões.

Aqui fizemos uma análise de toda essa base de dados em relação a regiões geográficas. Há vários outros recortes que não vou passar aos senhores, mas temos feito esse tipo de trabalho analítico justamente para podermos trabalhar com uma comunicação estratégica e conseguirmos induzir a diversidade, a qualidade, a abrangência e a excelência que precisamos.

Fizemos um mapeamento com os ODS. Nós vimos que alguns dos objetivos, como saúde e bem-estar, educação de qualidade, entre outros, têm sido exploradas pelos alunos, mas outros nem tanto. Podemos criar estratégias para que eles também percebam que essas outras áreas são absolutamente fundamentais.

Então, voltando à nossa estratégia, como conseguiremos ter um círculo virtuoso, coletando materiais e dando visibilidade ao trabalho que está sendo feito nas escolas? Para isso, é absolutamente fundamental que continuemos investindo em políticas integradas de longo prazo que sejam coordenadas pelo MEC, pelo MCTI, pela CAPES, pelo CNPq, por empresas e entidades parceiras. As coisas não acontecem por acaso e temos que andar mais rapidamente do que andávamos antes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Profa. Roseli Lopes.

Passo a palavra à Sra. Helena Bonciani Nader, Presidente da Academia Brasileira de Ciências e ex-Presidente da SBPC.

A SRA. HELENA BONCIANI NADER - Bom dia a todos.

Senador Izalci Lucas, começo pelo senhor, agradecendo-lhe mais uma vez. Tenho a honra de conhecer, embora residente em São Paulo, o seu trabalho, no Distrito Federal, como Deputado e, depois, como Senador. O senhor foi incrível conosco no Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, sendo, inclusive, o Relator da matéria. Nunca vou esquecer sua dedicação. Eu até





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

brinco que não voto no senhor por problema de residência. Se dependesse das audiências públicas que o senhor organizou, nós estaríamos com tudo resolvido com relação à educação e à ciência no Brasil.

Falar depois da minha querida amiga Marcia, do Atila e da Roseli facilita muito o meu papel. Não vou ser repetitiva. Eu sou uma pessoa muito otimista, mas hoje estou muito pessimista, e vou dizer o porquê. Eu acho que a comunicação não é com a sociedade. Está certo que o Congresso é um reflexo da sociedade, já que todos que estão aí, Deputados e Senadores, não puseram o “pé na porta”, mas foram eleitos por um modelo que eu vou continuar defendendo sempre, a democracia.

Eu vejo, mas não acho que vá acontecer: ou teremos uma reforma política de fato neste País ou vamos continuar reféns de projetos que não são nacionais. Eu tinha que falar isso, senão estaria traindo a mim mesma e a sua confiança.

Por que eu estou falando isso? Porque o Senado percebeu a importância da ciência. O Senado colocou a ciência fora do ajuste fiscal. Não vou entrar na parte racional, mas a Câmara, não por falta de termos alertado, votou contra. Então, qual é o diálogo que estamos tendo com os nossos representantes? Ao votar em um Deputado ou em uma Deputada, estamos dando autorização para eles falarem em nosso nome.

Nós temos que educar o povo brasileiro para que eles entendam o que significa o voto. O voto é uma procuração. Por isso eu falei sobre a reforma política. Os Estados Unidos são muito citados. Eu já morei lá muitas vezes, nunca fui paga com recursos brasileiros, sempre fui paga com recursos americanos. Lá, eles têm o voto distrital. Lá, o Vereador, o Deputado Estadual, o Deputado da Câmara Federal sabem que, se não agirem de acordo com aquilo que eles disseram ser a ideologia deles, não vão ser reeleitos. Eu precisava trazer essas informações como complemento.

A falta de percepção começa na Câmara, de verdade. Eu não sei mais o que fazer. Na época, nós procuramos a Deputada Luisa Canziani. Ela foi incrível, pois ela percebeu, mas não convenceu. Então, nós perdemos. Nós, não, a ciência, o povo brasileiro, a Nação brasileira.

Eu me emocionei anteontem vendo todas as crianças na Índia assistindo ao pouso na Lua. O Brasil está cortando financiamento em satélites. O Brasil privatizou Alcântara para o Governo americano. O Brasil está abrindo mão de ser. Isso é o Governo brasileiro, não é a ciência brasileira.

A Marcia citou o CNPEM, e eu vou trazer alguns impactos econômicos da construção dos Sírios: a firma que construiu o prédio está sendo chamada no mundo inteiro devido à tecnologia





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que ela desenvolveu, porque aquele concreto não pode tremer. A Roseli é engenheira e sabe muito mais sobre isso.

Quando eu era do Conselho do CNPEM, a WEG, indústria que está em mais de cem países, usava o espaço físico do CNPEM. Essa empresa desenvolveu ímãs que estão sendo usados para a construção de outras máquinas no mundo inteiro, não só de luz síncrotron.

A Marcia citou a Johanna Döbereiner, e eu vou trazer um nome de que sempre me lembro: Sérgio Ferreira. Ele deveria ter ganhado o prêmio Nobel, mas foi “garfado”, foi roubado, desculpem-me o vocabulário. O Captopril, que todo mundo toma, é um remédio brasileiro. Então, temos contribuições fora do comum.

A EMBRAER está agora sofrendo pressões, e o Governo tem que tomar uma providência sobre a fuga dos cérebros da EMBRAER por contratos. Eu estou muito preocupada. Eu tenho 75 anos, diferentemente da Marcia. Mas eu estou comentando isso pelo seguinte: eu tenho pouco tempo de vida, mas eu vou continuar lutando pelos jovens, pelas crianças que estão aí e precisam deste País soberano. O Brasil está abrindo mão da sua soberania. Ao abrir mão da ciência, abriu mão da soberania.

Não vai ter mais EMBRAER no Brasil; não vai ter mais PETROBRAS no Brasil; não vai ter mais EMBRAPA no Brasil. É isso o que eu quero trazer. Não é só o cientista que tem que dialogar. O cientista não está tendo recursos para pagar sua publicação, não tem recurso para pagar alguém para cuidar da sua mídia social, como a NASA faz. Eu não consigo fazer mídia social. Eu não sei fazer isso. O jovem tem que ser treinado, mas o que mais se vai querer do cientista, do professor, do pesquisador?

Essas grandes instituições do exterior têm pessoas dedicadas a isso. Agora, sem recursos e com os cortes que foram feitos, Senador Izalci, eu estou mais preocupada ainda. Todo mundo diz: “*Não, Helena, não vai ter esse problema*”. Eu não entendo o gatilho, mas eu vejo que a Lei Complementar nº 177 está ameaçada, porque, no gatilho, o não-reembolsável vai ser contingenciado por causa do argumento do não estouro do teto. Eu quero lhe agradecer, agradecer ao Senado, mas ao mesmo tempo eu quero lamentar profundamente a falta de compreensão dos Deputados que votaram contra o Brasil. Nenhum de nós estava pedindo aumento de salário. Nenhum de nós estava pedindo para diminuir jornada de trabalho. Ao contrário, estávamos pedindo pelo povo brasileiro.

Mas, infelizmente, e de uma forma que eu vejo irreversível, o Brasil saiu mais pobre na última terça-feira, num mundo globalizado, onde a Índia, que estava muito atrás de nós, hoje é sexta economia do mundo. A Coreia e a China, que estavam muito atrás de nós há 40 anos, 50





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

anos, vejam aonde elas chegaram hoje. Isso não aconteceu por acaso, foi por uma decisão em favor de educação e ciência. Quando eu falo em ciência, tecnologia e inovação para essa cadeia... O senhor lembra quando eu criei um mote. Eu vou continuar falando isto: educação e ciência não são gastos, são investimentos. Em nenhum lugar do mundo se chamam gastos, exceto no Brasil. Curiosamente, o Brasil chama jogar na Bolsa de Valores de "investir" na Bolsa. Então, isso nos dá a dimensão.

Um país que tem os cinco maiores bancos do mundo entre dez tem que parar para pensar o que ele quer ser não quando crescer, porque 523 anos já se passaram, mas o que ele quer ser para sobreviver, porque a agricultura, que era a nossa força maior, está sendo substituída pela de outros países, que também aprenderam com tudo o que a EMBRAPA desenvolveu.

Muito obrigada.

Desculpe-me a tristeza, mas assim como eu lhe agradeço, eu tenho que comentar o que eu lamento.

Do fundo do coração, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Helena.

Eu endosso totalmente a sua fala, porque, de fato, por mais que o Senado tenha trabalhado e mudado o texto, retirado ciência e tecnologia do texto, do arcabouço, lamentavelmente não foi aprovado na Câmara.

Nos comentários finais falaremos mais um pouco sobre isso.

Agradeço à Helena.

Eu vou passar imediatamente a palavra ao Renato Janine Ribeiro, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que, inclusive, foi nosso Ministro.

Com a palavra o Sr. Renato Janine.

O SR. RENATO JANINE RIBEIRO - Bom dia, Senador.

Vou ter que ser muito rápido. Como avisou a minha secretária, a nossa querida Eunicinha, eu tenho outro compromisso às 11 horas. Então, minha presença dá para ir somente até as 10h45min.

Eu tive a oportunidade de ouvir colocações muito boas. Endosso todas as palavras da Profa. Helena e de todas as outras pessoas. Só não concordo com a Helena quando ela disse que não tem muita duração de vida ainda. Eu não acredito, não aceito, não concordo, eu sou contra essa sua afirmação.

Mas eu direi rapidamente o seguinte. Primeiro de tudo, temos que deixar muito claro que ninguém de nós podia imaginar que, na terceira década do século XXI, nós teríamos tanta gente





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

questionando verdades científicas básicas, até mesmo afirmando que a Terra é plana. É o negacionismo, como se chama. Pessoas negam fatos básicos atestados pela ciência, pelo jornalismo.

É interessante e ao mesmo tempo muito preocupante notar que o ódio dos negacionistas se dirige sobretudo à ciência e à imprensa. A ciência lida com a verdade dos fenômenos, e a imprensa lida com a verdade dos fatos. E as duas, claro, são falíveis e corrigem-se o tempo todo. A ciência é um trabalho de autocorreção constante. Não se trata de afirmar que tal tese estava errada, mas de torná-la mais precisa, mais exata. Por exemplo, não é que a água não ferva a 100 graus, mas ela ferve a 100 graus em determinadas condições, o que não quer dizer que ela vá ferver a 50 graus ou a 200 graus.

Isso tudo são conquistas importantes, e o custo de não ter sido respeitada a ciência o Brasil pagou com 500 mil mortes por COVID acima da média mundial. Considerando que a doença matou 7 milhões de pessoas no mundo, numa população de 8 bilhões, a média foi de um pouco menos de 1 por mil. No Brasil, foi de 13,5 por mil. Poderiam ter morrido no País, se seguida a média mundial, algo como 190 mil pessoas, mas morreram mais de 700 mil. São 510 mil mortes na conta do negacionismo, na conta da campanha que alguns fizeram a favor da doença, e não a favor da vida.

É uma coisa que não podemos deixar ignorada. Não se trata de querer vingança, de querer revanchismo, mas de coibir doravante esse tipo de conduta que mata gente, que matou muita gente. Não fosse a ciência, não teríamos desenvolvido a vacina contra a COVID e talvez estivéssemos na situação de 1 século atrás, quando já se sabia que a origem de doenças graves assim estava em vírus, mas, mesmo assim, a gripe dita espanhola matou de 3% a 5% da população mundial. Se fossem 3%, que é o dado baixo, teriam morrido no mundo agora 240 milhões de pessoas. São números importantes: 233 milhões de vidas salvas pelo avanço da ciência no último século e 510 mil vidas perdidas devido ao negacionismo. Isso é muito importante.

Parte da população, nas pesquisas feitas, declara sua confiança na ciência. É um aspecto muito bom, mas nós temos que ampliar isso, Senador e caros colegas, e fazer que, enfim, a crença vaga na ciência se traduza realmente num letramento científico. A ideia de alfabetização, quando eu era criança, era saber ler e escrever. Hoje inclui as operações aritméticas. Nós temos que entender que uma alfabetização ou um letramento científico tem que ser algo que inclua um conhecimento básico das ciências — química, física, biologia — e também história, geografia, sociologia e filosofia, e não apenas a matemática e o português. Sem esse conhecimento, as pessoas ficam limitadas na sua capacidade de atuar sobre o mundo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Acho que esses são alguns pontos básicos.

Infelizmente, tenho que me retirar, mas agradeço a oportunidade, Senador. O diálogo com o senhor sempre foi muito franco, muito frutífero. Estamos do mesmo lado na defesa da ciência pela qual o senhor tem se batido e na qual a comunidade está muito empenhada.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Prof. Janine. Eu passo imediatamente a palavra ao Sr. Paulo Roberto Gandolfi, Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento para a América Latina da 3M do Brasil.

O SR. PAULO ROBERTO GANDOLFI - Podem me ouvir? Podem ver a minha tela?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Sim, estamos acompanhando.

O SR. PAULO ROBERTO GANDOLFI - Perfeito!

Antes de mais nada, bom dia a todos.

Queria agradecer imensamente o convite à Exma. Sra. Senadora Daniella Ribeiro, ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e ao Sr. Senador Izalci Lucas — já nos conhecemos há algum tempo —, autor do requerimento, subscrito pelo Deputado Daniel Almeida. Cumprimento todos os demais presentes. É uma honra estar aqui hoje falando com vocês para apresentar um pouquinho do que temos feito na 3M.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu sou atualmente, como o Senador já mencionou, Diretor de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a América Latina da 3M. Sou também Vice-Presidente do Conselho de Administração da ANPEI e Presidente do Instituto 3M de Inovação Social. Cito isso porque a Profa. Roseli é uma grande parceira do Instituto 3M. Temos essa parceria com o LSI-TEC e a Poli-USP, de São Paulo, no Programa Desafio de Inovação, que acaba na maior mostra interna de ciência, tecnologia e inovação para o interior do Estado de São Paulo. É uma das portas para a FEBRACE, que nós também patrocinamos.

Estou muito feliz de estar no meio de tantos professores. Eu sou filho de professor e já fui professor por um tempinho. Hoje sou executivo do mundo privado, mas não menos interessado nesta pauta.

Antes de entrar propriamente no tema da audiência, eu vou falar rapidamente sobre a 3M, uma empresa de ciência aplicada à vida. Nós estamos no Brasil há 77 anos. Somos a primeira subsidiária da 3M fora dos Estados Unidos, o que é uma honra para nós. Eu estou lá um terço desse tempo, ou seja, 26 anos. Então, é uma empresa que ainda tem muitas carreiras românticas, assim podemos dizer. Temos quatro plantas no País, e 70% das nossas vendas são de produtos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

manufaturados localmente. Nós acreditamos no desenvolvimento nacional e nas potências deste País.

Outra questão que eu queria destacar é o nosso pilar ético. Nós agimos com muita transparência e integridade em tudo o que fazemos, e, por isso, somos reconhecidos no Brasil desde 2012 como uma das empresas com o selo pró-ética da CGU. A cada ano fica mais difícil manter esse selo, porque a comissão gestora coloca cada vez mais requisitos, o que é ótimo. E nós continuamos lá firmes e fortes.

Inovação e sustentabilidade também fazem parte do DNA da empresa. Nós temos hoje uma equipe de vários cientistas no Brasil e mais de 55 mil produtos no mundo, o que nos permite dizer que dificilmente vocês estão a mais de 3 metros de um produto da 3M, isso se ele não estiver dentro da sua boca. Ciência, tecnologia e inovação, para nós, têm o propósito muito claro de libertar o poder das pessoas para inspirar e inovar, melhorando a vida de todos. É a ciência aplicada à vida, como nós falamos aqui dentro.

Esse conjunto de valores move a empresa e nos permite produzir diversos estudos relacionados à importância da ciência. O mais recente deles é este que está na tela. Chama-se *3M Forward: O Futuro Hoje*. Fundamentalmente, busca olhar como inovações baseadas em ciência de materiais em escala podem nos ajudar a enfrentar desafios globais e ajudar a construir um futuro melhor.

O produto dessa pesquisa apresenta percepções de cientistas, engenheiros, especialistas da 3M, bem como da população de 17 países ao redor do mundo sobre a ciência. No Brasil, foram entrevistadas mais de mil pessoas, com representatividade total da população brasileira. Há representatividade estatística. Tem base científica e estatística. Foi feito entre setembro e dezembro de 2022.

Ele está dividido em três grandes categorias. Todos os dados desse estudo são públicos, já estão disponíveis na Internet. Os senhores podem acessá-los, pois eles podem ajudar a fundamentar políticas públicas. Ele está dividido em três grandes temas: mudanças climáticas e escassez de recursos; convergência do mundo físico e digital — a que muitos chamam de "figital"; e mudanças demográficas e sociais.

Como eu não tenho muito tempo aqui, vou falar sobre mudanças climáticas e escassez de recursos.

Neste eslaide fica claro, a pesquisa mostra, que a grande maioria dos brasileiros está preocupada com questões ambientais: 86% dizem que estão mais preocupados com as mudanças climáticas hoje do que no passado; 77% acreditam que essas mudanças climáticas são reais e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

irão afetá-los pessoalmente. Esse dado é interessante, porque ele contrapõe uma percepção equivocada de que questões ambientais estão distantes da população. Não estão.

A boa notícia é que nove entre cada dez brasileiros acreditam que a ciência pode ajudar a minimizar os efeitos negativos dessas mudanças climáticas. Estamos empenhados em causar um impacto positivo, por meio das operações, dos produtos, das parcerias para fim de acelerar soluções baseadas na ciência em áreas críticas, para descarbonização da economia, geração e consumo de energia limpa, transporte público e privado mais sustentáveis em uma economia mais circular.

Na verdade, somos pioneiros em iniciativas de ecoeficiência, desde a década de 70. Já contemplamos um portfólio que busca criar residências, empresas com eficiência energética. Também buscamos reduzir o uso de matérias-primas e o desperdício nas nossas fábricas. Além disso, buscamos operações manufatureiras que sejam mais circulares, com redução e substituição do uso do plástico e, principalmente, o uso de sistemas produtivos mais sustentáveis.

Então, já temos alguns exemplos de compromisso de uso de energia renovável em nossas fábricas. Desde 2013, 100% da nossa energia vêm de fontes renováveis. O plano da empresa é reduzir significativamente o consumo de materiais plásticos principalmente para embalagens, até 2025. E aí temos progressivamente *targets*, objetivos, cada vez mais agressivos em relação a isso. Temos parcerias externas com o Plastic Bank, por exemplo, com 300 coletores de plásticos em comunidades costeiras do Rio de Janeiro e de São Paulo. Temos uma participação muito ativa junto ao Programa Recupera, da PRAGMA, e o Programa Mãos pro Futuro, que começou com a ABIHPEC e hoje é operacionalizado pela ABIPLA e pela ABIMAPI. Eles buscam viabilizar a reciclagem de embalagens pós-consumo, principalmente por meio da ampliação e melhoria da coleta, triagem e beneficiamento de embalagens. Isso tem um efeito não só ambiental, mas também social, por causa de várias frentes com cooperativas de reciclagem.

Por último, no que tange à logística reversa, temos ido além do que a política nacional de resíduos sólidos preconiza. Já temos, por exemplo, um programa em parceria com a TerraCycle para a reciclagem de esponjas da Scotch Brite, aquela esponja que provavelmente vocês usam para lavar a louça em casa.

Quero terminar aqui falando algumas coisas que eu acho que vão muito ao encontro do que eu ouvi dos meus antecessores. A principal mensagem que eu gostaria de trazer hoje é que a ciência tem o potencial de solucionar esses problemas que apareceram nessa pesquisa, que são mundiais, mas que, no nível nacional, são ainda mais agudos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nosso estudo aponta que a sociedade brasileira entende isso, que 87% dos entrevistados acreditam que haverá consequências negativas para a sociedade se as pessoas não valorizarem a ciência. E nós precisamos continuar essa valorização da ciência, tecnologia e inovação. Eu estou completamente de acordo com a Profa. Helena e com as preocupações que ela coloca.

Nesse sentido, eu gostaria de pontuar três aspectos importantes, na visão da 3M, que estão no escopo desta Comissão, do Senado, do Congresso de uma forma geral, e da Câmara.

Primeiro, é a necessidade de ampliação do FNDCT. Reparem que eu não estou falando de manutenção. Eu estou falando de ampliação. Garantir que não haja cortes ou contingenciamento ou qualquer outro nome que se venha a dar para esse tipo de mecanismo no FNDCT é apenas o primeiro passo. O FNDCT desempenha um papel crucial no fomento à pesquisa básica, à pesquisa aplicada e à inovação no Brasil.

Para quem não conhece, o FNDCT, por meio dos recursos reembolsáveis e não reembolsáveis, apoia atividades como pesquisa básica e aplicada em instituições públicas, projetos empresariais em ciência, tecnologia e inovação, interação entre universidade e empresa, modernização da infraestrutura de CTI e do País, entre outras atividades. Esses recursos são operados pela FINEP e pelo CNPq, que eu defendo veementemente também.

Gostaria de destacar, especialmente, a necessidade de ampliação dos recursos não reembolsáveis, pois esses mitigam os riscos financeiros associados à inovação e incentivam a experimentação mais audaciosa, especialmente por parte de pequenas e médias empresas, o que promove um ecossistema mais robusto e dinâmico de pesquisa e desenvolvimento no País.

Vale dizer que é o principal mecanismo de CTI no mundo e atualmente utilizado nos Estados Unidos, na União Europeia, na China, na Coreia do Sul e Cingapura e na Índia, citado pela Profa. Helena, e em diversos outros países. Sem recursos não reembolsáveis, dificilmente conseguiremos vencer as barreiras para o desenvolvimento tecnológico e inovação no País. Não basta apenas dinheiro privado, via *corporate ventures*, ou investimentos de risco, via *venture capital*, ou dinheiro das empresas. Precisamos desses recursos do FNDCT, reembolsáveis e principalmente não reembolsáveis.

O segundo ponto — desculpe-me por me estender, Senador, mas já estou terminando — é o aprimoramento da Lei do Bem. Novamente, eu não estou falando de manutenção da Lei do Bem. Eu estou falando das evidências sobre os impactos positivos do programa no ecossistema de inovação e na competitividade do País, que são inquestionáveis. Por isso, é importante a sua extensão, melhoria e aprimoramento. Para ser breve, vou citar apenas um dado que foi publicado no boletim produzido pela SECAP, do Ministério da Economia, em 2021. A Lei do Bem tem um





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

efeito multiplicador de 1 para 4,8, ou seja, para cada 1 real incentivado as empresas participantes da Lei do Bem investiram outros 4,8 reais.

Diversos estudos acadêmicos que utilizam o padrão-ouro de avaliação — ciência, portanto — relatam aumento dos investimentos e da produtividade de empresas que utilizam instrumentos, e produtividade é um grande problema do nosso País. A Lei do Bem precisa estar no Orçamento de 2024 sem limitações também.

Vale ressaltar que a Lei do Bem também não é novidade no mundo. Diversos países no planeta, em especial no mundo desenvolvido, fazem uso desses mesmos mecanismos para incentivar e mitigar os riscos de pesquisas, desenvolvimento e inovação.

Por último, destaco que a importância da ciência na sociedade atual não pode ser subestimada. Entendemos que é fundamental a elevação — elevação! — constante dos investimentos em ciência e tecnologia na Lei Orçamentária Anual para impulsionar o desenvolvimento sustentável e inclusivo do País, mesmo no contexto da não exclusão, infelizmente, desses recursos dos limites de gastos do novo arcabouço fiscal, proposto no PLP 93/23, que acabou de passar pela Câmara, conforme havia sido proposto pelo Senado Federal.

Fui eu que eu escrevi isso antes de você falar, Helena. Nós já estamos superalinhados sem combinarmos.

O investimento em ciência, tecnologia e inovação deve ser visto, mais do que nada, como um contínuo, um conjunto de elementos que passa de um para o outro continuamente, sem intervalos nem interrupções, entre educação, ciência, tecnologia e inovação.

Agradeço a atenção de todos. Coloco-me à disposição para qualquer questionamento ou colaboração futura nesses temas. A equipe de Relações Governamentais da 3M enviará a vocês todo esse estudo que eu já mencionei. Contem sempre com a nossa participação para a boa formulação de boas políticas públicas voltadas à educação, ciência, tecnologia e inovação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado.

Eu vou fazer aqui algumas considerações. Depois, nós vamos para as considerações finais.

Eu quero, primeiro, lamentar o que ocorreu na Câmara com relação à ciência e tecnologia. Nós conseguimos, no Senado Federal, retirar do texto a questão do Fundo Constitucional do Distrito Federal, que para nós é fundamental. Eu fui o Relator também lá no Senado do FUNDEB, que conseguimos também retirar do texto. Fiquei muito feliz com a inclusão, evidentemente, também no Senado, da área de ciência e tecnologia. Eu iria apresentar lá, mas o Senador Renan acabou apresentando a emenda que retira do arcabouço fiscal os recursos da ciência e tecnologia.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sinceramente, não entendi qual foi realmente o motivo de voltar o texto do Relator que foi aprovado na Câmara. Não sei se trata de uma questão estadual. No mérito, nós discutimos aqui, e o FNDCT foi unanimidade na Câmara e no Senado. Derrubamos o veto, que voltou. O Governo fez a recomposição.

É lógico que, depois dessa tragédia que aconteceu aqui, nós teremos que trabalhar um pouco mais. O que eu percebo — daí a importância desta audiência aqui na Comissão Mista de Orçamento — é que o investimento em ciência, tecnologia e pesquisa é de médio e longo prazo, e as pessoas muitas vezes pensam apenas na próxima eleição. Poucos pensam na próxima geração. Então, essa situação é semelhante à do saneamento. Você gasta, que dizer, investe — porque não é gasto, é investimento também — bilhões de recursos, mas fica debaixo da terra, ninguém vê. O que dá voto é aquilo que as pessoas veem de imediato. Lamentavelmente, nós vamos perdendo um pouco dos Parlamentares que se interessam pela ciência, porque ela não dá voto imediato.

Mas eu quero dar uma boa notícia aqui. Nós vamos fiscalizar e acompanhar passo a passo o FNDCT, com relação ao orçamento. Quanto à Lei do Bem, nós tínhamos dois projetos no Senado de minha autoria também, o Senador Marcos Pontes é o Relator do projeto, e quarta-feira que vem, quando eu vou presidir a Comissão, nós vamos aprovar o projeto. E aí o projeto vai para a CAE. Eu já pedi ao próprio Presidente da CCT, o Senador Carlos Viana, que fosse o Relator desse projeto na CAE.

Na mesma linha, nós temos tramitando em regime de urgência na Câmara o projeto da Deputada Luisa Canziani. Se conseguirmos aprovar na Câmara o projeto dela e o nosso lá no Senado, evidentemente facilitaremos muito as coisas para que possamos aprovar a lei ainda este ano e fazê-la vigorar já neste Orçamento. Então, a perspectiva é boa.

Agora, eu senti falta... Eu lembro, como Deputado, quando trabalhamos o tema "inovação" na Constituição, o marco regulatório de ciência e tecnologia, que havia a participação de muitas instituições, que vieram aqui em peso. Falamos com o Presidente, fomos a reuniões de Líderes, criamos uma confusão danada. A nossa querida Helena Nader se lembra disso, porque ela sempre esteve à frente de todos esses movimentos, pelo menos desde a época em que eu fui Secretário.

Eu sou contador, auditor, não sou nem especialista na área. Mas qualquer um que lida com essa área, no primeiro momento, sabe da importância disso para o desenvolvimento do País. É uma coisa tão óbvia que as pessoas acabam ficando cegas a isso. Os exemplos dos países que investiram na ciência e na educação estão aí.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Infelizmente, no Brasil — como foi falado —, não temos política de Estado, temos política de Governo. Então, a cada Governo que entra, é uma nova história. Fazem até questão de acabar com o que foi feito nos Governos anteriores. Então, essa falta de política de Estado é o que me incomoda muito.

Foi falado aqui, com relação à eleição, que os Deputados fazem promessas e, depois, não as cumprem. Eu tenho uma PEC tramitando aqui exatamente nesse sentido. Os Governos precisam apresentar um plano de metas 90 dias após a eleição. Se os Governos, durante o mandato, não executarem aquilo que prometeram na campanha, aquilo está no plano de metas, ficam inelegíveis. Chega de tanta promessa, de mentiras! Na hora que a pessoa tem a caneta, ela não faz nada daquilo que prometeu. O tempo vai passando. A cada eleição, entra Governo, sai Governo. Muda o Governo, e as coisas continuam ou até mesmo pioram em determinados pontos.

Às vezes, não há nem condição de se fazer mobilização. Ontem mesmo, eu fiz uma sugestão à EMBRAPA. Isso pode acontecer com vocês também. Quando fui Secretário, nós tínhamos o Governo na Cidade, em que todos os Secretários ficavam o dia todo em determinados eventos. Nós tivemos o dia da ciência e tecnologia, com a participação de todos os Secretários e do Governador, quando fomos à EMBRAPA, à Universidade de Brasília, para que eles conhecessem de perto como funcionam os laboratórios.

Eu trouxe a EMBRAPA ontem aqui, e sugeri a ela que fizéssemos nos Estados esse alinhamento com o Governador e com o Secretário de Ciência e Tecnologia dos Estados e Municípios, para cobrarmos lá na ponta. Eu vejo muitas vezes as pessoas vindo a Brasília conversar com os Senadores, mas o que surte mais efeito é ir lá na ponta falar com eles. Por exemplo, vamos conversar com os Senadores de São Paulo, fazer uma reunião em São Paulo, chamar a USP, todos os institutos de pesquisa, os Deputados Federais, e vamos fazer um convencimento. Vamos chamar também os Deputados Estaduais e os Vereadores, porque há recursos nas fundações, no orçamento municipal e no estadual.

Nós precisamos fazer uma mobilização, para que eles reconheçam o óbvio, que é exatamente o investimento. Eu fico triste, porque eu peguei uma época em que havia realmente laboratório nas escolas, havia incentivo à pesquisa. Hoje, não há recurso. Falou-se na falta de pós-graduado. Até o ano passado, o valor de uma bolsa de mestrado com dedicação exclusiva era 1.500 reais — uma coisa assim tão absurda! —, a de doutorado era 2.500 reais. Como é que a pessoa vai sobreviver com 2.500 reais? Ela não paga nem o aluguel!

Eu estou vendo aí as pessoas indo embora. Agora, não precisam nem ir embora mais, pois há a Internet. As pessoas estão trabalhando agora via Internet para empresas de outros países. E





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

nós vamos perdendo competitividade. Vamos perdendo os jovens. Pessoas competentes, com anos e anos de estudo, estão indo embora. A Alemanha parece que está abrindo 500 mil vagas. Vão pegar todo mundo que está aqui no Brasil rapidamente.

A mesma coisa acontece com os concursos. Nós estamos com uma falta de concursos nessa área de ciência e tecnologia há anos. A EMBRAPA há 13 anos não faz concurso. As pessoas, às vezes, acham que é só pegar alguém na prateleira e substituir, esquecendo que há uma transição, importantíssima, que leva 2, 3, 4 anos. Então, nós temos que nos preparar para isso. Entretanto, por incrível que pareça, o óbvio não é reconhecido. Eu vejo, a cada ano que passa, que as pessoas se interessam menos por isso. Investem em muitas áreas que, às vezes, não têm relevância, em detrimento do principal, que é educação, ciência, tecnologia.

Então, Helena, eu também fico assim meio... Não vou dizer "desanimado", porque nós não podemos perder a esperança. Os discursos são maravilhosos! Todo mundo defende educação. Todo mundo defende tecnologia e inovação. Chega de discurso! Já estamos há muitos anos com discurso. Isso está superado. Agora, temos que trabalhar em termos de recursos para programas. Temos que colocar estrutura nas escolas. Esse é outro problema. Parece que cada Secretaria é um Governo diferente. Imaginem se ciência e tecnologia não falam com a educação. Em alguns Estados, nem a Secretaria de Ciência e Tecnologia conversa com a Fundação de Amparo à Pesquisa! Trata-se de indicações políticas separadas. Cada um indica uma coisa. Não se falam. Não há uma integração.

Nós precisamos fazer talvez um movimento, dar uma sacudida nessa turma. É por isso que eu fiz esta audiência aqui na Comissão Mista de Orçamento, que é composta de Deputados e Senadores. Há vários Parlamentares aqui que até defendem bem essa área, mas temos que traduzir essa defesa feita por meio de discurso em recurso, em ações.

Vamos começar agora a votação da LDO, e eu já vou apresentar a emenda do não contingenciamento de recursos para essa área na LDO e, depois, na LOA. Temos que fazer esse trabalho para evitar realmente que venha novamente o contingenciamento desses recursos. Independentemente de qualquer coisa, essa área não pode ser... Como foi dito, não se trata nem de manter os recursos, mas de ampliá-los, porque normalmente os recursos são insuficientes em todas as áreas.

O objetivo da audiência foi exatamente sensibilizar a Comissão, que tem Senadores e Deputados, e colocar a ciência e tecnologia como prioridade nacional. São tantos os exemplos que existem aí.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu estava falando com a EMBRAPA. Nós temos tantos projetos sendo votados aqui, no caso da EMBRAPA especificamente. A SBPC — Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência tem peso, tem credibilidade. Então, esses assuntos técnicos, que normalmente são complexos para muitos Parlamentares, precisam ser avalizados e subsidiados por instituições que acreditamos que têm credibilidade, para não ficarmos aqui nessa discussão partidária e ideológica. São coisas tão óbvias, mas vem a questão ideológica, e nós temos que superá-la.

Helena, é por isso que agora as Comissões vêm perdendo muita força. Como a composição das Comissões é partidária, é proporcional, surge o viés ideológico. A Comissão acaba virando discurso. O que tem funcionado bem e acho que vai prevalecer daqui para frente são as Frentes Parlamentares. Veja a FPA, que é a Frente Parlamentar da Agropecuária, a do agro; a Frente Parlamentar de Infraestrutura Logística; a Frente Parlamentar do Comércio e Serviços, que tem subsidiado os Parlamentares e é uma frente suprapartidária. Nas reuniões, que acontecem semanalmente, dessas poucas frentes que funcionam, nós recebemos todas as pesquisas, as fundamentações, o que é pró, o que é contra, a posição do setor. Isso é mais eficiente. Acho difícil aprovar qualquer coisa hoje aqui no Congresso que não tenha passado pela Frente do agro e pela Frente do Comércio e Serviços.

Na última vez em que estive em São Paulo, pela Frente da Ciência e Tecnologia, eu participei de uma reunião da MEI, que é a Mobilização Empresarial pela Inovação. Normalmente é convidado o pessoal do Ministério da Ciência e Tecnologia, o pessoal da Indústria... Eu disse: *"Olha, a ciência e tecnologia perpassa todas as áreas, ela interage com todos"*. Poderíamos ser a frente mais importante do Congresso Nacional. Teríamos condições de trazer para essa composição praticamente todas as áreas, numa estrutura como a que foi montada por essas outras frentes. A ciência e tecnologia poderá ter um espaço muito grande, se houver, realmente, participação dessas instituições todas, inclusive das indústrias, onde tudo acontece, e do agro mesmo — as pessoas vão participar também, para fortalecermos esse segmento. Vejo que daqui para a frente vamos precisar muito de informação, de pesquisa. Por isso eu convidei a 3M. Fiz uma reunião com eles na Frente da Ciência e Tecnologia e conheci na pesquisa que eles fizeram a importância de se popularizar isso.

Na quarta-feira, vamos ver se já conseguimos aprovar na Comissão o parecer do Senador Marcos Pontes para projetos nossos que estão tramitando lá, e depois, na sequência, vamos ver se aprovamos na CAE, para podermos, concomitantemente, aprovar aqui na Câmara o projeto da Deputada Canziani, que está na linha. Fizemos esse ajuste exatamente para facilitar, para agilizar o processo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sem mais comentários, eu vou passar a palavra para as considerações finais, e na ordem inversa.

O Prof. Janine teve que sair. A Profa. Marcia acho que tem um compromisso. Vou passar a palavra primeiro para a Marcia, a quem agradeço a presença. *(Pausa.)*

O SR. PAULO ROBERTO GANDOLFI - A Marcia teve que se ausentar. Ela deixou uma mensagem no *chat*.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Está bem.

O Atila também saiu...

Então eu vou passar a palavra para a Profa. Helena, Presidente da Academia Brasileira de Ciências, uma grande lutadora pela ciência e tecnologia.

Obrigado pela presença, Helena. É um prazer revê-la. A senhora está com a palavra.

A SRA. HELENA BONCIANI NADER - Obrigada, Senador.

Digo de novo que para mim é uma honra estar aqui. Eu gostaria muito que o Paulo ou a Roseli compartilhasse aquele artigo. Depois me passem o *link*, porque eu achei incrível o levantamento que vocês fizeram desses mais de 20 anos da FEBRACE. Eu gostaria de compartilhar os dados do Paulo, que são muito importantes.

Estamos sempre juntos. Eu estou triste, mas não vou jogar a toalha. Vou continuar na luta, porque educação, ciência, tecnologia e inovação são fundamentais para o Brasil de que o Brasil precisa.

Fiquei muito feliz de saber, também do senhor, sobre a Lei do Bem. O Senador Marcos Pontes é o Relator. Que ela caminhe, porque a Lei do Bem teve um impacto muito grande, e ela precisa, realmente, ser revista, melhorada. Sempre podemos melhorar. O que nós não podemos é, naquilo que está funcionando, deixar cair a peteca.

E eu espero que os senhores realmente revejam a LDO, porque o orçamento previsto para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação mal mantém as atividades que fizemos até hoje. Não há perspectiva de melhora.

Agradeço muito, mais uma vez, Senador Izalci.

Agradeço aos colegas participantes. Aprendi muito com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, professora.

Passo a palavra, para suas considerações finais, à Profa. Roseli Lopes, que é Vice-Diretora do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

A SRA. ROSELI LOPES - Senador Izalci, em primeiro lugar, quero agradecer muito a oportunidade de estar aqui aprendendo com os colegas, como a Helena falou.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Coloco não só o meu CPF, a minha pessoa física, à disposição para a mobilização, para ajudar no que for preciso, mas também o Instituto de Estudos Avançados à disposição para aquela mobilização, para fazermos em São Paulo um evento que reúna forças, para fazermos visitas técnicas. Os brasileiros precisam saber mais, e, como disse a Helena, a Câmara dos Deputados precisa saber mais. Essa seria uma oportunidade de fazermos algum evento, de visitarmos lugares, de darmos mais visibilidade para isso. A ideia é brilhante. Estamos totalmente à disposição para ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, professora.

Passo agora a palavra para o Sr. Paulo Roberto, Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da 3M no Brasil.

O SR. PAULO ROBERTO GANDOLFI - Mais uma vez, eu queria agradecer a oportunidade.

Aqui me senti entre amigos. Eu e a Profa. Marcia já fomos, juntos, conselheiros do CNPEM. Então, já estive no Conselho de Administração do CNPEM. Também estive lá com a Profa. Helena, por um breve tempo. Eu a conheço desde essa época. A Profa. Roseli é parceira há mais de 10 anos do Instituto 3M. E posso dizer que também conheço o Prof. Renato. Não havíamos tido contado direto, mas somos membros associados da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC. Com o Atila também temos vasta parceria, já de longo tempo. A 3M e o Atila já fizemos vários trabalhos conjuntos. O Atila tem sido um grande parceiro da 3M.

Em nome da 3M, eu queria agradecer esta oportunidade. Como pessoa física e como pessoa jurídica, como executivo de uma multinacional que investe no Brasil há quase 8 décadas, quero dizer que pesquisa, desenvolvimento e inovação são fundamentais, juntamente, é óbvio, com uma indústria manufatureira pujante e sustentável.

Estive recentemente com o Vice-Presidente Alckmin, com o Ministro Haddad e com outros mais em Brasília. A "neoindustrialização", citada por alguns de vocês, ou "nova industrialização" — qualquer que seja o nome que se dê para uma indústria mais sustentável —, é uma pauta fundamental para a 3M, é uma pauta fundamental para o País. Não existe no planeta país desenvolvido, nem país com desenvolvimento progredindo para o lugar certo, como a Índia, agora, sem uma indústria pujante, sem uma indústria inovadora, sem uma indústria sustentável. Eu tenho usado muito a palavra "inovabilidade", ou seja, inovação orientada, com sustentabilidade.

Contem conosco na 3M, contem com a ANPEI, contem com a MEI, da qual sou membro também, Senador Izalci, nessas pautas prioritárias para o nosso País. Elas são fundamentais. Eu defendi as principais no dia de hoje, mas há mais coisas, vários outros aperfeiçoamentos a fazer. Estamos dispostos a falar sobre eles no futuro próximo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Contem conosco.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Paulo.

Eu vou sugerir que façamos, talvez num acerto com a Academia Brasileira de Ciências, Helena, como fizemos outras vezes lá atrás, um manifesto, assinado por todas as instituições. E marcamos uma reunião com o Presidente da Câmara, depois com o Presidente do Senado, com os Líderes... Precisamos demonstrar que estamos insatisfeitos com esses recursos, com o orçamento. A Ministra Luciana Santos foi colega nossa, Deputada, no período do marco regulatório. Ela também foi Secretária na época em que eu fui Secretário. Sei do compromisso dela com a ciência e tecnologia, mas nós sabemos que neste País... Toda audiência pública deveria ter um representante do Ministério da Economia, porque com o mérito todo mundo concorda, mas os projetos sempre são barrados lá. Talvez nós tenhamos que sensibilizá-los. Não sei, mas é preciso fazer alguma coisa para reagirmos a isto que está acontecendo, para não termos um retrocesso nessa luta tão grande que fizemos durante esses anos todos. Avançamos muito pouco, mas pelo menos avançamos, com o FNDCT, com o marco regulatório, com a inovação da Constituição e agora com a Lei do Bem. No entanto, é preciso que o Presidente da Câmara e o do Senado — que é também o Presidente do Congresso — sensibilizem-se com isso, para que uma questão estadual ou pessoal não fique acima dos interesses do País, como aconteceu agora na área de ciência e tecnologia.

Quero agradecer muito a cada um de vocês pela presença. Que os nossos Parlamentares possam acompanhar, por meio das apresentações dos oradores, das notas taquigráficas e também da gravação desta nossa audiência, e se sensibilizem um pouquinho para pensar: só vamos avançar realmente com investimento na ciência, na tecnologia e na educação.

Agradeço a cada um de vocês pela presença.

Declaro encerrada esta audiência pública.

Obrigado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA OITAVA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2023.

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência da Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB). Esta reunião foi convocada para ouvir a Ministra do Planejamento e Orçamento do Brasil, Sra. Simone Nassar Tebet, que discorreu sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024 - Projeto de Lei nº 4/2023-CN, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências”, conforme dispõe o art. 84 da Resolução nº 01/2006-CN. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados Titulares:** Adriana Ventura, Alencar Santana, Bohn Gass, Carlos Gaguim, Castro Neto, Dilvanda Faro, Eunício Oliveira, Luciano Amaral, Luciano Ducci, Luiz Carlos Motta, Marx Beltrão, Mauro Benevides Filho, Geraldo Resende, Gilson Daniel, Gilvan Maximo, José Rocha, Paulo Litro, Sérgio Souza, Odair Cunha, Vicentinho Júnior, dos **Senadores Titulares:** Beto Faro, Daniella Ribeiro, Izalci Lucas, Professora Dorinha; dos **Deputados Suplentes:** Alberto Mourão, Átila Lira, Benes Leocádio, Carlos Veras, Carlos Zarattini, Daniel Almeida, Danilo Forte, Delegado Bilynskyj, Leônidas Cristino, Luiz Gastão, Marco Bertaiolli, Paulo Azi, Thiago de Joaldo, Túlio Gadêlha e Vermelho. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão - **Deputados:** Aj Albuquerque, Leonardo Monteiro, Hercílio Diniz, Pedro Campos, Roberta Roma, Rodolfo Nogueira, Sidney Leite. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e três minutos, a Presidente da CMO, Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB) declarou iniciada a reunião, esclareceu os objetivos desta e apresentou a composição da Mesa formada pela Ministra do Planejamento e Orçamento do Brasil, Sra. Simone Tebet, o Secretário de Orçamento Federal, Sr. Paulo Bijos e o Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, Deputado Danilo Forte (UNIÃO/CE). Para melhor ordenamento dos trabalhos, a Presidente comunicou que, de acordo com o estabelecido no *art. 398, incisos IX e X do Regimento Interno do Senado Federal*, a ministra disporia de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser apartado com a permissão dela. E conforme o estipulado no *mesmo artigo, inciso X*, os parlamentares inscritos para interpelar a ministra poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo a convidada igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos. Visando facilitar a condução do debate, a Presidente propôs a divisão da lista de inscritos em grupos de quatro parlamentares, e após a exposição de cada grupo, a palavra retornaria à Ministra que responderia ao grupo de interpeladores. Em seguida, informou a abertura da lista de inscrições para o debate. Logo após, a presidente concedeu a palavra a Ministra do Planejamento e Orçamento do Brasil, Sra. Simone Tebet, que, fazendo uso de projetor de multimídia e apresentação em slides, discorreu inicialmente sobre o PPA Participativo 2024-2027, citando sua visão de futuro, valores que permearão a proposta e os eixos de condução. Posteriormente, discorreu rapidamente sobre a elaboração da Proposta de Lei Orçamentária Anual para 2024, que será também encaminhada ao Congresso dia trinta e um de agosto, citando a previsão de despesas condicionadas no PLOA 2024, a ampliação e destinação do limite de despesas primárias e os projetos Prioritários da Secretaria de Orçamento e do ministério. Além disso, falou sobre importância da aprovação de um Regime Fiscal Sustentável finalizando sua exposição com o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024 - Projeto de Lei nº 4/2023-CN – que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências”. Encerrada a apresentação, a presidente da CMO concedeu a palavra ao Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2023, Deputado Danilo Forte que fez teceu comentários e questionamentos à convidada. Após respondidas as perguntas do relator pela Ministra, a Presidente deu início à discussão. Fizeram uso da palavra no

101





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

primeiro bloco a Deputada Adriana Ventura (NOVO/SP) e os Deputados Gilson Daniel (PODEMOS/ES), Bohn Gass (PT/RS) e Alberto Mourão (MDB/SP) que foram prontamente respondidos pela Ministra. No segundo bloco de perguntas, falaram os Deputados Lindbergh Farias (PT/RJ) e Carlos Zarattini (PT/SP). Às dezesseis e quarenta e nove minutos o 1º vice-presidente, Deputado Luciano Amaral, assumiu a coordenação dos trabalhos e concedeu a palavra aos Deputados Carlos Gaguim (UNIÃO/TO) e Vicentinho Júnior (PP/TO) que finalizaram o segundo bloco de perguntas o qual também foi respondido pela Ministra Simone Tebet. No terceiro e último bloco perguntaram o Senador Marcelo Castro (MDB/PI) e os Deputados Alencar Santana (PT/SP) e Sérgio Souza (MDB/PR). Às dezessete horas e vinte cinco minutos, a presidente da CMO, Senadora Daniella Ribeiro, reassumiu a condução da reunião e concedeu a palavra aos dois últimos interpeladores, Deputados Wilson Santiago (Republicanos/PB) e Mauro Benevides Filho (PDT/CE). ENCERRAMENTO: Após as respostas da Ministra Simone Tebet e suas considerações finais, bem como as considerações finais do Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, Deputado Danilo Forte (UNIÃO/CE), a Presidente, às dezessete horas e quarenta e quatro minutos, encerrou a reunião. Antes, porém, agradeceu a presença da Ministra e sua equipe técnica, dentre eles, o Secretário de Orçamento Federal, Sr. Paulo Bijos e o Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos, Sr. Sérgio Firpo, bem como dos parlamentares, e dos demais presentes. Após aprovada, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas. **Senadora Daniella Ribeiro, Presidente. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
(REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA (SEMIPRESENCIAL))

Em 30 de Agosto de 2023

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Declaro iniciada a 8ª Reunião Extraordinária de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir a Sra. Simone Tebet, Ministra do Planejamento e Orçamento, que nos enobrece com sua presença à Mesa. S.Exa. irá discorrer sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, Projeto de Lei nº 4, de 2023, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências, conforme dispõe o art. 84 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Eu vou pedir um pouco de silêncio, de compreensão àqueles que estão aqui, com muita alegria, participando deste momento tão importante.

Também compõem a Mesa o Sr. Paulo Bijos, Secretário de Orçamento Federal, e o Deputado Danilo Forte, do União Brasil do Ceará, colega Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024.

Informo ainda que a reunião ocorre de forma semipresencial. Pode haver Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares participando de forma virtual, através da plataforma Zoom.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, os senhores convidados disporão de até 30 minutos para fazer a exposição.

Conforme estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor ou a expositora poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos.

Para facilitar a condução do debate, eu proponho que a Ministra responda a blocos de questionamentos de quatro oradores inscritos.

Informo ainda que a lista de inscrição para o debate já está aberta.

Antes de passar a palavra à Ministra, também gostaria de comunicar que a audiência pública de hoje inicia o trâmite oficial do Projeto de LDO na Comissão Mista de Orçamento. Esse atraso se





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

deu por motivos alheios à nossa vontade, por conta da espera da aprovação do novo arcabouço fiscal, que impacta diretamente no conteúdo da lei.

Apesar disso, é importante destacar que o Relator, Deputado Danilo, já vem trabalhando na proposição nos últimos meses, tendo definido, por exemplo, a realização de audiências públicas em diversos Estados para enriquecer o debate em torno da matéria. Assim, a espera pelo arcabouço fiscal não deverá gerar nenhum prejuízo para a apreciação da matéria, no âmbito da Comissão.

Vale lembrar que amanhã, 31 de agosto de 2023, serão encaminhados ao Congresso os projetos de lei do PPA e da LOA, de modo que as três leis orçamentárias tramitarão simultaneamente. Apesar disso, esta Comissão está preparada, Sra. Ministra, para essa situação, de modo que não haverá nenhum prejuízo para o debate e apreciação das matérias de forma eficiente.

Antes de passar a palavra para a Sra. Ministra do Planejamento e Orçamento, Senadora Simone Tebet, eu gostaria, de forma muito especial, de cumprimentá-la, além de tudo, por ter sido minha colega, minha Líder, com muita honra, da bancada feminina no Senado Federal. V.Exa. fez história como Senadora e como Líder, a primeira Líder da nossa bancada feminina, quando passamos a ter um outro momento extremamente importante.

Inclusive, eu quero frisar que, na lei de combate à violência política contra a mulher, com a qual todos nós aqui contribuímos, tanto Senado, como Câmara, houve uma atuação muito forte — e aqui eu faço este registro — da então Senadora Simone Tebet, bem como em diversos temas no Senado, sendo sempre um exemplo para nós mulheres e para os homens, para os colegas que, no dia a dia, tiveram a alegria e a honra de tê-la como colega.

Então, numa outra missão agora, missão esta que, com sua competência, com sua garra, com sua coragem e com sua disposição — isso dito por quem testemunhou o tempo inteiro quem você é, Simone, e, aqui, permita-me, neste momento especial, assim chamá-la desta forma muito carinhosa, mas com todo o respeito ao título e aos lugares que você tem ocupado — para ajudar o nosso País a crescer e a se desenvolver, dando o seu melhor como profissional, como pessoa comprometida com o seu Estado, mas, acima de tudo, comprometida com o povo do seu País, seja muito bem-vinda aqui na tarde de hoje!

Da mesma forma, eu quero cumprimentar os que acompanham V.Exa., assessores e todos aqueles que integram a equipe técnica do Ministério do Planejamento e Orçamento, que aqui sejam muito bem-vindos; e cumprimentar também a nossa assessoria, todos aqueles que fazem





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

parte da Comissão Mista de Orçamento e todos os técnicos que compõem esta Comissão e nos ajudam no dia a dia.

De forma também muito especial, eu quero cumprimentar todos os Parlamentares. Na data de hoje, de forma também muito especial, pela responsabilidade, pelo cuidado e pelo trabalho, como eu disse, já iniciado, eu quero cumprimentar o nosso Deputado Danilo Forte, que está conosco e, daqui a pouco, vai usar da palavra.

Então, agora, eu passo a palavra para a Sra. Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, para fazer a sua explanação acerca do tema já relatado.

Muito obrigada mais uma vez.

Seja bem-vinda!

V.Exa. está com a palavra.

Eu gostaria de pedir realmente a atenção, o silêncio e o respeito de todos e todas que aqui se encontram.

Muito obrigada.

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Obrigada.

Boa tarde a todos e a todas. É uma alegria muito grande poder voltar a esta Casa. Eu, que já estive aqui este ano como Ministra de Estado, discutindo e tratando da reforma tributária no Grupo de Trabalho da Reforma Tributária da Câmara dos Deputados, quero dizer que é uma honra poder estar aqui novamente, especialmente porque estou sentada ao lado da minha amiga, da minha colega, Senadora Daniella Ribeiro, hoje, Presidente da Comissão Mista de Orçamento.

Daniella começou fazendo um elogio a mim que não me é devido. E eu, agora, tenho que, em público, deixar registrado nos Anais da Câmara um pouquinho dessa história que ela contou. Eu fui candidata à Presidência do Senado, eu fui a primeira mulher candidata à Presidência do Senado. Sabia da situação de ter chegado de última hora. O meu partido tinha cinco candidatos, e todo mundo percebeu que iria perder e falou: *"Olhe, agora, se você quiser, é com você"*. Eu falei: *"Eu topo. Não tem problema. Eu sei que vou perder. É com o meu amigo particular, o Senador Rodrigo Pacheco. Nós vamos tratar essa disputa com toda a galhardia, com todo o respeito que a Casa do Senado Federal merece"*. Mas quis marcar a posição de ser a primeira mulher candidata à Presidência do Senado, na convicção de que um dia eu verei uma mulher presidindo o Congresso Nacional.

E, naquele momento, o Rodrigo, para ter alguns votos da bancada feminina, das mulheres, o que é absolutamente natural, fez o compromisso com a bancada de que, se eleito fosse, criaria a Liderança da bancada feminina, porque, embora fôssemos, Deputado Sergio, a terceira maior





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

bancada, não tínhamos Líder. E, nesse momento, ele não só ganhou a Presidência do Senado como honrou o compromisso 1 semana depois.

Aí eis que, quando eu chego ao plenário, chega a Senadora Daniella com mais quatro ou cinco Senadoras, que dizem o seguinte: *"Olhe, Simone, cada uma aqui tem os seus espaços. Você perdeu uma eleição, mas nós ganhamos a Liderança da bancada feminina. Então, nós estamos aqui para dizer que queremos você como a primeira mulher Líder da bancada feminina"*.

Então, isso tudo é para dizer o seguinte e deixar claro que todos nós já sabemos disto: somos alçados a determinadas posições graças a amigos, companheiros. E eu tenho aqui que fazer essa referência, porque, a partir disso, veio a CPI da COVID, a bancada feminina foi para dentro quando os Líderes não indicaram nenhuma mulher para falar de vida, e eu entrei como Líder sem ter direito a voto. As mulheres não podiam ter espaço nem na elaboração do relatório, nem na votação do relatório. E ali nós entramos para desmarcar uma posição. O resto é história. Todos conhecem o trabalho que a bancada feminina fez a favor do Brasil naquele momento em que estávamos precisando de vacinas, um momento em que todos nós estávamos absolutamente no escuro diante de uma pandemia desconhecida até então por todos.

Feita essa deferência mais do que justa e merecida à Senadora Daniella, que preside esta Comissão, eu quero, na pessoa dela e de todas as Deputadas que se encontram aqui presentes, cumprimentar as demais e, na pessoa do Relator do PPA, Deputado Danilo Forte, cumprimentar os demais membros desta Casa.

Estou aqui e não venho sozinha. Venho como Ministra, mas trago o nosso Secretário de Orçamento, da SOF, Paulo Bijos, que é efetivo desta Casa, é de carreira da Câmara dos Deputados. Ele trabalhava na CMO e, portanto, conhece bastante de Orçamento. E, na pessoa dele, quero cumprimentar toda a equipe de trabalho da Câmara dos Deputados.

Eu me comprometo, estou com o relógio à minha frente, a não usar mais do que 15 minutos. Acho que é mais do que justo. Combinamos que o Paulo não fala agora. Em todas as questões mais técnicas, de miudeza, de mais especificidade, ele está aqui para nos auxiliar. E as questões maiores, as questões mais polêmicas, as questões inclusive de debate mais político eu assumo.

Eu não vou, como disse, me delongar, mas hoje é um dia muito especial. Chegará a esta Casa, em breve, o PPA mais participativo da história do Brasil — e é o mais participativo sem demérito nenhum a este Presidente. É que este ano nós pudemos contar com uma ferramenta extraordinária que se chama mundo digital, a Internet. Então, o PPA é o mais participativo não só porque, por determinação do Presidente Lula, nós rodamos os 27 Estados da Federação brasileira em 60 dias, mas porque a população brasileira, do jovem ao mais idoso, pôde participar deste PPA





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

através da plataforma digital. Eu não vou aqui entrar em detalhes — teremos provavelmente uma audiência pública para isso —, mas é importante só mostrar o que nós entregamos ao Presidente do Congresso Nacional hoje, que chegará oficialmente a esta Casa amanhã. São 800 páginas. Eu o resumo em 3 lâminas, eslaides muito simples, porque eu não vou me delongar em relação a ele.

(Segue-se exibição de imagens.)

Junto dos movimentos sociais e da sociedade civil, através da Internet, nós chegamos à visão de futuro do Brasil que queremos até 2027. Percorremos o Brasil fazendo uma única pergunta: que Brasil vocês querem para os próximos 4 anos? Resumindo tudo numa única frase, e essa frase, repito, foi construída por milhares de mãos, chegamos à conclusão de que o povo brasileiro quer um País democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades.

A partir daí, eu vou já passar para as próximas lâminas, que são o detalhamento disso.

Dentro dessa visão de futuro, nós chegamos a alguns valores. Os valores estão neste eslaide. Os valores são palavras-chave que colocamos com a ajuda da Internet, vendo ali na nuvem quais eram as palavras que mais apareceram, fora também o trabalho de ata que fizemos junto aos Estados, nas plenárias presencias. Esses são os valores: democracia, diversidade, justiça social, sustentabilidade, participação, excelência na gestão e responsabilidade fiscal e social — fico muito feliz de ter aparecido isso. Ou seja, a população brasileira tem consciência da importância de termos as contas públicas em ordem para fazer aquilo que é nosso dever: cumprir com o compromisso social com o povo brasileiro.

Dessa visão de futuro, saíram três eixos: o Eixo 1, que é o eixo social, e dali 13 objetivos e 31 indicadores; o Eixo 2, que é o eixo do desenvolvimento econômico com sustentabilidade — é interessante como a questão climática foi algo que apareceu muito, a preocupação com os efeitos climáticos, e isso vem inclusive do setor produtivo, do agronegócio —; e o Eixo 3, que é o eixo da defesa da democracia e construção do Estado de Direito. Isso tudo foi organizado e gerou 88 programas prioritários.

Para finalizar essa parte do PPA, porque, como disse, não é o tema, mas gostaria de trazê-lo em primeira mão para os senhores porque vai estar estampado depois na imprensa, isso tudo está em seis prioridades elencadas pelo povo brasileiro: combate à fome e redução das desigualdades; educação básica, que ficou em segundo lugar; educação básica; neindustrialização, trabalho, emprego e renda; novo PAC — colocamos o novo PAC porque apareceu muito a questão de obras, Minha Casa, Minha Vida, infraestrutura de ponte a rodovia —; e combate ao desmatamento e enfrentamento à emergência climática — é incrível como apareceu essa questão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nisso tudo, nós temos duas grandes novidades no PPA. Uma é a agenda transversal. Todas as ações dos Ministérios... O Orçamento chegará amanhã aos senhores, e nós o entregaremos também nas mãos do Presidente do Congresso Nacional. Para todas as ações dos Ministérios, nós estamos perguntando para os Ministros onde é que entra a questão da criança, do adolescente, das mulheres, da igualdade racial, dos povos indígenas, do meio ambiente, quando couber no seu assunto. Isso, repito, veio fruto das manifestações populares. E aqui está a quantidade de oficinas, aquilo tudo que houve de participação.

Ainda falta mais uma lâmina, mas eu não vou me delongar. Vou direto à questão dos programas mais votados pela Internet.

Vejam que interessante! Enfrentamento da emergência climática, em primeiro lugar; atenção primária à saúde e, depois, atenção especializada à saúde — portanto, se somarmos esses dois níveis, a saúde ganha, a saúde fica em primeiro lugar —; promoção do trabalho digno, emprego e renda; e turismo, esse é o destino.

O interessante também, quando se vai para a Internet, é ver como a juventude participou muito.

Das propostas mais votadas, sem dúvida nenhuma, a saúde está em primeiro lugar; a segurança pública, que é um tema especialmente das grandes metrópoles, em segundo lugar; educação, em terceiro lugar; direitos humanos e cidadania, em quarto lugar; e desenvolvimento, indústria, comércio e serviços, em quinto lugar.

Eu faço esse apanhado geral só para podermos lembrar — agora falando de LDO — que a primeira peça do Orçamento brasileiro é justamente a peça do Planejamento, para definir que Brasil queremos para os próximos 4 anos. Essa é a peça que temos que entregar primeiro, e ela irá chegar oficialmente, como eu disse, amanhã cedo, para os senhores.

Quanto a esse PPA, eu espero que os senhores possam aproveitá-lo da melhor forma possível, que possam aperfeiçoá-lo ao fazerem as audiências públicas. Estaremos aqui à disposição também para podermos discutir o PPA Participativo com esta Comissão.

Passando agora para a nossa Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO, eu gostaria aqui de fazer um parêntese em relação a ela. Não venho aqui para falar daquilo que já está no texto — diretrizes, metas, programas, o que é possível e o que está vedado —, porque isto os senhores já conhecem e terão toda a liberdade — como fruto da eleição legítima ou como fruto da escolha legítima do povo brasileiro, vocês são os legítimos representantes dele — para fazerem as alterações que acharem importante fazer, com base no relatório que será entregue pelo Relator, pelo Deputado Danilo Forte.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu gostaria apenas de fazer algumas considerações sobre o que há de diferente em relação a essa LDO. Eu acho que foi providencial, foi importante que ela não tenha sido votada no primeiro semestre, quando não tínhamos o arcabouço fiscal, quando não tínhamos todas as variáveis da legislação, para podemos aprovar a LDO no primeiro semestre.

Em relação à nossa LDO, eu quero já começar com os pontos polêmicos. Eu não venho aqui para falar daquilo em que há consenso. Eu vim aqui para abrir mesmo o debate, com o objetivo de termos aqui as divergências necessárias para criarmos maioria no futuro, através do voto das senhoras e dos senhores.

A nossa LDO veio — a pedido, inclusive, do Ministério da Fazenda — com a meta de resultado neutro, portanto, de resultado zero, com meta fiscal com déficit zero, para o Governo Central, no ano de 2024.

A nossa projeção, como os senhores sabem, é de 0,5% positivo em relação ao PIB em 2025 e de 1%, em 2026, admitindo-se, no sistema de flutuação de banda, índice de 0,25% a maior ou de 0,25% a menor, o que significa podermos gastar ou não gastar algo em torno de 28,8 bilhões de reais, que é o que representa cada 0,25% em relação a essa meta. A meta zero significa não termos condições de gastar 28,8 bilhões de reais, se a meta for zero, e não menos 0,25%, que é o que está dentro da banda.

Paralelamente a isso, temos também a meta fiscal do Programa de Dispêndios Globais e de estatais, que têm uma meta diferenciada. A meta com déficit que veio para a LDO é de 7,3 bilhões de reais, à exceção, como é sempre — e isso não é uma novidade —, de empresas como a PETROBRAS, porque, quando a PETROBRAS faz um grande investimento — e ela costuma fazer investimentos bilionários —, ela absorve todo o espaço fiscal do Governo Central.

Só para terem uma ideia, numa média de 300 bilhões de reais por ano de investimento da PETROBRAS, não sobraria absolutamente recurso para nenhum tipo de emenda parlamentar ou de despesas discricionárias que o Governo Federal pudesse porventura ter.

Então, tanto a PETROBRAS quanto a subsidiária da ELETROBRAS, que agora não é mais PETROBRAS, é ENBPar, estão fora, são analisadas com outra meta. Elas já vêm com um déficit de 7,3 bilhões de reais.

Houve uma decisão da GEO, outro tema que foi discutido e polêmico, cuja narrativa não foi construída da forma correta. Nós abrimos uma exceção — uma única exceção e apenas para o ano de 2024 —, a pedido do Ministério da Gestão, e foi por unanimidade, dentro da GEO. Nós entendemos serem absolutamente razoáveis as despesas fora da meta no valor de 5 bilhões de reais do novo PAC para investimento, porque não colocamos na meta e chegamos a um déficit de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

13,3 bilhões de reais. Primeiro, porque nós nem acreditamos que vamos precisar usar 5 bilhões de reais. Segundo, porque era para atender uma obra, em princípio, muito específica.

A alteração iria, se colocássemos na meta, para qualquer despesa. Como havia um pedido muito específico do Estado de São Paulo para a possível construção de um túnel submerso de Santos a Guarujá, no valor que pode chegar a 2 bilhões de reais, algumas obras de infraestrutura da INFRAERO, vários aeródromos e aeroportos ficariam dentro desse escopo.

Isso não significa que nós o usaremos. Nós colocamos um teto um pouco mais largo até abrir licitação, até verificar a viabilidade técnica, licenciamento ambiental, etc., e poderá ser utilizado ou não. Já deixo claro, porque sei que é uma questão que pode ser levantada.

Foi uma discussão assim: *"Já está alterando a meta, já vai querer tirar da meta fiscal"*. Nós estamos falando de estatais não dependentes, que têm orçamento próprio, portanto, não entram, para o bem ou para o mal, na nossa discussão da meta fiscal, não impactam a nossa meta do Orçamento Geral da União.

Eu quero fazer um agradecimento especial ao Congresso Nacional pela aprovação do novo arcabouço, o novo regime fiscal. Esse é o segundo ponto que é preciso ser dito e tem muita importância para a aprovação da nossa LDO, que foi a aprovação do novo marco fiscal, que foi fundamental. Para se ter uma ideia, nós evitamos um possível contingenciamento. Se não o aprovássemos, teríamos que ficar com o teto de gastos até o final do ano. Eu precisaria, de partida, começar cortando 200 bilhões de reais da LOA, ou seja, todo o orçamento que nós temos para as nossas despesas discricionárias, porque nós teríamos que trazer uma LOA para os senhores com base na regra vigente, que seria o teto de gastos.

Então, faço o meu agradecimento especial e o agradecimento do Governo do Presidente Lula pela aprovação de um projeto que não é de Governo, é de Brasil e que contou com o apoio da Oposição e da Situação. Ele vai permitir a continuidade de políticas públicas essenciais, como, por exemplo, o Programa Minha Casa, Minha Vida, que teria que ser totalmente cortado, se nós não tivéssemos aprovado o novo marco fiscal.

Diante da polêmica gerada em relação àquela discussão de uma emenda que foi aprovada no Senado — inclusive foi a pedido do Ministério do Planejamento e Orçamento — e que a Câmara derrubou, nós criamos uma alternativa. Conversamos com o Relator, com alguns membros e Líderes, tendo em vista essa perspectiva de que poderíamos ter alteração no novo regime fiscal. Mandamos antes uma mensagem modificativa para esta Casa. Havíamos conversado com a Presidente, a Senadora Daniella, e com o Relator. Fizemos isso para nos calçar, porque havia uma discussão sobre se consideraríamos as despesas condicionadas ao





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IPCA até o final do ano como regra permanente, perene, portanto, no arcabouço, ou se faríamos, a cada ano, na LDO.

Diante da percepção política de alguns Líderes de que aquela emenda poderia ser derrubada aqui na Câmara — porque não entendem os senhores como algo que tem que ser permanente —, nós falamos: *"Então, vamos colocar na LDO"*. E, se for da vontade das senhoras e dos senhores, aprovaremos todos os anos essa despesa condicionada à inflação, ao IPCA, até o final do ano, e não até o meio do ano.

Explico a importância dela, já indo para mais da metade da minha fala — como disse, vou ficar de olho no tempo —, para o País. Quando nós falamos em avaliar o IPCA e projetar a despesa condicionada até 31 de dezembro, parece que 32 bilhões de reais não é nada dentro de um orçamento que passa de 5 trilhões de reais. Acontece que, de despesas discricionárias, nós não chegamos a 200; e, quando tiramos todos aqueles pisos que são incluídos, as próprias emendas parlamentares, as impositivas e tudo mais, só para os senhores terem noção, tirando o piso mínimo da educação e da saúde, que volta, restam de discricionárias para o Governo Federal 55 bilhões, ou seja, 32 bilhões significam 58% das nossas discricionárias.

Acho que esta é a lâmina mais importante que eu apresento aos senhores. Faço um pedido, depois de muito debate, que os senhores pensem com carinho a aprovação, a possibilidade, nesta LDO — sei que alguns Líderes já conversaram e que, a princípio, parte já tem acordo —, de que este ano nós possamos já projetar as despesas e só executá-las, obviamente, se no final do ano as projeções do mercado — Focus, Banco Central e o próprio Ministério da Fazenda — se confirmarem, ou seja, que lamentavelmente, no segundo semestre, nós teremos a inflação um pouquinho maior que a do primeiro semestre — já estaríamos projetando. E, em um número conservador — trouxemos números conservadores para os senhores —, nós estamos falando de abrir um espaço fiscal de 32 bilhões agora. *"Ah, e se não abrir agora?"* Se não abrímos agora, se abrímos só no final do ano, nós teremos todo um rearranjo orçamentário complicadíssimo para fazer. Mas, é como disse, a deliberação é dos senhores. Eu queria apenas mostrar que não era uma emenda qualquer. *"Ah, é porque o Ministério do Planejamento, ou o Ministério do Orçamento, ou a SOF estavam querendo..."* Não! Nós estamos falando de uma emenda que impacta a vida de milhões de brasileiros, estamos falando na questão orçamentária, na questão de políticas públicas. Diante de um orçamento tão amarrado, tão engessado, nós temos de despesas discricionárias, repito, 55 bilhões de reais.

Na próxima lâmina, os senhores já sabem — desculpem-me estar chamando de senhores, e não de V.Exas., é só porque é um pouquinho mais curta essa forma, espero que respeitosa, como





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

estou me dirigindo a todos —, apenas quero lembrar, em números grandes, que a base que tivemos, fruto da PEC da Transição, tirando outros tipos de despesas com juros, como ponto de partida em 2023, no Orçamento deste ano de 2023, é de 1 trilhão 964 bilhões. Esse foi o piso por meio do qual nós aplicamos a nova regra, que não é mais a do teto de gastos, é a do novo arcabouço fiscal. Essa regra do novo arcabouço nos faz apresentar uma conta relativamente simples: a 1 trilhão 964 bilhões nós somamos a inflação do meio do ano, que foi de 3,16%, o que nos deu um espaço fiscal de 62 bilhões. Já somamos a possibilidade de gastar até 70% do aumento da receita — portanto, 70% de 2,43% é o que estamos prevendo como aumento de receita —, o que nos gera mais 34 bilhões de espaço. E estamos somando temporariamente, porque a legislação nos permite, já que está na mensagem modificativa para ser deliberada, a correção da inflação até dezembro de 1,64%, chegando a mais 32 bilhões. Isso nos dá, nessa escadinha — está lá escondidinha do lado esquerdo dos senhores —, uma ampliação total do limite de 129 bilhões de reais.

Agora vem a notícia que, para nós, é ruim. Esses 129 bilhões de reais não são para despesas discricionárias a mais, a que envolve despesas obrigatórias. Então, do lado de cá, nós colocamos alguns números: Previdência; outras despesas dentro da Previdência, como o BPC, abono e seguro-desemprego; obrigatórias com fluxo de caixa, que, depois, poderemos estar discutindo o que isso significaria. Temos que colocar, pelo piso da saúde, que volta a ser, 15% da receita corrente líquida na saúde e 18% na educação. Na educação, nós já estávamos gastando, investindo valores altos, então a diferença da educação foi pouca, mas a diferença da saúde significou 23 bilhões a mais só aqui para garantir o piso. Colocamos ainda Pessoal, Encargos Sociais e Emendas Parlamentares, as impositivas, portanto obrigatórias. Sobram como despesas discricionárias, nesse espaço fiscal, 9 bilhões de reais. Aqui é a variação. Eu estou colocando sempre a mais. As emendas são bem maiores, o gasto com a Previdência, então, nem se fala.

Dentro desses 129 bilhões, para deixar muito claro, o espaço que nós abrimos dentro do arcabouço não é para as despesas discricionárias; sobram para as despesas discricionárias 9 bilhões de reais, se eu incluir os 32 bilhões. Nós já podemos calcular agora, para mandarmos um orçamento que não precise depois ser totalmente modificado e voltar, porque também está previsto no arcabouço que eu vou poder contar o IPCA lá na frente. Mas aí geraria um problema maior.

Vou entrar na última parte. Eu a dividi em três pontos: falo do PPA, da parte mais polêmica da LOA, e não poderia terminar, Presidente Daniella, sem falar eu acho que de avanços da LDO, daquilo que nós entendemos importante. Os senhores e as senhoras terão a palavra final sobre





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

esse assunto, mas acho importante nós, muito rapidamente, tratarmos dos projetos prioritários que estão na LDO.

Primeiro, nós conseguimos avançar com essa orçamentação de médio prazo. Eu vou só citar, porque tenho mais quatro lâminas, uma explicando cada ponto.

São orçamentação de médio prazo; metas físicas; agendas transversais; e revisão do gasto.

Vamos à orçamentação de médio prazo. Aqui nós estamos apresentando para os senhores, com toda a transparência, os números, a projeção de despesas e de receitas não do ano de 2024 mais 1 ano, mas do ano de 2024 mais 3 anos. Ou seja, nós estamos aqui avançando nessa transparência para que os senhores possam, na hora em que forem aprovar o projeto ou derrotar o projeto no Congresso Nacional, na Câmara ou no Senado, ter consciência do que isso significaria de impacto fiscal, de impacto no orçamento brasileiro. Isso está previsto na Constituição, art. 165, § 14 — nunca colocávamos. Nós já enviamos o PLDO dessa forma e estamos encaminhando a PLOA também dentro desse enquadramento. A autorização é anual, sendo uma projeção para o Congresso Nacional se planejar melhor, decidir dentro de uma ação orçamentária. Nós estabelecemos alguns subconjuntos como projeto-piloto e avançaremos nos próximos anos.

A segunda ferramenta envolve números e entregas, o que é uma coisa muito interessante para os senhores e para nós. Às vezes os senhores aprovam projetos, remanejam uma dotação orçamentária... O orçamento está chegando. É importante dizer que o Orçamento não foi participativo. O Orçamento é de deliberação, de discussão, de votação do Congresso Nacional. O PPA foi participativo. A definição de quanto sai de uma ação para outra, de quanto sai de um programa para outro continua como sempre foi no Orçamento deste ano.

Eu gostaria de apresentar essa novidade das metas físicas com foco nas entregas, que está na LOA. Às vezes os senhores e as senhoras são demandados pelo Prefeito, pelo Governador ou por um grupo do setor produtivo, do setor de serviços, do comércio, do agronegócio, da agricultura familiar, que diz o seguinte: *"Eu sou do Nordeste, sei que está vindo uma seca muito grande e preciso fazer mais cisternas"*. Fazem uma alteração de uma ação para outra no Orçamento, e depois não sabem quantas cisternas foram executadas por remanejamento de uma ação dos senhores. Nem os senhores sabem, nem nós sabemos.

Nós estamos fazendo um projeto-piloto. Este ano não vai dar para fazer tudo. Vejam como o Orçamento brasileiro é pulverizado, vejam como o Brasil gasta muito e gasta mal: são 1.200 ações, e tem-se que dividir esse dinheiro dentro do que é possível.

Essa meta física, que teria que ser destrinchada numericamente, que está lá, que se acha com uma lupa — a equipe de técnicos daqui tem condições de achar qualquer meta física e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

qualquer entrega neste momento —, nós estamos querendo aperfeiçoar, no sentido de transparência. Estamos colocando três projetos como piloto, mas gostaria de reforçar especialmente dois: um é o projeto Minha Casa, Minha Vida — discriminando quantas casas são fruto de ações, de remanejamento, de um Parlamentar ou do próprio Governo, em cada região, em cada cidade, e como está essa fase de execução —; e o outro é de cisternas.

Repito: já existem as metas físicas — qualquer coisa, dá para estressar os números e achá-las —, mas nós queremos dar mais transparência e avançar nisso, que eu acho que pode ser aquilo que a imprensa nos cobra, que a sociedade civil nos cobra, que o Parlamento nos cobra e que eu cobrava como Senadora da República: quando nós vamos discutir qualidade de gastos públicos, quando vamos parar de ficar olhando só para o aumento, aumento e aumento da receita e garantir que o dinheiro chegue de forma eficiente, com qualidade de gastos onde mais precisa? Eu acho que essa é uma ferramenta muito importante para as senhoras e para os senhores.

A terceira ferramenta — só faltam duas — é a agenda da transversalidade. Essa é uma cobrança da bancada feminina, essa é uma cobrança da sociedade, essa foi uma cobrança no PPA. Nós queremos começar a fazer recortes. Não dá para fazer tudo, mas o PPA já traz aquelas cinco transversalidades.

Eu trago um exemplo só, para ficar clara a importância dessa agenda transversal. Já que a Senadora Daniella citou a questão da bancada feminina, muitas vezes queremos saber o quanto do Orçamento vai para as mulheres brasileiras. Essa ideia é fruto de uma iniciativa do Congresso Nacional para fazermos um caderninho separado sobre o orçamento da mulher. Eu recebi, como Ministra, o orçamento em mãos, e tinha que apresentar o novo até 31 de janeiro deste ano para os senhores.

Quando eu olhei o Orçamento, Senador Lindbergh, eu falei o seguinte. Espera aí! O Orçamento que eu aprovei a vida inteira, 8 anos como Senadora, garante 327 bilhões de reais para as mulheres brasileiras? Essa conta está errada. Não é nem 32 bilhões de reais, aliás, não é nem 3 bilhões de reais, eu brinquei. E falei: Pode ir atrás desses números. Quando nós fomos olhar o orçamento específico para a mulher brasileira era 0,009, não era 327 bilhões de reais, eram 25 milhões de reais. É isso mesmo: 25 milhões de reais. Não estou discutindo, eu votei. Nós votamos esse orçamento. Não estou discutindo se está certo ou se está errado. Eu estou discutindo apenas a visibilidade, a transparência, até para tomada de decisões mais corretas e mais eficientes pelo Parlamento e pelo Governo Federal.

Aí nós fomos ver o que acontecia. O que acontecia, Deputado Mourão? Colocavam todas as ações voltadas para a criança, como merenda escolar, construção de escolas e de creches,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

programa Minha Casa, Minha Vida, Programa Bolsa Família, colocavam na conta: *"Ah, mas isso é para a mulher brasileira"*. Ora, isso é para a família brasileira, isso é para os homens, para os pais e para as mães.

Diante disso, nós estamos procurando dar mais transparência à LOA com esses recortes de transversalidade. Eu só trouxe um exemplo, como não poderia deixar de ser, da questão do orçamento na parte de gênero.

Por fim, para encerrar, essa é a maior e a mais difícil missão da minha vida como Ministra do Planejamento. Nós já estamos fazendo isso, no quieto, com muito equilíbrio, com muita ponderação. O Brasil saiu de um déficit social muito grande, fruto da pandemia. O mundo saiu de um déficit social muito grande, fruto da pandemia. Foram 2 anos não conseguindo ligar a economia na sua potência máxima. Nós saímos com déficit, e isso gerou um impacto a ponto de precisarmos de uma PEC da Transição e de retomar programas sociais que estavam paralisados.

É óbvio que não dá para falar de corte de gastos públicos, mas dá para falar de qualidade desses gastos. Então, nós temos uma Secretaria Especial criada pela primeira vez no Ministério, que é a Secretaria de Avaliação de Políticas Públicas.

Olha que dado interessante. Eu não sei se foi da época do Presidente Temer que começou o CMAP. Antes, teve início no Governo da Presidente Dilma com uma outra determinação. Foi criado no nosso Ministério um comitê de avaliação de políticas públicas. Sabem quantas políticas públicas já foram avaliadas desde então? Em valores, 1 trilhão de reais. Perguntem-me se alguma política pública foi revisada, foi extinta, foi modificada ou foi ampliada, fruto desse estudo. E é um estudo que está à disposição das senhoras e dos senhores, feito em parceria com o IPEA, a ENAP e o IBGE. E ali nós temos questões muito relevantes.

A última lâmina dá um exemplo do que eu estou falando, que será o próximo passo do Ministério. Entregue o PPA, como nós estamos entregando, entregue a LDO, como nós já entregamos, e entregue a LOA, a partir de amanhã, nós começamos a nos aprofundar melhor nesses dados.

Eu trago só dois exemplos, para encerrar, da importância da revisão de gastos. Tirar de um lugar não é nem para fazer superávit, é tirar de um lugar para colocar onde mais precisa. Se há um déficit habitacional absurdo, vamos investir em casas populares. Se precisamos investir mais em setores produtivos, vamos fazê-lo.

Vejam o exemplo: o Bolsa Família está numa análise de aperfeiçoamento do Cadastro Único. Nós já bloqueamos os cadastros de unipessoais por erros ou fraudes. Eram pessoas que, morando sozinha, não tinham direito ou porque não moravam sozinhas ou porque não tinham





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

direito e estavam temporariamente bloqueadas. Eles estão agora voltando para ver se essas pessoas têm direito ou não. Mas já foram bloqueados, foram cancelados alguns, os cadastros de 8,2 milhões de pessoas. Isso contribui e, ao final, pode gerar 7 bilhões de reais. Essa é uma política que está sendo executada.

A segunda notícia diz o seguinte: “O Presidente Lula acaba de assinar” — portanto, dia 16 de agosto — “um grupo de trabalho para aprimorar dados sobre sistemas do INSS”. Há estudos do TCU e avaliação da CMAP que acreditam estarmos falando de até 8% de fraude ou erro na Previdência.

Se considerarmos 1 trilhão de reais, referentes à previdência, e baixarmos para 1%, estaremos falando de 10 bilhões ao ano; 2% representam 20 bilhões ao ano, sendo este o espaço fiscal que precisamos para garantir políticas públicas eficientes e coerentes para a população brasileira.

Eu trouxe algumas questões mais gerais e, dentro da demanda dos Parlamentares, coloque-me à disposição de V.Exas., bem como minha equipe.

Obrigada, Senadora Daniella. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Mais uma vez, agradeço à Ministra Simone Tebet.

Inclusive, agradeço pela observância do tempo. Vamos ser bastante objetivos, mas também extremamente produtivos.

Passo a palavra agora ao Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, o Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Senadora Daniella. Agradeço também à Ministra Simone Tebet pela presença e cumprimento as Sras. Senadoras e Deputadas e os Srs. Senadores e Deputados presentes.

Ministra Simone, todo mundo está preocupado com o momento econômico que o Brasil está atravessando. Todos nós sabemos que, devido ao momento econômico, existia uma expectativa muito grande de uma retomada de crescimento em razão da mudança de Governo — que geralmente traz otimismo — e das novas dinâmicas que a economia poderia ensejar.

Atravessamos um primeiro semestre de dificuldade econômica, inclusive tivemos uma queda muito grande na atividade econômica. Estima-se que houve uma redução em torno de 22% no primeiro semestre deste ano em relação ao mesmo período do ano passado.

Tudo isso se reflete na preocupação com a segurança financeira e econômica do País. Para poder haver investimentos, com o ambicioso projeto do PAC, da ordem de 1,7 trilhão de reais e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

com quase 60% de investimento da iniciativa privada, requer-se fundamentalmente segurança na economia brasileira. Isso traz certo otimismo, exalado por parte do próprio Governo, com relação à questão da meta fiscal. O estímulo e o desejo de zerar a meta fiscal no ano que vem estão anunciados aos quatro ventos e nos quatro cantos do País.

Diante dessa situação, acho que a preocupação com a meta está trazendo certa perplexidade com o que foi aprovado pelo arcabouço fiscal, além da fragilidade com relação à perspectiva de crescimento da receita, o que não aconteceu. O controle da dívida pública é um agravante sério e precisa ser considerado sempre que é feito planejamento e orçamento. Também devem ser levados em conta o próprio crescimento da economia, como já falei, e o crescimento da inflação, que se deu por algumas medidas equivocadas no primeiro semestre deste ano, principalmente o aumento dos impostos, a meu ver. Havíamos reduzido os impostos no ano passado, mas o Governo iniciou o ano legislativo já com aumento de impostos de energia e combustível. Inclusive, o preço dos combustíveis está em patamar parecido com aquele que tínhamos antes de junho do ano passado, quando nós votamos uma lei de minha autoria que reduziu os impostos.

Diante dessa situação, com esses parâmetros macroeconômicos, devemos analisar como podemos resgatar a credibilidade que a peça orçamentária precisa para não ser, mais uma vez, uma peça de ficção que venha causar infortúnio e frustração para a sociedade brasileira. Eu acho que precisamos ter esse embasamento com maior segurança, até porque temos uma preocupação e uma cobrança com relação ao cumprimento dessas metas, com base no art. 4º, §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Há algum tempo, a proposta da LDO vem ignorando esse comando jurídico que nós temos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso inclusive imputa ao Ministério do Planejamento uma responsabilidade. Então, é importante que tenhamos essa consciência, para não cairmos no mesmo erro duas vezes e evitarmos possíveis pedaladas, que são tão discriminadas pela sociedade brasileira.

Há outra questão importante para ser discutida. Neste momento, faço um parêntese e agradeço à Ministra do Planejamento. Trata-se da humanização do Orçamento público brasileiro. Por onde temos andado, há um chamamento muito forte com relação às famílias que têm filhos portadores de deficiência, talvez porque estamos sendo presididos por uma mulher na Comissão de Orçamento.

No Orçamento brasileiro, nós não temos uma política unificada a nível nacional para crianças portadoras ou com algum tipo de deficiência, principalmente a psicomotora. Há uma aflição muito grande por parte das famílias, que não têm um local adequado para essas crianças construírem,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

serem educadas e terem uma inclusão social. Existe também, no mundo atual, um crescimento vertiginoso do número dessas crianças. Estima-se que no Brasil tenhamos algo em torno de 18,2 milhões de crianças que precisam desse tipo de acompanhamento.

Nós levamos essa proposta ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Educação. Estamos construindo dentro do Orçamento uma rubrica específica, um subtítulo, a fim de que os Parlamentares possam usar suas emendas — sejam individuais, de bancada ou de Comissão — para o investimento da parte física, a construção dos equipamentos, mas também para fazer um sistema de custeio.

Estive esta semana no Ministério da Saúde e fiquei muito feliz porque amanhã será divulgada uma portaria que cria um custeio com relação aos Municípios que já possuem esses núcleos, como também aos que venham a implantá-los a partir dessa nova política. Quero agradecer à Ministra Simone Tebet pela inclusão desse subtítulo no Orçamento, na LOA, que chegará amanhã.

Ao mesmo tempo, convoco as Sras. Deputadas e Senadoras e os Srs. Deputados e Senadores para que busquem essa construção que era muito importante para as famílias brasileiras e para esses 18 milhões de brasileiros que precisam da assistência de uma política integrada. Eu acho que é uma política inovadora. Agradeço o estímulo que a Senadora Daniella Ribeiro nos deu para colocar isso no Orçamento do País, humanizando-o.

Outra questão diz respeito às despesas condicionadas, que foram muito debatidas no arcabouço e que vêm, inclusive, na mensagem modificativa. Elas podem trazer consigo uma incoerência ou uma contradição com relação a toda essa preocupação com o Orçamento transparente, com meta fiscal zero, com relação a esses investimentos no ano que vem. Então, acho que essa também é uma observação que precisa ser construída.

Outra preocupação que está colocada é com relação à renúncia de receitas. O Brasil tem hoje algo em torno de 456 bilhões de renúncias de receitas, que vão desde subsídios, alguns compatíveis com o mundo que nós vivemos, e outros já totalmente ultrapassados, que persistem na nossa carga tributária e pesam no Orçamento. O Brasil de hoje ainda paga quase 1 bilhão de reais por ano de subsídio ao carvão mineral para a usina termoeletrica. Isso é um retrocesso do ponto de vista ambiental e um retrocesso também do ponto de vista econômico e financeiro.

Quais são as decisões ou os encaminhamentos para o tratamento que poderíamos construir com relação ao Orçamento de 2024, dentro dessa perspectiva de diminuir, para dar uma folga maior do ponto de vista fiscal ao Orçamento e também para colocar o Brasil dentro de uma perspectiva futura?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós temos uma bomba-relógio, sobre a qual também precisamos discutir, que tem um efeito bola de neve: é a questão dos precatórios, Ministra Simone, que se vem acumulando com as decisões judiciais e provocam também um crescimento do compromisso do País com relação a esses pagamentos. E nós precisamos de uma política, que inclusive está na Constituição, com relação a essa priorização dos pagamentos, mas nós não temos ainda uma previsão clara com relação a essas cobranças judiciais. Como deverá ser feito esse enfrentamento para que também, mais uma vez, não sacrifiquemos o nosso Orçamento tão exíguo, como V.Exa. mesmo colocou, com tão pouco espaço para investimentos, como estamos vendo hoje?

Quanto ao reflexo do salário mínimo, todos nós queremos um salário mínimo sendo corrigido acima da inflação. Isso inclusive tem acarretado um prejuízo muito grande hoje no meu Estado. As Prefeituras estão em greve. Eu nunca tinha visto isso na minha vida — e olha que esta semana eu estou fazendo 65 anos de idade, embora muita gente não acredite —, eu nunca tinha visto um Prefeito fazendo greve na minha vida. E hoje, Senador Marcelo Castro, meu amigo, no Estado do Ceará, as Prefeituras paralisaram, como também na Paraíba, segundo a Senadora Daniella.

Então, isso traz um problema com relação ao aumento dos encargos, porque a queda das transferências não é tão grande, como se diz na imprensa, mas o que aumentou muito foram os encargos das Prefeituras e as obrigações. E essa é uma discussão também que precisamos fazer tanto com relação ao teto salarial dentro do compromisso da Lei de Responsabilidade Fiscal, dos 54% dos Municípios, quanto também no que diz respeito aos aumentos reais de salário mínimo, que têm reflexos no Orçamento da União, no Estado, na Previdência, nos Municípios, e como no que diz respeito também às perspectivas das transferências. Se tivéssemos um cronograma das transferências das emendas, principalmente, para os Municípios — os Deputados e os Senadores, hoje, são muito responsáveis também pelo orçamento municipal, com as suas emendas —, teríamos uma tranquilidade maior com relação a essa gestão. Muito disso se deve, nesse primeiro semestre, exatamente a esse descasamento.

Eu tenho sido muito procurado — e está aqui o Deputado Gaguim, que é um dos que mais me provoca com relação a isso — para construirmos um cronograma de desembolso das emendas parlamentares e dos compromissos, porque fica um jogo muito grande de empurra e isso dá margem, inclusive, para a volta da distorção política do "toma lá, dá cá", que superamos. E buscamos superar desde o primeiro momento quando eu fui Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 para 2015. Construimos as emendas individuais impositivas. Naquela época, os Deputados da Oposição, e os Senadores, nem sequer conseguiam acesso ao fruto das suas emendas parlamentares. As emendas individuais impositivas deram uma autonomia e uma





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

importância política ao Poder Legislativo muito significativa. Hoje, há o reconhecimento da importância do Poder Legislativo com relação a isso. Nós não podemos voltar ao "toma lá, dá cá" nas articulações para liberações dessas emendas.

Então, eu acho que essa é uma discussão que precisa ser feita, até para o aperfeiçoamento e a harmonia dos Poderes constituídos, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo e o Poder Executivo.

Outra questão também que sempre ignoramos, mas que é uma soma vultosa e faz parte do Orçamento público brasileiro, é o Sistema S. Segundo estimativa, o Sistema S tem o peso de 28 bilhões de reais na arrecadação, e esse dinheiro passa por dentro da Receita Federal e é administrado pelo setor privado. Essa soma exorbitante de recursos, como se fosse pouca coisa, é ignorada pelo Orçamento público brasileiro.

Isso tem importância do ponto de vista da formação de profissionais? Tem. Cito o Ministério da Educação. Hoje mesmo eu fui a uma reunião da Comissão de Educação, e um dos grandes problemas levantados foi a questão do ensino profissionalizante, que é muito ainda depreciado em relação à modernização que a economia do mundo todo está vivendo, no que diz respeito à TI, no que diz respeito, hoje, à robótica, à mecatrônica. Nós precisamos evoluir com relação a isso. Isso foi questionado hoje na Comissão de Educação. Nós temos aqui uma soma vultosa. Pelo menos nós no Congresso Nacional — e eu já devo estar aqui, na Comissão de Orçamento, pela oitava vez — nunca fizemos nenhuma fiscalização devida sobre a boa aplicação desses recursos. Então, isso precisa ser questionado também, porque é uma soma extraordinária.

Por último, a construção de um Orçamento mais participativo. É lógico que ninguém vai alcançar a perfeição, mas ninguém pode ignorar que o Congresso Nacional, e principalmente a Câmara dos Deputados, é quem melhor representa o povo brasileiro. Todo mundo está representado no Parlamento brasileiro, e a Câmara dos Deputados representa o povo dos quatro cantos do País, no tocante a todas as raças, origens, religiões, cores, gêneros.

Então, nessa participação de representação, nós, inclusive, estamos fazendo um calendário de audiências públicas pelo País e precisamos fazer com que o Orçamento seja mais reconhecido pelo conjunto da população. Ele só vai sê-lo à medida que a impositividade do Orçamento for crescente. Quanto mais impositivo for o Orçamento, maior será a presença do Congresso Nacional e do Parlamento na sua construção e na sua execução.

Precisamos também aprimorar a eficiência do gasto público. Nós temos hoje um gasto altíssimo com relação à saúde pública. Neste ano, foram alocados mais de 170 bilhões de reais na saúde pública, e temos uma multidão de brasileiros esperando por cirurgias eletivas. Só no meu





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Estado, o Ceará, nós temos mais de 62 mil pessoas nessa situação, e muitas delas estão ficando, inclusive, aleijadas porque não têm uma cirurgia de reparação de fratura de um braço, de uma perna ou uma operação mais simples que seja. No entanto, o Estado do Ceará, no ano passado, gastou mais de 2 bilhões de reais com organizações sociais. É preciso haver uma fiscalização maior com relação a esse gasto, para dar esse retorno à sociedade.

Isso também ocorre no que diz respeito à própria educação. Nós estamos com um orçamento na faixa de 140 bilhões para o setor da educação, mais de 44 bilhões só no orçamento do FUNDEB, e todo mundo aqui é useiro e vezeiro em reclamar que as nossas crianças terminam o ensino básico sem saber interpretar um texto e sem saber fazer uma conta de aritmética.

Então, precisamos também, em relação ao Orçamento, ter uma cobrança ou dar um grau de eficiência para que haja acesso a ele também pela eficiência do serviço público, que é o que o povo quer. O povo paga imposto. No Brasil, nós pagamos muito imposto. Sem sombra de dúvidas, é uma das maiores cargas tributárias do mundo. O Congresso Nacional assumiu um compromisso, principalmente a Câmara dos Deputados, que já entregou uma reforma tributária que poderá mudar essa realidade, mas, para continuarmos avançando, temos também que aprimorar o orçamento público.

Aqui estamos à disposição para fazer esse trabalho. Ninguém quer atrapalhar o País. Ninguém quer boicotar a ação do Poder Executivo, mas queremos ser reconhecidos no nosso papel, enquanto formuladores de política pública e enquanto construtores e fiscalizadores do Orçamento da União.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Danilo Forte.

Antes de passar a palavra para os membros da Comissão, já que o Relator teve a oportunidade, Ministra, eu gostaria de passar a palavra para V.Exa.

Logo após essas respostas, nós poderemos iniciar — inclusive, já estão iniciadas as inscrições — com os outros membros da Comissão.

Obrigada.

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Eu agradeço, porque foram tantas colocações, e, se vierem mais três, eu vou me perder no meio do processo.

São todas as observações do Deputado Danilo extremamente pertinentes. É disso que nós estamos tratando quando eu disse, logo no início, que espero que esta seja a primeira de muitas vindas da equipe econômica, não só minha, mas também dos demais Ministros da equipe econômica, a esta Comissão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por isso eu também disse, Deputado, quanto achei importante a LDO não ter sido aprovada no meio do ano, em função de ser este ano um ano excepcional. É o primeiro ano de um novo Governo, um ano em que tivemos PPA, em que se pode mudar a regra fiscal de uma nova regra, que é o arcabouço. Há muitas variáveis. O mundo saiu de uma pandemia, e, como o Deputado disse, está havendo uma desaceleração do crescimento econômico global. China é um exemplo, entre outros países. A perspectiva de crescimento do Brasil era, no final do ano passado, de menos de 1% — 0,7%. Hoje a expectativa é de que possamos crescer mais de 2%, mas, mesmo assim, é um crescimento pífio, pelo tamanho e pela grandeza do Brasil.

Então, diante disso, acho mais do que pertinentes todas as colocações. Permitam-me uma análise muito ampla de tudo que foi colocado, para que possamos ter aqui uma reunião mais dinâmica. Mas eu vou abarcar tudo.

Quanto ao que foi colocado, primeiro, sobre a meta fiscal, o que cabe a mim como Ministra do Planejamento e Orçamento? Cabe a mim analisar o arcabouço fiscal aprovado, a LDO que foi apresentada, fruto da discussão e decisão unânime da Junta de Execução Orçamentária — JEO, que é formada pelo Ministro da Fazenda, pela Ministra do Planejamento, pela Ministra da Gestão e pelo Chefe da Casa Civil. Nós mandamos uma LDO com meta zero lá atrás, cumprindo o prazo constitucional de 15 de abril. Desde lá, tínhamos a dúvida: vota ou não o arcabouço? A reforma vai ser aprovada ou não vai ser aprovada? Ainda não sabemos se ela vai ser aprovada e como vai ser aprovada no Senado, e, depois, se vão ratificadas ou não as alterações pela Câmara. Estou falando especificamente da reforma tributária.

O que me cabia e me cabe? Receber do Ministério da Fazenda as receitas necessárias para zerar essa equação. Na realidade, é muito simples. Eu preciso fazer a seguinte conta matemática de subtração: receita menos despesa igual a zero.

O Ministro da Fazenda e sua equipe me mandaram, até a semana passada, toda a grade de medidas de receitas já contratadas, portanto, já asseguradas, ou aquelas que ainda estão em tramitação no Congresso Nacional. Nós fizemos um encontro de contas e vimos que precisamos de 168 bilhões de reais em receitas. Ele nos apresentou 168 bilhões em receitas. Repito, algumas já estão asseguradas; outras, em tramitação.

Então, diante desse cenário, não cabe a mim, como Ministra do Planejamento e Orçamento, até este momento, outra coisa senão, cumprindo a LDO que nós mandamos e cumprindo as receitas que vieram do Ministério da Fazenda, em havendo esse encontro de contas, dizer o seguinte: a meta que está vindo pela LOA, em respeito à LDO, e a receita que veio do Ministério da Fazenda é meta neutra, meta zero, déficit fiscal zero para o ano que vem.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É importante, talvez, estendermos as discussões da própria LDO para mais do que 2 ou 3 meses justamente porque nós temos uma série de variáveis que precisam ser colocadas nessa conta daqui para frente. Hoje, o que eu posso atestar claramente pela peça orçamentária que será entregue amanhã aos senhores é que ali estão todos os números necessários para zerar a meta fiscal. *"Mas depende da aprovação do voto de qualidade do CARF."* É verdade. Sem isso, não cumprimos meta zero. *"Mas precisamos agora regulamentar uma decisão do Supremo Tribunal Federal que já é transitada em julgado em relação à questão de possibilidade de ter retorno dos créditos, que eram antes só para investimentos, mas, com a alteração legal, foi também para custeio."* Não tinha sentido. A Fazenda ganhou. Isso vai gerar algo em torno de 90 bilhões de reais a mais para os cofres públicos. Nós dependemos disso. Sem essas duas, não há meta zero.

Então, é óbvio que algumas variáveis muito improváveis podem acontecer. Do contrário, a equipe econômica teve uma reunião não ontem, mas na penúltima reunião da JEO, onde nós chegamos à conclusão de que tínhamos que encaminhar a LOA com a meta fiscal neutra.

Eu sei que o Relator vai fazer uma série de questões. Enfim, eu vou parar de falar sobre isso, a meta.

Eu agradeço. Acho que a participação é importante. O Ministério de Planejamento está à disposição para receber qualquer Deputado ou Deputada. Os senhores são mais do que bem-vindos, porque, por incrível que pareça, o Orçamento não tinha uma ação nem um subtítulo para a pessoa com deficiência. Nós não tínhamos isso nos últimos anos. Então, foi a intervenção do Relator que despertou isso. Nós tínhamos investimentos, mas não como subtítulo para receber emendas, e isso já vai vir com esse subtítulo.

Eu é que tenho que agradecer a V.Exa. — não V.Exa. agradecer a mim — por ter-nos alertado em relação a isso.

Precatórios, essa é uma tarefa de todos nós. Se nós não resolvermos essa bola de neve que nós criamos... Eu falo "nós" porque eu votei a favor da "PEC do Calote". Aliás, eu fui responsável por antecipar... Eles previam 10 anos de calote, e eu sugeri — nós precisávamos de 4 votos no Senado — que essa previsão fosse diminuída para 5 anos. Mas nós votamos por extrema necessidade naquele momento, e agora nós temos que resolver. E acho que o ano de resolvermos é 2024. Não podemos esperar 2025.

Só para os senhores terem uma ideia do que estamos rolando em termos de estoque dos precatórios, em 2022, rolamos 22 bilhões de reais, Deputado Danilo. Neste ano, o estoque está em 56 bilhões de reais.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu posso já anunciar com quanto vai vir a LOA amanhã? Eu tenho que perguntar se eu posso... Então, eu vou arredondar, não vou dizer o número exato. Mas vai vir amanhã, como estoque de precatório, algo em torno de 100 bilhões de reais. Esse é o estoque, é o que nós estamos empurrando com precatórios, o que significa que o ano não é 2025 nem 2026. Nós temos que, em 2024, ano que vem portanto... Está absolutamente correto, vamos precisar da ajuda de todos para acharmos uma saída, uma alternativa saudável, para o Orçamento Federal.

O salário mínimo foi aprovado pelo Congresso, e sabemos do impacto que isso causa. Mais uma vez, sabemos da importância, neste caso específico, de nós nos lembrarmos de duas coisas: tudo o que o Deputado Danilo disse e provavelmente 80% de tudo que for perguntado aqui nós resolveremos com a aprovação da reforma tributária. Se o Brasil não crescer de forma sustentável e duradoura, não há receita que suporte e não há contenção de gastos que dê jeito. O Brasil precisa crescer. Sem crescimento, e crescimento com produtividade, qualificando os nossos trabalhadores e colocando qualidade no ensino público, que é outra demanda do Deputado, nós não temos condições... Nós vamos ficar sempre enxugando gelo aqui, a Situação e a Oposição lado a lado, juntas, falando a mesma língua, porque é o que nós estamos fazendo aqui.

Acho que a reforma tributária é o passo decisivo para, a partir do ano que vem, já termos expectativa positiva de receita e, consequentemente, de aquecimento da economia. Mas isso tem impacto? Tem. Vamos juntos alçar alternativas para os entes subnacionais. Estados e Municípios são impactados com o crescimento.

A única coisa que eu tenho que dizer aqui, com muita tranquilidade de quem já estive em vários lados — como Prefeita, como Secretária de Estado de Governo e Vice-Governadora, como Deputada Estadual, como Senadora da República e agora como Ministra de Estado —, é que há certas políticas públicas que injetam recurso e aquecem a economia, que é dinheiro na veia. Um deles é o aumento do salário mínimo acima da inflação. (*Palmas.*)

Não tem como... Nós estamos falando de justiça social. Assim, nós temos que achar saídas. Eu concordo com o Deputado Danilo, nós temos que achar saídas. Nós solucionamos o problema para quem mais precisa e às vezes criamos outro problema para alguns setores. Então vamos, em conjunto, achar saída para esses setores.

Última pergunta. Eu vou pular algumas só por conta do tempo, mas depois eu posso retomá-las. Eu termino com essa última, então, em relação a termos um orçamento mais participativo e eficiência em políticas públicas. Aqui eu deixo o meu reconhecimento. Eu comecei a minha vida pública como Deputada Estadual e terminei a minha vida pública como Senadora da República. Entendo que o Legislativo é a Casa mais democrática do Brasil. Eu disse isso a vida inteira e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

continuo dizendo. Falo isso como Ministra que está hoje no Executivo, porque não há um Poder que tenha maior representatividade dos matizes ideológicos, religiosos e de opiniões do que o Parlamento brasileiro. Então, sim, da nossa parte, todo respeito ao Congresso Nacional como formulador e fiscalizador do Orçamento brasileiro. Então, sim, da nossa parte, todo respeito ao Congresso Nacional como formulador do Orçamento brasileiro e como fiscalizador.

É por isso que nós apontamos essas novidades, que esperamos ver aprovadas no relatório do Deputado, para que o Orçamento possa ter mais transparência e para que nós possamos avançar nesse sentido.

Se ficou alguma coisa, Deputado Danilo, depois, em função do respeito aos colegas, eu reconstituo aqui a fala.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Ministra.

Tem a palavra, por ordem de inscrição, a Deputada Adriana Ventura. *(Pausa.)*

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - São quantos minutos?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Nós determinamos, no início, para facilitar inclusive a resposta da Ministra a todos os colegas, que falariam de quatro em quatro Parlamentares. No caso, temos até agora nove inscritos. Então, vou pedir para que...

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Presidenta, pela ordem. Eu não sei, mas pelo que eu entendi V.Exa. vai conceder 5 minutos para cada orador?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Sim.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Para termos possibilidade de mais pessoas falarem, poderíamos reduzir um pouco esse tempo, talvez para 4 ou 3 minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Foi estabelecido o tempo de até 5 minutos. Mas acho que, pelo ritmo que estão indo as coisas, até ditado pela própria Ministra...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - É. E não tem tanta gente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Sim, não tem tanta gente. Eu acho que podemos conceder até 5 minutos.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - E a lista de inscrição, Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Apelamos para o bom senso de todos, para que todos possam interpelar e ser atendidos, respondidos.

Pois não, Deputado Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Quero me inscrever.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Para V.Exa. se inscrever? Pronto, V.Exa. está inscrito.

Então, pela ordem, a Deputada Adriana Ventura tem a palavra. (*Pausa.*)

Só um instante, Deputada.

Logo após, falarão o Deputado Gilson Daniel, o Deputado Bohn Gass, o Deputado Alberto Mourão. Depois desses quatro Parlamentares, a Ministra responderá, e voltaremos para conceder a palavra aos próximos inscritos.

Obrigada.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Muito obrigada, Senadora Daniella, nossa Presidente.

Eu quero, inicialmente, cumprimentar a Ministra, Senadora Simone Tebet, e dizer que eu sei da sua seriedade, de como S.Exa. quer que este País avance. Então, quero parabenizá-la.

O Paulo é um excelente Secretário, ele me ajudou muito aqui na consultoria orçamentária várias vezes.

Então, seja bem-vindo, Paulo.

Agradeço ao nosso Relator, o Deputado Danilo Forte, que sempre é preocupado com o Brasil e com essas medidas.

Então, eu confio no trabalho dos senhores.

Eu vou colocar aqui alguns pontos realmente de preocupação. Primeiro, quero dizer que eu gostei bastante desses projetos prioritários, em que a senhora traz essa previsibilidade, essa transparência tanto em relação ao prazo — eu acho isso importante para acompanharmos —, como também em relação a dar mais transparência aos programas, porque hoje falta transparência, vem como a toda essa parte de revisão do gasto.

Então, sim, sei da seriedade dos senhores, sei que estão trabalhando, mas há alguns pontos que realmente me preocupam, e eu vou diretamente atacá-los, sem demérito dos avanços.

Há, na minha visão, nesse projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, dois pontos que são ruins e preocupantes. O primeiro é essa questão da retirada dos 5 bilhões de reais do cálculo da meta do déficit primário das estatais independentes.

Como todos aqui sabem, aprovamos no arcabouço fiscal, apesar de eu ter registrado o meu voto contrário até por essa razão, este Congresso aprovou, a proibição para retirar do cálculo várias questões de seguridade social e orçamento. Na verdade, a minha leitura em relação a isso é de que, dentro desse megaprojeto, estão usando as estatais, endividando as estatais, criando uma dívida que um dia vai ter que ser paga.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esse é um ponto de preocupação sobre o qual eu queria saber da sua visão, como V.Exa. vê isso. Na verdade, isso é maquiar resultado. Independentemente do objetivo, que é nobre e tal, na verdade nós estamos maquiando o resultado, retirando isso.

A outra questão que eu também acho muito ruim e um péssimo sinal é a que permite um aumento real de fundo partidário. Independentemente de concordar, de gostar, partidos políticos, sim, são instrumentos da democracia, mas estamos falando de aumento real. Antes, pelo teto de gasto, nós tínhamos a inflação corrigindo, agora há um aumento real. Não importa o resultado, vai ter aumento real para gasto de partido político. Isso para mim não é prioridade, e V.Exa. já falou dos programas que são prioritários.

Os interlocutores do Governo e o que é noticiado têm falado de um incremento de 150 bilhões para zerar o déficit do Orçamento no próximo ano. Muito se tem discutido em relação à reforma administrativa, que tem que cortar gasto. A sua fala vai nesse sentido, que se gasta muito? V.Exa. fala de qualidade de gasto, e eu acho que é por aí mesmo, mas realmente temos que reduzir. Nós vemos o número de Ministérios aumentando, a coisa alargando e nenhum esforço no sentido de reduzir.

A minha pergunta é: o que o seu Ministério, de maneira efetiva, tem proposto dentro de uma linha do tempo? Eu entendo as questões para reduzir essas despesas. Eu também queria entender se há um foco no aumento da arrecadação sem se preocupar nenhum pouco com a redução de despesa. Independentemente de falar de qualidade de gasto, nós temos que falar também de redução, porque o cobertor é curto, não tem dinheiro para tudo, porque daqui a pouco voltamos para a contabilidade criativa e outras coisas mais. Eu queria saber se, dentro dessa melhoria do gasto público, vamos ver isso, de fato, na Lei Orçamentária Anual?

Em linhas gerais, são essas as minhas questões. São preocupações legítimas, principalmente em relação ao uso das estatais para endividamento. Na prática, nós temos que ler isso como um aumento de déficit de 7 bilhões para 12 bilhões. Eu acho que isso, a essa altura do campeonato, depois inclusive da PEC que foi aprovada para alargar esses gastos, vai fazer com que se comece a usar desses expedientes.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Deputada, peço a V.Exa. que conclua.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - O meu microfone foi cortado.

Obrigada, Senadora.

Depois do que foi aprovado, a questão é utilizar desses expedientes para sempre arrumar dinheiro para gastar, sem se preocupar com contenção de gasto.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu quero saber, objetivamente, como fica a discussão da reforma administrativa nesse contexto todo, que também é uma parcela.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputada Adriana Ventura.

Tem a palavra o Deputado Gilson Daniel.

V.Exa. tem até 5 minutos para formular suas perguntas.

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES) - Sra. Presidente, Senadora Daniella Ribeiro, Relator Danilo Forte, Ministra Simone Tebet.

Ministra, quero parabenizar V.Exa. pelo seu trabalho à frente do Ministério, de forma especial o PPA Participativo, que esteve no meu Estado do Espírito Santo.

Eu fiquei feliz de ouvir que, durante a discussão do PPA Participativo, os efeitos climáticos estiveram sendo colocados como um tema relevante para o nosso País. Nós temos uma discussão forte aqui no Parlamento. Eu sou Presidente da Frente Parlamentar de Gestão de Riscos de Desastres e tenho falado sempre aqui na Casa que os nossos orçamentos não têm tido previsão com relação à redução de riscos de desastres.

Só para vocês terem ideia, a média do que nós temos de orçamento para desastres é em torno de 379 milhões de reais, e o gasto do Ministério com essa rubrica orçamentária gira em torno de 1,2 bilhão de reais. Nós temos medidas provisórias o tempo todo para a pronta resposta a desastres, mas para prevenção, praticamente zero. O Orçamento deste ano só tem uma rubrica orçamentária criada para a prevenção de desastres, com recurso insignificante.

Essa é uma pauta que eu defendo aqui nesta Casa por ter sido Prefeito. Minha cidade passou por muitos desastres — o meu Estado também.

No nosso Orçamento, só para vocês terem uma ideia, em 2021 nós tivemos um crescimento de mais de 1.000% na rubrica orçamentária de desastres, porque nós só atuamos quando o desastre acontece, ou seja, só na pronta resposta.

Então, o meu maior questionamento, por ser municipalista, por ter sido Prefeito, é de que o Ministério precisa dar uma atenção a essa pauta para que não tenhamos que fazer alterações orçamentárias toda vez que acontece um desastre. Que tenhamos, primeiro, recursos para a prevenção de desastres nas rubricas orçamentárias, a fim de passarmos a gastar menos com desastre. Se investirmos na prevenção, gastaremos menos na pronta resposta.

Nós temos a Medida Provisória nº 1.180, de 2023, que aloca 280 milhões de reais para responder a desastres que aconteceram em Alagoas, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Só fazemos essa alocação de recursos quando acontece um desastre.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O meu apelo como Parlamentar e defensor dessa causa aqui na Casa é para que tenhamos no PPA uma previsão dessa rubrica com recurso, que discutamos isso na LDO — está aqui o nosso Relator — e que possamos ter na LOA recursos já previstos para a execução dessa política, principalmente com relação à prevenção de desastres.

A minha colocação principal é esta, Ministra. Sei que já está em via de... Acho que vai entregar amanhã, já está fechado. Eu vou trabalhar fortemente aqui com os nossos Relatores a alteração orçamentária para que, a título de emendas, possamos alocar recursos. Nós vamos ter essas alterações orçamentárias durante o ano aqui. Recebemos o tempo todo medidas provisórias para uma coisa que sabemos que vai acontecer. Esta é uma pauta importante.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade e, mais uma vez, parabenizá-la por ter ido a cada Estado do Brasil discutir o Plano Plurianual, que não é só para este Governo, é para 3 anos deste Governo e mais 1 ano do próximo Governo. Então, gostaria de parabenizá-la e de me colocar à disposição aqui na Casa para discutirmos os temas do Orçamento, mas, de forma especial o que se refere à redução de riscos de desastres.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Gilson Daniel.

Tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Obrigado, Senadora Daniella Ribeiro, a nossa Presidenta.

Ministra, Relator, colegas Deputados e assistentes, meus cumprimentos.

Ministra Simone Tebet, eu quero parabenizá-la por várias razões, mas uma razão é que o Brasil voltou a ter Ministério do Planejamento. Parecia que estava despercebido!

Senhores e senhoras, não havia, no Governo passado, Ministério do Planejamento! Como você vai pensar um país, se você não tem Ministério do Planejamento?

Então, essa é a primeira homenagem que eu quero prestar ao Governo do Presidente Lula, que propiciou o retorno do Ministério e colocou V.Exa. nessa função que tão bem desempenha.

O segundo aspecto é que a primeira medida do Temer depois que tiraram injustamente a Dilma... Agora, cada vez mais, o assunto das pedaladas fiscais está tão bem colocado que até o Judiciário já disse: *"Dilma, você não teve nenhuma responsabilidade pelas pedaladas fiscais!"*. Nós a afastamos. E eu falo "nós" porque, neste Congresso, nós a afastamos injustamente. Eu votei contra. Aliás, (*ininteligível*) pedidos de desculpas, um perdão por essa situação.

A primeira medida votada aqui foi o teto de gastos. Depois do golpe, a primeira medida foi votar o teto de gastos. O debate aqui era o seguinte: *"Se vocês botarem o teto de gastos, porque o*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

PT só gasta, isso e aquilo, vai haver crescimento econômico e atração de investimentos do exterior". Essas foram as palavras mais importantes. Pois bem. Votou-se o teto de gastos. Nem a economia cresceu nem vieram os investimentos! Mas a economia deixou de investir na saúde, na educação, no enfrentamento do problema do clima e em tantas outras coisas, porque não havia recurso.

Este debate nós temos que fazer, porque desenvolvimento é ter o Estado indutor da política. E o setor empresarial ou a iniciativa privada vai investir quando enxergar que existe planejamento e que recursos públicos estão sendo alocados. O Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC — mais uma vez elogio a iniciativa do PAC —, trabalha contando com a participação da iniciativa privada e da esfera pública, com várias modalidades que fazem esse desenvolvimento acontecer.

Eu quero fazer o debate desse tema do déficit zero. Eu não tenho a preocupação de ter, no primeiro ano, déficit zero. Nós tínhamos tantos déficits, e não houve investimento social. Com responsabilidade fiscal e social, nós podemos até ter um déficit, se a nossa economia voltar a crescer, se tirarmos o Brasil do Mapa da Fome, se crianças nas ruas não forem violentadas. Então, esse é o debate. Mas esse é um debate que ainda vamos fazer, e eu quero questionar exatamente esse aspecto, para que possamos pensar o Brasil, social e fiscalmente, com essas prioridades.

O quarto aspecto que quero levantar, do qual ainda não foi falado aqui hoje à tarde, é que a economia, com o juro alto do Banco Central, não vai crescer no Brasil como deveria crescer. Mesmo que houvesse a previsão de crescimento de 0,7% do PIB, considerando que vamos passar mais de 2%, o que já é um bom sinal dos avanços do nosso Governo e das políticas públicas que estão sendo desenvolvidas, ainda está aquém do que nós precisamos. E nós precisamos fazer esse debate do juro alto. É um compromisso deste Congresso também enfrentar o juro alto. O Presidente Lula tem reiteradamente criticado o juro alto, que está sendo trabalhado.

Quanto ao salário mínimo, sua resposta já foi satisfatória. Eu sempre sou defensor — sou o autor dessa lei, inclusive — que o salário mínimo é dinheiro na veia! O povo pobre vai gastar o salário mínimo na padaria, na loja, no mercado ou no açougue, vai comer melhor, vai comprar uma roupa melhor ou um tênis melhor. Então, isso volta à economia totalmente. O que não vem para a economia é o dinheiro dos *offshores*. É o dinheirinho dos super-ricos que está aplicado lá fora. Nenhum pobre do Brasil tem dinheiro lá fora, no exterior. É preciso ter 10 milhões de reais para ter dinheiro nos *offshores*, e só poucas pessoas têm esse dinheiro.

Ontem, na sessão da Câmara, eu disse que, depois que o Lula apresentou a proposta dos *offshores* e também do dinheiro aplicado no exterior, a Câmara e o Congresso precisam ter





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

coragem de dizer: *"Desta vez não vamos cobrar imposto só dos pobres"*. O Lula já aumentou a faixa de isenção de Imposto de Renda, que era de 1.700 reais ou de 1.900 reais. Recebendo 1.900 reais, os assalariados pagaram Imposto de Renda por 7 anos, digamos, bem no tempo do golpe. Depois não foi mais reajustada a tabela do Imposto de Renda. Chegamos à faixa 2.640 reais para a isenção do Imposto de Renda e queremos ir a 5 mil reais! Esse é o debate. Mas os ricos têm que pagar, e nós temos esta oportunidade de fazer os ricos deste País pagarem. Isso não é roubar dos ricos, como alguns tentam dizer. Não, isso é fazer justiça tributária.

Por último, eu quero só dar minha opinião sobre a democracia. Na Constituição está claro: a democracia no Brasil se exerce representativamente — por isso há o Congresso e os Parlamentos — e diretamente.

Eu também quero parabenizá-la por essa questão, que o nosso Relator inclusive elogiou, da participação direta do povo conjugada com a nossa representação, com a representatividade. Então, as formas direta e representativa combinam, e isso está na Constituição.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado.

Fecharemos a primeira rodada de perguntas, passando a palavra para a Ministra Simone Tebet.

Tem a palavra o Deputado Alberto Mourão.

O SR. ALBERTO MOURÃO (Bloco/MDB - SP) - Inicialmente eu queria saudar a Ministra Simone Tebet, nossa Ministra.

Quero saudar o Paulo e a Presidente da nossa Comissão, a Senadora Daniella.

Da outra vez que você esteve aqui — eu posso falar "você" para ficarmos um pouco mais à vontade? —, eu fiquei muito feliz de ver sua preocupação em rever os gastos. Isso é fundamental. Eu acho que o Brasil está no automático há muitos anos. A máquina pública acostumou-se a pegar um carimbo (*ininteligível*). Neste exato momento, no Rio Grande do Sul, no Rio Grande do Norte ou em qualquer Estado, alguém está botando um carimbo no papel. Se você perguntar a ele o que ele está fazendo, verá que ele não sabe o que está fazendo! Na realidade, ele está fazendo aquilo há anos, até esperar o dia da sua aposentadoria.

Assim ocorre com os programas criados ao longo de anos. Alguns cumpriram o seu papel, para curar certa situação que existia na sociedade. Quando você cria um programa, ele tem um tempo para que possa ser executado, para curar aquilo. Depois você tem que mudar ou tem que rever aquele programa, porque ele não está fazendo efeito que você programou, mas ele continua sendo feito de uma forma que, na verdade, é um desperdício de recursos públicos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há um outro aspecto, Ministra, que me preocupa: essa história das mil e tantas obras paradas. É o fluxo de caixa. Um grande problema nosso é que quem paga atrasado paga mais. Essa é a realidade. Então, se, quando assinamos um convênio ou damos uma ordem para o início de uma obra, entre o momento da medição, o percurso da liquidação até chegar à programação financeira, passarem-se 4 a 5 meses, não deve estar na cabeça de ninguém que qualquer empresa que tenha ganhado a licitação... As grandes empresas podem até fazê-la, mas as pequenas não vão continuar com a obra, porque, na realidade, elas não têm capital de giro suficiente para tocar uma obra.

Portanto, quando começa a haver obra parada, isso ocorreu pela falta de esse percurso ser veloz o suficiente para que essa obra não pare, esperando que venha fluxo novamente. E o mais grave é que, quando ela para de vez, há prejuízo, porque, quando se alocam recursos materiais a uma obra, e ela paralisada, e se tira a segurança, começa a destruição da obra. Aí vemos conjuntos habitacionais sem telhado, sem metais, porque tudo o que pode ser desmontado é levado por todos os segmentos da sociedade. Então, na elaboração dos nossos projetos, temos que ter a percepção de que desperdiçamos recursos na execução orçamentária.

Além disso, cada Ministério tem que ter um controle interno muito profundo dessas pequenas despesas. Não podemos mais permitir que os Ministérios fiquem gastando no automático. Sabemos que o limite é muito pequeno, porque 60% do Orçamento está comprometido com despesas previdenciárias e encargos e 14%, com outras despesas obrigatórias, num total de 74%. Quando começamos a juntar os 26% daquelas despesas sujeitas à programação financeira, ficamos preocupados com o que vai acontecer. A gordura, portanto, não é efetivamente grande. Eu peço à Sra. Ministra que explique, se possível, já que se perdeu na sua fala, o controle de fluxo — falou-se em 23 bilhões. A que se destina essa rubrica?

Ministra, finalizo dizendo que temos que ter equilíbrio fiscal. Com relação à questão do social, podemos até gastar mais e resolver os problemas sociais, mas, se não houver equilíbrio fiscal, temos certeza absoluta de que a inflação e a taxa de juros vão voltar. Aí, automaticamente, o pobre vai pagar mais, porque, na realidade, como o preço da mercadoria lá na ponta vai aumentar, o custo de vida dele vai aumentar, ele vai ter que gastar mais, e aquilo que foi dado a ele vai ser tirado indiretamente. O rico vai continuar bem, porque ele só come o mesmo prato de comida, mas, se tirarmos metade do prato do pobre, ele já está ganhando menos. Se o rico perder 10%, ele não perde nada. Então, nós precisamos ter percepção disso.

Vou ceder 50 segundos da minha fala, já para economizar.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com a palavra a Ministra Simone Tebet.

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - O Secretário mais requisitado hoje indiretamente pelos senhores acaba de chegar: o Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. Eu já vou convidá-lo para participar da Mesa.

Eu quero começar agradecendo as colocações e as provocações mais do que pertinentes da Deputada Adriana. Deixei de lado uma pergunta fundamental, a mais importante para mim, não é nem para o Deputado Danilo, a pergunta sobre as despesas condicionadas. Essa pergunta tem a ver com uma das perguntas da Adriana e, de alguma forma, também tem a ver com a resposta que preciso dar ao Deputado Gilson.

Peço que exibam de novo o eslaide, só para que isso fique muito claro.

(Segue-se exibição de imagens.)

E foi minha culpa, minha máxima culpa, a omissão de não explicar direito. O Deputado disse assim: *"Mas aí não vai ter transparência em relação... Como é que ficam essas despesas condicionadas?"* Eu acho que é o ponto central que nós vamos ter, talvez, de maior embate aqui na LDO. Eu vou só recapitular e vou dar a resposta de forma bem objetiva.

Se nós tirarmos os mínimos constitucionais, que agora voltam a precisar ser cumpridos, porque o teto de gastos, entre outras coisas, colocava a não necessidade de cumprir o teto, o piso constitucional da educação e da saúde... Então, nós continuamos investindo muito na educação, tanto que agora a reposição é mínima, mas, no caso dos investimentos com a saúde, nós tivemos que repor para o ano que vem, no Orçamento, mais de 40 bilhões de reais — só para a saúde —, para alcançar o piso da receita corrente líquida para a saúde, de 15%. Então, quando nós tiramos essas regras constitucionais e o piso de investimentos que nós, inclusive os senhores...

Eu votei, na PEC da Transição, um piso mínimo de investimentos. Foi na PEC da Transição ou foi no arcabouço? Já não me lembro mais. Foi no arcabouço. Então, eu não votei. Está na PEC da Transição, que eu mandei para a Casa, nós mandamos para a Casa.

Quando nós limpamos essas despesas... O que eu quero dizer é o seguinte: o que sobra do Orçamento? Sobram 55 bilhões de reais. Mas eu não tenho ainda esses 55 bilhões de reais. Nós só teremos esses 55 bilhões de reais se levarmos em consideração os 32 bilhões de reais como despesas condicionadas.

Aí vem a pergunta, correta, do Deputado, que eu não expliquei: *"Mas esperem aí. Como nós vamos aprovar aqui uma despesa condicionada a 32 bilhões?"* Ela vai vir carimbada — amanhã, os senhores vão ver — no que sobrou. Vejam o que sobrou. Se eu não posso carimbar nada para a educação, nada para a saúde, nada para investimento, porque eu estou no piso, estou





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

praticamente no piso de investimentos, pois vamos colocar acho que 6 bilhões de reais a mais do que o piso de investimento, nós vamos ter que fazer cortes em políticas públicas relevantes, como o Bolsa Família — não é que vamos cortar, ele só é carimbado, ele só está lá para uma reserva, vamos começar a execução em 1º de janeiro, garantindo o Bolsa Família — e até aquelas que tratam de desastres naturais, Deputado.

Digo isso tudo — à Adriana, mais uma vez, agradeço a pergunta — para mostrar o quanto é relevante nós nos debruçarmos sobre o assunto. Nós viremos quantas vezes forem necessárias para mostrar isso, senão os senhores e nós teremos uma difícil tarefa, que é verificar onde, porque, se não aprovarem, nós teremos que cortar dos 55 bilhões de reais 32 bilhões de reais de discricionárias, 58% de discricionárias, e nós não conseguiremos atender aos Prefeitos, aos Governadores, aos senhores, que trazem as demandas da sociedade civil e do setor produtivo.

E já dando um *spoiler* do Orçamento, Deputado, e não poderia deixar de ser assim, informo que nós procuramos — e o espaço fiscal não nos permitiu fazer mais do que isto — garantir pelo menos o orçamento do ano anterior para cada Ministério, o que significa que não vai haver condições de aumentar o espaço fiscal, o recurso, o orçamento de nenhuma ação que não seja educação, saúde, porque que eu tenho piso, investimento, em função da nova regra fiscal que foi aprovada pelo Congresso Nacional. Salvo engano, e me perdoem e me corrijam se eu estiver errada, para desastres naturais nós chegamos a colocar... Não. Em todas as ações, e não só em desastres, no Ministério da Integração, por conta dessas questões, colocamos algo na ordem de 1 bilhão de reais.

Agora, no caso de um desastre fora do normal, uma chuva, alguma coisa, uma avalanche, nós temos uma excepcionalidade. Em casos atípicos, que não estão dentro do radar, cabe crédito extraordinário — única e exclusivamente para casos emergenciais como esses. Mas têm que ser muito além da média, senão nós temos que usar dinheiro do orçamento.

A Deputada Adriana fez uma pergunta com relação às estatais. Como nós estamos lançando o PAC, houve uma demanda específica da política brasileira em relação a uma grande obra quanto a uma estatal não dependente. Ela não é do Orçamento geral, ela é autossuficiente, ela tem gestão, especificamente em relação a esse — desculpem-me, mas eu sempre esqueço — túnel submerso entre Santos e Guarujá, orçado entre 1 bilhão e meio e 2 bilhões de reais, e algumas demandas vindas de Governadores, Prefeitos, etc., em relação à INFRAERO, a aeroportos, porque a INFRAERO ficou com uma parte só dos aeroportos. Então, nós fizemos as contas e daria 2 bilhões e alguma coisa ou 3 bilhões de reais. Nós colocamos um espaço só, e —





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

repito — não acredito que vá haver condições de gastar nem essa metade. Isso só vale para este ano.

Por que nós não colocamos dentro da meta e negativamos mais a meta dessa estatal? Porque aí esse dinheiro entra no todo, e poderiam dizer: *"Bom, agora eu vou fazer graça com esse recurso"*.

Então, nós quisemos dar certa transparência e garantia. Nós vamos carimbar esse recurso específico, porque, inclusive, é uma forma até de não gastar todo ele. Essa foi uma saída que nós encontramos e agimos dentro desse ano atípico, que é o primeiro ano.

Em relação ao fundo partidário, está aqui. Normalmente, o aumento real não é assim. Quando há eleição municipal, ele vem na LDO como aumento real do fundo partidário. Essa é uma discussão da política, do Congresso Nacional, e nós estamos aqui para acatar a deliberação desta Comissão, da Câmara e do Senado. Então, ela é feita dentro do processo. Ele está me colocando valores aqui, que são próximos aos do ano passado. Essa não foi uma novidade, mas é uma discussão. Em 2019, foram 927 milhões de reais; em 2020, 959 milhões; em 2021, 979 milhões de novo; em 2022, 1 bilhão e 100 milhões, e agora, 1 bilhão e 185 milhões. Então, não está crescendo acima da média do que houve de crescimento.

Eu entendi a sua colocação. E isso é justo nesses anos, nesses 10 anos? Esse aumento é prioridade? Essa é uma decisão da política e dos Parlamentares. Nós não estamos inventando a roda nem aumentamos acima da média o que foi colocado nos outros anos.

Por fim, como o Deputado Bohn Gass, nessa generosidade que é típica dele, não me fez perguntas e me permite ainda terminar a resposta: vamos discutir taxa de juros? Acho importante esta Comissão trazer autoridades para discutir. A CMO fala de orçamento, fala de Brasil, fala de economia. Então, sugiro até que tragam outros Ministros, o Banco Central e outras autoridades para debater. E faço questão de estar à mesa, se for convidada para discutir esses juros reais, que, concordo com o senhor, são dos maiores do mundo. Isso se justificou por um tempo, hoje não se justifica mais. Hoje está realmente travancando a economia e impedindo o Brasil de crescer de forma condizente. Já tinha até me manifestado sobre isso.

Mas só para terminar as colocações, a Deputada Adriana me perguntou sobre como anda essa esteira da despesa. Um déficit social aliado a um déficit fiscal nos gerou, obviamente, uma necessidade atípica este ano de não só incrementar a receita, como também fazer um novo arcabouço. Então, a esteira da receita está correndo a 120 quilômetros por hora.

A esteira do controle de gastos, uma vez que, neste momento, nós não estamos falando de corte, nós estamos falando de qualidade dos gastos, diante, repito, de um déficit social que veio





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

muito forte... Nós só estamos falando de corte naquilo que é fraude e erro, mas estamos falando de qualidade de gastos, ou seja, tira-se daqui — não é nem para fazer superávit — para garantir mais dinheiro para fazer casa, para garantir mais dinheiro para a agricultura familiar, para o agronegócio, para investimentos, para a educação, para zerar a fila de exames, cirurgias e consultas do SUS.

Então, essa esteira é um pouco mais lenta, porque nós viemos, depois de 4 anos, com uma série de ações. Podem ser 4 anos. Não quero aqui fulanizar, eu estou falando dos números, estou falando basicamente por conta até da pandemia.

Nós viemos com uma paralisia de programas sociais muito importantes. Então, com um Brasil que voltou para o *Mapa da Fome*, cujo povo empobreceu, em que políticas públicas foram paralisadas durante um tempo, não dá para avançarmos o sinal, não dá para corrermos a 120 quilômetros por hora. Nós estamos nos preparando. Eu coloco o meu secretário à disposição para vir a hora que os senhores quiserem dar todas as informações. Os senhores vão ficar encantados com o trabalho do CMAP e da Secretaria de Avaliação de Políticas Públicas, mas — esse "mas" é com letras garrafais — eu preciso dizer que, quando nós também abrimos esses números com lupa, fora, por exemplo, a Previdência, onde se pode falar de fraude, fora um certo cadastro único que pode ter irregularidades no Bolsa Família, quando nós olhamos esse gasto, nós temos que dizer o seguinte — e digo isso aqui com o papel de Senadora que fui e acho que continuarei sendo —, senhoras e senhores, nós temos mais de 1.200 ações no Orçamento. O dinheiro está muito pulverizado. Então, é claro que nós colocamos — somos nós que colocamos, nós só estamos repetindo o Orçamento — o fruto de demandas vindas de Deputados, Ministros, Prefeitos e tudo o mais. Está na hora de revermos também tantas ações, para que o dinheiro seja concentrado e faça fartura onde precisa.

Essas são questões sobre as quais quando falamos na teoria, até que vai, mas, na hora em que estressamos os números...

Eu vou ficar só com um exemplo — eu bati nisso por 8 anos, e a Daniella é testemunha. Quando nós falamos do maior problema que nós temos em relação a gastos no Brasil, nós falamos de gastos tributários. Se nós incluirmos os gastos creditícios e financeiros, nós estamos renunciando a 600 bilhões de reais. Se nós ficarmos só com os gastos tributários, nós estamos renunciando a mais de 400 bilhões de reais. Só que aí há um grande parêntese que precisa ser feito: 23% desses gastos tributários é Super-SIMPLES. Nós não temos como mexer, porque sem o micro, o empreendedor individual, o médio, principalmente no setor do comércio, a economia não





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

anda, ela não gira. Ali tem, como gasto tributário, o Bolsa Família. Alguém, em sã consciência, acha que isso é gasto no sentido de que precisa ser cortado?

Então, quando nós olhamos os gastos tributários, há muita coisa para cortar, mas nós temos que ter a consciência de que, quando nós falamos de 400 bilhões, quase metade disso tem que ser deixada de lado, e temos que avaliar aquilo que precisa ser bem feito. Agora, essa é uma tarefa que não é só do Executivo.

Nós podemos apresentar isso para os senhores. Eu já fui Senadora e sei como é a pressão, os *lobbies* legítimos das categorias que vêm pedir e demandam. É preciso ter pulso firme, coragem de ver a dificuldade do Brasil com o novo arcabouço que está aí exprimido e dizer: "*Nós vamos ter que escolher*". Administrar um País, um Estado ou Município não é realizar sonhos, é procurar executar, da melhor forma possível, através de escolhas, os sonhos possíveis.

Então, dentro desse critério, essa é uma tarefa de todos nós, e é por isso que eu peço inclusive socorro. Vamos juntos achar essa carteira necessária de qualidade de gastos, para que possamos colocar esse dinheiro nos lugares aonde verdadeiramente precisa chegar.

(Manifestação no plenário: Invista no planejamento! Cadê o servidor no Orçamento?)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pela ordem, agora passamos a palavra...

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Eu posso?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não, pois não.

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Na hora que eu terminar aqui, nós conversamos. Pode ser? *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada pela compreensão.

Passo a palavra agora para o próximo inscrito, Deputado Lindbergh Farias.

V.Exa. tem até 5 minutos para fazer seus questionamentos.

Logo após, no próximo bloco de perguntas, terão a palavra os Deputados Carlos Zarattini, Carlos Henrique Gaguim e Vicentinho Júnior.

Obrigada.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) - Ministra, primeiro, queria cumprimentar V.Exa. Nós fomos Senadores juntos, mas eu quero cumprimentá-la pela seriedade, pela racionalidade, pela preocupação com a responsabilidade fiscal, mas pela preocupação com o crescimento econômico, com a responsabilidade social.

Quero cumprimentar a Presidente, Senadora Daniella Ribeiro, minha conterrânea. Eu sou Deputado pelo Estado do Rio de Janeiro, mas sou paraibano com muito orgulho.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quero cumprimentar o Deputado Danilo Forte, Relator do LDO, e parabenizá-lo. Acho que o Deputado Danilo Forte tem dado declarações muito racionais sobre números. Não adianta pensar em números irreais: a credibilidade vem em cima do que dissermos: *"Vamos fazer isso e vamos cumprir isso"*.

Todos aqui sabem, Deputado Bohn Gass, que no começo da discussão sobre o arcabouço eu me pus como um crítico, porque achava que apertaria muito o nosso orçamento. Fiquei como um crítico, na verdade, porque quero que este Governo dê certo, quero que o Brasil dê certo.

Deputado Danilo Forte, eu estava aqui elogiando-o pelas declarações, pela racionalidade. E, quando eu levantava aquelas questões sobre déficit primário zero, era porque isso não pode ser um ato de vontade.

Na verdade, quando se vê o relatório do Tesouro sobre as projeções fiscais do meio deste ano e de dezembro do ano passado, fica muito claro que estamos enfrentando uma queda da arrecadação este ano. Estava escrito: dezembro, junho. É questão de ler. E, de forma muito clara, eles explicam por que está havendo uma queda da arrecadação. De 18,7% — fala o Tesouro aqui em queda para 18% —, está 17,9%, Deputado Danilo. E o Tesouro explica: *"é explicada por eventos não recorrentes, como receitas e dividendos da PETROBRAS, concessões decorrentes da privatização da ELETROBRAS ou arrecadações associadas a um ciclo favorável de commodities"*. Aí tem um *box* no qual eles explicam que 90 bilhões da questão do petróleo, distribuição de dividendos, não vão acontecer este ano.

Então nós temos um desafio. A questão não é dizer: *"Olha, vai ser isso"*. Nós temos que falar o que é real para a sociedade. O mercado diz que o déficit primário é de menos 0,75%. O mercado sempre apostou em menos 0,8%, menos 0,75%.

Eu hoje vi uma declaração do Felipe Salto, meu amigo, economista, Presidente da Instituição Fiscal Independente, na *GloboNews*, Senador Marcelo Castro, sempre Relator — ele trabalha em uma instituição financeira —, e perguntaram para ele: *"Quanto você acha que é o déficit?"* *"Minha instituição diz que é menos 0,9%"*. *"Mas por que você está dizendo que o Governo tem que manter zero?"* Ele disse: *"É porque o Governo tem outros mecanismos, porque se não cumprir ele tem que contingenciar"*. Aí eu discordo. Imaginem! Contingenciar quanto? Cinquenta e seis bilhões dessas despesas discricionárias? Separar um PAC, pessoal. Repito: separar um PAC!

Então, se o mercado acha que o déficit é menos 0,8% — e ele acha que é menos 0,8% —, por que nós, desta Comissão do Congresso, vamos apostar em uma meta impossível? Eu sei que nós vamos ter tempo para o debate. Amanhã vai estar lá, eu vi a posição do Ministro Fernando Haddad, da nossa Ministra Simone Tebet, mas nós temos que ir discutindo com a sociedade,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

porque o mercado vive mudando de meta. E por que nós aqui também, a partir de uma constatação de que a arrecadação está caindo, não podemos mexer nisso?

Agora eu vou entrar num tema mais espinhoso aqui. Este Congresso diz que temos que ser rígidos. Mas eu estou muito preocupado porque hoje vamos votar uma desoneração, e há gente falando em 30 bilhões de reais — 30 bilhões de reais. Isso é um estouro! Então, parece que o próprio Congresso, a Câmara, que votou o arcabouço semana passada, está dizendo: *"Não há mais arcabouço"*. Parece que quem está decretando o fim dessa meta de resultado primário zero é o próprio Parlamento.

Eu queria chamar a atenção para isso. Não é pouca coisa. São 30 bilhões de reais! Na verdade, é um processo inconstitucional essa política de desoneração. Está proibida pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019, Deputado Danilo. Então, veja a quantidade de desafios que nós temos. V.Exa. falou muito bem, Deputado Danilo, quando falou de crescimento econômico. Hoje saiu o resultado da economia norte-americana: desaceleração. Os números da China preocupam. Eu não estou satisfeito com a possibilidade de crescermos 1,3% no próximo ano. Isso é crise social. Esse não é o caminho.

Em 30 segundos, eu encerro, minha Presidente.

Então, esta Comissão vai ter que analisar todas essas variáveis, Relator Danilo Forte.

Portanto, eu acho que esse é o nosso papel daqui até o final do ano. E espero que consigamos acertar a mão para que o País cresça, para conciliarmos responsabilidade fiscal com responsabilidade social.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Lindbergh Farias. Não lhe dei mais tempo para ninguém dizer que é só porque V.Exa. é paraibano. *(Risos.)*

Passo a palavra ao Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Boa tarde, Sra. Presidente, Sr. Relator.

Queria cumprimentar a Ministra Simone Tebet e parabenizá-la não só pela sua exposição, mas também pelo trabalho que já apresentou e já fez no Plano Plurianual, percorrendo o País, ouvindo as pessoas, os movimentos sociais e todo tipo de opinião, para construir um plano que, de fato, represente as metas que o nosso País vai cumprir ou procurar cumprir nos próximos 4 anos. Eu acho que isso é muito importante.

Mas eu queria dizer aqui que, de fato, nós vamos ter um desafio nesta Comissão, que é compatibilizar o Orçamento com essa meta fiscal, a meta fiscal de déficit zero. E esse desafio não vai ser só da Comissão Mista de Orçamento, mas de todo o Congresso Nacional, porque temos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que tratar evidentemente também da justiça tributária. O Governo vai encaminhar para esta Casa projetos que buscam reduzir a injustiça tributária, pela qual 0,01% dos mais ricos deste País, ou seja, 20 mil pessoas, pagam a metade de Imposto de Renda percentualmente do que paga a classe média. Então, é uma disparidade total. Nós precisamos corrigir isso e, dessa forma, garantir a arrecadação, para que possamos cumprir o Orçamento.

Então, Ministra, parece-me que o desafio vai ser grande. Vamos debater muito. Vamos precisar de muitas informações, não só do seu Ministério, mas também da Receita Federal, para chegar a medidas que configurem essa justiça tributária.

Ao mesmo tempo, devemos tomar medidas aqui para fazer valer decisões da Justiça, que já estabeleceu a questão das isenções tributárias, e também do CARF, medidas que podem garantir a arrecadação e o cumprimento dessa que é a meta proposta pelo Governo. Logicamente, a partir desse resultado, desse debate, é que nós vamos fazer a avaliação efetiva da meta fiscal. Então, primeiro, gostaria de dizer isso.

Em segundo lugar, gostaria de debater com o meu companheiro e colega Relator. Quero dizer que o aumento do salário mínimo foi em maio — em maio. E esse aumento foi de 18 reais. Eu não posso imaginar que os Prefeitos façam greve porque aumentou o salário mínimo em 18 reais. O problema é muito mais profundo. O problema é que existe uma redução da arrecadação causada pela redução da economia, por conta da taxa de juros absurda que o Banco Central mantém, em níveis estratosféricos. Vou repetir aquele chavão: o remédio, quando é demais, vira veneno. E o que nós estamos vendo é uma taxa de juros venenosa, que está levando o País à paralisia.

Portanto, eu quero dizer, Relator: não vamos culpar o salário mínimo que é pago a milhões de pessoas que ganham muito pouco neste País. Nós precisamos equilibrar a renda neste País. Nós precisamos garantir a melhoria do salário mínimo e, logicamente, nos preocupar também com as Prefeituras. De forma nenhuma nós temos que ser irresponsáveis. Mas vamos olhar para a economia como um todo. Vamos garantir o aumento da atividade econômica. Vamos garantir a dinamização da nossa economia nacional, para que o Brasil realmente garanta a justiça social e possamos avançar.

Então, quero agradecer. Vamos debater muito, Deputado Danilo.

Parabenizo mais uma vez a nossa Ministra.

Muito obrigado.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - Sr. Presidente, como eu fui citado e houve uma incompreensão pelo nobre amigo Deputado Carlos Zarattini...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em nenhum momento, eu responsabilizei o salário mínimo pela questão dos Municípios. Mas nós estamos discutindo o Orçamento do ano que vem. No Orçamento do ano que vem, há um ganho real em cima do salário mínimo que é projetado para o ano que vem.

Eu defendo um salário mínimo que realmente seja o mínimo para dar sustento e dignidade às famílias. Inclusive, nós tivemos um problema no ano passado. Eu defendia o Bolsa Família, que naquela época se chamava Auxílio Brasil, de 600 reais, e V.Exas. eram contra renová-lo, atualizá-lo naquela época. Depois é que vieram atrás. Então, não é por aí que nós vamos fazer o debate. Vamos fazer o debate com seriedade.

O que eu fiz foram questionamentos para que a Ministra do Planejamento pudesse explanar como nós vamos fazer o enfrentamento. Eu não estou condicionando nenhuma situação atual com relação à crise atual. Eu estou discutindo como nós vamos construir o Orçamento de 2024, não é só a questão do salário mínimo. Há várias questões que precisam ser discutidas. Por exemplo, no Orçamento também tem que haver a previsão do que estavam falando ali: a questão dos servidores públicos federais. O aumento está em 1% só, e 1% não atualiza nem a inflação para o ano que vem. Eles têm razão também em querer aumento, os servidores públicos federais. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Boa tarde a todos e a todas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Relator, Deputado Danilo, Ministra Simone Tebet, Secretário Paulo e os demais da equipe.

Dando continuidade à nossa reunião, tem a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Sra. Ministra, Sr. Relator, Sr. Presidente, nobres colegas, vamos à questão das emendas de bancada. Esta Casa faz o PPA. Nós, em nossos Estados, andamos por todas as regiões — como eu faço no Tocantins, os demais fazem em outros Estados do Brasil. Fazemos o PPA, definimos prioridades. Essas prioridades, na Câmara, vão para as Comissões — Comissão de Educação, Comissão de Saúde e todas as demais. Nas Comissões, colocam-se as prioridades. Isso vem para a CMO. No ano passado, estava na CMO e fui Relator Setorial do MDR. Vêm as emendas de bancada e de Comissão. Votamos. Vai para o Relator-Geral, que pode acatar nossas emendas. Vai para o Plenário desta Casa, que vota. Já estamos no mês de setembro, e até agora não se fala em emendas de bancada aprovadas por todos os Parlamentares. Não se fala nada. Os Ministros estão aí. Ninguém sabe para onde vai, o que se vai fazer com essas emendas de bancada em áreas como saúde, educação, estradas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lá no Tocantins, eu, o Deputado Vicentinho e a Senadora Dorinha nem podemos mais falar em BR-010, em BR-235, para não apanhar da população. Todo ano nós apresentamos emendas — infelizmente não é de agora —, e o investimento é zero.

Eu gostaria — tenho certeza de que, com o Deputado Danilo, o nosso Relator, nós podemos tentar fazer isso — que até essas emendas do PAC fossem impositivas em alguma porcentagem. Digo isso porque fui o Relator para as emendas impositivas em 2015 nesta Casa, junto com o Deputado Danilo e o nosso querido Senador Marcelo Castro, que é o papa do Orçamento e nos ajudou a construir, assim como diversos outros Parlamentares, principalmente os dos Estados pequenos, um acordo para fazer uma divisão igualitária, para que se dividisse 1% da Receita Corrente Líquida para os Estados mais pobres, da mesma forma que para São Paulo e Rio. Eles tentaram nos pegar, mas nós não deixamos, porque, lá no Senado, o mesmo peso que têm Tocantins e Acre têm São Paulo e Rio. Aí nós conseguimos fazer essa divisão igualitária para todos os Estados. É nesse sentido que eu gostaria de pedir mais serenidade quanto às emendas de bancada. Senão, não vai adiantar nada ser indicado Relator Setorial. Se não houver obrigatoriedade, meta e prazo a serem cumpridos, de que vai adiantar eu ser de novo Relator Setorial? Os meus colegas falam: "*Não adiantou nada, Deputado Gaguim*". Não sou só eu que penso assim, outros Parlamentares também. Eu gostaria que fosse dada atenção a essa questão.

Queria pedir atenção também para o funcionário público. Quando eu fui Governador do Tocantins, tive a oportunidade de pagar um dos melhores salários do Brasil para os funcionários do Estado em diversas categorias. Tem que se colocar, sim. O funcionário público toca a máquina deste País com respeito e com carinho. Então, nós vamos votar com o funcionário público, que tanto ajuda este País. (*Palmas.*)

O Tocantins, em 2009 e em 2010, cresceu mais do que todos os Estados do Brasil. Nós crescemos 9,2% do PIB. Mato Grosso, que foi o segundo, cresceu 3,6% do PIB. Foram os funcionários públicos que ajudaram a construir, a fazer a máquina andar.

Deputado Danilo, estou com V.Exa. nesta Comissão, juntamente com o Deputado Vicentinho Júnior, a Senadora Dorinha, o Senador Irajá e o Senador Eduardo Gomes. Do Tocantins somos cinco, e vamos trabalhar unidos. Já estou em contato com os Relatores Setoriais, para, junto com a Presidente, fazermos um orçamento que possa realmente acontecer, não um Orçamento de faz de conta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Obrigado, Deputado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com a palavra o Deputado Vicentinho Júnior. Logo após, vamos passar a palavra à Ministra, para as respostas.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Obrigado, Presidente.

Primeiro, dou as boas-vindas a nossa Ministra Simone Tebet. Eu fico encantado em vê-la. Depois de ouvir brevemente o Deputado Danilo, tenho certeza de que ele é a pessoa certa, no momento certo, para relatar a nossa importante LDO, com firmeza, conhecimento e um bom jogo de cintura dentro do Congresso Nacional.

Agora há pouco eu dizia ao Deputado Carlos Henrique Gaguim e ao pessoal do nosso do Tocantins que não basta a matéria ser meritória, nós temos também que encontrar ou que criar o momento apropriado para apreciá-la e votá-la.

Ministra, eu ouvi com atenção seus números. Acho que a senhora tem bastante conhecimento do tema. O que motiva esta minha fala, muito curta, muito sucinta, é apenas fazer uma pequena correção. A senhora disse que tem aproximadamente 1.200 ações orçamentárias a servir às descrições de destinações de emendas pelo Congresso Nacional, Senado e Câmara.

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Ações totais?

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Ações totais. Acho que é pouco. Acho que há muitos desencontros aí, num Brasil continental.

Como foi bem colocado pelo Deputado Gaguim — eu não pude estar presente na ocasião da sua ida ao Estado, Ministra, mas acompanhei o que foi tratado —, tomara que o debate vire, de fato, ações concretas para o Tocantins. O Tocantins, por estar no coração do Brasil, tem algumas necessidades, como a ponte entre Filadélfia e Carolina, no Maranhão; como a BR-235, para ligar o Estado do Tocantins ao Estado do Maranhão; como a finalização da Ponte de Xambioá, que, diga-se de passagem, o que tem até agora de recurso orçamentário é dotado única e exclusivamente pela bancada do Tocantins — precisa ser finalizada esta importante obra, que vai ligar o Tocantins ao Pará, e para isso é necessário que haja alocação de recursos por parte do Governo Federal. Nós também temos necessidade de um cinturão de ligação da BR-242, que vem desde o Estado da Bahia, passa pelo Tocantins e chega ao Estado do Mato Grosso, onde a Ilha do Bananal, ao invés de unir dois Estados importantes, Mato Grosso e Tocantins, nos separa por uma reserva ambiental. Aliás, consta que atrapalha as questões ambientais a confecção da travessia urbana da Ilha do Bananal.

Mas o que me preocupa, Ministra... Eu posso esperar. Eu espero, porque não sei falar sem olhar nos olhos. Eu espero o tempo necessário.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Preocupou-me um pouco ver, ontem, na Comissão de Minas e Energia, o Ministro Alexandre Silveira falar da dificuldade que teve para publicar o decreto da CFEM, o Decreto nº 11.659, de 2023, que, numa gestão criativa, é mais uma fonte de receita, como aqui foi bem colocado pelo Deputado Danilo Forte. Eu já tinha visto categorias em greve, outras tais, mas não Prefeito. Sexta-feira agora, tivemos uma reunião em Tocantins para tratar com os 139 Municípios do Estado. Se eles fossem empresas, se tivessem CNPJ, estariam fechando as portas e entregando as chaves, mas, como têm o dever constitucional de levar o mandato até o fim, estão seguindo, a duras penas.

Eu questionei seu colega Ministro Alexandre: por que a CFEM demorou tanto tempo? Até o momento, ele só havia criticado o Governo passado. Eu dizia: veja que herança boa! Fui Relator da MP 1.133, que nos deu condição de realocar recursos da taxa CFEM para quase 2 mil Municípios. Isso foi aprovado em dezembro do ano passado e publicado sexta-feira passada. Ainda querem mais 2 meses para a frente. A Ministra Esther botou dificuldades técnicas, por isso eu peço a sua solidariedade, Ministra. Vem colocando dificuldades inclusive para uma agência importante, a ANM, que ajuda na arrecadação para o Governo Federal, mas hoje tem depreciados os seus quadros funcionais. Dois dias da arrecadação oficial dessa agência seriam suficientes para pagar a estruturação do seu quadro de funcionários técnicos. Mas o Governo Federal, na pessoa da Ministra Esther, que convença o Ministro Alexandre. Eu acho que a senhora também tem uma certa ascensão sobre isso e pode ajudar. Ora, se estamos com dificuldade de arrumar dinheiro por um lado, temos esse dinheiro por outro. Vamos fomentar a ANM! Vamos dar musculatura para uma agência importante. E vamos fazer com que a CFEM chegue a mais 2 mil Municípios brasileiros. Com diálogo, esse tipo de gestão criativa pode ser feito. Com a dificuldade que estamos vendo aí, ficam sugerindo que essa discussão seja feita na peça orçamentária, na LDO do ano que vem! Brasília está pedindo tempo para um Brasil que não tem tempo, esta é a verdade. Nós temos que encontrar soluções agora, soluções para ontem, senão a máquina vai parar. O tempo que o Brasil podia esperar de Brasília já passou faz algum tempo. Então, ações criativas, feitas com bom diálogo, com bom entendimento, simples conversas como esta são capazes de gerar alguma solução que amenize a situação na ponta, nos rincões, nas aldeias, nas comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais, que é onde o brasileiro se encontra. Está na hora de pararmos um pouco de fazer reunião, e de fato trazermos algumas soluções de momento para um Brasil que precisa de soluções de momento.

A sugestão que eu trago hoje é esta: um diálogo para tratar da CFEM, de uma fonte de receita para os Municípios brasileiros que está à disposição e depende apenas de uma sentada da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ministra do Planejamento com a Ministra Esther e com Ministro Alexandre Silveira. Isso vai ajudar a solucionar o problema de 5.670 Municípios brasileiros.

Um economista me contou que dinheiro não acaba, Ministra, dinheiro muda de mão, e às vezes, na gestão pública, muda de prioridade. Eu custo a entender, como aqui foi colocado, que o aumento de 18 reais no salário mínimo quebrou o Brasil. Prefiro acreditar que, com a alteração na prioridade das políticas públicas, o recurso não está chegando à ponta. Porque até o ano passado Prefeito não reclamava de receita vinda de Brasília, e de alguns dias para cá a coisa mudou um pouco. É preciso ver qual é a prioridade, para que de fato os recursos alocados em Brasília cheguem aos quatro cantos do nosso Brasil.

Era só isso, Ministra.

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Eu acho que o segundo bloco mostrou quão complexo é o problema orçamentário e a situação que o Brasil vive. Eu vi aqui de tudo. Vi, num sistema binário, zero e um, zero e um, zero e um, ou seja, alguns cobrando, e corretamente, responsabilidade fiscal, no entendimento soberano de que cada Parlamentar tem uma posição específica sobre economia, cobrando contenção de gastos, controle de gastos, e outros dizendo que o espaço fiscal está curto e que nós estamos precisando de recursos para obras, ações, políticas públicas eficientes.

Eu gostaria só de abrir um parêntese sobre a situação geral, na condição de quem viveu um pouquinho muito este País nos últimos 30 anos.

Nós saímos de um déficit social imenso, aliado a um déficit fiscal. Aprovamos — fomos nós que aprovamos, eu e a maioria dos Parlamentares aqui — a PEC da Transição que, é verdade, colocou um espaço fiscal de 155 bilhões no orçamento brasileiro, quase metade dele para o Bolsa Família e outros programas sociais. Quando nós estressamos esses números, vemos que quase dois terços deles são para o social e que uma parte menor é para outras políticas públicas. Fomos nós que entregamos a este Governo — digo nós porque éramos Senadores... O Senador Marcelo Castro não foi o Relator da PEC da Transição? *(Pausa.)* Não, foi o Senador Alexandre Silveira, O Senador Marcelo foi o autor. Então, nós Parlamentares apresentamos a este Governo, nós fizemos a escolha de políticas públicas, nós as colocamos no Orçamento, e carimbamos tudo isso através do Orçamento do ano passado — estou começando pelas colocações do Deputado Vicentinho. Quero deixar claro que este Governo está executando o Orçamento do ano passado. Se há algum problema, eu também tenho culpa nisso, porque eu estava dentro do Congresso Nacional. Digo isso para que se entendam as dificuldades e a complexidade atual. E o Orçamento está engessado, porque a PEC da Transição, que injetou 155 bilhões, já veio com destinação





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

específica, fruto do entendimento daquela época do que era necessário e possível. E acho que tivemos a PEC da Transição necessária, que colocou recurso certo no local certo. Eu, particularmente, acho isso. É claro que depois surgiram demandas, que são demandas históricas.

Eu acompanho a questão da Agência Nacional de Mineração desde a época em que eu era Senadora. Nós não conseguimos, em 7 meses, com o Orçamento do ano passado e tendo um teto de gastos... Vamos lembrar que nós estamos sob a égide de um teto de gastos — estávamos, até 15 dias atrás — totalmente furado. Estávamos engessados. O que nos permitiu dar 9% de aumento para o servidor do ano passado para este ano foi a PEC da Transição, e agora, se não aprovássemos o arcabouço, teríamos que tirar 200 bilhões. Foi o Congresso Nacional que, corretamente, aprovou esse arcabouço — um pouco mais restritivo do que nós esperávamos. Digo isto para repor a ideia e poder avançar nas perguntas, mais do que pertinentes, de todos os Parlamentares.

O Deputado Lindbergh deu a resposta. Começa agora um trabalho, dentro do fórum competente, que é a Comissão Mista de Orçamento, de discussão democrática entre oposição e situação, se vamos ou não cumprir meta zero. E essa discussão vai se estender. Eu só preciso repetir que, no Orçamento brasileiro, no Ministério, é aquela questão do "cara, crachá": eu tenho que pedir à Fazenda receitas para cobrir despesas. Ele me apresentou as receitas à luz da legislação vigente, receitas, muitas delas, já garantidas, outras ainda a serem garantidas. A única observação que eu faço a mais — duas ainda virão, e eu não posso aqui mencioná-las — é que, se uma ou outra não for aprovada pelo Congresso Nacional, o Ministro Haddad tem outras cartas na manga, mas, se muitas não forem aprovadas, estaremos diante de outro cenário. No cenário das variáveis de hoje, nós cumprimos meta zero. Se as variáveis se alterarem ao longo do semestre... Eu ouvi a fala do Deputado Danilo, a quem parabenizo: *"Olha, nós não temos pressa em aprovar a LDO, porque a LDO passou a ser peça orçamentária importante, como guarda-chuva, para atender demandas não só dos Parlamentares, mas do próprio Governo"*. Então, ter uma LDO muito bem debatida, discutida e votada lá para novembro é muito importante para nós, para vermos se todas as variáveis serão cumpridas, para vermos o que vamos fazer na alocação, à luz da análise do PLOA que está chegando em 2024, para termos um comparativo, Senador Marcelo, e vermos como vamos definir a questão orçamentária.

O Deputado Lindbergh Farias praticamente falou da meta fiscal, mas lembrou que o Congresso, que nós, a classe política que cobra responsabilidade fiscal muitas vezes busca um espaço orçamentário que não existe quando aprovamos projetos — esta é uma decisão dos senhores que tem que ser colocada na conta — que abrem mais despesas obrigatórias ou





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

discricionárias para o Governo Federal. Então, essa decisão tem que ser tomada pelas senhoras e pelos senhores.

Sobre o que perguntou o Deputado Carlos Zarattini, eu respondi. Há variáveis. O CARF vai ser aprovado? Nós vamos aprovar as loterias e as *offshore*? Vamos taxar os super-ricos? Vamos aprovar duas medidas que ainda virão? Teremos dividendos ano que vem? Não teremos dividendos? Tudo isso tem que ser colocado, para que, de forma soberana, os senhores discutam a questão da meta fiscal.

Eu respondi parcialmente à colocação do Deputado Gaguim sobre as emendas. Repito: nós estamos trabalhando com o Orçamento aprovado pelo outro Governo e por nós. Ali, as emendas impositivas são as emendas individuais e as emendas de bancada. As emendas de Comissão deste ano são discricionárias, e lembro que nós temos um teto de gastos. Não se trata de querer ou não querer pagar, mas de definir o que é prioridade. E mesmo com as prioridades nós estamos tendo dificuldade, porque, repito, estamos diante de uma complexidade orçamentária e tributária muito grande. Estamos diante de uma regra fiscal que não se sustenta — agora foi que chegou o arcabouço —, e temos demandas sociais correntes, diárias, entre elas a que foi apresentada pelo Deputado Gaguim, referente às emendas de bancada, que não saem. Mas, repito: dentro do Orçamento, dentro da regra que nós temos, essas são despesas discricionárias. Nós temos uma demanda social muito grande, e estamos esticando esse cobertor da forma como podemos.

Eu anotei tudo, e o que não é só da minha alçada será entregue para a JEO e será entregue para o Ministro da Fazenda.

Por fim, só para complementar a resposta ao Deputado Vicentinho, que falou especificamente sobre a ANM e a CFEM, volto à questão do orçamento restritivo. Nós estamos engessados, e, até para discutir de que forma virão essas emendas de Comissão, nós dependemos dos 32 bilhões de despesas condicionadas. Se essas despesas condicionadas não forem aprovadas, teremos que retirar 32 bilhões de despesas consideradas discricionárias, e poderemos com isso arranhar inclusive emendas discricionárias — não as impositivas. Os senhores verão que nós vamos trazer o carimbo. Nós vamos ter que colocar no carimbo despesas condicionadas. Não há outro lugar. Nós buscamos tudo. Deixamos por fim o Bolsa Família, mas vamos carimbar uma parte do Bolsa Família. Digo isto só para que os senhores entendam as dificuldades que nós temos hoje.

Já estou encerrando. Sei que há mais uma só leva. Repito, porque alguns vão sair, que eu acho que este é o início de um bom diálogo que o Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Gestão, a Casa Civil, a equipe econômica, de modo geral,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

começa a ter com a CMO. Este é o foro competente. Não pensem que não estamos levando em consideração todas as demandas e pedidos. Isso entra no nosso radar justamente para entendermos o sentimento da Casa, que é o sentimento popular, e assim possamos avaliar inclusive as possíveis alterações que se deem na LDO e na LOA, que vai ser entregue na sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Obrigado, Ministra.

Os próximos oradores são o Senador Marcelo Castro, o Deputado Cesar Souza, o Deputado Wilson Santiago e o Deputado Alencar Santana.

Com a palavra o Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (MDB - PI) - Quero cumprimentar a todos e parabenizar a nossa Ministra, a Senadora Simone Tebet, que se manteve, como sempre, com o seu brilhantismo ímpar. E faço um cumprimento especial ao meu amigo Deputado Danilo Forte, competente e dedicado Parlamentar, que orgulha não só o povo do Ceará, mas o povo brasileiro.

Direi poucas palavras. Quando o Governo Lula assumiu seu primeiro mandato, Deputado Mauro Filho, o dólar estava próximo de 4 reais; quando ele saiu, no final do mandato, o dólar estava abaixo de 2 reais. Aquele foi um período de declínio do dólar. Vi que alguns estudos mostram que, quando o dólar está caindo, o país tem um crescimento sustentável; quando o dólar está subindo, o país tende à recessão. Em todas as previsões feitas pelos economistas quando o dólar está subindo, se dizem que o país vai crescer 3%, ele só cresce 2%; se dizem que vai crescer 2%, só cresce 1%; se dizem que vai crescer 1%, não cresce. O contrário ocorre quando o dólar está caindo. O que ocorre hoje? Há um excesso de poupança na China e nos Estados Unidos, em função da pandemia, e há uma constatação de que o dólar está superapreciado em relação a todas as moedas do mundo. Os economistas estão antevendo que haverá internacionalmente uma queda do dólar, diante de todas as moedas, entre elas o real. Acresça-se a isso que o Brasil vai ter este ano um superávit da balança comercial que nunca houve igual, de 75 bilhões de dólares. Esses 75 bilhões de dólares que entrarão na nossa economia serão uma verdadeira enxurrada de dólares, e tudo isso levará a uma diminuição no valor do dólar. Conclusão: segundo os economistas — lembro que eu sou psiquiatra (*risos*) —, nós vamos ter uma queda progressiva do dólar, um aumento progressivo da bolsa, uma queda da inflação e um crescimento sustentável do Brasil.

Aí os críticos do Lula dizem: "*Esse Lula tem sorte*". Tem mesmo, porque, na primeira vez, foi o *boom* das *commodities* um dos grandes causadores do crescimento sustentável, e agora há





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

esse quadro internacional, que se prevê que também ajudará. Mas nós estamos fazendo a nossa parte. Qual é a nossa parte? Garantir o superávit da balança comercial e o arcabouço fiscal.

Ministra, esse arcabouço foi um gol de placa. Quando o Governo Lula começou, qual era a posição do mercado, Deputado Mauro Filho? Foi feita uma pesquisa na Faria Lima, e 90% dos empresários disseram: *"Ah, vai haver inflação descontrolada, desequilíbrio fiscal, gastança desenfreada..."* O arcabouço fiscal acabou com tudo isso, de uma maneira muito mais inteligente, que não comprime os investimentos, como comprimia o teto de gastos. Nós vamos ter, em função da PEC da Transição, que nós aprovamos, um investimento razoável no País. Se crescer muito, vai crescer também o investimento. Se crescer pouco... Mas de qualquer forma vamos ter investimento.

Dito isso, digo, em tom de brincadeira, que goleiro e Presidente é melhor que tenham sorte. Parece que esse Lula tem sorte mesmo. *(Risos.)*

Para concluir, quero chamar a atenção do meu amigo Deputado Danilo Forte para a emenda que nós aprovamos no Senado. Deputado Danilo, o que ocorre? Aqui nós aprovamos, e isto estava correto sob o teto de gastos, que nós apuraríamos a inflação de julho a junho, porque, quando viesse a peça orçamentária em 31 de agosto, já saberíamos exatamente como calcular o Orçamento do ano que vem. Depois mudamos o período para janeiro a dezembro, e depois voltamos para julho a junho. Só que este julho a junho, agora, desta vez, tem uma distorção. Que distorção é essa? A PEC Kamikaze — assim apelidada pelo Paulo Guedes —, que nós aprovamos em junho/julho do ano passado e que levou a uma queda abrupta da inflação, o que não é normal no Brasil. Nós tivemos 2 meses de deflação. Tivemos 3 meses de deflação — V.Exa. me corrige. Quando apuramos a inflação de julho a junho, o Brasil vai ter uma inflação este ano de 3%. A inflação deste ano é de 3%? Não. Vai ser de 5%, de 4,8%, de 4,9%. Então, se nós não aprovarmos o que aprovamos no Senado — está agora na mão de V.Exa. —, nós vamos perder um investimento porque estamos calculando erradamente, sem levar em consideração um fator episódico que não reflete a verdadeira inflação deste ano.

Contando com o espírito público e com a boa vontade de V.Exa., eu lhe faço o apelo, para incluirmos na LDO essa decisão, em favor do Brasil e dos investimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - O Deputado Alencar Santana fez permuta com o Deputado Sergio Souza.

Com a palavra o Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Obrigado, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quero cumprimentar o Relator, os demais colegas, a Ministra Simone Tebet, a quem parabenizo pela exposição de hoje e por todo o trabalho que realiza.

Agradeço ao nosso colega Sergio Souza a permuta.

Ministra, eu acho que a equação está fácil, muito fácil, se de fato colocarmos os pontos e agirmos para resolvê-los.

Primeiro, nós estamos num processo de reconstrução do País. É o *slogan* do Governo: *União e reconstrução*. E, no processo de união, o diálogo tem que ser feito com todo mundo nesta Casa. O Relator Danilo Forte, por exemplo, falou sobre os servidores, corretamente. Isso é importante. Ele tem o nosso apoio. Falou também de outros investimentos que são necessários.

Ministra, eu a parabenizo também pelo processo do PPA Participativo, por ouvir a sociedade, suas contribuições.

Mas por que eu digo que está fácil? Se o Relator e alguns outros colegas Deputados entendem que nós devemos garantir esse processo de reconstrução e investir em áreas que, infelizmente, perderam investimento nos últimos anos, como educação, cultura, saúde, PAC, os servidores, que ficaram ao longo desse tempo sem sua reposição salarial, isso significa que nós temos duas saídas muito lógicas. A primeira é aprovar algumas medidas que garantem o aumento da arrecadação do Governo. É preciso fazer com que as pessoas que devem contribuir de fato contribuam. Isso é simples, isso é lógico, Deputado Danilo Forte. Nós falávamos há pouco, e já tínhamos falado em outra ocasião, sobre o Piketty, que defende isso. V.Exa. disse que gosta da leitura dele, das ideias dele. Isso é muito lógico. Agora, se não fizermos isso para garantir o processo de reconstrução e os investimentos necessários, o que nós vamos ter que fazer? Alterar a meta fiscal. O Governo busca uma meta fiscal, uma responsabilidade fiscal e social, para dar ao País um sinal econômico de responsabilidade. Agora, se queremos também garantir os investimentos, é preciso aprovar, de maneira correta, as medidas que vão permitir essa reconstrução. Se isso não for feito, nós vamos ter que fazer um debate, de maneira tranquila e fraterna, sobre a meta. O Deputado Lindbergh também se manifestou nesse sentido.

Acho que a equação é muito lógica e muito simples. Nós só temos que decidir o que nós queremos. Eu quero a reconstrução do País. Eu quero que aqueles que devem contribuir sejam tributados. Assim nós vamos facilmente garantir a meta fiscal e os investimentos necessários. Basta a decisão deste Congresso.

Estamos à disposição para o debate. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Obrigado, Deputado.

O Deputado Sergio Souza tem a palavra.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/MDB - PR) - Cumprimento o Sr. Presidente, a Sra. Ministra Simone Tebet, o meu caro amigo Danilo Forte, Relator da LDO.

Deputado Danilo, eu assino embaixo do que disseram o Senador Marcelo e outros colegas. Conheço V.Exa. há alguns anos, desde quando V.Exa. pertencia ao meu partido, o MDB. Somos conhecedores da sua capacidade. Nós conhecemos o seu trabalho. Ninguém seria melhor para relatar esse importante projeto para o Brasil.

Não é diferente com V.Exa., Ministra Simone. Na sua fala, no dia a dia da sua atuação no Ministério, nós percebemos o quão preparada V.Exa. é, o foco que tem nas causas que defende, o conhecimento profundo que demonstra quando faz essa explanação sobre o PL de Diretrizes Orçamentárias, que não é simples. V.Exa. mesma nos diz que está vindo ao Parlamento um Orçamento com 800 páginas. Não temos nenhuma dúvida de que V.Exa. tem conhecimento detalhado de tudo que está acontecendo.

V.Exa. fala da importância da reforma tributária. Eu ouvi muitos colegas aqui falar da arrecadação. Nós acabamos de aprovar aqui na Câmara dos Deputados e já está no Senado a reforma tributária, com o intuito de cobrarmos menos impostos, mas de otimizarmos a arrecadação, porque sabemos do tamanho da sonegação e também sabemos do tamanho da discussão que tem isso no CARF. Aprovamos aqui também — acho que hoje se aprova no Senado — a Lei do CARF, para efetivarmos a arrecadação. Aprovamos a PEC do gasto, o arcabouço fiscal, uma série de ações para efetivar a arrecadação. Agora, há algo necessário e que nós precisamos debater neste Parlamento: a reforma administrativa. Precisamos avançar na reforma administrativa, porque não se trata só de buscarmos mais receita, também temos que ordenar as nossas despesas. O que os Prefeitos estão fazendo hoje, no Brasil inteiro, não é diferente no Estado do Paraná. Houve uma queda significativa das receitas, principalmente de ICM e de FPM. Estão dizendo que em alguns casos chega a 30% a queda no FPM em comparação com o mesmo mês do ano passado. Mas, se nós temos uma projeção de crescimento de PIB de 2,3%, como disse o último *Boletim Focus*, como é que está caindo a arrecadação nas transferências constitucionais obrigatórias aos entes federados? Nós precisamos olhar isso com atenção. Eu acredito que V.Exa. deve estar sendo demandada pelos entes federados a dizer o que está acontecendo nas transferências constitucionais.

Agora, cara Senadora Daniella, com algo eu concordo. Concordo com todos que disseram que o juro é caro. Acho que talvez esse seja hoje um dos grandes cânceres do nosso País. O juro é caro não só para o cidadão brasileiro, não só para os investimentos, mas também para o Estado brasileiro. Eu deixo a minha única pergunta a V.Exa.: qual é o valor da dívida brasileira e quanto é





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que nós vamos colocar dentro do Orçamento para rolagem da dívida e para pagamento dos juros da dívida? Nós sabemos que grande parte, que quase a totalidade disso é fixado na SELIC, de treze e pouco. Quanto isso ocupa do Orçamento? Imagine se nós não tivéssemos estabelecido lá atrás o teto de gastos! Se nós não tivéssemos aprovado, Deputado Mauro, o teto de gastos lá atrás, qual seria o tamanho da nossa dívida hoje? Quanto ocuparíamos a mais no Orçamento para pagar essa dívida? Será que ter déficit é algo prudente? Será que no futuro não vai custar mais caro ao contribuinte brasileiro o déficit gerado? Eu sei das dificuldades, pelo tamanho das propostas e programas de governo que foram sabatinadas nas urnas e foram vencedoras. O Estado brasileiro precisa disso.

Para concluir, cara Ministra e Sra. Presidente, faço um apelo: nós precisamos refazer a reforma administrativa e dar dignidade a todos os servidores, valorizar o País... *(Apupos.)*

Quero concluir a minha fala, Sra. Presidente.

A reforma administrativa não quer dizer menos direitos aos servidores, que estão aqui se manifestando. Ela pode até mesmo significar salários maiores...

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Vou pedir a gentileza de todos, para que Deputado possa concluir a sua fala.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/MDB - PR) - A reforma administrativa pode garantir salários maiores, mais justos, pode garantir previdência, ela pode garantir um Estado maior, inclusive, em favor da sociedade brasileira. Talvez alguns pontos já não tenham mais função dentro do Estado e a iniciativa privada possa assumir, como está fazendo no Estado do Paraná, onde vão concessionar mais de 3 mil quilômetros de rodovias federais e estaduais. O povo paranaense é que vai pagar para trafegar, e não será mais o Estado a cuidar da manutenção das estradas.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado.

Falará agora o Deputado Wilson Santiago. Logo depois, o Deputado Mauro Benevides Filho. Estão encerradas as inscrições.

Tem a palavra o Deputado Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Presidente Daniella, Sra. Ministra Simone, Sr. Relator Danilo Forte e demais integrantes da Comissão, de fato o momento é preocupante, por tudo que foi relatado aqui hoje e em todos os outros dias, nesta Comissão e fora dela.

A arrecadação caiu, ou está caindo, pelos motivos que todos nós já conhecemos. Isso leva a uma preocupação muito grande com a execução orçamentária deste ano e também do próximo





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ano. Nós precisamos priorizar o Orçamento e levar em conta aquilo que de fato é prioridade. Esses programas sociais são prioritários, o apoio ao pequeno e ao médio produtor também, à microempresa e à pequena empresa, o reajuste do salário mínimo... Enfim, de muitas prioridades ninguém pode abrir mão, mas nós precisamos, Ministra, ter certos cuidados.

Uma interrogação muito grande, que precisamos esclarecer muito melhor para a sociedade brasileira, é esse excesso de juro da dívida. (*Palmas.*) Nós pagamos 40% da dívida do Brasil... da arrecadação brasileira, com juro da dívida interna. Isso é um verdadeiro absurdo! Nós temos, sim, que ter um certo cuidado com aumento de SELIC. Tudo isso é aumento de dívida e tudo isso sacrifica todos os setores produtivos, especificamente aqueles que precisam do apoio do Governo. Então, temos muitos pontos a discutir.

Eu sei que o dia de hoje já está esgotado para todos, mas nós iremos, ao longo dos futuros dias, discutir muito esses assuntos, especificamente esse ponto do juro da dívida no Brasil, porque, desta forma como ele está, não vai ficar um tostão para nada, tudo vai para pagamento de juros de dívida. Ninguém pode concordar com isso aqui no Brasil. Resultado disso é excesso de juro. Quem paga a conta dessa SELIC lá em cima, com certeza, é o menor, é o setor produtivo, é aquele que precisa do apoio do Governo. Sofre todo mundo, e, por sofrer todo mundo, todos nós pagamos a conta.

Era só isso, Sra. Ministra.

Parabenizo V.Exa. pela exposição do dia de hoje. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Com a palavra o Deputado Mauro Benevides Filho.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Sra. Presidente, muito obrigado pela deferência.

Ministra Simone Tebet, esta Casa, como V.Exa. deve ter percebido, sempre lhe tem a maior atenção e sabe do seu envolvimento. Todas essas colocações são muito justas. É com isso que eu queria iniciar minhas palavras. E os colegas que a acompanham, que a auxiliam, como Paulo Bijos e Sérgio Firpo, com certeza vão aprimorar ainda mais o conhecimento que V.Exa. já demonstrou.

Eu tenho que cumprimentar meu colega de bancada, Presidente Daniella. Quando eu era pequeno, eu ouvia falar no Deputado Danilo Forte, que já era uma liderança lá do nosso Município, do nosso Estado.

Eu percebi aqui todo mundo preocupado com a despesa primária. Aqui só se fala em 5 bilhões, no problema que vai ser aumentar de 7 para 12... O Congresso Nacional não tem





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

coragem de imputar regra para a despesa financeira. (*Palmas.*) Para a despesa primária temos a Lei nº 4.320, de 1964, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Emenda Constitucional nº 109, de 2021, a regra de ouro, mas o Congresso Nacional está proibido pelo sistema financeiro de aplicar qualquer regra que possa pelo menos dar outro balizamento à despesa financeira. E, obviamente, não só a Ministra Simone, mas também o Ministério da Fazenda têm que entrar nessa discussão, senão nós vamos fazer um esforço enorme para alcançar resultado primário zero e vamos ter 600 bilhões de juros. Isso não altera em nada a condição brasileira! Vamos continuar drenando 50%, 51% do nosso Orçamento. Isso é despesa financeira, não é despesa primária. Nos Estados Unidos, país mais capitalista do mundo, cuja dívida é financiada pela poupança internacional — gente de fora investe lá, em títulos da dívida pública —, a dívida tem teto. Aqui no Brasil, se alguém falar em teto da dívida, Ave Maria, vão dizer que é calote, que vai dar confusão, que não sei quê.

O que eu estou ponderando é que o Congresso dê transparência a esse pagamento da dívida, ou nós não vamos chegar a lugar nenhum, porque 1% de resultado primário são 100 bilhões, e 100 bilhões não pagam 600 bilhões. Será possível que não dá para fazer uma conta simples para compreender a situação macroeconômica brasileira?

Estas reflexões, obviamente, extrapolam a questão orçamentária, Ministra Simone. Aliás, eu tive o privilégio de ser recebido por V.Exa. para poder compreender essa essência toda.

E mais, Deputado Zarattini, nunca neste modelo em que o Brasil ainda insiste, erroneamente — Deputado Danilo Forte, V.Exa. tem uma clarividência extraordinária —, nunca existiu no Brasil nenhum resultado primário positivo que pagasse o juro da dívida. Basta olhar esses anos todos para ver que há alguma coisa errada.

Hoje, o Congresso Nacional está proibido de pedir informação ao Banco Central. Isso está vetado pela lei da independência do Banco Central. Nós vamos ficar parados? Só mais 5 bilhões de reais para lá, mais 3 bilhões de reais para cá, e 700 bilhões de reais para o sistema financeiro? É preciso refletir sobre o que devemos fazer, senão vamos ficar patinando, a Ministra Simone trabalhando para encontrar as fontes de receita... Esse dinheiro está indo para lá, dos fundos exclusivos, cujo saldo é de 756 bilhões de reais, para 2.489 pessoas... A média de aplicação, por pessoa, é de 303 milhões de reais! Estamos falando do *top do top*, e hoje nem incidência tributária há, nem no come cotas, como há para os outros fundos. Nele não há!

Acho que o Congresso perde muito tempo discutindo só despesa primária, primária, primária... Que bom ter o Ministério do Planejamento de volta! A senhora está dando uma





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

contribuição. A avaliação de políticas públicas, que já foi muito falada aqui, com certeza é fundamental. A senhora vai marcar um tento para o nosso País, marcar um tento muito importante.

Agora, ou vamos discutir a essência, ou o Congresso Nacional vai continuar escravo do sistema financeiro. Ninguém tem coragem de colocar alguma regra para o sistema financeiro nacional.

Agradeço a deferência.

Parabéns, Ministra, pelo trabalho que vem fazendo. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Ministra Simone Tebet, V.Exa. tem a palavra.

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Obrigada.

Eu quero começar agradecendo a oportunidade e a forma generosa, carinhosa, educada, cortês com que sempre sou recebida nesta Casa, em especial nesta Comissão.

O debate foi enriquecedor. Muito mais do que entregar informações, eu levo para a equipe econômica do Governo Federal todas as demandas, todas as preocupações, legítimas, das senhoras e senhores. E quero dizer que eu acho que o mérito todo é da Senadora Daniella, que organizou muito bem a ordem dos Parlamentares. Ela foi encaixando Senadores e Deputados e formou três blocos muito distintos e muito organizados. Puxou a fila o Deputado Sergio, depois passou o Deputado Wilson, e finalmente o Deputado Mauro, que abordou um tema que ainda não tinha sido tratado, as despesas financeiras, a amortização, os juros da dívida, e tudo mais.

Estou com os números aqui, com todas as vírgulas. Mas eu não posso passar isto agora, porque está sendo revisado neste momento o Orçamento, para que seja encaminhado amanhã — aqui estamos discutindo a LDO, e é claro que os senhores conhecem os grandes números. Nós temos em despesas financeiras algo em torno de 2 trilhões e 700 bilhões de reais. Mas, enfim, o que é dívida pública, o que é juro, o que é amortização, o que é refinanciamento, isso eu tenho que entregar amanhã, oficialmente, ao Presidente do Congresso. Então, peço desculpas. Mas nós temos tempo discutir, em qualquer momento, e especialmente com o Ministro da Fazenda, esse tema, que é muito mais da Fazenda. Mas eu faço questão, se for preciso, de estar aqui.

Com tudo isso, quero reforçar duas coisas. Praticamente não houve perguntas, houve colocações, demandas e apelos no último bloco. Encerro dizendo que eu não poderia ser mais feliz no apelo às emendas condicionadas do que foi o meu amigo psiquiatra, que, portanto, entende melhor do que ninguém todos nós, o Senador Marcelo Castro, no seu pedido ao Relator.

De forma muito contundente, quero dizer que estou muito preocupada. Sem as despesas condicionadas, nós estamos falando de cortes em projetos sociais que estão caminhando. Eu vou





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

trazer isso carimbado. Não posso dizer que tudo, mas até parcela do Bolsa Família está carimbada como despesa condicionada. Não estou falando de corte, estou falando de carimbos. Eu não posso carimbar saúde, e eu não posso carimbar educação como condicionada, porque já estou no piso. Praticamente não posso carimbar investimento, porque estou gastando um pouquinho a mais do que o piso que nós colocamos. Então, vem carimbado em 32 bilhões de reais a essência da essência de políticas públicas. Por isso faço um apelo, corroborado inclusive...

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - E foi acordado isso.

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - ...pela fala do Deputado Mauro, que foi um grande defensor do projeto.

Entendo o posicionamento da Câmara e repito o que eu disse no final: não quiseram colocar isso no arcabouço para não ficar perene, permanente, mas, pelo menos nesta LDO, pelas razões expostas pelo Senador Marcelo, é fundamental. A LDO do ano que vem terá outro cenário, o Orçamento se dará em cima de uma previsão de IPC-A muito diferente do primeiro semestre e do segundo semestre deste ano. Este é um apelo que eu faço.

Deputado Sergio, meu querido amigo e companheiro de partido, eu fico muito confortável de ouvir todos os lados, aqueles que olham mais para a responsabilidade fiscal, aqueles que se preocupam mais com compromisso social. E lembro que quem está preocupado com o fiscal está também de olho no social. Como eu sou uma pessoa de centro, para mim o tamanho do Estado não é o tamanho máximo nem é o tamanho mínimo, é o tamanho necessário para atender o povo brasileiro, para colocar comida na mesa do povo, para construir casas populares, para garantir renda, para garantir os investimentos necessários, mas com critérios, sim, com cuidado com as contas públicas, com cuidado com o dinheiro público.

Eu quero acrescentar um ponto à fala do Deputado Wilson sobre o quanto os senhores foram decisivos inclusive para a diminuição da taxa de juros de médio e longo prazo, taxas estas que financiam a rolagem da dívida pública e as nossas políticas públicas. Mas, a cada passo que a Câmara dava, Deputado Sergio, Deputado Zarattini, e Deputado Vice-Presidente, que ficou ao meu lado aqui, a cada passo do arcabouço, diminuía em 0,5 a taxa de juros de médio e longo prazo, que, repito, é a taxa de juros que nós do Governo Federal buscamos para financiar políticas públicas e rolar a dívida. Então, só com o arcabouço, esta medida tão importante para o Brasil, que mostra que este Governo tem responsabilidade fiscal, sim, mas que seu foco é o social, e porque seu foco é o social se preocupa com as contas públicas, só com o arcabouço nós diminuimos a taxa de juros de longo prazo em 2%. Isso não é pouca coisa. Eu tenho aqui os números dos juros, dos encargos, da amortização e do refinanciamento. Vou deixá-los à





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

disposição a partir de amanhã. Não posso deixar hoje porque pode haver alguma vírgula... Cada vírgula destas significa 100 milhões, às vezes 1 bilhão. Então, vou esperar a checagem final.

O Orçamento só vai chegar amanhã, às 16 horas. Eu perguntei à SOF: *"É possível entregar às 14 horas?"* "Não. Às 15h30min estará na sua mão, Ministra." Por quê? Porque, com todo esse novo regramento fiscal no Brasil, eles tiveram que ficar parados, nessa espera que a política, democraticamente, nos impõe.

Sobre reforma administrativa, tamanho de Estado, quero deixar muito claro que esse é um debate que vai ser feito no momento oportuno. Eu, particularmente, tenho a visão de quem deu aula de direito administrativo no Brasil durante 12 anos. Entendo que os verdadeiros problemas do Brasil se resolverão numa reforma que não é necessariamente a reforma aprovada pela Câmara. Acho que nós precisamos melhorá-la, aperfeiçoá-la. Acho que o próprio Presidente Lira tem o conhecimento de que nós precisamos colocar o mundo digital nessa reforma administrativa, o quanto o mundo digital pode colaborar nesse processo. Agora, posso falar como uma pessoa que começou a vida como servidora pública. Fui servidora pública por 6 anos no meu Estado, antes de ter 22 anos de mandato e antes de estar como Ministra. Vejam a idade que eu tenho... Não é que eu tenha muita idade, não. Eu entrei na faculdade com 16 anos e comecei a dar aula com 21. Comecei a trabalhar exatamente aos 21 anos, no serviço público.

Fernando Henrique já fez a reforma administrativa que trata da estabilidade do servidor público. Acho que a verdadeira reforma que temos que fazer é uma reforma mais ampla do Estado brasileiro. Temos que olhar para a qualidade, mas levando em conta aqueles considerados privilégios, que precisamos enfrentar. E temos que fazer isso a partir de uma conversa sincera com o povo brasileiro. É possível cortar, sim. Sabemos que é possível. Mas, neste momento, eu, que sou tida como liberal na economia e que venho pedir espaço fiscal — o mundo está virado mesmo, porque eu venho pedir abertura de espaço fiscal —, quero dizer que tenho uma nítida compreensão. Hoje eu disse ao Presidente Lula: *"Presidente, muito obrigada. O senhor me deu uma oportunidade que poucos brasileiros tiveram"*. Em menos de 1 ano, eu rodei duas vezes o Brasil, não rodei uma vez só, e como candidata com banquinho e microfone, porque eu era o pato manco da história, era o café com leite, então eu não tinha lugar. Coloquei lá na Avenida Paulista um banquinho, peguei o megafone e fui falar para a população de São Paulo. Agora, com a caneta na mão, estou ouvindo a população sobre o PPA mais participativo e moderno da história do Brasil.

Eu acompanho política há muito tempo. Não estou aqui para falar de Governo passado, nem de Governo atual. Eu faço isso fora do Congresso Nacional. Lá fora eu falo mesmo. Aqui, em





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

respeito, eu não vou falar. Vou falar aqui de uma pandemia. A pandemia, seja no mundo, seja no Brasil, causou um estrago econômico, social e mesmo político — vejam os extremismos chegando de ambos os lados à política mundial — que é incalculável. Eu visitei este Brasil como candidata. Eu já tinha visitado este Brasil antes, como Senadora, por 8 anos. Não é fácil, depois de ter visto na minha juventude pessoas buscarem um tomate podre na lata de lixo, na década de 90, voltar agora a ver que, por ene razões, o Brasil voltou para o *Mapa da Fome*. Não é fácil ver que o Brasil, que alimenta o mundo porque produz grãos, tem crianças subnutridas.

Então, diante desse cenário, é necessário entendermos que, para cobrirmos esse déficit social elementar, nós temos que ter a grandeza de alargarmos um pouco os horizontes. Precisamos tirar a nossa miopia — ou colocar um óculos ou colocar uma lupa — para enxergarmos esses números e abrirmos um espaço na área social para minimamente darmos o conforto a quem mais precisa. É diante desse cenário que eu me apresento como Ministra do Presidente Lula, pedindo às senhoras e aos senhores um tempo maior na LDO para construirmos isso juntos.

Eu estou muito feliz, Relator. Quero agradecer-lhe de público, Deputado Danilo, porque não há uma vez que a nossa equipe ligue e que você — vou até chamá-lo de você — não se disponha, em nome desta Comissão, a nos ouvir. Eu sei que esta é uma Casa plural. E, nesta legislatura, ela deu a demonstração de que, quando o que está em jogo é o interesse do País, não há oposição, não há situação. Votou-se o arcabouço fiscal do Governo do Presidente Lula mesmo sendo oposição. Votou-se a reforma tributária mesmo sendo oposição, porque a reforma tributária é de todos nós.

Então, vai aqui o meu agradecimento às senhoras e aos senhores, o meu agradecimento à Senadora Daniella Ribeiro por ter escolhido o Deputado Danilo Forte como o nosso Relator, até porque, como já foi do MDB, ele tem uma fatura comigo, que eu preciso cobrar. Tenho uma nota promissória assinada por ele. (*Risos.*)

É uma brincadeira muito grande de quem já foi colega partidária, mas de quem está aberta ao diálogo em nome de cada um de vocês.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) - A bem da verdade, eu preciso fazer uma retificação e um agradecimento. Agradeço a presença da Ministra e de todos os colegas que participam da Comissão. A retificação é que o Mauro Filho foi meu professor num colégio cearense. Ela inverteu a ordem dos fatores.

Ministra, ele era o meu professor de francês num colégio cearense. (*Risos.*)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Agradeço o comparecimento, nesta reunião tão importante, à Ministra Simone Tebet, ao Secretário de Orçamento Federal Paulo Roberto Bijos, a toda a sua equipe, ao Secretário Sergio Firpo, à equipe técnica, bem como a todos os Senadores e as Senadoras, os Deputados e as Deputadas, à imprensa e a todos os servidores desta Casa.

Obrigada.

A reunião está encerrada.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA NONA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2023.

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados em Audiência Pública para discutir sobre o **Novo Arcabouço Fiscal**, em atendimento ao Requerimento nº 7/2023-CMO, de autoria do Deputado Danilo Forte (UNIÃO/CE), que incorporou o Requerimento nº 1/2023-CMO de autoria do Senador Laércio Oliveira, aprovado na 4ª Reunião Deliberativa Extraordinária, ocorrida em 08/08/2023. Foram convidados os senhores Paulo Bijos - Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO); Marcus Pestana - Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI); Armínio Fraga - Ex-Presidente do Banco Central (BACEN); Jeferson Bittencourt - Ex-Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Economia (STN/ME); Braulio Borges - Pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia (FGV-Ibre); Rogério Ceron - Secretário do Tesouro Nacional do Ministro da Fazenda (MF); Ricardo Alberto Volpe - Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (Conof/CD) e a Sra. Ana Cláudia Borges - Consultora de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal (Conorf/SF), além do Deputado Cláudio Cajado - Relator do PLP 93/2023. Verificou-se a presença dos **Deputados Titulares**: Bohn Gass, Castro Neto, Dilvanda Faro, Geraldo Resende, João Carlos Bacelar, João Leão, José Rocha, Luciano Amaral, Marx Beltrão, Mauro Benevides Filho, Vicentinho Júnior; **Deputados Suplentes**: Átila Lira, Carlos Veras, Daniela Reinehr, Danilo Forte, Júnior Mano e Weliton Prado. Além disso, verificou-se a participação dos **Deputados não-membros**: Camila Jara, Cláudio Cajado, Delegado Caveira, Leo Prates, Prof. Paulo Fernando, Rosângela Reis e Sidney Leite. **ABERTURA**: às dez horas e dezanove minutos foi iniciada a reunião sob a condução do Deputado Danilo Forte (UNIÃO/CE), que comunicou a finalidade da audiência pública e informou que a reunião ocorreria de forma semipresencial com parlamentares e palestrantes participando de forma presencial no plenário e virtualmente por meio da plataforma Zoom. Para melhor ordenamento dos trabalhos, o Presidente em exercício informou que, de acordo com o estabelecido no *art. 15, inciso III, da Resolução nº 01/2006 do Congresso Nacional*, os palestrantes disporão de 10 minutos, prorrogáveis, para sua exposição. Além disso, informou que, de acordo com o *art. 94, §2º e §3º do Regimento Interno do Senado Federal*, os parlamentares presentes poderiam, terminada a apresentação dos convidados, interpelar os oradores exclusivamente sobre o tema da exposição pelo prazo de 3 minutos, tendo os interpelados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 3 minutos. Informou ainda que as apresentações dos convidados estavam disponíveis na página da CMO e abriu a lista de inscrições para o debate. Citou ainda os convidados que participariam remotamente por meio da plataforma zoom, são eles: os senhores Armínio Fraga, Jeferson Bittencourt, Braulio Borges, Rogério Ceron. Em seguida, passou a palavra para ao Ex-presidente do Banco Central, Sr. Armínio Fraga que fez sua explanação. Após, foi dada a palavra ao Sr. Rogério Ceron, Secretário do Tesouro Nacional, representante do Ministério da Fazenda. Para tornar a audiência mais dinâmica o presidente em exercício, preferiu passar a palavra então para o Deputado Cláudio Cajado, Relator do PLP 93/2023, presente em no Plenário, que pôde explicar sobre todo o percurso e negociação até a sanção do Novo Arcabouço Fiscal. O próximo palestrante foi o Sr. Paulo Bijos, Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento que fez sua apresentação. Em seguida, falou o Sr. Marcus Pestana, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente que, presencialmente, fez sua explanação. O Sr. Jeferson Bittencourt, Ex-Secretário do Tesouro Nacional fez também suas colocações e depois o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados, Ricardo Alberto Volpe, fez sua apresentação com o auxílio de slides e recurso multimídia. Posteriormente, a Sra. Ana Cláudia Borges – consultora de orçamento do Senado Federal fez suas colocações sobre o tema e foi concedida a palavra ao último convidado, Sr. Bráulio Borges, pesquisador associado do FGV-Ibre que encerrou as apresentações. O Presidente em exercício fez suas considerações e chamou os parlamentares inscritos. Fizeram uso da palavra os Deputados Bohn Gass (PT/RS), Mauro Benevides Filho (PDT/CE) e Sidney Leite (PSD/AM). Não havendo mais oradores inscritos para debater, o Presidente em exercício passou a palavra ao Sr. Paulo Bijos, Secretário de Orçamento Federal e ao consultor de orçamento da Câmara dos Deputados, Ricardo Volpe que ao pedirem a palavra, puderam esclarecer pontos levantados pelos deputados inscritos. **ENCERRAMENTO:** às doze horas e quarenta minutos, o Presidente em exercício, Deputado Danilo Forte, agradeceu a presença de todos os convidados e encerrou a reunião. Após aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas. **Deputado Danilo Forte, Presidente em Exercício.** XX
 x





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
(REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA (SEMIPRESENCIAL))
Em 12 de Setembro de 2023

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Bom dia a todos e a todas.

Sras. e Srs. Deputados e Sras. e Srs. Senadores, é um prazer, novamente, darmos continuidade ao nosso trabalho aqui na Comissão Mista de Orçamento no que diz respeito à construção da Lei de Diretrizes Orçamentárias em um momento em que há uma aflição e uma preocupação muito grande no Brasil inteiro com relação à questão fiscal. Estamos num momento de dificuldade econômica crescente, pois o País está com uma política de aumento de impostos, juros altos e inflação. Tudo isso se condiciona a uma perda de poder de compra, principalmente por parte da população. Há uma aflição muito grande dos trabalhadores, dos empresários e do povo brasileiro em como se vai buscar recursos para garantir as suas empresas, o seu sustento e a sua dignidade.

Nesse sentido, dentro da programação que fizemos, construímos exatamente um orçamento que seja o mais factível possível, o mais próximo da realidade possível, para que possa garantir a credibilidade necessária, fundamentalmente para a retomada dos investimentos. Acreditamos no fator indutor das políticas públicas, mas sabemos que essas políticas só se consolidam se houver segurança e credibilidade. E a peça mais importante do Parlamento para dar essa credibilidade para a governabilidade é exatamente o Orçamento do País.

Diante dessa preocupação, declaro iniciada a 9ª Reunião Extraordinária de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de atender o Requerimento nº 7, de 2023, da CMO, de minha autoria, aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, que incorporou o Requerimento nº 1, de 2023, da CMO, de autoria do Senador Laércio Oliveira, para, entre outros pedidos, discutir o novo arcabouço fiscal, sancionado no último mês.

Informo que a presente reunião ocorre de forma semipresencial. Pode haver Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares, assim como convidados, participando de forma virtual através da plataforma Zoom.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 15, inciso III, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, os palestrantes disporão de 10 minutos prorrogáveis para a sua exposição.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Conforme estipulado no art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 256, § 5º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, terminada a apresentação dos expositores, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo os interpelados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de 3 minutos.

Informo ainda que as apresentações dos palestrantes, quando houver, estarão disponíveis na página da Comissão.

A lista de inscrição para o debate está aberta aqui na mesa.

Como autor do Requerimento nº 7, solicitei a incorporação do Requerimento nº 1, de autoria do Senador Laércio Oliveira.

Antes de passar a palavra aos convidados, informo que o Sr. Henrique Meirelles, nosso ex-Ministro, enviou comunicado agradecendo o convite e informou que não poderia comparecer à reunião em virtude de outros compromissos inadiáveis.

Informo ainda que participarão virtualmente: o Sr. Rogério Ceron, Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda; o Sr. Arminio Fraga, ex-Presidente do Banco Central; o Sr. Bráulio Borges, pesquisador-associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas; Sr. Jeferson Bittencourt, ex-Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Economia; o Sr. Rodrigo Soares, Professor do INSPER; o Deputado Claudio Cajado, Relator do PLP 93/23, que compõe a nossa Mesa, o nosso querido amigo, que fez um trabalho extraordinário na construção do arcabouço fiscal; o Sr. Paulo Bijos, Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento; o Sr. Marcus Pestana, nosso ex-colega, admirável pelo seu trabalho nos tempos presentes aqui na Câmara dos Deputados, economista e ex-Secretário de Estado de Minas Gerais e Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente; a Sra. Ana Claudia Borges, Consultora de Orçamento do Senado Federal; e o Sr. Ricardo Volpe, Consultor de Orçamento aqui da Câmara de Deputados, que nos auxilia muito na construção dessa peça orçamentária.

Passo a palavra agora ao Sr. Arminio Fraga, ex-Presidente do Banco Central, a quem já agradeço pela participação nesse processo.

S.Sa. vai fazer a sua exposição de forma virtual e, posteriormente, daremos continuidade aos nossos trabalhos.

O SR. ARMINIO FRAGA - Bom dia.

Primeiro, não posso deixar de agradecer um convite tão honroso num momento tão importante para estar aqui em tão competente companhia. Várias das pessoas que vão falar aqui hoje são pessoas que eu acompanho e com quem aprendo muito.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu tenho um roteirinho curto, no espírito, eu acho, da Comissão, do debate. Mas antes eu queria aproveitar e me desculpar, porque eu não vou poder ficar até o final da reunião, em razão de um compromisso que tenho às 11 horas. Eventualmente, poderei ficar mais um pouquinho, mas infelizmente esse será o meu limite.

Eu queria hoje abordar três dimensões que são igualmente importantes na construção de um processo orçamentário que, aliás, vem sendo uma obra importante na nossa economia já há algumas décadas. Foi uma construção — e ainda é —, e eu vejo um caminho de contínuo progresso e aperfeiçoamento. Os três grandes blocos são: a macroeconomia, que aparece mais; depois, a produtividade da economia; e, por último, questões de equidade.

Eu começo pelo lado macro. No lado macro, nós temos tido, de uns anos para cá, uma tremenda dificuldade em observar os elementos básicos da responsabilidade fiscal. É importante que se diga que a responsabilidade fiscal e a sustentabilidade do endividamento público não são um objetivo por si só. A sustentabilidade da dívida é parte necessária de um caminho para a prosperidade do nosso País, que há várias décadas tem tido dificuldade em crescer de forma sustentável e evitar grandes movimentos para trás. Nós tivemos duas das últimas quatro décadas com queda no PIB *per capita*, num País que deveria estar convergindo para os padrões de vida mais elevados do planeta.

O papel macroeconômico de um Orçamento arrumado começa pelo lado da incerteza. Esse vai e vem da economia é extremamente prejudicial ao espírito empreendedor, inovador, em todos os cantos da sociedade, das grandes empresas até o pequeno empreendedor de uma comunidade que opera no mercado informal. Um ambiente de grande incerteza é extremamente prejudicial. E nós, melhor do que ninguém, sabemos disso.

Portanto, com um Orçamento e uma política fiscal bem construídos, o Governo, o Estado, mantém ou recupera, no caso agora do momento em que estamos vivendo, a capacidade de fazer política anticíclica. Eu creio que não está muito distante na memória o que aconteceu em 2008, que foi aquela colossal crise global que atingiu o núcleo do sistema econômico. A economia americana parecia um desespero total, e o Brasil, naquele momento, tinha uma posição forte na área fiscal, pôde fazer política anticíclica, fez política anticíclica, e deu tudo certo.

Nesse contexto, é preciso ressaltar como tem sido importante, e foi importante, reagir à pandemia. Infelizmente, eu sou dos que acreditam que nós estamos caminhando para um ambiente cada vez mais complicado nessa área e é bom estarmos preparados para isso. E essa não foi a única pandemia, pois a ideia de que outras pandemias podem ocorrer é real. Há as grandes tensões geopolíticas do planeta também, bem como o desentendimento entre as duas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

maiores economias do mundo. Tudo isso sugere que o País precisa ter capacidade para reagir a emergências de várias naturezas.

E, por último, mas não menos importante, uma situação fiscal arrumada é o pilar fundamental para a redução das taxas de juros, que é outra tarefa que nós temos. Isso não pode ser feito de maneira voluntarista. Nós já vimos o que acontece quando se faz esse tipo de experimento. Não dá para tapar o Sol com a peneira. Essa construção precisa ser feita.

Nesse sentido, para completar esse bloco macro, eu aplaudo a construção de um arcabouço fiscal. Parecia-me, logo depois das últimas eleições, que as nossas lideranças não estavam tão preocupadas com esse tema; muito pelo contrário, falavam dele às vezes até com raiva. Eu acho que essa virada, capitaneada pelo Ministério da Fazenda, com o apoio importante do Ministério do Planejamento também, foi extremamente bem-vinda. Eu já tive (*falha na transmissão*) no Congresso recentemente de comentar mais ou menos nessa linha.

Acrescento alguns pontos que, a meu ver, merecem atenção neste momento, no que diz respeito à área fiscal. São dois só.

O primeiro: a meu ver, falta um pouco de atenção ao gasto público, aos grandes blocos do gasto público. Eu tenho, nas ocasiões em que me permitem manifestar a minha opinião, externado a ideia de que hoje nos falta, eu diria, prioridade sobretudo. Além disso, acho que há desconhecimento dos grandes desequilíbrios que em algum momento vão ter que ser encarados. Eles incluem revisar o tema da Previdência. As tendências dos números na Previdência são horrorosas. Não dá para esconder isso.

Também há questões que, a meu ver, perpassam os três blocos que eu estou propondo aqui para os senhores, em 10 minutos, que, eu repito, são macro. Nós estamos falando de não haver instabilidade, de haver juros mais baixos etc., de produtividade, que é o meu próximo tema — e não vou entrar nisto —, e das questões de natureza social e distributiva, vamos chamar assim. Então, repetindo, o que eu acho que falta é mais ênfase ao gasto. Nós estamos fazendo um ajuste muito voltado para a arrecadação, e esse desequilíbrio, a meu ver, precisa ser corrigido.

Em segundo lugar, as metas definidas em conjunto, pelo Executivo e pelo Congresso, são muito, a meu ver, apertadas para cumprir, eu sei, mas ao mesmo tempo elas não deixam qualquer margem de segurança. É bom falar em déficit zero, mas nós não podemos nos esquecer de que estamos falando de déficit primário zero, se acontecer, porque não vai ser fácil. Em acontecendo, com muita receita não recorrente, o déficit geral do Governo vai continuar positivo, vai ser um déficit grande ainda, e a dívida vai subir. Isso me parece, infelizmente, um risco que nós não deveríamos correr. Então, isso casa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Rapidamente vou falar sobre os outros dois pontos.

Produtividade. É muito claro e acho que é básico que um orçamento tem missões importantes. Dentre elas eu destacaria, neste momento, a de planejar. Eu sou uma pessoa liberal, mas isso não significa que eu e outros liberais somos contra planejar. Quem é contra planejar é bagunceiro. Isso não tem nada a ver com planejamento soviético, nada a ver. As empresas planejam, e todo o mundo tem que olhar para a frente, tem que ter horizonte para trabalhar. Eu acho que o Orçamento vem dando sinais positivos nessa área. Há sinalização de que elementos plurianuais vão ganhar destaque. Isso é muito bom.

Eu penso que é fundamental também alocar melhor, vamos dizer assim, o escasso capital público que nós temos. Isso também vem tendo destaque nos trabalhos, sobretudo do Ministério do Planejamento. É fundamental, na minha opinião, avaliar tudo o que se faz, é fundamental aprender com os erros, mas também é fundamental aprender com os acertos. Eu acho que nós aqui temos nos esquecido de ambos, ao longo da nossa história — isso não é coisa deste momento só, não.

Por último — e isto está em outro Ministério, no Ministério da Gestão —, falta construir uma área de recursos humanos do Estado mais adequada às nossas necessidades, que seja complementar a esse processo de avaliação e aprimoramento do funcionamento do Estado brasileiro.

Por último, o enorme tema da equidade — e eu já me alonguei demais. O tema da equidade, a meu ver, casa com a minha avaliação de que nos falta foco nas grandes prioridades, de que nos falta definir melhor as grandes prioridades da Nação, os projetos de nação, focá-los e sair um pouco do dia a dia da política, que, obviamente, é de extraordinária importância — ninguém pode ser contra isso —, mas porque eu acho que falta uma visão mais estratégica. Nós temos essa visão de baixo para cima, vamos chamá-la assim, desenvolvida. Ela é bastante importante, vibrante no Brasil — e às vezes até demais —, mas eu acho que falta isso.

Eu vejo que, no que diz respeito à equidade, o meu último tema, nós temos que ter um foco estratégico de longo prazo, tanto no lado assistencial, que sofreu agora, recentemente, eu diria, uma ameaça tola — mexer naquilo, a meu ver, não faria o menor sentido; não é uma área, a meu ver, que deveria estar exposta a tentações políticas, vamos dizer assim —, quanto no que diz respeito à mobilidade social, que, a meu ver, é algo que casa os três objetivos, os três grandes temas do Orçamento. É oportunidade para as pessoas. Nós precisamos ir além das políticas de combate à pobreza extrema, que são importantíssimas, que têm sido um sucesso neste País. Eu acho que o Orçamento tem que priorizar isso também, de uma maneira mais estratégica.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Bem, isso era o que eu tinha a dizer. Acho que eu me alonguei um pouco. Agradeço. Vou permanecer aqui o maior tempo que puder.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, ex-Presidente do Banco Central Arminio Fraga.

Tem a palavra agora o Sr. Rogério Ceron, Secretário do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, por 10 minutos.

O SR. ROGÉRIO CERON - Bom dia a todos.

Na figura do nobre Relator, Deputado Danilo Forte, cumprimento todos os Parlamentares da Casa.

Cumprimento o Deputado Claudio Cajado, que foi um grande parceiro na construção e aprovação do arcabouço fiscal, do novo marco fiscal sustentável. Meus cumprimentos.

Cumprimento o famigerado Arminio Fraga, ex-Presidente do Banco Central e grande especialista em finanças públicas, em economia, que tem dado contribuições ao País ao longo de muito tempo. Meus cumprimentos. Já o parabenizo pelas ponderações, pelas colocações que buscou de fato agregar ao debate de forma construtiva.

Eu vou tentar pegar o gancho das palavras do Arminio Fraga para fazer as minhas colocações. Também vou trabalhar os três eixos — a macroeconomia, a produtividade e a equidade —, porque eu acho que eles são uma feliz ponte para esta discussão sobre o arcabouço. Compartilhando da visão do ex-Presidente do Banco Central Arminio Fraga, concordo que a estabilidade e/ou a retirada da incerteza do ambiente econômico é muito importante para a retomada dos investimentos privados, para a ativação econômica mais sustentável.

Nisso, sem dúvida, a questão fiscal se coloca como um ponto importante. O novo marco fiscal sustentável veio nessa linha de trazer, como sempre comentei, quando tive oportunidade, o conceito de estabilidade e previsibilidade e de atenuar a volatilidade, que é natural dos ciclos econômicos. Então, é preciso trabalhar também instrumentos anticíclicos para que tenhamos um País um pouco mais estável, mais previsível. Se conseguirmos caminhar nessa direção, nosso entendimento é o de que isso vai trazer efeitos positivos e mais sustentáveis para o ambiente macroeconômico ao longo do tempo. Isso ajuda os agentes a organizarem e a planejarem de forma mais adequada os seus investimentos e as suas alocações de recursos.

O marco fiscal que foi construído prevê isso. Ele prevê, primeiro, a continuidade de uma limitação para o gasto público — isso é importante deixar claro —, ele vai variar, em termos reais, de 0,6% a 2,5%. Por um lado, os 2,5% estão, mais ou menos, em linha com o crescimento





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

histórico da economia brasileira de longo prazo, o que significa, ainda que se cresça ali próximo de 2,5%, que não se vai ampliar o tamanho do Estado em relação à economia no médio e longo prazo. Por outro lado, 0,6% também traz um piso que está, mais ou menos, próximo ao crescimento vegetativo da população. Então, se manteria também ali um piso, uma estabilidade no gasto *per capita*, o que também traz tanto para baixo quanto para cima e atenua, em alguma medida, o caráter pró-cíclico da política fiscal. Portanto, acaba havendo uma atenuação anticíclica em momentos de diferentes ciclos econômicos.

Acho que esse é o primeiro aspecto importante do arcabouço. Ou seja, continua existindo um limite para o gasto público e ele tem um pouco dessa maleabilidade para se associar a diferentes ciclos econômicos e ter uma capacidade de reação em determinados momentos, como bem comentou o caro Arminio Fraga. Por outro lado, ele está associado à receita. Também ele só vai poder crescer em determinado percentual em relação à receita. Partindo dali, ele vai crescer 70% da variação verificada nos 12 meses encerrados em junho do ano anterior. São 12 meses encerrados em junho do ano da elaboração da proposta orçamentária. Então, a despesa real só pode crescer 70% da variação da receita real. Isso é uma forma de, gradativamente, criar um espaço, uma recuperação do resultado fiscal.

Bom, esses dois aspectos preenchem o cerne do que é o arcabouço fiscal. A regra fiscal posta está muito associada a esse conceito, a esses dois pilares. Então, introduz-se novamente, para manter essa relação entre três variáveis-chave, base para a política fiscal — que são a receita pública, a despesa pública e o resultado primário no final do dia —, e voltar a ter uma relevância o resultado para as metas fiscais e colaborar com essa busca pela estabilização da trajetória da dívida. Isso, ao final do dia, é o que importa, é o que garante que não haverá um cenário de crescimento da agenda explosiva, que é tudo o que se quer evitar.

É importante deixar claro que o resultado primário não é o cerne do arcabouço. Ele é um elemento a mais dentro do arcabouço. Independentemente da meta de resultado primário estabelecida, essa relação entre despesa e receita — e a despesa crescendo sempre menos do que a receita — vai criando um crescimento do resultado fiscal ao longo do tempo ou uma recuperação desse resultado fiscal, seja qual for o patamar em que estiver.

A equipe econômica optou por estabelecer uma meta de resultado primário um pouco mais agressiva para intensificar esse processo de ajuste, como bem disse o ex-Presidente. Além de voltar a equilibrar o orçamento, é importante, ainda, pois a geração de superávit de fato garante uma compatibilidade entre os gastos e encargos da dívida, que, obviamente, também depende das taxas de juros para garantir uma trajetória estável ao longo do tempo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com as metas que foram estabelecidas, se elas forem cumpridas, ainda que no seu piso, elas tendem a colaborar muito com esse processo de ajuste. Como já foi mencionado, há também um movimento por parte da equipe econômica de tentar recompor a base fiscal para que haja receitas recorrentes ao longo do tempo que, de fato, garantam sustentabilidade ao longo do tempo.

Nesse primeiro aspecto, o novo marco fiscal tem uma importância fundamental para a estabilidade macroeconômica. Eu acho que é inequívoco que a existência dele, por si só, em nosso ordenamento jurídico, em nosso aparato institucional relacionado à política fiscal, já trouxe uma atenuação dessa incerteza futura. Já há um ambiente em que o famoso risco de cauda deixou de ser discutido. A discussão é sobre quando essa trajetória se estabiliza e em qual patamar. No aspecto macroeconômico, já é um avanço importante em relação às discussões que nós tínhamos de forma pretérita.

Ao ter essa estabilidade, quanto mais nós conseguirmos avançar nessa agenda — e nós temos tido bastante avanço com o apoio fundamental do Congresso Nacional —, vai se gerando um cenário macroeconômico melhor com a retomada de investimento e, por consequência, um crescimento mais sustentável.

A linha da produtividade também é fundamental, e aqui nós temos a reforma tributária, com uma discussão que está em curso e que vai trazer um grande benefício em termos de produtividade.

Como bem mencionou o Arminio Fraga, os instrumentos mais modernos de alocação do capital público, como PPPs e concessões, permitem não só uma alocação mais eficiente, mas também uma garantia de um cuidado com esse serviço e com essa infraestrutura. Garantem a manutenção desse investimento ao longo do tempo, para que possamos fugir do clássico que já aconteceu algumas vezes no País, que é investir 2 anos, 3 anos, 4 anos e, depois, sem a manutenção adequada daquela infraestrutura, perder um importante capital público alocado naquela infraestrutura.

Esses mecanismos mais modernos garantem um uso melhor do capital existente para investimentos públicos e garantem a continuidade dessa infraestrutura nos serviços ao longo do tempo com um patamar de qualidade em que nós acreditamos muito. Funcionam também como um mecanismo de aprimoramento da produtividade do capital público.

Por fim, a produtividade tem a ver com os nossos recursos humanos, por isso o investimento em educação é fundamental. Lembro que está em curso um processo muito forte de ampliação dos recursos para a educação. O FUNDEB vem em um processo de expansão significativo, que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ainda vai continuar, está contratado até 2026. Essa expansão vai prover um incremento, ao longo de um horizonte de quatro anos, de mais de 40% nos recursos da educação. E é preciso que ele seja bem utilizado para que formemos as nossas crianças e os nossos jovens de forma mais adequada, para que a nossa economia seja mais produtiva e faça melhor uso dos recursos.

Por fim, para não me alongar nessa introdução, quero falar sobre a questão da equidade. E aqui é uma questão social, sem dúvida. Precisamos não só criar um País com crescimento econômico mais sustentável, com previsibilidade, estabilidade, e toda essa discussão fiscal ajuda muito nesse processo. Mas ele não é um fim em si mesmo, como também mencionou o ex-Presidente, ele é a base para uma outra busca, que é a do crescimento sustentável com equidade social, com a busca por um País mais igualitário. Só assim nós vamos seguir realmente de forma mais sustentável.

Eu gostaria de trazer à baila uma informação relevante de algo que também está sendo feito no País. Foi feito um esforço muito grande de ampliação dos recursos para o atendimento do Bolsa Família, isso é inegável, é um esforço muito significativo que vai ajudar muito no combate à extrema pobreza. E ontem saiu uma pesquisa reportada pela *BBC* com um raio X do Programa Bolsa Família ao longo de 15 anos, mostrando que, dentre as crianças e jovens atendidas em 2005 pelo programa, 64% hoje não estão mais no Cadastro Único nem são beneficiárias do Bolsa Família. Ou seja, elas encontraram um caminho de saída.

É claro que isso é um raio X, não estamos trazendo as questões de causalidades necessárias aqui, mas é um indício muito importante do impacto que uma política pública pode ter na superação da pobreza em um País como o nosso. É um dado muito relevante que foi publicado ontem e tem um pouco dessa linha.

Nós estamos buscando uma situação fiscal mais estável e equilibrada, com uma macroeconomia mais previsível pela frente. O arcabouço fiscal, o novo marco sustentável é peça fundamental para garantir esse crescimento da despesa de forma controlada, proporcional ao crescimento dos diferentes ciclos econômicos, à receita pública disponível, o que garante um macroeconômico mais estável e uma economia mais sustentável.

Mas precisamos ter ganhos de produtividade e para isso a educação é fundamental. Precisamos, sem dúvida, de instrumentos mais modernos de gestão pública — como as concessões e PPPs que eu mencionei aqui —, além de investimentos em educação. E já está sendo feito um esforço muito grande na alocação de recursos públicos para isso. Isso vai criando as bases que, se bem utilizadas, criarão um futuro muito melhor.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por fim, a questão da equidade, o investimento na política do Bolsa Família, de assistência social, para permitir que as nossas crianças e os nossos jovens tenham uma saída lá na frente, com a volta das condicionalidades e a exigência da matrícula e do ensino regular para essas crianças. Esses pilares vão ser muito importantes para construirmos um caminho melhor para todo mundo.

Feitas essas considerações iniciais, eu estou muito honrado em poder participar e contribuir. E fico aqui à disposição de todos.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Sr. Rogério Ceron. Foi muito importante a sua participação.

Eu acho que, pela temática e para o debate ficar melhor, nós podemos mesclar um pouco entre aqueles que têm uma visão mais voltada à política com aqueles com um lado técnico, até porque as preocupações com a formatação desse orçamento, todo mundo sabe que é um momento importante da conjuntura econômica e política do Brasil, tornam necessário que o debate tenha mais vivacidade.

Seguindo essa temática, o nosso Relator do arcabouço já está inquieto para fazer algumas ponderações que possam acirrar o debate e não ficar uma linguagem muito uniforme.

Então eu passo a palavra ao nosso Relator Claudio Cajado para que ele possa abrir o questionamento, e os próximos oradores já possam também ter um balizamento melhor tanto do ponto de vista técnico, quanto do ponto de vista político que a conjuntura nos exige.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Bom dia a todos aqui presentes.

Quero cumprimentar, inicialmente, o nosso querido e competente Deputado Danilo Forte, Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, cujos elogios eu devolvo em dobro porque S.Exa. sempre foi uma inspiração e, mais do que isso, sempre foi uma fonte inesgotável de sabedoria, de que todos nós, simples mortais, bebemos constantemente.

Quero aqui cumprimentar o nosso querido membro da Mesa Paulo Bijos. É um prazer, Paulo, estar aqui com você de novo.

Quero cumprimentar o Deputado Marcus Pestana e cumprimentar o nosso Ricardo Volpe, que me deu a honra e alegria de poder, ao lado do Eugenio e do Wagner, que aqui estão presentes, coescrever a nossa relatoria e o parecer do arcabouço fiscal, que eu considero o regime fiscal sustentável.

Quero cumprimentar a Ana Claudia, também aqui na Mesa, cumprimentar o Walbinson, o nosso Secretário da CMO, e cumprimentar o Arminio Fraga, o nosso querido ex-Presidente do Banco Central.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quero cumprimentar o Ceron e, na sua pessoa, cumprimentar o Ministro Haddad e toda a equipe do Ministério da Fazenda.

Quero cumprimentar todos os colegas Deputados e Deputadas aqui presentes, na figura do Líder Zarattini.

Eu tenho dito sempre que o mais difícil está para ser feito agora, porque o grande desafio que se apresenta pós-votação do regime fiscal sustentável é o Governo colocar algo em torno de 170 bilhões de reais de recursos dentro do caixa, dando sustentabilidade, longevidade e, principalmente, confiabilidade ao regime fiscal. Esse é o grande desafio do Governo.

No ano que vem, nós temos como meta zerar o déficit e, a partir de 2025, de forma crescente, termos superávit de 0,5% a cada ano. Esse é um desafio que eu acredito que possa ser feito, mas não posso também deixar de reconhecer que o Governo hoje está muito dividido: uma ala concorda com o Ministro Haddad, outra ala tende a fazer com que os gastos aumentem sem que as receitas estejam asseguradas. Isso, Deputado Danilo, é um perigo a partir do momento em que você não respeita o regime fiscal e coloca em dúvida o atingimento da meta.

Nós estamos aí com o Orçamento para ser votado e a LDO agora, previamente ao Orçamento. Obviamente, com os recursos que estão previstos de investimentos, em especial o PAC, recursos orçamentários, em especial PPPs e concessões, se você compromete o resultado fiscal, você cria uma insegurança para os investimentos e para os investidores. Isso significa que, a partir do momento em que houver dúvida sobre o controle das despesas e da trajetória da dívida — conceitos esses que estão amplamente amparados no regime fiscal —, você passa a ter problemas no investimento. Por conta de quê? Por conta da situação que possa se apresentar de volta da inflação, Risco Brasil mais acentuado, recursos que poderão levar em consideração que o Risco Brasil aumente e, conseqüentemente, haja fuga de investimentos e de investidores.

Era essa a situação em que nós estávamos no primeiro semestre deste ano. A partir do momento em que a Câmara votou o regime fiscal, votou a reforma tributária e fez uma pauta econômica importante, o cenário mudou. E é esse cenário que nós queremos preservar. E, se houver algo que venha a comprometer o resultado das metas fiscais, isso poderá trazer um grave prejuízo ao futuro, em especial aos investimentos que o Governo deseja fazer e que estão contidos na peça orçamentária que nós iremos aqui, em pouco tempo, votar.

Daí por que a LDO tem uma importância fundamental de criar os parâmetros e fortalecer o marco fiscal, através das projeções dessas metas que estão contidas no regime fiscal e que estarão amparadas na LDO, e fazer com que nós não nos afastemos do que votamos no regime fiscal sustentável, no arcabouço fiscal. Isso é fundamental! E, para isso, o Congresso fará a sua





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

parte, dando sequência às votações que ensejem o recrudescimento das receitas que, no meu caso especificamente, não acarretem aumento de alíquota de imposto.

Isso é diferente de carga tributária, Deputado Danilo, porque nós vamos ter aumento da carga tributária em função de o Governo passar a cobrar de quem não paga. Eu acho isso justo. Há a questão dos *sites* chineses, a questão dos jogos eletrônicos, que não são taxados, a precificação dos produtos de exportação, a questão do CARF. Então, são fatores que nós discutimos amplamente no regime fiscal e que agora terão sequência, como já estão tendo, dentro do Congresso, para que o Governo tenha as condições de cobrar e dar eficiência à sua máquina arrecadatória e colocar os recursos fundamentais e indispensáveis no caixa, dando sustentabilidade ao regime fiscal.

Isso vai dar segurança ao Governo, vai dar segurança para que nós discutamos, como faremos nessa audiência pública que o Deputado Danilo Forte, como Relator da LDO, promove, e vai dar cada vez mais abrangência, para que, quando votarmos a LDO e o Orçamento, estejamos em consonância com o espírito do regime fiscal. Se nós nos distanciarmos dele, não tenha dúvida de que construiremos ou teremos construído um castelo de cartas ou de areia, tudo vai se dissipar. E, a partir daí, é muito mais difícil.

Pegamos um cenário no início do ano, no primeiro semestre, e mudamos esse cenário: o Risco Brasil tornou-se estável e saiu daquela condição de perigo incipiente em termos de não investimentos, a inflação baixou, o dólar baixou, os investimentos estão voltando e principalmente os juros futuros, que fazem com que os investimentos possam ser feitos no presente. Ora, todos esses cenários foram oriundos do que nós acabamos aqui de dizer. Se não dermos sequência para que, nesse segundo semestre, o Governo tenha condições de promover o que o Ministro Haddad deseja, através de sua equipe — e aqui nós estamos amplamente conscientes da força necessária que o Governo terá que dispensar para atingir esses objetivos —, se uma parte do Governo navega e rema para um lado e outra parte do Governo rema para o outro, isso me preocupa.

E eu quero dizer que acredito que o Governo, principalmente com as colocações que têm sido feitas pelo Ministro Haddad, tem condições de conseguir dar essa sustentação ao regime fiscal. O que me preocupa, repito, são os gastos sem previsão de receita. Fazer, como nós fizemos, despesas condicionadas àquele valor que nós prevemos, ou prevíamos, em relação à diferença do IPCA é perfeitamente aceitável. Era matéria do arcabouço? Não era, mas é matéria da LDO. E já chegaram aqui as informações, através de ofício do Governo, de quais seriam essas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

despesas condicionadas. Se vão permanecer ou não, a discussão será feita no Plenário do Congresso Nacional e nesta Comissão de Orçamento. Porém, isso está correto.

O que nós temos que levar em consideração, Deputado Bohn Gass, são as condições com as quais o Governo vai focar de forma determinada o atingimento do resultado de zerar o déficit no ano que vem. E nós vamos acompanhar. O mercado está acompanhando. Nós Parlamentares que somos afetos a essa questão orçamentária estamos acompanhando. Mas me preocupa quando o Governo cria despesas sem que a receita esteja assegurada. Isso é muito temerário e já está acontecendo, aconteceu no semestre passado, e eu espero que daqui por diante não venha a ocorrer, porque isso é uma sinalização negativa.

Então, já vi que meu tempo chegou. O Deputado Mauro Benevides, nosso professor e mestre dos bons discípulos, colaborará com o debate.

E eu quero dizer que continuo à disposição para continuarmos conversando, discutindo essa matéria. Não tenho dúvida de que, pela votação expressiva que nós tivemos aqui na Câmara, tanto no primeiro quanto no segundo momento, após o Senado ter feito as alterações — inclusive, agradeço muito aos Parlamentares, só mantivemos uma única alteração, que não foi da minha vontade, mas eu vinha dizendo, desde o início, que o projeto tramitou no Senado e retornou à Câmara e que eu não faria cavalo de batalha se essa fosse a decisão dos Líderes partidários. Portanto, eu compartilhei com os Líderes a alteração que nós absorvemos do Senado, que foi excluir da base de despesas o Fundo Constitucional do Distrito Federal e o FUNDEB.

Repito, não haveria prejuízo algum para esses dois fundos, porém, me submeti, pela perseguição ao consenso, para que essa matéria pudesse ser concluída, a aceitar essa emenda, inclusive prestigiando o Senado Federal, que teve todas as prerrogativas e competência de alterar aquilo que acharam conveniente. Das alterações formuladas e feitas, essa nós aceitamos e o relatório ficou como nós votamos aqui na Câmara, ou seja, 99,9% da forma como os Deputados assim desejaram.

Então, eu agradeço ao Deputado Danilo Forte e aos que participaram desse debate.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Muito obrigado, Deputado Claudio Cajado.

Esse era realmente o intuito ao colocar uma modificação na ordem dos palestrantes, exatamente para que pudéssemos ter um debate mais vivo sobre a grande condicionante que está sendo colocada, que é o grande questionamento do Orçamento de 2024, ou seja, como condicionar algo em que ainda não se tem segurança do que vai acontecer do ponto de vista fiscal com o País.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, eu acho que essa preocupação do nosso Relator do arcabouço fiscal, Deputado Claudio Cajado, permeia fundamentalmente o debate agora na construção desta LDO, que é exatamente materializar esse arcabouço e para isso precisamos construir com segurança e seriedade.

Eu passo a palavra agora ao próximo orador, Dr. Paulo Bijos, Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento, que pode, inclusive, já nos tranquilizar com relação a esse questionamento.

O SR. PAULO BIJOS - Muito bom dia a todos.

Inicialmente, gostaria de salientar que me sinto muito honrado em retornar a esta Casa, para este evento, para debater um tema tão relevante para o País, que é o regime fiscal sustentável, também conhecido como novo arcabouço, que é um elemento novo da arquitetura fiscal do Estado brasileiro, que tem evoluído a passos largos, a meu ver, ao longo dos anos com a criação de elementos novos, a exemplo da Instituição Fiscal Independente, no seio do Legislativo, dessa nova regra de controle do ritmo de crescimento de despesa, entre outros elementos.

Gostaria de cumprimentar inicialmente os ilustres Deputados Danilo Forte, Claudio Cajado, que estiveram na relatoria do novo arcabouço e agora estão na relatoria do PLDO, assim como os demais Relatores, demais autoridades, colegas da Consultoria de Orçamento da Câmara e do Senado.

Eu pretendo ser bastante breve na minha exposição. Acho que a escolha dos expositores — cumprimentando-os agora também — foi bastante feliz, no sentido de poder propiciar diferentes leituras, diferentes graus de entendimento sobre essa importante matéria com a bem-vinda vivacidade, tecnicidade e por aí vai. A minha contribuição é bastante modesta. Pretendo ser breve e pontuar apenas alguns elementos que são do ponto de vista mais particular do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Então, inicialmente, eu gostaria de recapitular brevemente a evolução desse processo. Acho que foi um processo muito saudável, muito feliz, democraticamente muito rico. A proposta formulada dentro do Executivo envolveu discussões riquíssimas protagonizadas pela Fazenda, com a contribuição de diversos atores, como o Ministério do Planejamento. E aqui no Congresso Nacional contou com importantíssimos aperfeiçoamentos no projeto, sob a relatoria do Deputado Claudio Cajado e da sua competente equipe técnica das Consultorias de Orçamento, entre outros. Então, foi uma felicidade testemunhar esse processo, viver esse momento histórico e acho que a conquista foi grande. Tivemos a consolidação de alguns consensos. Havia no início a discussão sobre qual a variável a ser controlada ou qual a melhor variável, se dívida ou se despesa, e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

consolidou-se o entendimento de que é a despesa primária, porque é a variável sob controle do Governo.

Há um aspecto importantíssimo para o Parlamento a ser ressaltado, mais do que nunca elevou-se o *status* do instituto do orçamento público, esse instituto civilizatório. Agora o controle do limite da despesa é puramente orçamentário. Havia um componente orçamentário e financeiro no modelo anterior que gerava alguns ruídos desnecessários. Agora acho que consolida-se o entendimento de que o orçamento público é um instrumento sério, *ex-ante*. De antemão, a peça orçamentária formulada deve observar limites muito claros em relação ao ritmo de crescimento de despesa. E com várias novidades interessantes, a exemplo do sistema de incentivos que se criou. Há bandas de flutuação agora para a meta de primário que trazem mais realismo a esse modelo. Há sistema de incentivos: se a meta for superada, há uma bonificação para investimentos. Se a meta for frustrada, há consequências, os chamados gatilhos, que se aplicam em exercícios futuros.

Então, acho que tudo isso foi muito bem construído e formulado, visando à perenidade desse modelo, que também conta, como foi bem pontuado nas brilhantes falas anteriores, com esse componente anticíclico. Acho que é uma novidade muito feliz desse modelo crescer não menos, em termos reais, que 0,6%, e não mais que 2,5%. O PLOA para 2024, por exemplo, tem implícito um crescimento de 1,7%. Então, hoje existe uma clareza para todos, para a sociedade, que operamos sob balizas anticíclicas muito bem definidas, e esse é um elemento importantíssimo.

Contrafactualmente, se pensássemos no que ocorreria na ausência de uma parametrização dessa natureza, veríamos que o nível de incerteza sobre orçamentos futuros seria muito maior. Então, isso traz previsibilidade: até quanto a despesa pode crescer? Sempre não mais que 2,5%.

Entre os aperfeiçoamentos trazidos pelo trabalho do eminente Relator Claudio Cajado e sua equipe, eu destacaria talvez um ponto alto do relatório. Havia uma falta de clareza metodológica sobre o que deve estar dentro e o que deve estar fora de um limite. Muito bem construído, o relatório cita quatro elementos que não estavam nem consolidados na própria literatura especializada: transitoriedade, neutralidade, sazonalidade e excepcionalidade. Quando atendidos esses quesitos, uma determinada despesa poderia ficar dentro ou fora do limite.

Se tivemos, para sermos concretos, um grande avanço, foi esse quesito da neutralidade. Não faria o menor sentido, a meu ver — acho que isso foi um consenso —, que doações ficassem sujeitas à amarra de um limite de despesa, já que ela é neutra do ponto de vista fiscal. Então, temos enormes avanços nesse modelo que merecem ser celebrados.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E, Deputado Cajado, gostaria de pontuar entre as conquistas e avanços do seu relatório que nós chegamos ao final com um modelo que é potente do ponto de vista fiscal. Nem sempre esse número é comunicado, mas, quanto à sua abrangência, o novo regime fiscal sustentável no PLOA 2024 atingiu a potência de 96%. O que isso quer dizer? Que ele abrangeu 96% da despesa primária orçamentária. Então, o alcance é muito grande. Acho que isso mostra a robustez do modelo que foi aprovado aqui no Parlamento.

Dito isso, vou trazer apenas um pouco das contribuições que o Ministério do Planejamento pode trazer com vista à perenidade dessa nova regra. Nós temos, entre outros, dois componentes de um grande projeto de modernização orçamentária que está sendo conduzido no Ministério sob a liderança da Ministra Simone Tebet. São eles a orçamentação de médio prazo e a revisão do gasto público.

Pensemos numa regra de despesa isolada. Ela não tem sustentação se não tiver essas duas outras pernas. Por quê? A orçamentação de médio prazo vai nos ajudar a ter maior clareza sobre o espaço fiscal futuro que teremos, por exemplo, para despesas discricionárias. E teremos melhores condições de subsidiar as decisões alocativas analisando, por exemplo, quanto uma decisão presente de aumento de gasto corrente poderá consumir de espaço futuro, daqui a 3 anos, 4 anos, para investimentos prioritários para o País. O que nós pretendemos é superar, então, a famigerada miopia alocativa, tão presente historicamente nos processos orçamentários não só no Brasil como também no mundo, e nos alinhar, com isso, às melhores práticas internacionais.

O segundo componente é o da revisão do gasto, popularizado como *spending review*. Essa agenda também dialoga intimamente com a ideia de espaço fiscal, no intuito de termos capacidade de oxigenar o ciclo orçamentário anual rediscutindo a chamada base orçamentária que se carrega de um ano para outro inercial e acriticamente. Esse problema é apontado pela literatura especializada, Prof. Mauro Benevides, como desatenção à base orçamentária. O processo orçamentário usualmente dedica uma atenção excessiva ao novo gasto e pouca atenção ao gasto que se carrega do passado. Essa é a essência da agenda da revisão do gasto, do *spending review*.

É importante dizer que o novo arcabouço fiscal também traz as digitais dessas duas agendas, que elevam o *status* do processo orçamentário brasileiro. Está prevista já no novo arcabouço uma entrega, para 15 de abril do ano que vem, em relação à agenda da revisão de gasto, Relator Danilo Forte, porque no próximo PLDO, para 2025, vai ser necessário que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

apontemos, quando couber, as estimativas de impacto fiscal decorrentes da atividade de avaliação de políticas públicas.

Acho que, em resumo, é isso. Pretendemos dar a nossa dose de contribuição no âmbito do Ministério do Planejamento, visando o sucesso dessa nova regra fiscal para o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Sr. Paulo Bijos, pela apresentação.

Agora, com a palavra este tão querido amigo, que deixou saudades aqui na nossa Casa, um grande conhecedor do assunto, Prof. Marcus Pestana.

O SR. MARCUS PESTANA - Bom dia a todos.

Eu queria agradecer, em nome da Instituição Fiscal Independente, o convite da Comissão Mista de Orçamento. Cumprimento meus ex-colegas de Parlamento, Danilo Forte, Claudio Cajado, Mauro Benevides, Bohn Gass, Zarattini, José Rocha e todos os outros Deputados aqui presentes, bem como o Secretário Rogério Ceron, o Paulo Bijos, que vem liderando esse processo de construção do novo regime fiscal no presente Governo, a competente assessoria da CMO, o Ricardo Volpe, a Ana Claudia Borges, aqui presentes — eu fui Relator da LDO em 2017, convivi com essa competente assessoria da Câmara e do Senado —, e todos os que nos acompanham pela *TV Câmara*, pela *TV Senado* e pela Internet. É um prazer estar aqui discutindo tema tão fundamental.

Caro Presidente desta sessão, Deputado Danilo Forte, ao discutirmos o arcabouço fiscal, nós estamos discutindo, de certa forma, o PLOA 2024, que é o primeiro filho. Quer dizer, o arcabouço já gerou seu primeiro filho e seu primeiro teste.

Eu queria dizer, de pronto, para quem quiser se aprofundar na visão da Instituição Fiscal Independente, que no nosso *site* há a Nota Técnica nº 52, de 7 de junho de 2023, escrita pelos economistas Vilma Pinto e Alexandre Andrade, que nela fazem uma análise exaustiva do novo arcabouço fiscal.

Mas eu queria, em linha com o que já foi falado, introduzir uma pergunta fundamental para o leigo, para o jornalista, para o estudante de economia, para o cidadão que nos acompanha: faz ou não sentido ter uma âncora fiscal? Isso é uma excentricidade teórica, é uma idiossincrasia ideológica?

Por mais que isto não seja pacífico totalmente na literatura — toda a segunda metade do século XX foi tomada pelo confronto entre neoclássicos e o pensamento keynesiano, e no século XXI já vivemos várias crises fiscais mundo afora —, hoje, depois da experiência, inclusive recente,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

da nossa recessão de 2014 a 2017, embora remanesça uma discussão teórica sobre a possibilidade de convivência com déficits fiscais e os limites ou não do endividamento público, embora remanesça alguma polêmica, há um razoável consenso político e teórico sobre o fato de que o descontrole fiscal resulta em inflação, juros altos, recessão, desemprego e aumento recorrente e crônico da dívida. E isso traz consequências.

Nós temos um país que, no espaço de 2014 a 2021, acumulou déficits primários. Houve um superávit eventual em 2022. Agora, devemos fechar 2023 com um déficit de 1,4% do PIB, superior a 140 bilhões de reais. Então, a nossa trajetória recente é deficitária.

Ao abrir déficits, gastar mais do que se arrecada, o Tesouro tem que se financiar, o Governo tem que se financiar. E, para isso, ele tem que recorrer ao lançamento de títulos. O Brasil tem um razoável histórico ruim. Já houve moratórias no passado. Há uma quebra permanente de regra fiscal, revisões, excepcionalizações, revisão de meta. Isso vai quebrando um elemento fundamental, que são a credibilidade e a confiança. A dívida brasileira deve fechar este ano em torno de 76% ou 77% do PIB. É muito ou pouco? O Japão tem mais de 200%; os Estados Unidos, 120%. A questão são as condições de financiamento, o prêmio que é cobrado e os prazos que são obtidos. O perfil da dívida brasileira é muito pior que o desses países que têm uma relação dívida/PIB maior.

Então, a âncora fiscal faz sentido por disciplinar o gasto público, por inibir o impulso natural da ganância. E todos os países no mundo têm regras fiscais. A União Europeia tem limites físicos de déficit nominal, de expansão de despesas, de expansão da dívida. Os Estados Unidos viveram uma crise política recente, e hoje o Parlamento americano tem que autorizar o aumento do endividamento para cobrir déficits fiscais. Quase houve um impasse, quase se caminhou para um *default*, um *shutdown* — a paralisia da máquina. Então, não é uma característica só brasileira a necessidade de uma ancoragem fiscal.

E nós temos uma abundante legislação, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a regra de ouro, as LDOs, as leis orçamentárias e agora também o arcabouço fiscal que esta Casa aprovou, que o Congresso Nacional aprovou, com a brilhante condução do Relator Claudio Cajado, que eu acompanhei de perto.

O teto de gastos foi aprovado em dezembro de 2016. Dadas as circunstâncias, inclusive a pandemia que vivemos e que obrigou um orçamento quase de guerra, um orçamento excepcional, o teto de gastos se esgotou como instrumento de controle das finanças públicas. Mas isso aconteceria independentemente da pandemia. Na verdade, no final, tantas exceções foram





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

abertas que era um teto cheio de goteiras. Demandava-se um novo marco, e o novo arcabouço fiscal foi votado por esta Casa agora em 2023.

O ponto de partida, como eu disse, é uma situação deficitária. Nós tivemos, nos últimos anos, uma trajetória de déficits primários, que, inclusive, são uma invenção brasileira. Todos os países no mundo trabalham com a necessidade de financiamento do setor público, com déficit nominal, inclusive com as despesas financeiras, porque despesa é despesa — pode ser custeio, investimento, despesa financeira. Rombo nas contas públicas, se houver, tem que ser financiado. O superávit primário necessário para estabilizar a dívida do ponto de vista da IFI seria de cerca de 1,5% do PIB. Já se falou em mais. Agora, há certo consenso em torno da ideia de que, se obtivéssemos um superávit primário de 1,5%, conseguiríamos refinanciar a dívida, rolar a dívida e estabilizar as expectativas.

O Governo depende de duas coisas para se financiar numa posição deficitária. Ele precisa de taxas atrativas que remunerem a avaliação do mercado, daqueles que têm poupança e estão dispostos a comprar títulos públicos. Então, há um preço que é imposto, um prêmio exigido pelos investidores — e a nossa taxa de juros real é muito alta. Mas isso não basta. Ele precisa também de confiança e credibilidade. É preciso um ambiente em que não se aposte na insustentabilidade da dívida. Então, é muito importante haver não só atratividade na venda dos títulos públicos, mas também um ambiente de confiança. Por isso a âncora fiscal é importante.

Não há dúvida — a nossa equipe econômica, nosso Secretário Paulo Bijos e o próprio PLOA 2024 explicitam isto — que nós transitamos de uma âncora fiscal focada no gasto, o teto de gastos, que, a partir do limite, não de expansão real, da despesa, forçava o gestor a fazer uma repriorização e a aumentar a produtividade dos recursos e a qualidade do gasto, para um modelo calcado principalmente na expansão das receitas. Então, houve uma migração.

Eu, quando Secretário de Planejamento e Orçamento de Minas Gerais, em 1995, fui um dos líderes do ajuste fiscal e concebo que um ajuste não pode ser unilateral. Ele tem que ter um pouco de despesa, um pouco de receita, um pouco de crescimento econômico, um pouco de privatização, para ajuste patrimonial do balanço do Governo. Não falo em vender geladeira para comprar comida, mas vender ativos para rearranjar os grandes elementos de dívida no balanço patrimonial do setor público.

O novo marco fiscal, o novo regime fiscal, introduz a expansão de gastos, permite essa expansão, e ergue até um piso para investimentos. Então, ele tem uma postura menos restritiva, mas fixa uma meta de resultado primário, com gatilhos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, o arcabouço aposta muito, e isso está expresso explicitamente no PLOA, no aumento de receitas. Há condicionados 168,5 bilhões de reais em despesas às receitas do pacote tributário que o Governo apresentou ao Congresso Nacional.

Quais são os problemas? É óbvio — eu tenho convicção — que a equipe econômica não imagina algumas despesas condicionadas. O direito dos Municípios e Estados à receita compartilhada é um direito constitucional, um recurso que só transita no Orçamento federal. Não se pensa, nem de longe, em não honrar essa despesa. Da mesma forma, ninguém imagina não honrar o pagamento do Bolsa Família ou dar algum tipo de calote na dívida pública, que tem ali uma parcela do serviço da dívida condicionada no PLOA.

Isso tudo depende da aprovação dos tributos que foram propostos sobre subvenções econômicas para investimentos, sobre fundos *offshore*, fundos exclusivos, depende de mudanças na tributação sobre as importações, de uma série de medidas. O problema é que isso depende de decisão parlamentar, e a polêmica e a discussão vão se instalar agora, neste exato momento. Então, não é líquido e certo que essas receitas vão se materializar.

Além da questão da aprovação parlamentar, há o problema de erosão da base de cálculo. É a famosa instrução para o Garrincha fazer a jogada: tem que combinar com os russos. Dos "russos" que têm dinheiro aplicado em alguns fundos, como vai ser a reação e a resposta? Haverá — já houve — certa erosão de base.

E haverá o problema da judicialização, que certamente derivará de algumas medidas. Mesmo que aprovadas no Congresso, eu não tenho dúvida, embora não seja um advogado tributarista, de que ensejarão judicialização.

O PLOA permite expansão de despesas, o que é coerente com um novo arcabouço, coloca um piso de investimentos, mas é totalmente dependente de um incremento de novas tributações, que estão ainda envoltas num mar de incertezas e interrogações. Caso se frustrasse essa receita necessária para fechar o Orçamento, não haveria outro caminho a não ser contingenciamento, corte de gastos, novas medidas a serem tomadas e, no limite, o descumprimento da meta, mesmo com a banda do resultado primário. Seria muito ruim para o novo arcabouço não perseguir a meta no seu primeiro ano de execução.

Esta seria a contribuição da Instituição Fiscal Independente.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, nosso colega e amigo Marcus Pestana.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sem sobra de dúvida, nessa tecla, acho que o Governo poderia contribuir muito para regularizar uma situação fundiária que há no Brasil de pessoas que têm investimentos consolidados em área de Marinha. No Nordeste, Deputado Mauro Benevides Filho, há as áreas do DNOCs que hoje já são áreas privadas e que são um patrimônio que poderia ajudar muito no reforço do caixa do próprio Governo.

Em vez de bater na tecla de aumentar impostos sucessivamente, o que, inclusive, tem difícil aprovação no Congresso Nacional hoje — e o tempo é exíguo para isso, pois nós já estamos em setembro, praticamente em outubro, e essas regras já têm que valer para o início do ano que vem —, o Governo poderia avançar regularizando essa situação. Falo tanto dos terrenos de Marinha, dos ditos terrenos de Marinha, que abrigam áreas, inclusive, de desenvolvimento econômico, como hotéis, pousadas, clubes e residências de padrão elevado —, como também da regularização das áreas de algumas instituições federais que abrigam essas unidades, como é o caso do DNOCS, que não tem uma segurança para os seus proprietários que abrigam essas áreas. Eu acho que esse seria um avanço, dentro da linha do que o Marcus Pestana colocou, que poderia ajudar muito.

Passo a palavra agora ao Sr. Jeferson Bittencourt, ex-Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Economia, que falará na modalidade remota.

O SR. JEFERSON BITTENCOURT - Bom dia a todos.

Gostaria de iniciar dizendo que é um prazer enorme estar aqui com vocês. Agradeço o convite desta nobre Comissão, que é tão importante para a atuação do Estado e que promove discussões tão qualificadas sobre o tema que é o mais fundamental e que representa a essência da atuação do Estado: o orçamento público. Quero dizer que é uma honra estar aqui compartilhando as minhas visões sobre essa nova arquitetura da política fiscal no País, com painelistas tão conhecedores do assunto e com Parlamentares tão destacados que compõem esta Comissão.

A primeira coisa que eu queria deixar claro é que dívidas públicas grandes, ainda que não tenham problema de insolvência, são danosas para o crescimento. Acho que uma preocupação que perpassa todos os Parlamentares, todos os economistas e toda a sociedade são as condições para um crescimento econômico. Dívidas públicas grandes tendem a ser danosas para o crescimento. Na mesma linha, há estudos consagrados que mostram que ajustes fiscais pelo lado da receita tendem a ter efeitos piores sobre crescimento e inflação do que ajustes fiscais do lado da despesa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não vou ser ingênuo aqui. Sempre achamos uma visão da literatura internacional que corrobora aquilo que estamos querendo passar. Mas, nesses dois pontos que eu destaquei, há discussões sobre qual é o limiar, qual é o nível de dívida a partir do qual uma dívida maior passa a prejudicar o crescimento mais do que proporcionalmente, ou seja, o nível de dívida a partir do qual um ponto percentual de dívida faz o crescimento cair mais do que um ponto percentual. Há discussões sobre isso. A literatura não é consensual sobre isso. Há também discussões sobre a questão do lado que está sendo feito o ajuste, porque eventualmente cortar investimento público pode ser mais danoso do que aumentar a receita.

Portanto, apesar de eu ter destacado estes pontos — que dívida grande é prejudicial ao crescimento e que ajustes fiscais, pelo lado da receita, são piores para crescimento e inflação —, não há consenso sobre toda essa definição. Mas os poréns que eu coloquei — de que se cortar investimento pode ser pior do que aumentar a receita ou de depender do nível da dívida para haver um efeito mais danoso — infelizmente não se aplicam à nossa situação, porque a nossa dívida é inequivocamente maior do que a dívida dos nossos pares, dos países emergentes. Nós temos casos de países com dívida maior do que a nossa, como foi destacado aqui pelo Diretor-Geral da IFI, o Marcus Pestana. Temos Japão e Estados Unidos com dívida maior do que a nossa. Nós temos alguns países, poucos, bem menos, com dívidas mais caras do que a nossa, mas não há país que tenha, ao mesmo tempo, dívida mais cara e mais alta do que a nossa.

Portanto, se há um limiar a partir do qual é danoso ao crescimento, a nossa combinação *(falha na transmissão)*.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Houve um problema na Internet.

Podemos dar sequência e depois voltar a ele para completar o tempo.

Vou passar então a palavra ao Ricardo Volpe, que está presencial. Em seguida, voltaremos para os que participam remotamente.

Nosso amigo Ricardo Volpe é Consultor da nossa Comissão de Orçamento.

O SR. RICARDO ALBERTO VOLPE - Inicialmente, eu gostaria de agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - A Internet voltou.

Então, vamos deixar o Jeferson concluir.

Jeferson, está tudo bem aí?

O SR. JEFERSON BITTENCOURT - Da minha parte nunca esteve bloqueado. Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Pode. Houve um problema na Internet, mas vou repor seu tempo. Pode concluir.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. JEFERSON BITTENCOURT - Muito obrigado.

O que eu vinha dizendo é que os poréns que se colocam sobre esses pontos não se aplicam a nós. Não há dúvida de que a nossa dívida é grande e cara e que isso drena o crescimento econômico. O incremento de despesa que nós estamos (*falha na transmissão*) dado que é importante o nível da dívida e que isso prejudica o crescimento, a velocidade em que nós fazemos o ajuste e colocamos essa dívida numa trajetória de queda importa.

E aí, socorrendo-me até de documentos oficiais, o Banco Central recentemente apontou quais são os fatores que, no entendimento dele, contribuem para que tenhamos uma taxa de juros mais elevada que a de outros países. Naturalmente, há fatores que nós não conhecemos e precisamos reconhecer isso. Nós não conseguimos explicar completamente por que a nossa taxa de juros é maior que a de outros países, mas nós conhecemos fatores que inequivocamente fazem com que a nossa taxa de juros seja mais alta que a de outros países.

Um deles, no qual eu não vou me aprofundar muito, porque não é exatamente o tema desta Comissão, é a taxa de recuperação de crédito. Enquanto a média mundial é de 36,9 centavos por dólar, recuperamos 18,2 centavos por dólar. Isso quer dizer o seguinte: se, em caso de *default*, eu recupero metade do que o mundo recupera do crédito, consequentemente, eu vou ter que ter uma taxa de juros maior para absorver essa perda. E outros dois fatores são a dívida pública elevada e a taxa de poupança baixa. Esses dois fatores fazem com que tenhamos uma taxa de juros mais alta.

Então, por que importa a velocidade do ajuste? Por que importa reduzir a dívida? Porque esses fatores fazem com que tenhamos uma taxa de juros mais alta e taxa de juros mais alta faz com que tenhamos um crescimento mais lento.

E aí vou partir para os comentários mais específicos sobre o arcabouço. Primeiro, eu gostaria de parabenizar o Congresso Nacional pelo trabalho de aprimoramento que fez da proposta trazida pelo Executivo, especialmente o Deputado Claudio Cajado, que fez valer o que era previsto na Emenda Constitucional nº 109: reforçou os compromissos com a sustentabilidade fiscal, vinculou a meta às trajetórias de dívida, forçou a necessidade de contingenciamento e impediu que despesas fossem excluídas da meta para fins de cumprimento. Esses são só alguns destaques de todas as melhorias que foram feitas no relatório pela mão do Deputado Claudio Cajado.

Volto agora à questão da velocidade de recuperação do resultado primário que ainda permanece no desenho do arcabouço. Por que eu estou tocando nisso? Porque é destacado que o arcabouço é, em si, um disciplinador da velocidade de crescimento da despesa e, numa segunda





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

derivada, digamos assim, num segundo ponto, vem do arcabouço uma velocidade de recuperação do resultado fiscal. A velocidade intrínseca do arcabouço, a velocidade de melhora do resultado fiscal que emerge naturalmente do arcabouço, a partir desse crescimento da despesa de 70% do crescimento da receita, leva a uma melhora do resultado primário — alguma coisa ao redor de 0,15% do PIB ou 0,20% do PIB ao ano. Então, se todo ano a minha despesa crescer 70% do crescimento da receita, o meu resultado primário, considerando o nível atual de receitas e despesas, vai melhorar alguma coisa em torno de 0,15% ou 0,20% do PIB. Esse número tem uma referência muito clara. Vemos que, não acidentalmente, as expectativas de mercado sobre velocidade de melhora do resultado primário ano a ano estão na casa de 0,2%, 0,3% do PIB. É a velocidade que o mercado está prevendo de melhora do resultado primário. Ou seja, o mercado prevê que o resultado primário vai melhorar na velocidade intrínseca que emerge do arcabouço fiscal.

E aí o Governo, como foi destacado aqui, comprometeu-se a entregar uma velocidade de melhora do resultado primário mais rápida do que a do arcabouço. No final de março, o Governo apresentou uma trajetória de melhora do resultado primário que começaria com um déficit de 0,5% do PIB este ano e melhoraria 0,5% do PIB por ano até chegar a 2026 com superávit de 1% do PIB.

Mas, de novo, essa é uma velocidade de melhora do resultado primário que está no PLDO, não é uma velocidade de melhora que esteja necessariamente vinculada ao arcabouço fiscal, tanto que o último relatório bimestral do Tesouro traz uma projeção de déficit para este ano na casa de 1,5% do PIB. Se tomarmos essa previsão de 1,5% do PIB de déficit para 2023 e aplica a velocidade do arcabouço, demoraremos 10 anos para conseguir zerar o déficit. Na verdade, se olharmos as projeções do mercado, não está muito diferente disso. O mercado vê um pouco antes essa recuperação do resultado primário. Tanto o Focus como o Prisma Fiscal, que são sistemas de coletas de expectativas de mercado, veem um resultado primário sendo zerado em 2028. E o Tesouro Nacional, no seu relatório de projeções, tem como cenário base um cenário sem medidas e esse resultado primário sendo alcançado em 2029.

Nessa velocidade, de novo, como destacou o Diretor-Presidente da IFI, vamos ter a dívida crescendo necessariamente. E aí temos as projeções até 2032, com a dívida alcançando patamares próximos de 90%, que é algo incômodo, considerando aquele comentário inicial que eu fiz de que dívida grande prejudica o crescimento do País.

Então, como saímos da velocidade intrínseca de melhora do resultado primário para a velocidade de melhora do resultado primário das metas? Com recomposição de receitas. Muito é dito sobre o fato de que o arcabouço retirou o risco de um gasto explosivo. De fato, temos uma





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

previsibilidade do crescimento da despesa, só que a partir de um patamar que foi influenciado pela PEC aprovada no final do ano passado, que elevou os gastos de maneira mais expressiva. E até agora, inclusive pela projeção de déficit que estamos vendo, não encontramos as receitas para cobrir essa elevação de despesa.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Jeferson.

O SR. JEFERSON BITTENCOURT - Concluindo, Deputado, há um ponto que eu queria fixar.

Eu queria dizer que o mercado vê uma melhoria do resultado primário, mas ele não incorpora nas suas expectativas as medidas que estão sendo sinalizadas. Então, a melhoria de resultado primário que o mercado vê não é a melhoria de resultado primário das metas. E aí eu acho que há um ponto importante: há um distanciamento grande entre a trajetória da meta e as expectativas de mercado, mas não há um distanciamento grande entre a expectativa de velocidade de melhora do resultado e a expectativa que emerge do arcabouço fiscal. Em outras palavras, há um espaço para reversão de expectativa em relação à entrega da meta, ou seja, se a meta não for entregue... Há um espaço que o mercado está prevendo em que essa meta não vai ser entregue. Em compensação, não há um espaço em uma velocidade de melhora menor, mais lenta, do que a do arcabouço.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Jeferson, V.Sa. já estourou os dois prazos que eu lhe dei.

O SR. JEFERSON BITTENCOURT - Então, será minha última frase, Deputado. Desculpe-me.

Seria muito ruim rever a meta de resultado primário, mas há um espaço, nas expectativas de mercado. Seria muito pior rever a velocidade de crescimento da despesa, porque aí haveria uma grande reversão de expectativas de mercado, e não há espaço em relação ao que o mercado está vendo.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Jeferson.

Tem a palavra o Sr. Ricardo Volpe, o nosso Consultor de Orçamento.

O SR. RICARDO ALBERTO VOLPE - De forma breve, eu gostaria de agradecer o convite feito pelo Deputado, pela Comissão Mista de Orçamento, para representar a Consultoria da Câmara dos Deputados.

Agradeço também ao Deputado Relator Claudio Cajado, que nos deu a honra de poder assessorá-lo e discutir os aprimoramentos que já foram citados por alguns colegas anteriormente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agradeço ainda à Mesa, aos Deputados presentes, aos demais consultores, jornalistas e pessoas da assessoria que estão presentes a esta reunião.

Eu vou colocar só algumas telas — a apresentação, para quem tiver interesse, vai ter alguns elementos adicionais — para falar um pouquinho do modelo. Acho que é importante conhecer um pouquinho o modelo que está por trás do regime fiscal sustentável.

(Segue-se exibição de imagens.)

O regime sustentável tem como parâmetro a estabilização da dívida. Dentro dessa estrutura que nós concebemos da Lei Complementar nº 200/2023, há os princípios, já no art. 1º, de que as metas fiscais da LDO devem estar ancoradas na sustentabilidade da dívida. Apesar de estarmos com déficit recorrente desde 2014 e projetado para 2023, zerando em 2024, o que está por trás de ter uma trajetória, saindo de um déficit, um pouco do que o Jefferson falou, de ter uma velocidade ao longo do tempo que nos permita equilibrar e tornar a dívida sustentável para evitar todos os efeitos que os demais colegas falaram em termos de taxas de juros, de inflação, etc.

Então, com esses resultados compatíveis, a LDO trouxe já essa previsão e também o próprio arcabouço, como já foi citado, de 0%; 0,5%; 1% até o final do Governo, com resultados crescentes. O que há de novidade nesse modelo que trouxemos no arcabouço fiscal? A busca de integrar as duas regras fiscais: o teto de gastos, que é esse limite de despesa, que vai dar esse ritmo de crescimento abaixo do crescimento da receita, e também essa regra que nós temos hoje dos resultados primários.

É por isso que houve o esforço na discussão dentro do Congresso de colocar o máximo de despesa dentro do teto, porque, a partir do momento em que ela é captada por resultado primário, eu vou elaborar um orçamento com coisas fugindo do teto. Então, essa foi a lógica de buscar esses princípios que foram colocados aqui da neutralidade, que o Paulo Bijos colocou de forma bem precisa.

Um aprimoramento importante do nosso ponto de vista da discussão legislativa foi trazer as medidas de ajustes. Quer dizer, não basta eu fazer um déficit e continuar, por exemplo, aumentando as renúncias de receita. Se eu estou com o meu orçamento desequilibrado, no caso, 10 anos com desequilíbrio fiscal, estrutural, eu vou continuar tendo renúncias de receitas se o Governo está com um sinal de querer aumentar a receita ou pelo menos preservar a receita. Então, uma das medidas de ajuste é: se realmente eu não estou em condições fiscais, eu vou segurar a concessão de renúncias de receita. E também no caso de expansão de despesa obrigatória. Basicamente, as maiores despesas que nós temos são vinculadas ao salário mínimo e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

servidores. Então, há toda uma mecânica por trás dessa lei em cima de você, ao descumprir metas, poder acionar medidas e ajustes.

Agora, isso deixa de forma rígida o gestor? Eu me esqueci de falar que as medidas são em duas etapas. Se continuar por 2 anos e seguidas, acrescentam medidas adicionais. Isso foi baseado na lei complementar que fizemos, Deputado Relator, Deputado Mauro Benevides, do regime de recuperação fiscal dos Estados. Nós tentamos dar um gradualismo nas medidas e, ao mesmo tempo, permitir que o gestor pudesse trocar aquela medida de ajuste. Hoje o Estado, em regime de cooperação fiscal ou plano de equilíbrio fiscal, pode escolher as medidas que ele vai fazer. Então, cabe ao Presidente da República mandar medidas e falar: *"Eu quero promover, de repente, um aumento em uma despesa, mas eu vou compensar de outra maneira"*. Então, ele pode escolher, vamos chamar assim, ao longo do tempo, caso sejam acionados os gatilhos, como chamamos, as medidas e ajustes fiscais, quais que eu vou modelar, modular os efeitos em função de uma aprovação legislativa.

Houve o próprio aprimoramento do teto de gastos, que foi feito e citado aqui, que é o IPCA, mais um crescimento real, buscando, ao longo do tempo, essa pequena economia que vai ser gerada, como o Jeferson comentou, de 0,2% do PIB, que também contribuiu.

E aquilo que o Deputado Mauro Benevides quer, entre outros aqui, é buscar ou preservar o investimento público. Então, há regras, na locação, de um valor mínimo para o piso de investimentos e também, o que é uma discussão desde a época da LRF dos anos 2000, caso obtenha uma meta de resultado primário superior àquela estabelecida, essa poupança adicional ir para os investimentos, porque é a válvula de ajuste em última instância do resultado primário. Então, há medidas, como citei, na contenção de crescimento da despesa, tanto obrigatória quanto nas renúncias de receita.

Na próxima tela, trago um pouquinho desses números. Dentro de um trabalho que fizemos bem no início do arcabouço fiscal foram simulados alguns cenários. Então, a linha que está em vermelho é a linha dentro do arcabouço fiscal, que você vai ter uma trajetória de queda. Só a partir de 2026 e 2027 é que ela vai se estabilizando. Então, se eu cumprir a meta fiscal dentro do centro da meta nos próximos anos, que seria 0% em 2024; 0,5%, 1% e assim por diante, com um crescimento para chegar próximo ao 1,5% do PIB, que seria o resultado primário requerido, que o Diretor Executivo da IFI comentou, o Pestana, nós teríamos esse efeito na dívida pública até 2032.

Caso eu cumpra a meta, mas num piso inferior, então, 0,25% abaixo, eu estaria na linha verde. Então, seria um ritmo paralelo um pouco mais lento. E, numa situação em que eu cumpra





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

abaixo da meta, mas ainda tendo uma intervenção, vamos chamar assim, tendo controles e medidas, taxas de juros mais estáveis, eu vou estar na linha roxa, com uma crescente.

Se eu não fizer intervenção nenhuma, quer dizer, deixar no ritmo que estão as renúncias fiscais hoje, sem recomposição de receita e com essa despesa dada, que tem esse alto grau de rigidez, eu vou ter uma trajetória explosiva, que é a dívida insustentável.

Então, de alguma maneira, o arcabouço fiscal traz esse limitador, no caso, se eu não cumprio a meta, o ritmo de crescimento, em vez de 70% da receita cai para 50%, eu consigo modular essa trajetória explosiva da dívida que está representada na linha azul. Então, ele é um importante instrumento que hoje o gestor público tem e que permite você sincronizar uma meta fiscal com uma regra fiscal do resultado primário e, ao mesmo tempo, em casos de descumprimento dessa regra, eu tomar medidas de ajustes.

Para finalizar essa parte — a apresentação terá mais telas —, no PLOA, analisando um pouco a proposta orçamentária, aquilo que está por trás da LDO, dentro dessa regra que há pela correção do IPCA, que é 3,16%, mais esse crescimento real da despesa, que deu um aumento de 1,7%, que são 70% de 2,43%, que dá 1,7%, o crescimento, o fator de correção do teto de gastos para 2024 ficou em 4,9%. Então, o aumento que nós temos nos limites está dando próximo a 5%. E, se você pegar o Orçamento que está em vigor em 2023 e quanto vai vigorar em 2024, será de 5% o aumento do componente inflação mais o crescimento real.

Mas existem duas possibilidades de créditos que o arcabouço permitiu. Um é de forma permanente. Sempre que for verificado que a inflação do meado do ano é inferior à inflação anualizada, permite-se que o Governo abra um crédito e o incorpore no limite daquele ano. Isso porque, como comentei, boa parte das despesas são indexadas ao salário mínimo, que tem a inflação avaliada de forma anualizada.

Na discussão que nós fizemos com o Bijos, com o Ceron, com toda a equipe, nós falamos: *"Olha, então, nós vamos dar essa possibilidade para não haver a defasagem"*, vamos falar assim.

Então, esse crédito que o Governo incorporou via LDO, que é a discussão que o Deputado Claudio Cajado trouxe e que ainda está pendente de receitas também, aumenta o limite em torno de 32 bilhões de reais, a depender da inflação que vai ser apurada no final do exercício. Apurada a inflação, em janeiro, o Governo vai poder abrir um crédito para poder acomodar essas despesas nesse espaço adicional, mas precisa da fonte, naturalmente, para se financiar isso.

Outro crédito é o que vai vir no segundo Relatório de Avaliação Bimestral. Nesse relatório, o Governo vai avaliar se realmente, naquele ano, está projetando um crescimento real que permita chegar a esta diferença. Ele alocou o crescimento real de 1,7% e pode chegar até 2,5%, que é o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

teto. O limite máximo de crescimento real da despesa, no arcabouço, é de 2,5%. Essa diferença de 0,8% vai permitir abrir um crédito em torno de 15 bilhões de reais. Também, até lá, a receita tem que estar crescendo de forma real para acomodar essa despesa.

Então, nós temos dois créditos ainda pendentes de aprovação legislativa, que é o que eu chamei de Crédito 1, ligado ao IPCA, em torno de 32 bilhões de reais, mais esse Crédito 2, diferença de crescimento real, em torno de 15 bilhões de reais, que dão 47 bilhões de reais.

Arredondando, são quase 50 bilhões de reais de orçamento, que é o espaço adicional que o Governo vai ter. Hoje ele tem um teto de 2 bilhões e 60 milhões de reais, mais 50 bilhões de reais. Ele vai ter um teto em torno de 2 bilhões e 100 milhões de reais.

Basicamente, essa seria a contribuição que eu trouxe. Há outras telas aqui na apresentação para quem tiver curiosidade de conhecer o modelo orçamentário.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - É impossível ficar otimista desse jeito, não é? Além dos 168 bilhões de reais, ainda vem mais essa conta aí, que vai dar 49 bilhões de reais.

Obrigado, Ricardo Volpe, nosso amigo que trabalha aqui conosco.

Agora eu passo a palavra à Dra. Ana Claudia Borges, que é da Consultoria de Orçamento do Senado.

A SRA. ANA CLAUDIA BORGES - Bom dia a todos.

Eu gostaria, inicialmente, de agradecer ao Deputado Danilo Forte, Relator do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, pela oportunidade de participar desta audiência. Em nome da Consultoria de Orçamento, agradeço por ter a honra de participar desta audiência pública que trata de um tema tão importante no cenário atual, político e econômico, do nosso País.

Cumprimento também o Deputado Claudio Cajado, Relator do projeto, e todos que participam desta Mesa discutindo esse assunto.

Eu vou falar bem rapidamente, tendo em vista que o assunto foi bastante explorado aqui pelos oradores anteriores, também tendo em vista que os Parlamentares que estão presentes gostariam de colocar sua opinião.

Eu gostaria de falar sobre três pontos importantes relacionados a toda a discussão que foi feita e ao modelo que foi aprovado. Inicialmente, em relação à questão teórica; depois, ao desenho, à estrutura, como as regras fiscais foram organizadas; e, por último, a alguns aspectos operacionais.

Como temos visto, não ficamos, nas metas fiscais, apenas na elaboração do Orçamento, quando chega aqui a proposta, e como as despesas foram, então, alocadas, mas, sim, depois,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

durante o ano, quando novas contingências aparecem, quando realmente vamos ver se aquele modelo proposto foi bem desenhado. Verificamos se, de alguma forma, ele realmente deu os instrumentos aos gestores da política fiscal para que as metas sejam cumpridas, porque, se de alguma forma se vislumbre que não vai dar ou que está muito difícil, rapidamente se busca uma nova solução e, às vezes, muda-se a regra.

Então, o próprio desenho precisa ser bastante bem-feito, para que dê os instrumentos necessários na hora da execução, para que tudo o que foi ali planejado, tudo o que se pretende com os objetivos de dívida, com os objetivos de arrecadação, prioridade de despesa realmente possa chegar a bom termo no final do ano.

Em relação à questão teórica, quero dizer que eu já participo, há muitos anos, das discussões aqui na CMO, como uma coadjuvante nas decisões. Eu estou aqui desde 1996, então, há bastante tempo. E eu acho muito importante frisar a evolução de todas essas regras que hoje se discutem, principalmente com relação ao Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, porque é ali que as regras realmente são definidas e que se balizam as ações que vão ocorrer durante o exercício.

Podemos ver que a LRF chegou em 2000, e ela tratava de metas fiscais relacionadas ao resultado primário, e que houve todo um processo de aprendizado em relação a contingenciamentos, como essas regras deveriam ficar dentro da LDO para que o Congresso tivesse participação e como as prioridades do Congresso, na forma de emendas, poderiam ser cumpridas na hora da execução. Aqui havia uma discussão enorme sobre quais emendas seriam aprovadas, emendas individuais, de bancada, de Comissão, e, depois, a dificuldade de execução. E, ao longo do tempo, vieram novas regras, novos desenhos, para que todas essas prioridades fossem cumpridas.

Em 2000, falávamos só de resultado primário; em 2016, começamos a falar em teto de gastos. E aí, sim, na minha opinião, foi um grande acerto começar a falar de orçamento propriamente dito, porque o teto de gastos fala das dotações orçamentárias.

Até 2016, não havia qualquer custo ao Executivo de incluir novas dotações no Orçamento, porque, por meio do contingenciamento, se cumpria meta. Então, havia um excesso de autorizações que fazia com que o Orçamento passasse a impressão de que era apenas uma ficção, em que se cabia tudo, mas se fazia muito pouco.

Então, a partir de 2016, com o teto de gastos, aquelas despesas que são alocadas e que cabem no teto de gastos são, sim, as prioridades. Eu não sou partidária de quem fala que o Orçamento não tem prioridades. Não, são essas as prioridades. Por quê? Porque várias outras





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ficam de fora, várias outras iniciativas que os gestores gostariam de fazer dentro das políticas públicas. E aquele conjunto de decisões que ficam dentro do Orçamento são as prioridades.

Com o teto de gastos, além do contingenciamento, nós temos outro instrumento, que são os bloqueios. E o bloqueio é para quê? Porque só há aquela cesta de decisões que estão no Orçamento. Se precisar de uma nova cesta ou de novas despesas, alguma coisa vai ter que sair. Assim fica muito clara a prioridade. Por exemplo, houve no ano passado a discussão sobre as bolsas. Quando pensaram que, para colocarem novas despesas, teriam que cortar bolsas, essa discussão de prioridades veio à tona.

Então, acho que é o maior ganho que se tem atualmente, com um desenho de regras fiscais, usando limites para ter um controle da dívida e, ao mesmo tempo, trazer o Orçamento para dentro da discussão, quais são as despesas que cabem no Orçamento, e essas, sim, são nossas prioridades, vamos tentar a qualquer custo executá-las. É isso que a sociedade quer, a partir de toda uma discussão que há aqui no Congresso durante 4 ou 5 meses em que o projeto aqui fica para ser emendado, discutido e analisado.

Eu acho que essas novas regras que foram aprovadas aqui dão, sim, os instrumentos necessários para os gestores, na figura do Secretário de Orçamento, o Paulo Bijos, e do Secretário do Tesouro, que falou anteriormente. Eles estão cientes dos desafios que vêm pela frente e propuseram, já agora, na forma como chegou, o Projeto de Lei Orçamentária. E, dentro de tudo o que foi discutido pelo Congresso Nacional, aprovado e que está na Lei Complementar 200, há, sim, um planejamento forte, regras fortes no País com vistas à sustentabilidade da dívida, com vistas a se colocarem prioridades, para que haja a execução do Orçamento próxima de tudo aquilo que foi definido no processo de discussão dentro do Congresso.

Essa é a minha participação e o meu testemunho, vamos dizer assim.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Dra. Ana Claudia.

Agora, com a palavra o Dr. Bráulio Borges, pesquisador da Fundação Getulio Vargas, que vai participar remotamente.

O SR. BRÁULIO BORGES - Boa tarde a todos.

Vocês me escutam? Eu gostaria de confirmar isso.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Está o.k.

O SR. BRÁULIO BORGES - Obrigado. Agradeço o convite para poder participar hoje desta sessão da CMO.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu represento o FGV IBRE, *think tank* de economia aplicada em que eu e mais alguns colegas, como Manoel Pires, Samuel Pessôa, dentre outros, estamos participando dessas discussões do arcabouço fiscal e de outras discussões fiscais ativamente.

Eu queria trazer algumas contribuições. Para não ser muito repetitivo em relação ao que já foi dito aqui, eu elenquei alguns fatores que gostaria de abordar.

Primeiro, ouvimos um grande recado do ex-Presidente do Banco Central, Arminio Fraga, quando disse, ao abrir a sessão de hoje — ele não colocou exatamente dessa maneira, mas eu gosto de resumir assim —, que não existe uma dicotomia entre responsabilidade fiscal e responsabilidade social. As duas têm que andar juntas. A responsabilidade fiscal ou a sustentabilidade fiscal é uma condição necessária para um desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo. Então, temos que fugir um pouco disso que, muitas vezes, vemos sendo ecoado mais no campo político, ou seja, de que existe essa dicotomia. Precisamos, sim, de sustentabilidade fiscal como condição necessária para várias questões: reduzir o juro estrutural, viabilizar um orçamento plurianual que se consiga, de fato, executar, dentre outros aspectos favoráveis.

Dito isso, o Brasil vem, desde 2015, com a dívida pública subindo. Acho que, em relação a esse critério de sustentabilidade, tem toda aquela discussão sobre o nível da dívida, como o Jeferson Bittencourt colocou. Mas, independente do nível de dívida, enfim, há também a questão da trajetória. E o fato é que a dívida pública brasileira vem subindo desde 2015. Inclusive, após a aprovação do teto de gastos, ela subiu bastante de 2017 a 2019, antes da pandemia. A dívida líquida subiu quase 10 pontos percentuais do PIB.

A dívida, depois, deu um salto em 2020, por conta da pandemia; recuou em 2021 e ficou mais ou menos estável em 2022. Mas essa estabilização da dívida no ano passado — e mesmo a queda em 2021 — foi muito explicada pelo imposto inflacionário. A inflação no Brasil e no mundo como um todo acelerou muito por várias razões. E isso ajudou a controlar a nossa dívida. O fato é que hoje estamos de novo em trajetória de aumento. Basta olhar as projeções para verificar que a dívida tende a subir de novo. E isso significa dizer o seguinte: precisamos de uma consolidação fiscal. Consolidação fiscal é o quê? Elevar o resultado primário.

Partimos de um déficit primário neste ano projetado para a faixa de menos 1,5% ou menos 1,4%, se pegarmos a projeção do Tesouro mais recente; ou menos 1%, se pegarmos o prisma fiscal mais recente. Então, partimos de menos 1% ou menos 1,5%, e precisamos chegar a uma faixa de mais 1% ou mais 1,5%, que é o primário requerido para estabilizar a dívida.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sustentabilidade fiscal requer que, pelo menos, estabilizemos a nossa dívida como proporção do PIB ao longo do tempo.

Podemos, eventualmente, discutir lá na frente a redução dessa dívida em proporção ao PIB. Mas, pelo menos, temos que tentar estabilizar essa dívida. E, para estabilizar, o resultado primário da União tem que chegar a essa faixa positiva de mais 1% a mais 1,5% o quanto antes. Enquanto tivermos obtendo resultados primários abaixo dessa faixa, a nossa dívida pública vai continuar subindo. Óbvio que há a questão do crescimento do PIB, que pode ajudar ou atrapalhar, assim como a questão da própria inflação. Mas o fato é que precisamos realmente de um superávit primário nessa parte de mais 1% a mais 1,5% do PIB o quanto antes para estabilizarmos a dívida.

Mas há várias maneiras de obter essa consolidação fiscal, ou seja, para sairmos de menos 1% para mais 1% ou mais 1,5% do PIB. Podemos fazer pela receita, podemos fazer pela despesa, podemos fazer combinando os dois. Quando olhamos para a experiência dos países ao longo dos últimos 40 anos a 50 anos, vemos que é mais ou menos meio a meio. A consolidação fiscal feita pelos países, ou seja, esse processo de elevar o resultado primário, geralmente é viabilizada com metade de medidas mais pelo lado da receita e metade das medidas mais pelo lado da despesa.

Só que a gente tem que lembrar que uma consolidação fiscal não para aí. Não basta elevar o resultado primário. Esse é um meio. O objetivo de uma consolidação fiscal, como eu já disse antes, é estabilizar a dívida como proporção do PIB ou, eventualmente, gerar queda ao longo do tempo.

Há outra literatura que tenta identificar quais são as consolidações fiscais mais bem-sucedidas, aquelas que de fato geraram aumento no resultado primário e geraram, algum tempo depois, estabilização e queda da dívida como proporção do PIB. De um modo geral, essa literatura de sucesso dos ajustes fiscais nos aponta algumas coisas interessantes e algumas coisas novas, como, por exemplo, de fato, ajustes fiscais mais pelo lado da despesa parecem ser mais bem-sucedidos do que os do lado da receita. No entanto, se você focar o corte da despesa em investimento público, você pode ter um ajuste fiscal contraproducente. Você eleva o primário, mas a sua dívida acaba subindo no final das contas. Pelo lado das receitas, também há várias gradações possíveis. Há trabalhos super-recentes mostrando que, quando você busca receitas por ampliação de base, seja no Imposto de Renda pessoa física, corporativo ou mesmo sob consulta, isso tem um efeito muito menos negativo sobre o PIB — e, portanto, com sucesso da consolidação fiscal — do que quando você aumenta alíquotas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, na prática, há muitas gradações possíveis. Nesse sentido, não é só despesa, não é só receita, muito menos se deve tratar receitas e despesas com medidas uniformes. A forma importa.

Dito isso, vou entrar na discussão do arcabouço fiscal brasileiro, essa nova regra fiscal que foi introduzida, que foi apresentada no começo do ano para substituir o teto de gastos e agora foi recentemente aprovada. O arcabouço fiscal, como já foi dito aqui antes, tem uma nova regra de despesa que dá alguma previsibilidade para a evolução da despesa da União e, acoplada a isso — que não está no arcabouço, mas está nos PLDOs —, uma meta de resultado primário crescente para elevar o resultado primário de menos 1% a menos 1,5% neste ano para perto de 1% positivo, em 2026. Eu falo perto porque existe aquela banda, que pode ser 0,75% ou 1,25%, em 2026, pois isso está dentro da meta que está sendo proposta.

Essa meta — se vocês lembrarem o que eu já disse aqui — de 1% de superávit está no limite inferior dessa banda de 1% a 1,5% do primário requerido para estabilizar a nossa dívida. Então, parece ser um ponto final coerente essa escolha de meta. Eu, particularmente, escolheria algo mais próximo de 1,5% para ter alguma margem de manobra e, eventualmente, gerar queda da dívida, e não simplesmente estabilizá-la. Mas 1% de superávit, em 2026, parece ser algo razoável.

Agora, essa meta precisa ser cumprida. O arcabouço fiscal tem mecanismos de *enforcement*, se as regras de gastos não forem cumpridas. Mas, como o próprio Jeferson citou aqui antes, sozinha, a regra fiscal de despesa não leva o superávit primário para mais 1% em 2026. A gente precisa de muitas medidas pelo lado das receitas para viabilizar essas metas. Inclusive, isso ficou explícito no PLOA do ano que vem, que demonstra que precisamos de mais ou menos 170 bilhões de reais de novas medidas, sendo que 123 bilhões, mais ou menos, se transformam efetivamente em... No pacote proposto, desses quase 170 bilhões, mais ou menos 120 bilhões ou 125 bilhões, de fato, se reverterem em receitas líquidas para a União, e o restante vai ser partilhado com Estados e Municípios. Os Estados e Municípios, via FPE e FPM, vão acabar ganhando um pouco, porque a gente sabe que há a partilha federativa de alguns tipos de tributos.

Portanto, o pacote que está sendo proposto, no valor de 170 bilhões, é necessário para chegarmos à meta de superávit do que vem, mas a gente ainda precisa de mais medidas, em 2024 e em 2025, para chegarmos à meta de superávit primário em 2026.

A minha impressão é a seguinte, já trazendo outra discussão que surgiu aqui: as projeções de consenso do mercado continuam muito céticas com relação ao cumprimento dessas metas de resultado primário daqui até 2026. Se olharmos o *Focus* do Banco Central e o *Prisma*, nas edições





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mais recentes, veremos que o mercado projeta déficits primários para o ano que vem e também para 2026 e 2027. Em 2026, a gente teria um déficit primário de 0,2% do PIB. Então, ou o mercado acha que as medidas que o Governo está buscando pelo lado da receita não serão aprovadas; ou acha que essas medidas têm uma potência, vamos dizer assim, em termos de geração de receita, muito menor do que aquelas que o Governo vem apresentando.

Nesse sentido, há essa divergência clara hoje: as metas me parecem bem calibradas — refiro-me às metas de resultado primário. Como eu já disse aqui, eu colocaria um pouquinho mais e talvez um pouco mais rápido. Mas existe uma incoerência muito grande entre as projeções de mercado e o que o Governo está sinalizando. E eu acho que o Governo deveria cumprir essas metas, porque isso pode gerar um círculo virtuoso daqui em diante.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Bráulio Borges.

Recomendo à assessoria da Comissão de Mista de Orçamento que, na próxima audiência pública, convide no máximo quatro ou cinco expositores, para não tolhermos muito o debate.

Nós temos uma lista de inscrição com quatro Deputados, mas um deles já saiu da reunião, que foi o Deputado Carlos Zarattini.

Convido a fazer uso da palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Obrigado, Deputado Danilo Forte, nosso Relator. Saúdo todos os integrantes da Mesa, os painelistas que já se apresentaram e os colegas Deputados aqui presentes.

O nosso tempo é de 3 minutos. Eu fiquei até o final porque eu queria registrar um aspecto que me parece precisa ser colocado. A ênfase maior de todas as falas aqui foi sobre a preocupação fiscal. Quando se votou o teto de gastos, em 2016 — acho que foi a primeira medida adotada pelo Temer, à época, quando foi retirada a Dilma —, dizia-se que o Governo anterior era irresponsável e havia gastança. Todos esses argumentos e discursos que foram usados.

Bom, o anúncio feito foi o seguinte: *"Vai ter teto de gastos, vai crescer a economia, vai ter atração de investimentos do exterior, vai ter equilíbrio..."*. Nada disso aconteceu. Nada. Então, onde está o teto de gastos na questão fiscal?

Nós precisamos colocar, uma vez na vida, lado a lado, a questão fiscal e a social. Eu fiquei preocupado, hoje de manhã, porque só se falou de ajuste fiscal. O povo está pobre; o povo está desempregado; as indústrias foram embora; não geraram emprego.

Para onde nós estamos olhando agora? A questão da economia não é só um fator. É preciso haver crescimento da economia, para colocar salário na vida do povo, promover consumo e fazer com que as pessoas possam se aposentar e possam viver, porque daí o comércio vai vender, daí





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

a indústria vai produzir, daí nós vamos trabalhar a ciência e tecnologia. Esse desenvolvimento é que tem que acontecer. E aí vai haver recursos. Caso contrário, não haverá recursos.

Esta é a primeira observação que quero fazer: a preocupação deve ser fiscal e social, para haver desenvolvimento econômico com qualidade.

Segundo aspecto: esta Casa aqui aprova renúncias fiscais para as empresas, mas depois cobra do Governo responsabilidade e equilíbrio. Bom, agora acho que vão 30 bilhões, depois serão 20 bilhões para os Municípios, por causa das renúncias. Ora, esta Casa vota renúncia, mas exige do Governo equilíbrio... E a Casa não quer votar os projetos que o Governo está apresentando para, uma vez na vida, termos justiça tributária no País. Então, isso é uma contradição desta Casa: damos isenções, exigimos equilíbrio e não votamos o que o Governo apresenta para que haja justiça tributária, por exemplo: retomada do voto qualificado do CARF — houve gente que questionou —; transações tributárias; a questão dos fundos de investimento fechados; as *offshores*; apostas esportivas; uma tributação mais simplificada. Nós tivemos resistência em alguns setores. E exatamente os setores que exigem discurso fiscalista querem aumentar as isenções, cobram responsabilidade do Governo e não querem aprovar as medidas que fazem justiça tributária. Aí não há como equilibrar as contas!

Então, temos o PAC agora. E eu tenho muita esperança, sim, que possamos ter equilíbrio fiscal caminhando com o equilíbrio social. As medidas estão mostrando aqui...

Eu acho que nós temos que debater, sim. Por isso, é importante a audiência pública, para podermos colocar esses elementos. Se, ao longo desses anos, só tínhamos o discurso fiscal, e só aumentava o déficit; agora, temos um discurso fiscal e social e, já no primeiro ano, querem que haja empate, zero a zero?!

Eu não sou adepto a essa tese. Acho que temos que trabalhar para isso, mas esse não deve ser o nosso mote. O nosso mote é fazer com que o Brasil possa crescer, que possamos diminuir esse déficit e que possamos ter desenvolvimento, com as duas responsabilidades.

Era apenas esse registro que eu precisava fazer.

Desculpem-me, mas fiquei até o fim do meu tempo. Estou, realmente, no meu limite, mas eu queria registrar isso com essa responsabilidade.

Obrigado, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Deputado Bohn Gass.

Esse é o nosso sentimento, mas quem estipulou a meta foi o próprio Governo.

Tem a palavra o Deputado Mauro Benevides Filho.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Sr. Presidente, Deputado Danilo Forte, eu quero dizer publicamente aqui — Paulo, Ricardo, Ana Claudia, Marcus e Walbinson — que, quando eu era pequeno, o Deputado Danilo Forte já era grande referência de liderança lá no meu Estado e tudo mais. Portanto, quero aproveitar este momento para fazer esse registro.

Mas vamos lá! O Brasil tem um problema de modelo errado. Aqui na Câmara, no Ministério da Fazenda, no Ministério Planejamento, só se discute despesa primária. Aqui é regra de ouro, é Lei de Responsabilidade Fiscal, é Lei nº 4.320, Emenda Constitucional nº 109. O mercado financeiro não deixa o Congresso Nacional, nem o Ministério, nem o Governo discutir despesa financeira. Não existe na história brasileira, desde que se implantou resultado primário, metas de inflação e câmbio flutuante, não existe resultado primário que pague juros. A dívida é crescente, permanentemente, ao longo dos anos. Parece que as pessoas fecham os olhos para não ver isso. E tome corte! E tome corte!

Agora, na parte da despesa financeira, Deputado Danilo Forte, parece que o Congresso tem medo, o Ministério tem medo! O sistema financeiro, com quem eu tenho conversado muito, dizem que proibem o Congresso e o Ministério da Fazenda discutirem isso. *"Discutam lá o primário, se vai ser zero, se vai ser menos 1%."* Isso é irrelevante! Digo isso porque, mesmo que se gere 30 bilhões de superávit, 40 bilhões de superávit, nós vamos pagar 680 bilhões de juros! Então, isso é irrelevante. Ou discutimos uma maneira de como isso poderá ser feito...

Quanto ao arcabouço, diz-se: *"Olha, nós vamos fazer políticas públicas que deem sustentabilidade à dívida pública"*. Qual é o nível sustentável? A LDO vai dizer que é 74, 78 e 77. Sim. Qual é o nível sustentável? É proibido que o Congresso diga isso. Eu preciso saber se eu estou caminhando para sustentabilidade ou não. O arcabouço é todo baseado nisso, e é proibido que o Congresso diga qual é.

Então, eu vou fazer uma proposta na LDO e queria a aquiescência de V.Exa. para isso. Hoje, na despesa primária, eu limito 20% de acréscimo por decreto. Aliás, no Orçamento, o Ministério do Planejamento — estão vendo que eu estou deixando o Paulo Bijos de lado, pois estou falando do Ministério como um todo — está aumentando para 30% essa suplementação por decreto — e estou limitando, para se fazer por decreto. Porém, quanto à despesa financeira, Deputado Danilo, o céu é o limite!

Eu estou querendo propor que coloquemos uma regra: se é 30% para primária, vamos colocar 35%, 40% para juros, pelo menos para dar transparência, para a população brasileira conhecer quanto é que nós estamos pagando de juros. Nós vamos investir 218 bilhões de reais





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

em saúde e vamos gastar 680 bilhões de reais com juros. Alguém precisa tomar conhecimento disso.

O modelo está errado! Ou, se mudamos alguma coisa, esse número cresce e cai; cresce e cai.

Segundo ponto: não existe piso de investimento. Quero ponderar, meu amigo Paulo Bijos e Ricardo, que me ensinou tantas coisas, que não existe piso. Piso é somente para LOA. Se, em algum momento, ele precisar ser contingenciado, ele será contingenciado. É uma falácia o que estão dizendo.

Eu fiz uma emenda — e o Deputado Cajado, brilhante como é, absorveu-a no seu relatório —, que é exatamente o § 3º do art. 7º, na qual digo somente isto: se precisar contingenciar, poderá — poderá! — o Governo Federal fazer essa limitação na mesma proporção da despesa primária. E propuseram veto! Ou seja, esse é o mesmo erro do teto de gastos. A variável de ajuste do teto de gastos foi que, se crescesse despesa obrigatória, para se manter o teto do gasto, cortariam investimento. Veio de 100 bilhões de reais para 22... Nós estamos cometendo o mesmo erro, Deputado, igualzinho. Na hora em que o Governo quiser cortar investimento, ele cortará o investimento, porque o veto foi feito, e ele poderá cortar 100%.

Portanto, meu caro companheiro e colega Deputado Marcus Pestana, não há piso. Se assim for a decisão, piso é somente para PLOA e para LOA, é "para inglês ver" — aliás, desculpe-me, para brasileiro ver.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - É... Seria mais ágil. Então, isso é importante.

Terceiro ponto — e já estou terminando —, o Jeferson disse que a dívida é muito alta e muito cara, e é mesmo. O Brasil tem a maior taxa de juro real do mundo! O Presidente do Banco Central me chamou, e eu, com a minha equipe, fui lá conversar com ele e pedi: "*Dê-me o modelo*". Eu rodei o modelo lá no Ceará — vocês sabem — lá na UFC. A minha taxa de juro deu 11,25% — a taxa de equilíbrio, a que faz a convergência para a meta. E eu pedi que ele me desse os parâmetros dele para eu rodar e até brinquei com ele, senhores e senhora da Mesa, quando falei: "*Presidente Roberto, já pensou um Deputado de oposição falar que o senhor está certo no seu cálculo?*" Ele disse: "*Você está querendo os meus coeficientes*". Ele não me dá isso! Não existe essa transparência. Não há essa necessidade.

Portanto, quanto ao resultado primário, será um esforço enorme que esta Casa vai fazer, que os assessores vão fazer, mas isso vai me gerar 50 bilhões de reais de superávit, enquanto





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

vou pagar 600 bilhões de reais! Será possível que ninguém vê?! Quarto e último ponto. Eu fui Relator do Regime de Recuperação Fiscal, brilhantemente assessorado pelo Volpe e por toda a equipe que esteve comigo naquela época. Eles propuseram 12 anos — e com muita luta! Obviamente, o Tesouro estava me bancando. Nós reduzimos para 9 anos, com 1 ano de carência. Mas estou sabendo, meu caro companheiro e amigo Paulo Bijos, que o Rio de Janeiro já está negociando com o Tesouro para voltar para 12 anos. Ele pediu 15 anos. Eu me desgastei, achei que estava fazendo demais, cortei de 12 para 9 anos, e dois Governadores ficaram com raiva de mim. Isso foi recentemente, foi a Lei Complementar nº 178, de 2021. Agora vai chegar a esta Casa para aumentar para 12...

O que é o RRF, para quem está nos assistindo? É a União pagar as dívidas dos Estados brasileiros, sobretudo do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. E está tudo bem, está tudo lindo...

Aí nós vamos aumentar a despesa, Deputado Danilo, em mais 100 bilhões de reais, e ninguém diz nada... Está tudo lindo, maravilhoso.

Tem alguma coisa errada no Brasil. Enquanto ficarmos discutindo só a despesa primária, ninguém vai encontrar essa solução, que eu acho extremamente relevante.

Obrigado a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Deputado Mauro Benevides Filho, isso é porque você é muito jovem. Tem muita coisa errada. Essa questão do subsídio da Medida Provisória nº 1.185, de 2023, também precisa ser discutida. Querem acabar com o subsídio do Norte e do Nordeste e manter o subsídio do Sudeste e do Sul, onde a indústria petrolífera, que é a indústria que mais tem rentabilidade no mundo, tem isenção de impostos no pré-sal, votada por nós.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Dos 486 bilhões de reais de despesa tributária, 69% são no Sul e no Sudeste. É só ver a distribuição.

Então, tem alguma coisa que precisa ser corrigida, e eu vou aprendendo sempre com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Muito bem.

Depois que você se revelou de oposição pela primeira vez na vida, eu fico muito feliz.

Com a palavra o Deputado Sidney Leite.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) - Sr. Presidente, senhores e senhora da Mesa, a minha fala é simples.

Primeiro é o seguinte, caro Prof. Mauro Benevides: não vemos resistência nesta Casa para se tratar questão tributária para pobre trabalhador. Eu fiz parte do grupo de trabalho da reforma





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

tributária, juntamente com o Deputado Mauro, que está aqui ao meu lado. Nós não vimos ninguém discutir a situação do pobre e do trabalhador. Mas todos os outros setores estavam representados e tinham dificuldades.

Eu não discordo, Prof. Marcus, de se tributar o que o Governo está propondo. Até quando a classe trabalhadora e os pobres deste País vão ter que garantir a receita tributária deste País? Até quando?

A segunda questão — e o Deputado Mauro colocou muito bem — é essa questão dos juros. Deputado Danilo, ou melhoramos as premissas do Banco Central, ou o Brasil todo vai trabalhar para atender a Faria Lima. Essa é que é a grande realidade. Como o Deputado Mauro colocou, não há preocupação e não há discussão sobre essa questão do custo da dívida, nem da dívida em si, lembrando que, quando esta Casa votou a política de juros, relatada por V.Exa., Deputado Danilo, com a redução de tributos dos derivados de petróleo, de energia e de comunicação, nós tivemos a queda da inflação. A inflação se mostrou resistente a essa política da alta de juros. Esse remédio, como citaram, não foi a solução dos problemas. Ela caiu de 2 dígitos para 1 dígito quando esta Casa votou e o Senado confirmou essa votação.

Por isso, eu quero parabenizar V.Exa. pela realização destas audiências públicas, no sentido de que este Parlamento, como esta Comissão, tem que discutir soluções em relação a isso. Enquanto ficarmos discutindo redução de gasto e de investimento, Paulo, para a saúde, para a educação e para a infraestrutura, não teremos discussão nenhuma sobre o custo e o volume da dívida, que nunca reduz — diga-se de passagem.

Pode haver crise financeira e recessão neste País, mas nunca vi — e sou mais novo do que Prof. Mauro; não sou um jovem, mas sou mais novo do que ele — banco não ter lucro neste País.

Então, entendo que já passou da hora de discutirmos essa questão e apontarmos soluções, para que possamos corrigir distorções num País tão desigual. Como foi dito aqui por uma apresentação de alguém que estava na Internet, nós não temos esse conjunto, qual seja o de termos este volume de comprometimento com o custo da dívida. E isso é verdadeiro. Não é aceitável que, em um país pobre como o Brasil, Deputado Mauro, chegarmos à casa de 700 bilhões de pagamento de dívida. Isso é inaceitável. Enquanto isso, milhares de brasileiros sequer têm acesso a uma refeição por dia.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Deputado Sidney Leite. Obrigado a todos os Deputados e Deputadas que participaram desta audiência, assim como





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

agradeço às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que participaram virtualmente desta audiência.

Senhoras e senhores palestrantes, para nós, é uma satisfação muito grande poder fazer o debate. Acho que o debate é essência da democracia. Aqui os questionamentos foram feitos. É uniforme que a Câmara dos Deputados não tem simpatia por essa política de aumento de impostos. Muito pelo contrário, acho que é muito mais simpática a preocupação de dar consistência ao orçamento a partir da priorização e da interlocução real da capacidade de endividamento do Brasil e a contribuição que o povo brasileiro pode dar neste momento de crise, que exige também um esforço por parte do mercado financeiro dentro dessa compreensão.

Por outro lado, também queremos fazer uma Lei de Diretrizes Orçamentárias a mais próxima possível da realidade. Eu fiquei muito preocupado com a explanação do Volpe, quando ele colocou que, além dos 168 bilhões — em razão dos quais já estamos, por meio de uma engenharia criativa, tentando buscar embasamento para o ano que vem —, ainda tem um novo projeto de complementação orçamentária já previsto para o ano que vem — e, portanto, já serão dois. Isso é o que traz insegurança e falta de credibilidade para, inclusive, alcançarmos êxito na redução da taxa de juros, estipulada muito em função da segurança que o País apresenta. Mas o Brasil, ao longo da sua história, foi sempre bom pagador. Pode-se buscar os parâmetros pelos quais o Brasil tem procurado cumprir suas obrigações.

Agora, em primeiro lugar está o povo brasileiro. E é exatamente por isso que também estamos querendo inovar. E quero aqui, mais uma vez, lembrar que, pela primeira vez na história, vamos ter uma política integrada de apoio às crianças com deficiência. Já foi criada, inclusive, uma rubrica no orçamento, que já está no PLOA deste ano e veio com 156 milhões. Será, ainda, aberta a oportunidade para que os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas possam, inclusive, incluir suas emendas, não só emendas individuais, mas emendas de bancada e de Comissão nessa rubrica, que vai ser muito importante para atender 18,2 milhões de brasileiros que não têm assistência do nosso Estado, não têm acompanhamento devido e que precisam de um abrigo onde sejam tratados com dignidade.

Acho que essa é a inovação social que vamos fazer no orçamento do Brasil. Espero contar com o apoio de todas as Sras. Deputadas e Srs. Deputados, assim como das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores.

Também vamos ter que votar o relatório preliminar, para dar andamento. Haverá, inclusive, espaço para recebermos as emendas. Já notei que o Deputado Mauro Benevides e o Deputado Sidney Leite querem contribuir muito, inclusive com apresentação de emendas inovadoras e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

revolucionárias na elaboração do orçamento do Brasil. Portanto, temos que abrir esse prazo e, para tanto, precisamos da votação do relatório preliminar.

Então, vou combinar com Presidenta Daniela, que não pôde estar presente hoje em razão de evento no Estado da Paraíba, mas já vamos combinar a data para a aprovação do relatório preliminar e abertura do período das emendas Parlamentares. As emendas já serão destinadas ao relatório final.

Muito obrigado a todos. Boa tarde. E que Deus nos abençoe!

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Presidente, vamos apenas ouvir o Paulo em relação ao corte dos investimentos — se ele quiser. E poderíamos ouvir o Ricardo também.

O SR. PAULO BIJOS - Perfeito.

Obrigado, Deputado, pela oportunidade de trazer alguns esclarecimentos adicionais. Em primeiro lugar, acho que a presença do piso de investimentos no PLOA e na Lei Orçamentária Anual já é um avanço no sentido de olhar com mais atenção e carinho uma rubrica que é tão cara para uma agenda de reconstrução e desenvolvimento nacional, em prol do crescimento econômico.

Nós estávamos, à época de confecção desse novo modelo, plenamente cômicos de que o País vinha operando em níveis muito deprimidos de investimentos públicos. Então, esse avanço foi uma conquista. E estendo aqui as congratulações a todos que empunharam essa bandeira.

A questão, agora, é mais técnica, no sentido de considerar que, pela natureza, não há um prejuízo para a rubrica específica de investimentos. Como a natureza da despesa é discricionária, há somente esse fato de que as despesas discricionárias como um todo, sejam elas de custeio ou de investimentos, são passíveis de contingenciamento, a depender dos relatórios apurados bimestralmente. Minha observação é mais sobre essa questão de que a natureza da despesa é discricionária e, portanto, continua passível de contingenciamento.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Para fazer uma tréplica, muito rapidamente, Presidente Danilo, quero dizer que não estou negando, na emenda, a possibilidade de corte, não. Pode-se cortar, só que a nossa proposta é no sentido de se cortar na proporção da despesa discricionária. Pode-se cortar. O veto significa que se pode cortar tudo. Era só essa a minha preocupação.

O SR. PAULO BIJOS - Apenas para fazer um complemento nesse sentido — e peço perdão por não ter ido ao ponto específico do veto —, devo esclarecer que a questão considerada foi a de que essa continua sendo uma faculdade do gestor público. Na hora de realizar o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

contingenciamento, o gestor poderá ter essa sensibilidade de fazer um contingenciamento proporcional ou não, a depender das circunstâncias. Se for identificado, por exemplo, que determinado nível de custeio também deve ser preservado, essa será a razão pela qual a proporção não poderá ser exatamente a mesma.

Como há incerteza quanto a isso, reputou-se mais seguro ter essa flexibilidade. Mas eu compreendo totalmente a preocupação de V.Exa.

O SR. RICARDO ALBERTO VOLPE - Eu gostaria de complementar, Bijos. Deputado, depois vou passar a nota técnica a V.Exa., mas, realmente, temos uma rigidez adicional que, muitas vezes, não é considerada no orçamento. Dentro dessa despesa discricionária, o Governo ainda tem a quase 60 bilhões para cumprir os pisos da saúde e da educação, que é uma despesa discricionária que está dentro dos mínimos. Então, não há como os órgãos funcionarem sem esse custeio — vamos chamar assim — ligado ao piso da saúde e da educação.

Adicionalmente, há mais quase 60 bilhões de reais, que é o custeio da máquina pública: energia, contratos, combustível, tudo o que se imaginar. Nisso, o montante já chegou a 120 bilhões.

Quando se fala para a proporção ser a mesma no custeio e no investimento, quando se retira isso, na realidade, o que sobra de disponível que o Governo tem na capacidade de manejo de corte, infelizmente, não chega a 15 bilhões de reais.

O espaço de corte que o Governo tem hoje, com a rigidez orçamentária que temos, é muito restrito.

Então, se garantir todo o investimento, sobriam 15 bilhões. Se o corte for na mesma proporção, dependendo o caso do custeio, será quase 70% — e daí seria inviável.

É complicado. A conta não é tão simples. Mas nós entendemos... *(Risos.)*

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Tudo bem, mas aí você vai exercer a sua prioridade como gestor: é melhor aumentar o custeio, ou é melhor deixar pelo menos parte do investimento? Essa é a decisão errada do Brasil. Variável de ajuste no Brasil, salvo melhor juízo, também é cortar investimento.

O SR. RICARDO ALBERTO VOLPE - No momento, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Forte. Bloco/UNIÃO - CE) - Não tenho dúvida com relação a isso, Deputado Mauro Benevides Filho.

Eu agradeço a todos.

Vamos conduzir os nossos trabalhos, para que possamos fazer o melhor relatório e apresentar uma melhor e mais consistente Lei de Diretrizes Orçamentárias.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Obrigado a todos.

Boa tarde.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2023.

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. Esta reunião foi convocada para debater sobre os critérios de escolha de beneficiários de recursos provenientes de transferências voluntárias da União, em atendimento ao Requerimento n. 2/2023-CMO, de autoria da Deputada Adriana Ventura (NOVO/SP), aprovado na 3ª Reunião Deliberativa Extraordinária, ocorrida em 12/07/2023. Para isso, foram convidados representantes dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, da Integração e Desenvolvimento Regional, das Cidades e Tribunal de Contas da União. Embora tenham sido convidados, os Ministérios do Planejamento, da Saúde, da Agricultura e Pecuária e do Esporte encaminharam e-mail informando que, por incompatibilidade de agendas, não poderiam participar. Verificaram-se as presenças dos **Deputados Titulares**: Adriana Ventura, João Carlos Bacelar, Luciano Amaral e Otoni de Paula. **ABERTURA**: às quatorze horas e dezesseis minutos, foi iniciada a reunião sob a condução da Deputada Adriana Ventura (NOVO/SP) que comunicou a finalidade da audiência pública e informou que a reunião ocorreria de forma semipresencial com parlamentares e palestrantes participando de forma presencial no plenário e virtualmente por meio da plataforma Zoom. Para melhor ordenamento dos trabalhos, a Presidente em exercício informou que, de acordo com o estabelecido no art. 15, inciso III, da Resolução 01/2006 do Congresso Nacional, os palestrantes disporão de 10 minutos, prorrogáveis, para sua exposição. Além disso, informou que, de acordo com o art. 94, §2º e §3º do Regimento Interno do Senado Federal, os parlamentares presentes poderiam, terminada a apresentação dos convidados, interpelar os oradores exclusivamente sobre o tema da exposição pelo prazo de 3 minutos, tendo os interpelados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 3 minutos. Informou ainda que as apresentações dos convidados estavam disponíveis na página da CMO e abriu a lista de inscrições para o debate. Quanto à composição da Mesa, estavam presentes o Secretário-Executivo Adjunto do Ministério das Cidades, Sr. Antônio Vladimir Moura Lima; a Diretora de Gestão Estratégica da Secretaria-Executiva, Sra. Fabíola Barros e os consultores de orçamento da Câmara dos Deputados, Sr. Eugênio Greggianin e do Senado Federal, Sr. Fernando Moutinho. Os demais convidados participaram remotamente por meio da plataforma zoom. Após fazer algumas colocações sobre o Requerimento que originou a Audiência, a Deputada Adriana Ventura, passou a palavra para o representante do Ministério das Cidades, Sr. Antônio Vladimir Moura Lima que fez sua explanação sobre o tema, com o auxílio de recurso multimídia e apresentação de slides, por meio do qual citou os principais programas de ações das Secretarias do Ministério, a carteira ativa de investimentos, bem como os critérios utilizados para distribuição de recursos oriundos de transferências voluntárias. Posteriormente, a palavra foi concedida à representante do Ministério da Educação, Sra. Patrícia Costa Dias, Diretora de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais do FNDE que apresentou, com o auxílio de slides, o PAR - plano de ações articuladas – Transferências voluntárias para educação básica. Em seguida, a presidente em exercício, passou a palavra para o Sr. André Quintão, Secretário Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome que fez sua exposição, logo após o Sr. Johnny Ferreira dos Santos, Diretor de Integração e Controle Técnico da Secretaria Executiva do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, que discorreu, com auxílio de slides, citando os principais normativos que tratava sobre o tema nesta pasta e os critérios utilizados pelo ministério para indicação de beneficiários de transferências voluntárias da União. Encerrada a participação dos Ministérios, a Dep. Adriana

206





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

[illegible]



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
(REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA (SEMIPRESENCIAL))

Em 14 de Setembro de 2023

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar todos os nossos convidados e todos os que estão presentes aqui no plenário.

Declaro iniciada a 10ª Reunião Extraordinária de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de atender ao Requerimento nº 2, de 2023, da CMO, de minha autoria, aprovado na 3ª Reunião Extraordinária, para discutir os critérios de escolha de beneficiários de recursos provenientes de transferências voluntárias da União.

Caro senhores, eu acho que, até a título de explicação para quem nos ouve, o conceito de transferência voluntária vem do art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que basicamente estabelece que transferência voluntária consiste na entrega de recursos que pode ser para custeio, para obra, para equipamento, a outro ente da Federação, sejam Estados, Distrito Federal, Municípios, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira que não decorra da determinação constitucional legal destinada ao Sistema Único de Saúde. Então, trata-se de uma transferência de recursos da União para os outros entes, isso é, de forma discricionária, é uma questão de escolha.

Esta audiência foi solicitada, até para explicar aos senhores, porque nós precisamos discutir quais são esses critérios de escolha que muitas vezes são questionados. Por que esse dinheiro foi para esse lugar? Então, é importante discutir quais são esses critérios, como esses critérios são definidos, quais são os indicadores usados para medir ou como esses indicadores estão sendo desenvolvidos. Então, o objetivo é construir. O objetivo é realmente que haja ciência do que é feito, afinal de contas, nós estamos falando de dinheiro público. É preciso ter transparência, ter critério, estar vinculado à política pública. Somente no caso das emendas impositivas, seja individual seja de bancada, que também são transferências voluntárias, essa escolha é feita pelo Parlamentar ou pela bancada em questão. Então, esse é o objetivo.

Continuando, informo que a reunião ocorre de forma semipresencial. Pode haver Parlamentares presentes no plenário, Parlamentares e alguns convidados participando via Zoom.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 15, inciso III, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, os palestrantes disporão de 10 minutos, prorrogáveis, para a sua exposição.

Conforme estipulado no art. 94, parágrafo 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256, parágrafo 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, terminada a apresentação dos senhores expositores, os Srs. Parlamentares inscritos para interpellar poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo os interpellados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 3 minutos.

Informa ainda que as apresentações dos palestrantes, quando houver, estarão disponíveis na página da Comissão.

A lista de inscrição para o debate está aberta. Como autora do requerimento, eu esclareço que temos uma sessão concomitante na Câmara dos Deputados, então, eu acho que essa parte de questionamento dos Parlamentares vai ficar disponível para eles assistirem, mas nós não teremos muitos Parlamentares aqui por conta disso.

Antes de passar a palavra aos participantes, informo que foram convidados todos os órgãos solicitados no requerimento, no entanto, por incompatibilidade de agendas, não teremos a participação do Ministério do Planejamento, do Ministério da Saúde, do Ministério da Agricultura e Pecuária e do Ministério do Esporte.

Quanto à composição da Mesa, temos aqui representantes do Ministério das Cidades: o Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Antonio Vladimir Moura Lima, e a Diretora de Gestão Estratégica da Secretaria-Executiva, Sra. Fabíola Barros.

Compõem a Mesa também o Consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados Eugênio Greggianin e o Consultor de Orçamento do Senado Federal Fernando Moutinho. Quero fazer um agradecimento público a esses consultores, que sempre participam, contribuem bastante e trazem muita luz para o debate.

Os demais convidados, representantes dos Ministérios, participarão virtualmente. Já agradeço imensamente aos convidados que participarão de forma remota: Sr. Waldemir Paschoioto, do TCU; Sra. Patrícia Costa, do MEC/FNDE; Sr. André Quintão, Secretário Nacional de Assistência Social; e Sr. Johnny Ferreira dos Santos, representante do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional.

Muito obrigada a todos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu passo a palavra agora ao representante do Ministério das Cidades, Sr. Antonio Vladimir Moura Lima, Secretário-Executivo Adjunto, que está aqui na Mesa conosco.

O SR. ANTONIO VLADIMIR MOURA LIMA - Boa tarde a todos e a todas, àqueles que nos assistem por videoconferência, bem como todos que aqui estão presentes.

Eu gostaria em primeiro lugar de cumprimentar, em nome da Deputada Adriana Ventura, todos os integrantes da Mesa, Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras que nos assistem também.

É um imenso prazer representar nesta reunião o Ministério das Cidades. Sou servidor de carreira do Ministério do Planejamento, cedido para o Ministério das Cidades desde início de 2019. Passei por algumas Secretarias do Ministério e hoje tenho oportunidade de, na qualidade de Secretário-Executivo Adjunto, representar aqui o Ministro e o meu Secretário Executivo, participando deste debate tão importante para a sociedade brasileira.

Farei uma apresentação. Nunca é demais falar do Ministério e mostrar a estrutura do Ministério. É importante lembrar a todos que o Ministério foi inicialmente criado em 2003 e extinto em 2019. Iniciamos o exercício recriando e estruturando a Pasta para voltar a entregar políticas públicas como Ministério entregou ao longo dos anos de existência. Trata-se de uma Pasta extremamente importante para o País, porque dialoga diretamente com os Municípios brasileiros, com as cidades brasileiras. De fato, nas cidades estão os principais problemas e desafios urbanos a serem enfrentados. Então, essa construção, esse diálogo de forma participativa com os Municípios é de extrema importância.

Vamos falar um pouquinho da estrutura do Ministério das Cidades.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nós temos hoje cinco Secretarias Nacionais na estrutura do Ministério: Secretaria Nacional de Periferias, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana, Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano e Secretaria Nacional de Habitação.

Aqui trazemos a Secretaria Nacional de Periferias, que tem como foco principal atuar no que chamamos no jargão de "favelas", que são os assentamentos precários, em diálogo constante e de forma participativa, por meio do Periferia Viva, que está em voga, com as lideranças comunitárias, tentando estruturar, articular e integrar tanto em âmbito federal as políticas quanto em âmbito local para que consigamos estruturar e levar urbanização e trazer esses territórios para a cidade formal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há as várias formas de acesso ao recurso, seja por meio de FGTS ou por meio do OGU, que podem ser transferências obrigatórias ou transferências voluntárias.

Aqui trazemos um pouco do que é a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, que atua com recursos do OGU, FGTS e parcerias com o Governo alemão para trazer tecnologias para aprimorar formas de atuar ambientalmente sustentáveis e também da mesma forma há possibilidades de atuar fazendo termos de compromisso, contratos de repasse e transferências com o principal objetivo de conseguir cumprir até 2033 as metas do marco legal, que seriam 99% para a água e 90% para o esgoto. Recentemente, foi apreciado por esta Casa com relevantes contribuições a questão da revisão do marco legal.

Aqui trazemos um pouco da Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana, em que têm bastante relevância essas ações de compra de trem e de renovação de frota, porque isso impacta diretamente na redução de tarifa, bem como na questão da descarbonização. Estamos iniciando ações no sentido de trazer os ônibus elétricos e de ter acessibilidade maior nesses veículos.

Aqui também tem uma pauta importante que colocamos que seriam os planos de mobilidade. Segundo a Lei da Mobilidade, os Municípios tinham até 12 de abril último para entregar o plano de mobilidade. Preocupados, porque ainda havia um volume significativo de mais de 1.500 Municípios sem entregar esses planos e sem poder acessar recursos, inclusive de transferências voluntárias, encaminhamos uma medida provisória e estamos em diálogo tanto com a Câmara quanto com o Senado no sentido de construir uma solução. Sabemos que esses Municípios precisam de um auxílio e de que o Ministério crie uma forma de capacitação e de diálogo para que consigamos avançar na entrega desses planos, que são instrumentos importantes para o planejamento urbano.

Aqui trazemos um pouco da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Estou passando um pouco rápido, porque o tempo é curto, e a ideia não é entrar no detalhe. Ficamos à disposição depois, se alguém aqui quiser discutir ou fazer uma agenda específica sobre cada ação dessa.

Nas ações de desenvolvimento urbano, focamos muito na questão de executar equipamentos, praças, calçadas e outros equipamentos públicos sempre acessíveis. Outra coisa importante é que temos parcerias também com instituições e outros organismos internacionais no sentido de criar projetos sustentáveis ambientalmente.

Aqui, como é de notório conhecimento de todos, a Secretaria Nacional de Habitação retoma um programa importantíssimo, principalmente para aquelas famílias de baixa renda, que é o Faixa 1, que ficou muito tempo sem contratações. Recentemente, foi editada uma medida provisória que foi apreciada por esta Casa, com relevantes contribuições tanto da Câmara quanto do Senado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, retomamos um programa importantíssimo de inclusão social e de dignidade para as famílias, principalmente aquelas de baixa renda.

Por fim, mostramos o resultado da carteira ativa hoje. Ou seja, o Ministério que recentemente se reestrutura tem o desafio gigante de tocar um passivo. Quero lembrar que tem o anúncio do PAC de 1,7 trilhão. E 40% desses recursos são do Ministério das Cidades. Então, é importante que nos lembremos do desafio gigante de uma pasta que está se reestruturando de fazer entregas para a sociedade, principalmente para aqueles que mais precisam.

Vemos aqui o foco maior nas transferências voluntárias. No que se refere à pauta, não perderíamos a oportunidade de falar do Ministério, Deputado. E foi por isso que fizemos essa introdução. Trazemos aqui os critérios que estabelecemos para as transferências voluntárias. Esses critérios não são exaustivos, porque temos os manuais das ações, temos a análise técnica de especialistas das Secretarias, mas editamos e publicamos esses critérios por meio de portaria no início do mês de maio.

Agora podemos ver o fluxo do que estamos fazendo. No início de maio publicamos a portaria com os critérios, assinada pelo nosso Ministro. Em seguida, criamos, a partir de diálogos e discussões internas com as Secretarias, um fluxo de contratação. Criamos também uma plataforma para recepcionar propostas das diversas ações que podemos selecionar, assinando contrato via transferências voluntárias, já que há também uma discussão sobre o estabelecimento de critérios para fazermos transferência obrigatória via PAC. Divulgamos e demos transparência também a um cronograma por ação orçamentária, com prazo para o Município apresentar, com prazo para analisarmos. E, uma vez selecionada dentro dos critérios da portaria dos manuais, das análises técnicas do Ministério, divulgamos essa seleção no *site*. Informamos o *link* na parte inferior da apresentação. E, uma vez selecionadas, encaminhamos essas propostas para a plataforma Transferegov.br. Uma vez inserida na Transferegov.br, vai haver novamente a análise técnica das propostas por parte das secretarias finalísticas. Essas propostas, em seguida, são encaminhadas para a Caixa para apreciação do plano de trabalho, empenho e contratação dessas operações.

Estou finalizando a minha apresentação para tentar cumprir o tempo. Trouxe um painel interno que criamos para acompanhar essas propostas que estão sendo selecionadas, estão sendo encaminhadas para a plataforma para análise e posterior contratação. Vemos aqui um exemplo do nosso exemplo em Power BI para conseguimos demonstrar para as instâncias superiores a evolução dessas transferências.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Preocupados com essa questão da transparência, da publicidade, de deixar claro todo o rito, antecipamo-nos no início do ano — e a Portaria Interministerial nº 1, portaria da SRI, tratava dos critérios — para discutir o assunto internamente. E falamos: *"Não! Vamos também dar transparência a esse processo todo, o passo a passo do que está acontecendo aqui"*.

Eu fico à disposição para quaisquer esclarecimentos. Quero dizer que são sempre relevantes as contribuições que a Câmara e o Senado nos apontam, para que possamos incorporá-las ao processo.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Muito obrigada, Sr. Antonio Vladimir Moura Lima pela apresentação.

Eu tenho perguntas, na verdade, mas, como são perguntas amplas, vou deixar também para todos os participantes de maneira geral. Há uma ou outra coisa específica, mas eu vou deixar tudo para o final, pois vou passar próximo convidado.

Agradeço bastante pela apresentação.

Passo a palavra agora para a Sra. Patrícia Costa Dias, Coordenadora-Geral de Programas Especiais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE, que é representante do Ministério da Educação e está participando virtualmente, por meio da plataforma Zoom.

A SRA. PATRÍCIA COSTA DIAS - Boa tarde a todos e todas.

É um prazer estar aqui. Cumprimento a Deputada Adriana Ventura e, por meio dela, todos os Parlamentares aqui presentes e a equipe do TCU e dos outros Ministérios. Desejo um bom trabalho a todos nós.

Vou falar um pouquinho de como tem sido a transferência de recursos voluntários da União no âmbito da educação básica, em que o FNDE atua nas políticas do Ministério da Educação.

Vou compartilhar aqui uma breve apresentação.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nós temos um programa que se chama Plano de Ações Articuladas — PAR, por meio do qual as transferências voluntárias são efetuadas no âmbito da educação básica.

O Plano de Ações Articuladas é uma ferramenta de planejamento multidimensional e plurianual da política da educação e tem como objetivo promover a melhoria da qualidade da educação básica em consonância com as metas do Plano Nacional de Educação. Nesse PAR, são pactuados termos de compromisso vinculados à Lei nº 12.695, de 2012. Ele atualmente é operacionalizado no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação — SIMEC, mas também é migrado para a plataforma Transferegov.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esse Plano de Ações Articuladas está no quarto ciclo, ele se iniciou lá em 2007: o primeiro ciclo foi de 2007 a 2010; o segundo, de 2011 a 2014; o terceiro, de 2016 a 2020; e o quarto, em que estamos atualmente, iniciou-se em 2021 e termina em 2024.

O Plano de Ações Articuladas é dividido em algumas etapas. Dentro do SIMEC, existem algumas abas que delimitam cada uma dessas etapas. A etapa preparatória tem informações cadastrais dos entes federados e das equipes gestoras envolvidas no PAR, tem informação sobre os Planos Nacionais de Educação e sobre os planos estaduais, distrital e municipais, tem um *link* também para a Plataforma +PNE, com as metas do Plano Nacional de Educação, e tem o histórico de execução dos termos de compromisso que são pactuados no âmbito do PAR, nos ciclos anteriores, além de algumas pendências que o ente pode verificar para a construção do seu plano que se inicia no exercício, como, por exemplo, as prestações de contas pendentes ou algumas outras pendências existentes na execução desses planos.

A partir do preenchimento da etapa preparatória, abre-se uma fase de diagnóstico da situação da rede educacional do ente federado. Nessa etapa, o próprio sistema já traz diversos indicadores educacionais extraídos do IBGE, do INEP e também da execução do FNDE. Com base nesses indicadores educacionais e nos demográficos trazidos inclusive do Censo, o ente federado consegue fazer o diagnóstico da sua rede educacional. Ele preenche diversos indicadores para mostrar como a sua situação está e, a partir desse diagnóstico, identifica as suas necessidades.

Para atender a suas demandas e melhorar os seus índices educacionais, o ente constrói um plano para 4 anos, que tem diversas possibilidades de atendimento, com recursos da União, do MEC e do FNDE. Nessa etapa de planejamento, em que ele constrói o seu plano, existem diversas iniciativas já cadastradas no sistema passíveis de serem atendidas. Ele encaminha esse plano para a análise técnica e financeira das Secretarias do MEC e das Diretorias do FNDE. A partir dessa análise, que ocorre de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira e conforme critérios técnicos de análise, que são definidos por meio de resolução, é gerado um termo de compromisso validado eletronicamente pelo Prefeito ou pelo Secretário Estadual de Educação lá na ponta.

Em seguida, há a etapa de execução, em que o ente faz a licitação ou adere a uma ata de registro de preços feita pelo FNDE, possibilitando, assim, a adesão dele na aquisição de objetos que são financiados com recursos nossos. Depois da execução, o ente insere toda a documentação comprobatória dessa execução no próprio sistema, como contratos e notas fiscais.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A partir daí, nós fazemos a transferência do recurso para a conta do ente federado. Ao final, abre-se a prestação de contas segundo os prazos estabelecidos na legislação.

O que pode ser objeto de assistência financeira no PAR? O Comitê Estratégico do PAR definiu 27 iniciativas que estão constantes das duas resoluções publicadas pelo Conselho Deliberativo do FNDE, a Resolução nº 4, de 2020, e a Resolução nº 24, de 2021, que delimitam quais são as iniciativas passíveis de serem objeto de assistência técnica e financeira pelo MEC e pelo FNDE.

Essas iniciativas vão desde a formação a eventos, aquisição de materiais, aquisição de equipamentos e de mobiliários para as escolas de educação básica, assim como obras, veículos escolares, custeio de transporte escolar e alguns serviços. Então, são diversas possibilidades para as quais o ente pode solicitar a assistência financeira do FNDE. Com base nessas iniciativas que já foram aprovadas pelo comitê, nós fazemos a análise, o que possibilita, futuramente, a geração de um termo de compromisso e a pactuação desse termo entre a União e o ente federado.

Sobre a legislação que dispõe sobre o regramento do PAR, há o decreto que instituiu o plano lá em 2007, o Decreto nº 6.094; há a lei de implementação do PAR, a Lei nº 12.695, de 2012; e há as Resoluções nºs 4, de 2020, e 24, de 2021, que estabelecem os critérios de atendimento e de análise, bem como todo o procedimento operacional para o quarto ciclo do PAR.

Nós estamos revisando a Resolução nº 4. Criamos um *ranking* de atendimento aos entes que foi muito difícil de ser implementado e, em conjunto com o INEP e com as Secretarias do MEC, estamos num processo de revisão dessa resolução para a elaboração de um indicador de atendimento que une, além do IDEB, outros critérios.

Como ainda não está pronto esse novo indicador para atendimento, em 2023, priorizamos o atendimento dos termos de compromisso que estavam em andamento, conforme preconiza a LDO. Basicamente, utilizamos o orçamento para suplementação orçamentária de obras que já haviam sido pactuadas, como a construção de creches e escolas, e para aquisição de ônibus, por meio das atas de registro de preço realizadas pelo próprio FNDE. Em 2023, enquanto esse processo de revisão dos critérios de atendimento está em andamento, priorizamos aquilo que já foi pactuado e que precisava de suplemento orçamentário.

Também foi publicada a Portaria nº 1.699, de 2023, que estabelece critérios específicos para o Resultado Primário 2 — RP2, com despesas alocadas no plano orçamentário A401. Essa portaria já foi publicada, é específica para esse atendimento de RP2 discricionário, mas, nesse PO, nesse plano orçamentário, ela trata especificamente de aquisição de veículos e custeio de transporte, aquisição de imobiliários e obras. Bem resumidamente, a portaria leva em





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

consideração o valor aluno total do FUNDEB, leva em consideração o atendimento em anos anteriores, a menor avaliação no transporte escolar daquele ente federado no que diz respeito à aquisição de veículos e custeio de transporte e dá prioridade para entes com baixos indicadores educacionais, ou seja, aqueles que têm IDEB abaixo da média e, além disso, adesão aos programas do MEC: Educação em Tempo Integral e Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Esses são os programas prioritários de atendimento.

Além disso, após a pactuação desses termos de compromisso no SIMEC, o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle, nós temos migrado os termos de compromisso do PAR 4 para a plataforma Transferegov. Por decisão do próprio Governo, todas as transferências voluntárias hoje devem estar no Transferegov. Como o SIMEC é um sistema mais amplo que o Transferegov, porque ele tem a parte inicial desse diagnóstico da rede escolar que o Transferegov não tem, nós acordamos com o MGI de fazer a migração desses termos após a aprovação da proposta. Então, o ente continua elaborando seu planejamento no SIMEC; a análise dessas iniciativas que são solicitadas por ele também ocorrem no SIMEC e, após a aprovação, fazemos uma migração via serviço das propostas aprovadas para o Transferegov.

A abertura da conta corrente dos termos do PAR 4 também tem sido feita pelo MGI. A validação continua no SIMEC, mas o gestor não precisa validar novamente no Transferegov, porque essa migração é feita de forma automática.

Sobre o bloqueio de OBTV: para aqueles termos que já receberam recursos, ou seja, que já executaram o objeto e comprovaram essa execução no SIMEC, mas que foram migrados para a plataforma, nós solicitamos ao MGI o desbloqueio dessa conta para possibilitar que o ente federado repasse os recursos à empresa que prestou serviço ou para aquele cujo bem foi adquirido pelo Estado ou pelo Município. De modo geral, os termos de compromisso têm sido migrados para a plataforma Transferegov.

Portanto, de forma muito rápida e sucinta, respeitando os meus 10 minutos de exposição, eu agradeço a oportunidade, deixo aqui o meu contato e me coloco à disposição para qualquer dúvida que porventura ainda venha a surgir.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Muito obrigada, Patrícia, pela apresentação, que foi muito interessante.

Passo a palavra agora ao representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o Sr. André Quintão Silva, Secretário Nacional de Assistência





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Social, que também está participando de forma virtual, juntamente com o Sr. José Arimateia de Oliveira, Diretor-Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social.

Então, pode começar a sua apresentação. O senhor tem até 10 minutos.

O SR. ANDRÉ QUINTÃO SILVA - Boa tarde, Deputada Adriana Ventura. Quero cumprimentar também os demais Parlamentares. É um prazer participar desta audiência, representando aqui o MDS.

O MDS sofreu um processo de reestruturação, então hoje ele conta com novas secretarias, algumas, obviamente, sem um orçamento ou uma disponibilidade mais robusta. Então, hoje temos outras secretarias que têm os recursos transferidos diretamente para as famílias. É o caso da Secretaria Nacional de Transferência de Renda, do Programa Bolsa Família. Temos, na própria Secretaria Nacional de Assistência Social, cujos recursos são transferidos, descentralizados para o INSS, que é responsável pelo pagamento do Benefício de Prestação Continuada. Então, aqui na Secretaria Nacional de Assistência Social é onde se tem um montante maior de recursos transferidos para Estados e Municípios, a partir do Sistema Único da Assistência Social.

O Sistema Único da Assistência Social começou a ser instituído por volta de 2004, 2005, e é objeto, inclusive, de uma legislação posterior. Então, ele tem um marco regulatório bastante consistente, tem normas operacionais, com a tipificação dos serviços socioassistenciais, tem mecanismos de pactuação e de formulação dessa política pública. Portanto, nós temos a Comissão Intergestores Tripartite, que conta com a representação do CONGEMAS, que é o Colegiado Nacional de Gestores Municipais, e do FONSEAS, que é o Fórum Nacional de Secretários de Estado, além do Governo Federal. E também temos um órgão máximo de controle social, que é o Conselho Nacional da Assistência Social.

Então, toda a partilha de recurso ordinário, permanente, regular e automático, no âmbito do SUAS, passa por essas pactuações. Essas pactuações são transformadas em resoluções, em portarias, que organizam essa transferência regular e automática a partir de determinados critérios.

O SUAS é organizado para a proteção social básica, e a unidade referencial é o Centro de Referência da Assistência Social — CRAS, com as suas equipes de referência de recursos humanos. Hoje os CRAS estão instalados em praticamente todos os Municípios brasileiros. É aquele trabalho de fortalecimento de vínculo, acompanhamento de famílias, um trabalho de promoção e prevenção. Além disso, temos os CREAS, que são Centros de Referência Especializados de Assistência Social. A proteção social especial tem o foco naquelas situações em que um direito já foi violado — trabalho infantil; uma criança explorada sexualmente; uma mulher





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

vítima de violência; um idoso abandonado. Esse trabalho é realizado em parceria com as entidades de assistência social sem fins lucrativos, seja para convivência familiar, seja para acolhimento institucional.

E temos também as unidades de Centro POP, voltadas para a população em situação de rua.

Então, a transferência do SUAS é praticamente universal. Todos aqueles Municípios e Estados que necessitam e aceitam essa pactuação recebem esses recursos. Inclusive, temos uma boa notícia: desde o início do ano, conseguimos fazer essa transferência regular, automática, rigorosamente em dia. Os critérios variam, dependendo da área de atuação. Então, por exemplo, no caso do cofinanciamento para situações de calamidade, há uma portaria específica, a Portaria nº 90, de 2013. Há questões específicas em relação a acolhimento institucional da população de rua. E há critérios baseados em índice de desempenho, em registros mensais de atendimento. Isso é apurado mensalmente e pago no mês anterior, mas é uma transferência regular, uma transferência automática, com critérios absolutamente transparentes, submetidos também ao controle social.

No caso dos recursos ordinários, que praticamente são o conjunto dos recursos da assistência social no âmbito do SUAS, operado pelo fundo nacional, há uma transferência fundo a fundo, do fundo nacional para o fundo estadual, e, no caso dos municípios, para os fundos municipais.

E temos também aqueles recursos oriundos do próprio Parlamento, as emendas impositivas, que têm um rito próprio, seja para custeio, seja para investimento também no SIGTV e no Transferegov. E, neste ano, à luz dessa transição orçamentária, para aqueles recursos discricionários que foram acrescidos ao Ministério, foi também publicada uma portaria, a Portaria nº 886, de 2023, estabelecendo critérios por porte de Município, por tamanho de Município, buscando também uma uniformização de critérios para termos equalização na transferência desses recursos.

Então, o SUAS é um sistema absolutamente regulado, essas transferências são pactuadas e, dessa forma, os recursos são repassados.

Na Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, a SESAN, o orçamento deste ano é um pouco diminuto, mas também são chamadas públicas, pactuações com os Estados e os Municípios — mais com os Estados do que com os Municípios.

E a questão mais de emergência e cestas básicas hoje é muito focada nas situações de calamidade nas crises, como a crise dos ianomâmis, a crise causada por ciclones, como a que,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

infelizmente, ocorreu inclusive agora, no Rio Grande do Sul, e nas enchentes. Então, em linhas gerais, essa é a nossa forma de transferência dos recursos, ressaltando aqui que a Comissão Intergestores Tripartite — CIT tem reuniões bimensais, tem câmaras técnicas específicas para tratar de assuntos específicos, e o funcionamento dela foi retomado. Está em pleno funcionamento, com as reuniões regulares, com as câmaras técnicas. E todos esses critérios são discutidos, debatidos, realizados nesse espaço de construção e colaboração federativo.

Fico aqui à disposição para maiores esclarecimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Agradeço bastante ao Sr. André Quintão por sua apresentação. Achei bem elucidativa, principalmente no que concerne às transferências voluntárias.

Agora vou passar a palavra ao representante do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, o Sr. Johnny Ferreira dos Santos, Diretor de Integração e Controle Técnico da Secretaria-Executiva, que está *on-line* conosco.

O senhor tem a palavra, para sua apresentação, por até 10 minutos.

Muito obrigada.

O SR. JOHNNY FERREIRA DOS SANTOS - Obrigado pelo convite. Eu queria agradecer em nome do nosso Secretário Valder, da nossa assessoria parlamentar, o convite para participar desta audiência, parabenizar a Deputada Adriana Ventura pela iniciativa e cumprimentar os colegas de Governo, dos demais Ministérios, e também os Parlamentares que estão participando desta audiência.

(Segue-se exibição de imagens.)

Quando falamos do critério de alocação de recursos de Municípios beneficiados, temos que entender o contexto das políticas, todo esse arranjo que existe em relação a elas e a própria atuação do Ministério.

Inicialmente, falando um pouco sobre o nosso Ministério, a partir da segregação do antigo Ministério do Desenvolvimento Regional no Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e no Ministério das Cidades, hoje, o que nos compete no atual MDR seria tratar da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, da Política Nacional de Irrigação — aí temos uma interface grande com o Ministério da Agricultura — e a Política Nacional de Ordenamento Territorial e a Política Nacional de Segurança Hídrica. Então, todos os nossos recursos, todas as nossas ações orçamentárias e também a questão relacionada a fundos, já que temos recursos também dentro dos fundos constitucionais e dos fundos de desenvolvimento regional, estão ligados nesse conjunto de políticas que o Ministério





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

desenvolve. Essas são as nossas principais atribuições, inclusive estabelecidas na Lei nº 14.600, de 2023, que redefiniu as competências dos Ministérios recentemente.

Cada política tem sua especificidade, e temos alguns referenciais de planejamento. Cito alguns deles. Não estão todos aqui, mas, a título de exemplo, no que toca à questão de infraestrutura e segurança hídrica, há o Plano Nacional de Segurança Hídrica, que aponta uma série de eixos, de critérios e de prioridades que as nossas ações devem obedecer.

Nós temos também a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que foi estabelecida, em 2019, pelo Decreto nº 9.810. Dentro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, eu destaco os Planos Regionais de Desenvolvimento. Então, nós temos, na área de atuação das 3 superintendências — isso é matéria constitucional —, os Fundos Constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. Há também a previsão dos Planos de Desenvolvimento Regional, que são elaborados a cada 4 anos. Nós já encaminhamos a proposta para o período 2024 a 2027. As superintendências regionais, no caso SUDENE, SUDECO, SUDAM, coordenaram esse processo participativo, que envolve vários atores: os governos locais, os atores da sociedade civil organizada local, o setor empresarial, o setor produtivo. Esses planos são referenciais da atuação no que se refere à política de desenvolvimento regional. Há a Política Nacional de Irrigação, que foi estabelecida, em 2013, pela Lei nº 12.787. Então, esses são alguns referenciais gerais de planejamento, com os quais nós estamos trabalhando.

Está em elaboração um Plano Nacional de Defesa Civil, que também seria outro referencial de planejamento. O foco da atuação do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional basicamente está voltado à questão de combate às desigualdades regionais. Então, o nosso foco é combater desigualdades regionais. Há esse um aspecto muito grande em termos de segurança hídrica. Há uma atuação histórica relacionada a obras de infraestrutura hídrica, principalmente na região do Semiárido nordestino, mas não só lá. Isso basicamente mostra a importância do Ministério e como deve ser o esforço no sentido de atender as prioridades dentro dessas políticas que eu mencionei.

Em relação à alocação de recursos, nós temos um conjunto de normativos. Além de desses planos que eu mencionei, há aspectos que estão colocados na lei das políticas, há esses planos de referenciais, há uma série de normativos que são editados internamente pelo Ministério, aos quais devem ser seguidos não só pela administração direta do Ministério, mas também pelas suas entidades vinculadas. No caso, nós temos 3 superintendências: SUDAM, SUDECO e SUDENE. Temos também a CODEVASF e o DNOCS, que são entidades vinculadas. O Ministério procura





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

estabelecer uma linha, de modo que tanto a administração direta, quanto as secretarias finalísticas do Ministério possam atuar, assim como também as suas próprias entidades vinculadas.

Há algumas revisões em termos de normativos. Esse processo já está em curso, são portarias que foram editadas recentemente.

A Portaria nº 1.825, de 2023, que é agora de final de maio, dispõe sobre uma série de procedimentos para operacionalizar as nossas transferências voluntárias. É relativo a 2023. Além desses procedimentos que envolvem questões relacionadas à priorização do foco a ser dado também na alocação dos recursos, temos as portarias que estabelecem manuais específicos, em que há uma questão mais técnica, no sentido de que cada programa, cada ação orçamentária inclusive é regida por alguns manuais técnicos em que se coloca aquilo que pode ser atendido, que é apoiado e, inclusive, aquilo que às vezes não é objeto de apoio do Ministério. Editamos um normativo relacionado à execução do chamado RP 9. Ainda tínhamos empenhos feitos anteriormente que estão em curso. Também estabelecemos regras de execução para concluir esses contratos, esses convênios que se encontravam em andamento.

Quais são os principais critérios que o Ministério tem se utilizado no sentido de estabelecer prioridades? Então, do ponto de vista dos principais critérios, temos priorizado muito a questão dos Municípios com baixos indicadores socioeconômicos. O conceito relacionado aos indicadores socioeconômicos seria relacionado à questão do IDH. Então, houve muito foco em Município com o IDH inferior à média nacional, nos Municípios que estão abaixo da média em termos de IDH; nos Municípios de baixa ou média renda, segundo os critérios que estão estabelecidos na Política Nacional de Desenvolvimento Regional; e também na questão hídrica, houve um foco muito grande na questão de segurança hídrica, em especial na dimensão humana menor do que 3; e também a questão de desigualdade relacionada ao índice Gini. Trabalhamos tentando priorizar os Municípios que estão com a média Gini acima da média nacional. Além desses, temos outros indicadores específicos que aplicamos nos órgãos singulares, que são as nossas secretarias, e também as entidades vinculadas.

Esses são os principais indicadores que foram estabelecidos. Eles foram objeto recente dessas portarias, em que se procuram fazer os critérios de priorização. Então, o foco é bastante grande. Há um foco forte na questão relacionada ao combate às desigualdades regionais que ocorrem no nosso país. O Brasil é um continente, na verdade. Quando estamos falando do Brasil, na verdade, estamos falando praticamente de um continente em que há muitas desigualdades, desde a oferta hídrica. Embora tenhamos 12% da disponibilidade hídrica do planeta, 85% dessa





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

disponibilidade está concentrada em locais em que há 15% da população apenas. Então, há muitas diversidades, e procuramos trabalhá-las dentro das políticas conduzidas pelo Ministério.

Bom, aqui vemos alguns outros critérios que utilizamos. São critérios mais temáticos, relacionados a cada uma dessas áreas. Então, na segurança hídrica, temos que priorizar ações que estejam alinhadas com o Plano Nacional de Segurança Hídrica, obviamente. Temos também a questão dos Municípios afetados pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco, com as Bacias do Nordeste Setentrional. São várias iniciativas que estão dentro do contexto do Projeto de Integração do Rio São Francisco. Então, algumas obras são executadas diretamente pelo próprio Ministério, outras são transferidas para execução para Estados e Municípios. Os Estados que são beneficiários do Projeto de Integração do Rio São Francisco têm executado importantes obras com transferências de recursos feitas pelo Ministério ao longo do tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Sr. Johnny, com licença. Eu já estendi o seu tempo e vou lhe dar mais 1 minuto para o senhor concluir. Está muito interessante, mas depois o senhor pode retomar, nas considerações finais. Obrigada.

O SR. JOHNNY FERREIRA DOS SANTOS - Perfeito.

Aí estão ações no Semiárido, em Municípios com recorrência de situações de emergência ou calamidade pública; e esse alinhamento com os Planos de Desenvolvimento Regional, obviamente. Rapidamente, já indo para o final, quero dizer que também na área da Defesa Civil priorizamos Municípios com Plano Municipal de Redução de Risco de Desastres, que promovam essa gestão integrada. Na parte do desenvolvimento territorial, priorizamos as ações que estejam alinhadas com os Planos de Desenvolvimento Regional, conforme mencionado. Então, esses são os critérios que estão estabelecidos. Temos os nossos manuais, em que se detalham todas as ações.

Agora finalizando, eu colocaria para reflexão a minha visão: quais seriam os grandes desafios no sentido de melhorar esse processo de alocação de recursos e de priorização, de seleção de quem seria beneficiado com as políticas? Eu acho que precisamos avançar, aprimorar cada vez mais os nossos processos de planejamento, em termos de melhoria dos estudos, planos e programas, que precisamos reforçar esses referenciais de planejamento, porque muitas políticas públicas contam com eles. Isso varia muito em função das políticas. Outro desafio é o do alinhamento de prioridades entre o Governo Federal e os entes subnacionais. Nas ações desenvolvidas com o Ministério das Cidades, com o Ministério da Integração e outros Ministérios, muitas vezes, há essa necessidade de fazer um grande alinhamento entre a visão federal e a visão dos entes subnacionais. É uma questão de implementar a capacidade institucional. Às vezes





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

as áreas mais carentes têm muitas dificuldades, em termos de capacidade técnica dos atores, no sentido de viabilizar esses programas e essas ações. Hoje acho que é fundamental também um grande alinhamento entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, principalmente em função do papel que o Congresso tem adotado nos últimos anos, em função de que tem participado muito desse processo de definição orçamentária. Então, esse alinhamento entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo eu acho que é importantíssimo no sentido de qualificar esse conjunto de ações.

Eu acho que também temos que avançar na consolidação da parte política de avaliação de planos e programas, de políticas. Foi criado um Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. Ele tem feito alguns trabalhos interessantes, mas eu acho que temos que sempre procurar melhorar a eficiência dos programas, das ações, de modo a qualificar o gasto. Esse é o objetivo desta discussão que nós estamos fazendo aqui hoje. Acho que isso vai ao encontro da iniciativa que a senhora teve hoje, para o debate aqui.

Desculpe-me por ter ultrapassado alguns minutos no tempo de que dispunha. Fico à disposição.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Muito obrigada, Sr. Johnny. Eu gostei bastante desse eslaide sobre desafios. Eu acho que temos um desafio pela frente mesmo. Há várias coisas que precisamos trabalhar, que precisamos elaborar. Então, eu achei bem bacana esse eslaide final, gostei bastante. Agradeço a sua apresentação.

Passo a palavra agora ao representante do Tribunal de Contas da União, o Sr. Waldemir Paulino Paschoiotto, Auditor-Chefe da Audtransferências — Unidade de Auditoria Especializada em Transferências de Recursos da União.

Sr. Waldemir, o senhor tem 10 minutos para sua apresentação.

Obrigada.

O SR. WALDEMIR PAULINO PASCHOIOTTO - Muito obrigado, Exma. Sra. Deputada Adriana Ventura.

Sras. e Srs. Parlamentares que porventura nos acompanham agora ou venham a nos acompanhar, demais presentes, colegas dos Ministérios que estão participando fisicamente e também pelos meios virtuais, boa tarde a todos e a todas.

Em nome do Presidente do Tribunal de Contas da União, o Ministro Bruno Dantas, eu quero expressar a nossa gratidão pela oportunidade de estarmos aqui, em mais uma ocasião tão importante perante esta Comissão, para discutir um tema bastante relevante. Para nós do TCU a presença no Congresso Nacional é muito importante, especialmente porque podemos vir aqui,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

apresentar e discutir o nosso papel, já que uma parte dele, uma das missões mais importantes, é a de colaborar com o Congresso Nacional no exercício do controle externo da administração pública. Isso tem sido feito de longa data. As nossas unidades técnicas sempre estão empenhadas em fortalecer os laços com o Parlamento. Isso torna este momento bastante significativo para nós.

Antes de adentrar propriamente no tema em debate, dos critérios, e considerando que a nossa unidade, a Audtransferências, é uma relativa novidade dentro da estrutura do TCU, eu peço licença aos senhores e senhoras para começar falando brevemente sobre essa nossa unidade, a Audtransferências.

Eu vou disponibilizar a minha apresentação. Eu creio que ela já está aparecendo na tela.

(Segue-se exibição de imagens.)

Pois bem. A Audtransferências foi criada no início de 2023, ainda neste ano. Antes, o tema das transferências da União para Estados e Municípios estava disperso entre as várias unidades específicas de que o TCU dispõe. Então, por exemplo, nós temos uma unidade especializada no tema da saúde, que olhava as transferências na área da saúde; outra, no tema da educação; e por aí vai. Hoje nós temos uma unidade específica, que tem um olhar macro sobre essa temática. É nessa unidade que eu trabalho.

O nosso propósito ao criar essa unidade foi o de aumentar os níveis de transparência e regularidade na aplicação das transferências de recursos da União para Estados e Municípios e demais organizações. Além disso, internamente, vislumbramos a possibilidade de usar essa estrutura capilarizada, já que a Audtransferências tem auditores em todos os Estados da Federação, para aumentar a capacidade do TCU de formular e executar ações de controle que considerem as realidades locais. Então, para isso nós colaboramos internamente também.

A nossa missão é a de elaborar e desenvolver, sempre em conjunto com as outras unidades do TCU, estratégias para controlar, para fiscalizar o repasse e a aplicação dos recursos que são transferidos pela União. Além disso, dentro da nossa unidade, cabe-nos representar o TCU nos Estados. Por exemplo, eu estou no Estado de Santa Catarina. Temos colegas em todos os Estados, como eu mencionei, para interagir com os órgãos de controle locais e promover também a imagem da instituição.

Essa missão híbrida se reflete na nossa visão, em como nós enxergamos essa missão que nos foi dada. Nós colocamos em 5 passos a forma como pretendemos colaborar para melhorar o resultado das transferências da União. O primeiro passo é estabelecer parcerias. Nós precisamos estabelecer parcerias com os órgãos de controle locais, com os gestores públicos, para que possamos selecionar objetos de controle, basear a nossa visão em dados, obter dados, não só os





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que estão de posse da União, mas também aqueles dados da execução que estão lá na ponta, para que consigamos dar transparência, prover rastreabilidade, para que a sociedade consiga enxergar, do começo ao fim, o que acontece com os recursos transferidos pela União, para daí, no futuro, conseguirmos estabelecer mecanismos de auditoria contínua nesses repasses.

Entrando no tema, como ficou claro já na apresentação, na excelente fala dos demais colegas, via de regra, não existem critérios universais para definição dos beneficiários das políticas públicas descentralizadas. Então, assim como estão previstos na Portaria Conjunta nº 33, de 2023, a portaria nova, que substituiu a anterior, que vigorou por muito tempo, esses critérios para seleção dos proponentes são definidos por portaria, são definidos pelos entes transferidores. A portaria conjunta menciona alguns critérios basilares: pode ser a qualificação técnica, pode ser a maturidade da gestão, pode ser o dispositivo constitucional de redução das desigualdades regionais. Enfim, como não poderia ser diferente, as políticas públicas são diferentes, e elas precisam de critérios específicos em cada uma delas.

Eu trouxe alguns critérios que me ocorreram na mente, pelos trabalhos pregressos do TCU. Por exemplo, na área da educação, em adição à excelente fala da colega do Ministério da Educação, via de regra, o número de alunos matriculados é um critério para a distribuição dos recursos entre os entes federados. Isso quando nós falamos, por exemplo, do PNAE e do PDDE. O que eu trago de novo em relação ao que a colega pontuou é que esses repasses que eu estou colocando aqui na tela — do Programa Nacional de Alimentação Escolar, do Programa Dinheiro Direto na Escola e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar — são considerados transferências voluntárias. Isso já foi enfrentado pelo Tribunal de Contas da União em mais de uma ocasião. Eu trago aqui o acórdão mais recente, de nº 3.061, de 2019. São transferências voluntárias. Então, isso importa para a nossa discussão aqui, ao falar de critérios.

Quando nós paramos para olhar a área da saúde, vemos que é um mundo um pouco diferente. Nós temos alguns critérios que são definidos pela Lei Complementar nº 141, de 2012, que fala dos repasses para o Sistema Único de Saúde. Como a própria Deputada mencionou, os recursos do SUS não estão qualificados naquela disposição da Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas aqui existem alguns critérios que nos importam também. Então, quando a Lei Complementar nº 141 dispôs que o rateio considerará a necessidade da saúde, considerará as dimensões epidemiológica, demográfica, socioeconômica, espacial e de capacidade de oferta, isso importa também para as transferências voluntárias da saúde. Por isso eu mencionei essa lei.

Eu vou lembrar um caso bastante específico: quando a União, discricionariamente, decide onde depositar mais recursos na área da saúde. Ela pode fazer isso discricionariamente, é claro, e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

motivadamente, é óbvio. Os exemplos clássicos são os hospitais oncológicos. Não é possível haver hospital oncológico em todos os Municípios do Brasil, em todos os mais de 5 mil Municípios do Brasil. Então, considerando a capacidade de oferta, todo aquele regramento que está lá na Lei 141, a União pode escolher e fazer um convênio, por exemplo, um contrato de repasse ou outro instrumento, e deslocar recursos para o ente subnacional, para que tenha centros de referência. Então, é esperado da União, como formuladora da política, que faça isso, que use esses critérios para fazê-lo. Um exemplo que eu trouxe, de um apontamento do TCU, esse acórdão que foi proferido no âmbito da pandemia, mostrou que a União estava enviando poucos recursos para os Municípios com muita densidade populacional, ou seja, quando ela não considerava esses critérios e estava considerando um critério muito objetivo, ela não estava fazendo propriamente o papel de gestão da política descentralizada, ela estava deixando de mandar recursos para onde mais precisava. Por exemplo, no combate à dengue não é possível distribuir de forma equânime esses recursos. A União precisa destinar recursos para o local onde está sendo acometida pela doença a maior quantidade de pessoas. Então, é para isso que a União tem que ter essa visão.

Mas vejam: estou mencionando isso porque isso tem a ver com eficiência alocativa. Como é que o Governo Federal consegue decidir para onde alocar esses recursos? É preciso monitorar e avaliar. Mas na área da saúde temos um grande desafio, sobretudo porque nessa área cerca de 70% dos recursos gastos pela União, na função saúde, são transferidos para Estados e Municípios. Todavia, não existe uma integração de dados, para que o Ministério da Saúde possa fazer monitoramento e avaliação. Então, como os Estados e Municípios estão executando essas despesas ainda é um vácuo de informações. Não temos interligação. Esse é um desafio para o Ministério da Saúde e para nós também, desafio que estamos tentando superar aqui com o nosso trabalho.

Quando nós falamos de emendas parlamentares — e aqui eu vou me referir às de finalidade específica; portanto, não estou tratando das transferências especiais —, como a nobre Deputada lembrou, esses critérios são políticos, de escolha dos Parlamentares, como está disposto na Constituição Federal, mas posso me referir a certos critérios que existem, que são os impedimentos de ordem técnica, que costumam ser atualizados anualmente. Alguns exemplos são esses que estão na tela: incompatibilidade do objeto com a finalidade da ação orçamentária; ausência de pertinência; não indicação do beneficiário. Enfim, esses impedimentos são regulamentados e são instrumentos úteis para evitar que recursos sejam aportados sem critérios muito claros, que eles não alcancem os resultados pretendidos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu decidi mostrar também uma auditoria que foi realizada pelo TCU sobre esse tema das emendas parlamentares individuais. Esse processo foi relatado pelo Ministro Vital do Rêgo. Na ocasião, ficou patente que ter critérios claros para alocar recursos oriundos de emendas contribui para a isonomia, para a equidade e para a impessoalidade na execução orçamentária e financeira dessas emendas. Vejam os senhores e as senhoras que nesse trabalho ficou demonstrado que os valores de empenho e pagamento atendiam a todos os partidos. Então, diferentemente do que talvez o senso comum possa indicar, eles seguiram a mesma trajetória, tanto para a Oposição quanto para a Situação. Mas a auditoria também demonstrou que o Governo Federal não possuía critérios objetivos para liberar os recursos das emendas. Então, faltavam critérios objetivos para isso. Isso ficou demonstrado.

Nesse acórdão duas recomendações importantes foram direcionadas. Uma delas, ao Governo Federal, de adoção de medidas alinhadas ao ciclo das emendas, para informar o Parlamento, para que os Parlamentares tenham condição de saber, ao destinar as suas emendas, o que é considerado prioritário. Essa recomendação foi feita pelo TCU, em especial, para obras paralisadas por falta de verbas, que podem haver lá no Estado, e, às vezes, o Parlamentar não sabe. Se ele soubesse, poderia indicar emendas para essas obras. Outra recomendação foi direcionada ao Congresso Nacional: de que o Congresso avalie a possibilidade que entender pertinente de promover modificações legislativas com o intuito de garantir que a divisão dos recursos de emendas observe os dispositivos constitucionais, que reduza a desigualdade social e regional. Porque, no modelo vigente, quando a distribuição se dá de forma equitativa entre os Congressistas, a tendência é de que haja uma concentração de recursos naqueles Estados mais desenvolvidos, porque justamente esses têm maior representatividade no Parlamento.

Por fim, já finalizando — essa é última tela que quero apresentar —, ao discutir essa questão dos critérios, da escolha, da definição dos beneficiários, nós precisamos lembrar o federalismo cooperativo. Isso está na Constituição. Várias vezes o TCU se debruçou sobre isso. Eu trouxe um acórdão bem antigo de propósito, para mostrar que desde 2016 o TCU fala sobre isso. Isso é importante por quê? Porque a União é a formuladora de políticas públicas e, como formuladora, precisa ter condições de induzir as políticas públicas. Definir critérios para a escolha dos proponentes é uma forma de fazer isso. Quando não existem critérios ou quando esses critérios são desconectados dos indicadores da política, isso prejudica a capacidade da União de garantir o alcance dos resultados e, principalmente, dificulta para a União o fomento da estabilidade fiscal. Ter critérios para escolher, e um desses critérios ser a sanidade das contas do Estado ou do Município, é muito importante, porque o equilíbrio financeiro dos entes subnacionais garante a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

estabilidade social. Quando isso não acontece, quando o caos se instala, a União é chamada a socorrer. Então, por isso, a União precisa deter essa competência.

Muito obrigado.

Eu permaneço à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Muito obrigado, Sr. Waldemir Paulino Paschoiotto. Eu não sei falar direito o seu nome também.

O SR. WALDEMIR PAULINO PASCHOIOTTO - Está correto.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Quero agradecer-lhe muito a apresentação. Eu gostei bastante. Aliás, há assuntos aqui nos quais eu gostaria de tocar depois. Agradeço-lhe bastante a apresentação. Tudo foi muito bem pontuado e ficou muito claro. Gostei bastante.

Gostaria de passar a palavra agora ao Consultor de Orçamento do Senado Federal Fernando Moutinho.

O SR. FERNANDO MOUTINHO RAMALHO BITTENCOURT - Boa tarde, Deputada.

Boa tarde, Srs. Parlamentares e senhores presentes.

Eu vou focar o ponto de vista do Poder Legislativo e a questão específica da seleção de beneficiários de cada política, sem entrar no mérito da distribuição de recursos entre política A, B ou C ou essa distribuição.

Eu tenho uma apresentação. Acho que vai nos auxiliar.

(Segue-se exibição de imagens.)

Bom, o princípio básico que temos que seguir, do ponto de vista jurídico, já está muito claro. Nós temos o princípio constitucional da igualdade perante a lei e da impessoalidade. Tudo o que eu vou falar se aplica tanto para emenda quanto para programação de Ministério. Quer dizer, dinheiro público não pode ter dono e não pode ter carimbo, não pode ter diferenciação. O princípio da igualdade perante a lei, que foi levantado em alguns pontos aqui, impõe que a administração trate igualmente todos os que estejam na mesma situação e desigualmente quem esteja em situação diferente, significa que a administração trata todos os cidadãos, não todos os Parlamentares, não todos os Ministérios, não todos os partidos, mas todos os cidadãos beneficiários. A impessoalidade exige que o ato seja praticado com finalidade pública e impede o administrador de buscar outro objetivo, que não o interesse coletivo, o interesse da administração.

Isso foi já recolhido antes da portaria interministerial que pedia critérios e que foi mencionada aqui em vários momentos, muito adequadamente, a Portaria nº 33, de 2023. Isso já estava nas Leis de Diretrizes Orçamentárias, não na LDO de 2023 apenas, cujo artigo eu mostro aqui, mas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

desde 2002. As LDO vêm dizendo que a execução das transferências voluntárias — e aqui se abre uma exceção para os que estejam nominalmente identificados na Lei Orçamentária — fica condicionada à divulgação prévia em sítio eletrônico, pelo concedente, dos critérios de distribuição de recursos, considerando os indicadores socioeconômicos da população beneficiada. Então, isso já existe. Essa exigência já existe, pelo menos nominalmente, há mais de 20 anos. Eu vou ser obrigado, talvez, a me contrapor a algumas informações dadas aqui. A minha constatação continua sendo a de que ela virou letra morta em grande parte das transferências voluntárias, com exceção parcial de algumas transferências voluntárias do Sistema Único de Saúde, para qualquer tipo de transferência. Estou falando de verba do Ministério, estou falando de verba RP2, estou falando de verba de emenda. Esse princípio materializado pela LDO virou letra morta. Por quê? Fora do âmbito do SUS e em alguns casos que não tomamos aqui materialmente como transferência voluntária — de fato, os Programas Nacionais de Alimentação Escolar, Dinheiro Direto na Escola e de Apoio ao Transporte Escolar têm um critério populacional, por população de alunos —, nós não conseguimos achar, verdadeiramente, publicação de critérios objetivos de distribuição de recursos entre beneficiários.

O Ministério das Cidades hoje é muito auspicioso. Em maio de 2023... Eles têm uma portaria. Eu não conhecia essa portaria. É muito auspicioso que tenha começado. No caso do MEC, o Plano de Ações Articuladas é fantástico. A lógica do PAR é fantástica, mas ela não abrange todas as transferências voluntárias do MEC. Tirando os Programas Nacionais de Alimentação Escolar, Dinheiro Direto na Escola e de Apoio ao Transporte Escolar, o PAR não abrange boa parte das transferências voluntárias do MEC. Então, se o PAR fosse universalizado e condicionasse as transferências ao MEC, seria excelente. Eu poderia dizer que, no âmbito da educação, esse princípio de critérios objetivos é atendido, mas nós não podemos afirmar isso.

No MDR, os próprios critérios apresentados aqui são uma cesta variada de indicadores numéricos e de algumas intenções genéricas. Como é que isso se converte num método e num indicador objetivo?

Eu estou citando só os casos concretos.

No caso do MDS, ele apontou basicamente as transferências do SUAS, que são transferências, como ele mesmo disse, regulares e automáticas. Então, está fora do âmbito do problema de que nós estamos tratando aqui.

Eu queria ver algum relatório de auditoria. Eu levantei dois relatórios do Tribunal de Contas da União e 1 relatório da Controladoria-Geral da União. O Waldemir trouxe mais uns cinco ou seis relatórios do TCU que dizem que não há critérios, que não existem. A União abdica de impor ou





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

lançar critérios. Eu queria ver algum tipo de relatório de avaliação que dissesse: *"Aqui nós temos critérios objetivos, que fizeram com que a distribuição de recursos da União entre beneficiários atendesse a algum tipo de lógica de política pública"*. Todos os que eu consegui levantar e que o colega do TCU levantou, todos apontam que não existe isso. Os poucos levantamentos quantitativos que nós fizemos também... Eu não conheço nenhum levantamento quantitativo que consiga vincular objetivamente o volume de recursos distribuído a Estados e Municípios com qualquer lógica, com qualquer indicador relativo a política pública.

Esse é um levantamento muito singelo que nós fizemos da execução de 2020 para as transferências voluntárias, emendas ou não, do MDR, que associava posição no *ranking* do IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano, com posição no *ranking* de recursos por habitante. Essa linha na cor vermelha deveria ser mais ou menos o que se espera. A localização é completamente dispersa, portanto, completamente aleatória. Outro levantamento é sobre a distribuição de recursos por habitante nos Municípios mais beneficiados, ou seja, aqueles que receberam mais de 25% do valor distribuído pelo MDR nas suas transferências voluntárias, que não haviam sido nominalmente identificadas na Lei Orçamentária. Vocês veem a variação brutal entre esses Municípios e a comparação da linha na cor vermelha com a média nacional, ou seja, a média de recursos por habitante distribuídos por Município. Quer dizer, não existe qualquer tipo de acesso ou qualquer tipo de parametrização objetiva nessa distribuição.

É claro que esses são levantamentos quantitativos muito simplórios. Evidentemente, há milhões de formas de... Esse é um campo por explorar muito ainda, empiricamente. Mas eu também não conheço nenhum estudo que tenha demonstrado empiricamente que há alguma lógica baseada em política pública, seja ela qual for, nesse tipo de distribuição, ou seja, eu não tenho evidência objetiva de cumprimento desse princípio legal. Todos os trabalhos de verificação que nós conseguimos levantar e que foram trazidos aqui afirmam que isso não é cumprido, e o pouco que há de levantamento mostra isso.

Então, tem rabo de porco, pé de porco, orelha de porco, talvez seja uma tomada, mas possivelmente é um porco. Nesse sentido é que eu me atrevo a dizer que isso virou letra morta, que esse princípio constitucional, esse princípio legal há 20 anos explicitado na Constituição virou letra morta.

Os indícios de casos concretos — e coloco ali alguns elementos da imprensa, algumas reportagens da imprensa —, os indícios de descumprimento e de desequilíbrio nessa distribuição são intermináveis. Eu coloco alguns só, mas quem não vive em Marte está sabendo, ouve todos os dias questionamentos e denúncias individuais.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há outro problema também. Esse não é de transferências voluntárias, mas é semelhante a isso. Na transferência para ente privado, em que também se coloca materialmente o mesmo problema de equidade entre os beneficiários, o marco regulatório de 2014 originalmente exigia que, para a celebração de transferência, seria necessária a realização de chamamento público. Seis meses depois apagou-se a exigência de chamamento público, através de uma modificação nessa lei, daquelas que forem decorrentes de emendas parlamentares. Ora, se o critério lícito é o chamamento público, por que apenas para emenda parlamentar esse padrão seria descumprido? Há algumas falácias sobre isso. Alguns dizem: *"As emendas não têm critério, mas o Executivo também não tem"*. É verdade. Eu não estou falando de emendas, estou falando de transferências voluntárias, sejam aquelas do orçamento do Ministério, sejam aquelas decorrentes de emenda. O Parlamentar conhece a necessidade da região? A igualdade é entre todos os cidadãos de todas as regiões. Então, é o Parlamento que avalia isso em relação ao País inteiro. Inclusive, o Parlamentar, no máximo, conhece a região dele. Ele não tem, individualmente, a possibilidade de conhecer o País inteiro. Então, não é o fato de o Parlamentar conhecer a necessidade da cidade A ou B que vai fazer com que a distribuição, apenas por esse mero fato de ser indicada pelo Parlamentar, atenda a algum tipo de equidade ou critério objetivo.

A penúltima falácia: *"Isso é impossível de implementar. Você está querendo uma fantasia tecnocrática"*. Não existe nada inerente a qualquer política pública que impeça esses critérios. Eles vão ser imperfeitos, como todos são aqui, mas, se fosse impossível, você não estaria fazendo política pública, estaria distribuindo dinheiro, jogando dinheiro pela janela. Um exemplo de viabilidade: as transferências do SUS obedecem a critérios extremamente complexos. É claro, é um tema extremamente complexo — os critérios de partilha não são simples, as pactuações são uma briga de foice no escuro, nas Comissões Intergestores Tripartites, nem por isso o sistema paralisou. Existe, de alguma forma, algum tipo de definição via critérios do SUS. Tanto é que, para tentar fazer algum tipo de desvio desses critérios objetivos, pelo que se tem notícia na imprensa, foi necessário recorrer à fraude direta nos sistemas de registro de produção, como foi divulgado no ano passado, ou seja, se você aplicar as regras já existentes e operacionalizadas no SUS, você tem algum tipo de critério objetivo.

"Ah! Você só está falando do que está errado, só está criticando." Naturalmente, como bem apontou o Waldemir, o critério material da política de cidades é diferente do critério da política de educação e é diferente do critério da política de meio ambiente. Evidentemente, não há uma lei única que diga quais são os critérios, nem fazer *per capita* por IDH faz sentido. Não faz sentido, por exemplo, eu distribuir recursos de prevenção a desastres pelo IDH. Eu tenho que distribuir





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

recursos em função da vulnerabilidade a desastres. E isso é competência do órgão executor da política, sem dúvida alguma.

O Parlamento pode, e deve, intervir fiscalizando, discutindo, debatendo esses critérios. Mas, obviamente, essa é uma matéria que tem que ser exigida de cada órgão executor. Existe a possibilidade, do ponto de vista do Legislativo, de tentar criar normas de natureza mais operacional que elevem os custos de ignorar esse princípio geral.

Então, eu termino com esta proposição, que é uma proposição imperfeita, mas que já está no Projeto de Lei Complementar nº 106, de 2021, e está tramitando no Senado, de quando fomos demandados a alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelecendo que a elaboração e a execução orçamentária e financeira, por meio das transferências voluntárias, estão condicionadas à prévia aprovação e divulgação na Internet pelo concedente dos critérios de distribuição de recursos. Isso é exigível tanto na alocação aqui, na distribuição via emendas, quanto na efetiva distribuição. E qual é a vantagem de eu incluir a execução? É porque aí eu vou em cima de quem está assinando o empenho. Nesse caso, ele é muito mais suscetível ao controle.

E essa definição dos critérios faz-se no âmbito de cada política, seja por lei, seja por ato administrativo, se a lei delegar ou se a lei silenciar. Nesse sentido, o Parlamentar não vai perder o seu papel de decisão, primeiro e fundamentalmente porque ele pode e deve intervir nesses critérios, estabelecendo os critérios em lei, ou discutindo os critérios administrativamente fixados, e, segundo, porque sempre vai haver escassez. Por mais critério que haja, não vai haver uma fórmula matemática para entregar o nome do Município. Então, inevitavelmente, haverá um leque de Municípios passíveis de recebimento dentro de determinada prioridade. Assim, o Parlamentar ainda tem uma possibilidade de intervenção, em parte, discricionária, em função desse ponto. Quer dizer, são soluções que estão longe de ser perfeitas. Mas é um caminho factível para tentar concretizar o comando da Constituição.

E tudo o que estamos discutindo aqui, diga-se de passagem, não depende de mais recursos. Tudo o que nós estamos falando aqui — nós e os colegas do Executivo — depende apenas da opção das lideranças políticas de fazerem cumprir a lei, de deixarem os técnicos trabalharem e fazerem a execução.

Obrigado pela atenção. E continuo à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Eu quero agradecer ao Sr. Fernando Moutinho pela sua apresentação, sempre tão enfática, sempre muito pontuada e que sempre agrega ao debate.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Passo a palavra, agora, ao nosso querido Eugênio, que é Consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados. Ele será o último a falar.

E aproveito também este intervalo para anunciar a presença aqui do nosso querido Deputado Otoni de Paula, do Rio de Janeiro. Seja muito bem-vindo. É muito bom ter V.Exa. aqui, que é sempre um grande guerreiro no plenário pelas boas causas.

O SR. EUGÊNIO GREGGIANIN - Boa tarde. Cumprimento todos e todas. A Deputada nos convidou para fazer uma reflexão sobre os critérios de distribuição das transferências das emendas, transferências voluntárias, transferências discricionárias. As conclusões também se estendem àquelas transferências a cargo do Executivo, mas o foco vai ser a emenda.

Supostamente, a preocupação é como garantir que o resultado final da aplicação das emendas se aproxime das necessidades da população em termos de políticas públicas. E aí nós já percebemos que há uma espécie, por um lado, de um critério que seria político. Vamos examinar isto: o que seria esse critério das emendas individuais, das emendas de bancadas, de Comissão, etc., e o que seria esse critério técnico, se é que ele existe nos Ministérios. Prontamente, nós já sabemos que muitos Ministérios também não adotam um critério técnico. Alguns Ministérios adotam; outros, não.

Enfim, nós fizemos um levantamento sobre o que a Deputada nos pediu. Trata-se do Estudo Técnico nº 6, para que se olhasse, através do SIAFI, em um campo específico, que é o beneficiário específico, o Município beneficiário da emenda, como está a distribuição por habitante, o resultado da distribuição por habitante das emendas. Nós vamos apresentar isso depois, mais tarde, nos eslaides.

A questão é identificar até que ponto o atual modelo de emendamento, que é centrado na isonomia dos autores das emendas, todos os Parlamentares — agora, a isonomia entre Deputados e depois entre Senadores foi um pouco alterada —, leva a distorções, quais são as deficiências desse processo, as assimetrias, se esse processo está indo por um bom caminho.

Já de antemão, nós constatamos que hoje as emendas prevalecem sobre as transferências discricionárias do Executivo. Então, o Legislativo se tornou um órgão gestor das transferências voluntárias, discricionárias aos Estados e Municípios.

Também quero dizer que deixar o Executivo totalmente livre não é garantia de nada, em termos também de justiça distributiva. A situação não é fácil, não é uma tarefa fácil. Qual a melhor forma de distribuir os recursos nacionais do País? É uma questão que envolve justiça, equidade, democracia e também a utilização eficiente dos recursos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós temos duas abordagens básicas. Na verdade, nós vamos sinalizar a composição das duas. E eu acredito que o objetivo do seminário da Deputada é como aproximar, fazer convergir o objeto das emendas com as políticas públicas.

Então, a abordagem universal, que parte do geral para o particular, guarda uma relação estreita com o princípio republicano de que todos os cidadãos do País, em igualdade de condições, ou seja, baixo IDH, pobreza... Compara-se o pobre em Santa Catarina com o pobre no Mato Grosso, tal e tal. Todos, em igualdade de condições, independentemente do Estado e Município em que vive, deveriam receber da União recursos razoavelmente isonômicos. É um princípio geral nesse critério do geral para o particular, porque a existência da própria Federação no Brasil pressupõe esse equilíbrio e essa cooperação. E o papel da União — isto é do Poder Legislativo e do Poder Executivo — é justamente prover isso. Há uma responsabilidade, principalmente quando o Legislativo age como poder administrativo praticamente, que é o que acontece hoje na gestão das emendas. Enfim, o atendimento diferenciado — e essa é uma coisa importante que queríamos reforçar nesta apresentação — é possível. Pode-se atender mais um Município e outro, mas tem que haver uma justificativa.

Onde se encontra essa justificativa? Principalmente na programação de trabalho, no objeto que está sendo entregue, no convênio. Nas transferências especiais, desaparece tudo. Eu acredito que o mecanismo de transferências especiais deveria ser revisto, porque ele tem um déficit enorme, que é justamente a falta de especificação do programa de trabalho.

A Constituição já traz os critérios básicos que devem orientar a distribuição dos recursos ao longo do território nacional, que são justamente a redução das desigualdades sociais e regionais, que são premissas gerais, como que aplica isso na prática, e o combate à pobreza. Eu vi, nas apresentações anteriores, vários critérios que se alinham com essas diretrizes gerais.

(Segue-se exibição de imagens.)

Este eslaide primeiro mostra justamente o objetivo da nossa pesquisa, que era tentar verificar o efeito das emendas, em termos reais por habitante, esses repasses por Município e os indícios de inconsistência. Nós temos esta matriz que nos orienta, que é a Constituição, a diretriz constitucional do PPA, da LDO, os planos e programas e, enfim, a LOA, com as emendas individuais, coletivas e de bancada.

Conto um pouco da história das emendas e do que se pensou. No início, só havia emendas individuais. A defesa da emenda individual foi justamente a maior qualidade dela, que é essa capacidade de identificar problemas locais e essa proximidade que o Parlamentar tem com o eleitor, saindo da realidade concreta. Mas havia uma restrição: as emendas individuais





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

necessariamente teriam que ser isonômicas, pela igualdade de mandato. Também haveria um limite, porque, se não forem limitadas as individuais, teoricamente, não sobrariam recursos para as emendas estruturantes, que seriam as emendas de bancada.

Então, no modelo que se pensou originalmente, há 20 anos, haveria as emendas individuais fazendo esse ajuste fino, haveria as emendas estruturantes de bancada e haveria as emendas de Comissão, que seriam políticas públicas mais estruturadas dentro do critério universal para o geral; e a emenda individual do particular para o geral.

Essa concepção sofreu distorções ao longo do tempo, na medida em que só 10% das emendas de bancada, segundo um levantamento que fizemos, são estritamente estruturantes, são obras identificadas, a maioria vira emenda individual, também nas Comissões. A maioria vem de Comissão. Também as emendas de Relator — eu não vou revisar aqui todo o problema que eu mostrei nos últimos anos — são transformadas em emendas individuais.

Então, as emendas individuais cresceram muito em importância e se tornaram o principal ator, prevalecendo inclusive sobre o Executivo na execução de políticas; daí a preocupação, acredito, da Deputada em olhar o que está acontecendo com a distribuição promovida por emendas. Evidentemente que não vai nenhuma crítica aqui. Cada Parlamentar otimiza o seu pedaço, mas a preocupação é que tem que haver também um olhar mais geral até para evitar sobreposições e omissões. Há Municípios pobres que nada recebem em um determinado ano. Existem Municípios com IDH elevado que recebem muito acima da média. E essa vai ser a conclusão geral que vamos ver. E aí é preciso, Deputada, fazer esse trabalho. E cabe aos Ministérios — já foi alertado aqui —, através de uma matriz de indicadores sociais e econômicos, desse mapeamento de necessidades, ajudar o Parlamentar, do ponto de vista de trazer estatísticas, mostrando, naquele Estado, os Municípios mais carentes em cada área da política pública.

Aqui está a evolução. Mostramos que, nas emendas estruturantes de bancada, já houve um período, em 2000, que elas tiveram grande prestígio. As emendas de Comissão estão na linha pontilhada. Elas sofreram um grande aumento com o fim das emendas de Relator do tipo RP9. Antes havia emendas de Relator, mas elas eram identificadas como RP2, não no montante que mostra a linha vermelha. As emendas de bancada tiveram seu auge, mas a execução delas começou a abaixar. No período da Presidente Dilma, a execução se tornou praticamente zero. As emendas de Comissão também não tiveram o melhor destino. Acabou que hoje, então, nós temos praticamente emenda de bancada impositiva, que ficou com 1% da receita corrente líquida; e as





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

emendas individuais, que ficaram com 2% da receita corrente líquida. As emendas de Comissão estão, digamos, em sinal amarelo esperando alguma notícia.

O principal é o seguinte: existe uma isonomia de Parlamentares. O Parlamentar A tem o mesmo valor que o Parlamentar B e C, o Deputado e depois o Senador. Ele tem transferências especiais, o que é um grande problema. Na transferência especial, há a certeza de que o dinheiro foi para a Prefeitura, mas não sabe o que Prefeitura fez. Isso deveria ser corrigido. Eu sei que a ideia da transferência especial é boa no sentido de agilizar. Acredito que ela se aplicaria mais em ações emergenciais, em urgência e valores não tão elevados. Obras plurianuais não poderiam receber transferências especiais. Há grandes indagações sobre o problema em termos de princípio federativo e constitucionalidade das transferências especiais. Enfim, os Parlamentares têm o mesmo valor e realocam de forma diferente as transferências especiais e demais convênios de saúde.

Em um segundo momento, nós vemos que o Município 1, por exemplo, pode ter recebido um repasse do Parlamentar A e um repasse do Parlamentar X. O Município 2 pode ter recebido vários repasses. O Município 1 é igual ao Município 2, mas o Município 2 saiu bastante favorecido; e o Município 3 saiu razoavelmente favorecido. No entanto, abrindo os convênios, eu consigo verificar, em tese, que, no Município 2, houve a construção de um hospital importante. Enquanto isso, no Município 1, já existia esse hospital. O fato é que, quando é transferência especial, eu não mais consigo isso. Perdeu-se o controle público.

Então, a transferência especial acaba com o controle público, porque não existe uma votação. Está-se votando o Orçamento, e é muito bacana o Parlamentar, o Legislativo e suas prerrogativas, o instrumento da democracia, a entrega para a sociedade, a conexão do Parlamentar com a sociedade local, só que nem a sociedade local nem os demais Parlamentares estão vendo. Ninguém está vendo o que está acontecendo com a transferência especial, tanto é que o próprio Ministério tomou a iniciativa de exigir que seja colocada a finalidade do gasto.

Portanto, do ponto de vista da população, temos o Município 1 e o Município 2 com um recurso *per capita* abaixo da média. Aqui apontamos a necessidade de fiscalização, para verificar por que isso está acontecendo. Não é que não possa acontecer. O tratamento diferenciado entre iguais pode acontecer, desde que haja uma razão. Deve haver uma razão. Também cabe ao Ministério verificar. Se um Município já recebeu dois, três, quatro ou cinco equipamentos, ele poderia, com base na Constituição, no impedimento técnico e na incompatibilidade com a política pública, chamar o Parlamentar e dizer: *"Olha, Parlamentar, vamos colocar em outra ação, em*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

outro Município?" Eu acho que esse é um caminho que tem que ser construído a quatro mãos com o Legislativo e o Executivo.

Então, nós fizemos o levantamento e verificamos uma primeira constatação: a de que a abrangência da cobertura das emendas é elevada. Noventa e nove por cento dos Municípios, tomando por base o valor empenhado em 2022, receberam algum tipo de emenda. E verificamos também que tanto emenda de bancada como emenda de Relator se comportam como se fossem emendas individuais. Emendas de Relator atingiram 2.287 Municípios; e emendas de bancada, 2.607.

Aqui nós temos uma influência estrutural nos repasses por habitante. Como Estados com pequena população têm um número mínimo de representantes, as emendas individuais daqueles Parlamentares já saem com o mesmo valor da bancada estadual. Isso faz com que os Estados com menor população e, em função do número mínimo de representantes, acabem com um valor *per capita* bem superior à média. Do outro lado, o contrário acontece.

O que nós verificamos aqui também é o seguinte: quando tiramos os maiores valores *per capita* empenhados com base no valor do Tesouro Gerencial, verificamos grandes distorções. Aqui há valores elevados que vão até 3 mil e poucos reais. São 3 mil, 2 mil e 800 reais, e assim por diante, bem superiores à média, em geral, dos pequenos Municípios da Região Norte.

Comparando com o FPM, porque perante o FPM todos são iguais, notamos que emendas chegaram a representar 600%, cinco vezes, quatro vezes, três vezes acima do valor referente ao FPM. Eu acho até que se deveria pensar numa legislação, porque, do ponto de vista da igualdade jurídica dos entes da Federação, parece que há um problema a ser enfrentado, ainda mais quando não se consegue justificar. Quando se trata de transferência especial, você não consegue identificar. Mas vejam aqui: há uma ponte onde houve uma enchente muito grande. Isso aconteceu no Rio Grande do Sul agora com uma ponte importante. Esse Município tem que receber realmente 30 milhões, 40 milhões ou 50 milhões de reais. Mas se você não tem um convênio para verificar isso, como justifica aquela diferença? Mais uma vez, achamos que essas transferências especiais deveriam se limitar a obras anuais, com uma comprovação e esclarecimento da finalidade.

Enfim, termino com indícios de discrepância em relação ao critério populacional de pequenos Municípios com o IDH baixo que receberam aquém da média por habitante. Ao todo, só pegamos os pequenos Municípios, os de até 20 mil habitantes. Neste caso, neste critério, 493, de um total de 1.018 Municípios, estavam recebendo transferência abaixo da média, o que é uma distorção,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

porque, se o IDH é baixo, teoricamente, deveriam receber acima da média. De outra parte, pequenos Municípios com IDH elevado receberam acima da média.

Vejam bem, isso pode ter uma justificativa, tem-se que olhar cada caso. Cabe ao Ministério olhar isso, dentro da sua prerrogativa inclusive de impedimento técnico. E isso não pode ser feito, mais uma vez, se houver transferência especial.

O que nós pensamos em termos de caminhos e soluções? Em relação a modelo de emendamento, nós achamos que isso tem que ser pensado. O Parlamento tem que voltar a pensar no resgate do caráter coletivo de objeto das emendas de bancada e das emendas da Comissão voltadas para políticas públicas. A excessiva pulverização esgota os recursos em detrimento desses projetos mais estruturantes.

Em relação à publicidade e às informações sobre os projetos locais, Parlamentares e demais agentes deveriam contar com um maior número de informações e indicadores, um mapeamento das necessidades por Estado. Isso melhoraria — alguém também comentou sobre essa necessidade — os instrumentos de planejamento com uma matriz de indicadores socioeconômicos, com as obras inacabadas de cada Estado. Como o Parlamentar vai decidir as emendas? Ele vai ouvir o Prefeito. Mas ele tem que ter, de antemão, uma relação: *"Olha, você esqueceu essa obra. O que está acontecendo com essa obra? E esta outra aqui?"* O Parlamentar tem que decidir, durante uma semana tumultuada de gente solicitando emendas — eu acredito —, e não existe, às vezes, esse instrumental à disposição.

Isso diz respeito a uma coordenação mais abrangente com foco nas necessidades de cada Município. Seriam os indicadores de cada Município feitos e examinados pelos órgãos setoriais, porque hoje as indicações já não têm um caráter absoluto. E é bom lembrar que os Ministérios podem apor impedimentos técnicos desde que justificados. Já foi comentado aqui que a própria LDO de 2023, em seu art. 72, prevê esses impedimentos técnicos diante da incompatibilidade com a política pública aprovada no órgão setorial.

Então, essas são as principais conclusões que nós tiramos. Este Estudo Técnico, que foi feito com os colegas Dayson Almeida, Mário Gurgel e Tiago Almeida, encontra-se à disposição de todos.

Eu agradeço a oportunidade.

Obrigado, Deputada.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Muito obrigada, Eugênio.

Eu estou muito feliz com esta audiência, com este seminário. Eu agradeço muito a participação de todos, porque o objetivo foi realmente tentar entender e corrigir distorções.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu quero também, publicamente, aqui agradecer ao meu time, que está aqui sentado — um time maravilhoso! Eles começaram a fazer um trabalho — até porque eu estou na Comissão Mista de Orçamento —, e nós começamos a identificar um monte de distorções. Então, eu falava: *"Gente, isso não está bom"*.

Em todos os tipos de distorções que eles já trouxeram — tanto nas diferenças *per capita*, como nas cidades com IDH muito mais baixo que os outros e que recebiam muito mais *per capita* —, nós começávamos a falar: *"Cadê esses critérios?"*

Há outras coisas também: você começa a perceber que, mesmo dentro dos Ministérios, existe muita distorção, por exemplo, na liberação de verba pública entre os Ministérios. Existe muita distorção, e isso realmente chama a atenção.

Há, inclusive, outras distorções que foram colocadas, de que muitos Municípios cadastram propostas que extrapolam. Há um Município em Minas Gerais que cadastrou uma proposta com valor *per capita* de 108 mil reais, enquanto outros... Então, assim, são coisas completamente fora da realidade. E, muitas vezes, esses valores são empenhados e pagos.

Então, precisamos colocar o foco, ver o que precisamos corrigir, o que precisamos construir. Ministérios que ainda não avançaram nisso precisam avançar. É claro que cada um está em um estágio, cada um tem um direcionamento, até porque cada um tem um Ministro, nós sabemos disso. Mas entra Governo, sai Governo e nós continuamos com o mesmo problema. Não estou aqui fazendo uma audiência por causa do Governo A ou B. Estou falando que isso vem acontecendo de uma maneira recorrente, e precisamos cuidar desse assunto.

Eu vou passar a palavra agora para o Deputado Otoni de Paula, porque ele quer fazer as suas considerações. Mas, antes disso, eu gostaria também de comentar até coisas que incomodam. E aí entramos na questão do uso político de verba pública. Até que ponto isso é legítimo? Essa é uma discussão que eu sempre faço, porque, na minha visão, se está lastreado por critério técnico, e acho que os Ministérios têm uma participação importante nisso, para indicar quais são as políticas em que está faltando dinheiro no Município A, no Município B, no Município C, para, inclusive, dar para os Parlamentares que querem legitimamente mandar dinheiro para as suas regiões...

Vocês indicam nos seus manuais? *"Escuta, essa cidade está precisando, isso está precisando"*, porque muitas vezes isso não consta nos manuais que eu vejo, mas essa é uma recomendação, inclusive, que a consultoria vai mandar para vocês no final.

Vou passar a palavra agora para o meu querido Deputado Otoni de Paula para suas considerações.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/MDB - RJ) - Minha querida Deputada Adriana Ventura, eu quero saudar V.Exa. e saudar também todos os que participaram deste brilhante debate, em que debatemos os critérios de escolha de beneficiários de transferências, com o objetivo de vencermos as distorções que existem na distribuição de recursos orçamentários.

Primeiro, quero parabenizar V.Exa. e toda a sua equipe. Eu não esperava que este debate fosse feito por outro Parlamentar a não ser por V.Exa., que, ao longo desses anos, desde a última legislatura, tem tido um comportamento muito técnico e muito exemplar no seu mandato passado e agora já no início do seu mandato, do seu novo mandato.

Segundo, como seu colega aqui na nossa CMO, e ouvindo atentamente os nossos debatedores, como disse o membro do TCU, é óbvio que não existem critérios universais na distribuição orçamentária. Isso é óbvio. Mas o que nós estamos percebendo é a falta de critérios mínimos que nós precisamos ter. E esses critérios mínimos acabam gerando um ambiente de distorção e um ambiente em que poderá haver a prevalência de interesses pessoais em cima dos interesses públicos, o que gera o famoso ambiente propício a uma corrupção generalizada.

É claro que vencer esse problema dando uma única sugestão, obviamente, nunca será possível. Mas, talvez, dentro do que a própria Deputada Adriana Ventura disse, a partir do momento em que nós permitamos, como Parlamentares, porque essa decisão é nossa, que o corpo técnico de cada Ministério possa nos dar uma noção, uma visão macro das necessidades orçamentárias do País como um todo e dos Estados de cada Parlamentar, eu acho que amenizaria esse problema de distorção que nós estamos vendo hoje. O mecanismo de transferências é óbvio que precisa ser aperfeiçoado.

E, digo mais, Deputada Adriana Ventura, eu tenho receio de que esse modelo de emendamento que nós adotamos aqui no Parlamento — e aí eu digo "nós" porque estou me incluindo, apesar de eu ter sido contra, V.Exa. foi contra também naquele momento —, que tornou o Parlamento protagonista na distribuição desses recursos orçamentários, nos seja cobrado um dia pela história do Brasil, ou seja, o que nós estamos hoje vivendo nós não vamos ter o resultado negativo imediato, amanhã, mas nós veremos daqui a 10 ou a 15 ou a 20 anos o que esse modelo de emendamento trouxe de prejuízo para a Nação brasileira, principalmente naquilo que é o nosso papel, que é o investimento nas obras estruturantes.

Dizer — e esse foi o grande argumento até do próprio Presidente da Casa — que esse modelo vai privilegiar mais a ponta, porque o Parlamentar consegue ter uma visão mais pessoal, porque ele está na ponta, ele está no dia a dia da população... Realmente, nós estamos no dia a dia da própria população, só que esse critério também tem o seu lado muito negativo. Por quê?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Porque nenhum Parlamentar é capaz de olhar nem o seu Estado como um todo. Não há a menor possibilidade disso. Eu olho a necessidade local, eu olho a necessidade que me foi demandada pelo Prefeito daquela região. A maior prova disso — e eu só peço mais 1 minuto para eu concluir a minha fala — é que, conforme dados aqui levantados, os Municípios com IDH mais baixo estão recebendo menos recursos.

Ora, qualquer Parlamentar sabe a resposta disso aqui, que de uma forma muito elegante não foi dita pelos nossos debatedores. Mas eu posso falar. Por quê? Porque esses Municípios com menor IDH são Municípios politicamente menores em termos de voto, em termos de poder de voto, e o Parlamentar tende a usar o seu recurso nos Municípios maiores, onde há uma concentração de voto maior. E, com isso, você nunca vai conseguir consertar essa distorção.

Por último, é óbvio que esta questão dita também sobre as transferências especiais são importantes, são necessárias, como foi salientado pelos nossos debatedores, mas nós precisamos imediatamente jogar luz sobre essas transferências especiais. Você manda para o Prefeito, mas o Prefeito faz dessas transferências o que ele quiser fazer, sem nenhum tipo de prestação de conta mais elementar. Tanto que o que nos é mais demandado aqui pelas Prefeituras que, na sua maioria, estão quebradas são transferências especiais, que, muitas vezes, só servem para cobrir rombos e buracos que foram abertos por maus gestores.

Presidente Adriana, eu acho que nós precisamos chamar novos colegas com essa mesma visão que V.Exa. tem tido, e por isso pediu esse debate, que é reanalisar as nossas emendas de bancada e as nossas emendas individuais, que não estão servindo minimamente o País nas obras estruturantes. Não estão servindo. No meu Estado, vamos ter agora um novo ciclo de emendas de bancada. Cada bancada estabelece o seu critério de distribuição de dinheiro público. No meu Estado, daqueles critérios — se eu não me engano, podem ser 19 critérios de distribuição —, não se tem ali, muitas vezes, dois daqueles canais em que se pode colocar orçamento de obra estruturante, como no caso de construção de um hospital, construção de uma ponte, construção de uma nova avenida. Não se tem! Pode-se alocar esse recurso, por exemplo, por uma ONG, por uma instituição que atende o Parlamentar.

Eu não estou aqui levantando suspeitas em relação a isso, pelo amor de Deus. Parto do pressuposto de que todo Parlamentar está querendo servir ao seu País, mas ele acaba servindo não ao seu País, não ao seu Estado, acaba servindo ao interesse do seu eleitorado. Acho que esse é o grande debate que tivemos aqui hoje.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por fim, quero parabenizar novamente V.Exa. e parabenizar a equipe. Os nobres debatedores que vieram aqui trouxeram luz, pelo menos a este Deputado, sobre esse tema tão importante.

Muito obrigado a todos. Muito obrigado pela oportunidade de participar deste debate.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Muito obrigada, Deputado Otoni de Paula.

Eu acho que as suas considerações são muito relevantes, muito francas e muito verdadeiras. Realmente o objetivo é colocar luz, porque temos a questão, como bem disse V.Exa., das emendas de bancada. Eu estava até dizendo a eles que precisamos arrumar isso. Emenda de bancada é feita para obra estruturante, mas não se tem uma linha para isso.

Vou devolver a palavra a cada convidado. Ouviram muitas coisas. Eu tenho aqui um pedido específico da nossa consultoria orçamentária e da nossa Comissão Mista de Orçamento. Queremos aproveitar a oportunidade e solicitar a todos os Ministérios o envio das cartilhas com sugestões de emendas ao PLOA 24 e que sejam compatíveis com as políticas públicas, alinhadas com os critérios socioeconômicos das respectivas Pastas. Dentro do possível, é importante que os Ministérios identifiquem as principais obras inacabadas, as obras em andamento, nos termos da LDO, que devem ter tratamento prioritário. Muitas vezes o Parlamentar quer servir ao seu País, quer mandar legitimamente recursos para a sua região. Estando vinculados a essa indicação, já é uma grande ajuda.

As cartilhas devem ser enviadas para o *e-mail* da Comissão Mista de Orçamento, cmo@camara.leg.br, ou para a nossa consultoria orçamentária. O importante é que sejam realmente sejam enviadas, para fazermos em conjunto esse trabalho.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/MDB - RJ) - Deputada Adriana, peço licença para sair. Tenho um voo agora.

Eu os parabenizo novamente.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Muito obrigada, Deputado, pela sua contribuição.

A meu ver, a questão é a seguinte: considerando que os recursos são finitos e são escassos e que transparência é um princípio constitucional da maior importância, como indicar essa transparência aos entes e à população em geral sobre a forma de acesso aos recursos federais através das transferências voluntárias? Essa é a pergunta que eu sempre me faço, porque sei da boa intenção de todos que trabalham com isso. Existe um foco, mas talvez possamos aprimorar isso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vou devolver a palavra a cada um de vocês para que falem por até 2 minutos, para que possam fazer suas considerações finais e dar o seu recado. De antemão, agradeço a participação de todos.

Passo a palavra ao Sr. Antonio Vladimir Moura Lima.

O SR. ANTONIO VLADIMIR MOURA LIMA - Em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade de estar novamente aqui e parabenizá-la, Deputada, pela iniciativa. De fato, esse tema é um grande desafio para todos nós, seja no caso do Poder Legislativo, seja no do Poder Executivo.

Preocupados com isso, iniciamos com esse ato normativo. A propósito, fizemos questão de trazer o TCU — o Fernando fez a citação aqui — e considerar a LDO no caso do ato normativo, colocando que tem de haver critério socioeconômico e respeito aos critérios específicos das ações. Eu amei a fala de vocês. Fiquei seu fã de carteirinha. Até falei com a Fabíola sobre costurarmos depois uma articulação, uma aula ou uma capacitação com a equipe do Ministério.

O Ministério das Cidades fica à disposição para todas as contribuições que puderem vir da Câmara e do Senado, a fim de as agregarmos a esse processo e evoluirmos.

O Deputado fez uma fala maravilhosa. O preço de tudo isso pagamos lá na frente. Não queremos deixar para a próxima geração, para as nossas crianças, para o nosso País um exemplo horrível de aplicação de recursos públicos.

Estou inteiramente à disposição de vocês para o que se puder agregar ao processo.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Muito obrigada, Sr. Antonio, que, juntamente com a Sra. Fabíola, está aqui conosco também. O Deputado Hildo Rocha, que está lá com vocês, é sempre muito ativo aqui na CMO. Inclusive, é uma referência para todos. Ele entende muito de orçamento e é uma pessoa muito querida, que me ensinou bastante.

Passo a palavra à Sra. Patrícia Costa Dias, para que faça as suas considerações finais.

A SRA. PATRÍCIA COSTA DIAS - Muito obrigada pela oportunidade de participar deste importante debate, Deputada Adriana.

Entendemos que este momento de debate mesmo e de entendimento a respeito de como cada Ministério tem feito para criar os seus critérios nos auxilia na melhoria daquilo que temos tentado criar aqui no Ministério da Educação.

Com relação à cartilha, nós a estamos finalizando. Tão logo esteja pronta, nós a encaminharemos para os *e-mails* indicados.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em relação especificamente às obras inacabadas, digo que, pelo SIMEC, que é o sistema em que as obras da educação são monitoradas, os Deputados podem identificar quais são as obras que estão paralisadas, inacabadas. Pontuaremos também na cartilha a importância do repasse de recursos para essas obras, que, muitas vezes, podem ter ficado paralisadas justamente por falta de recursos. Isso já acontece. No caso específico do FNDE, existem indicações de emendas parlamentares para essas obras que estão necessitando de suplementação de recursos.

No mais, quero só agradecer mesmo a oportunidade de participar desta reunião com vocês. Agradeço a presença de todos e o convite que nos foi feito. Nós nos colocamos sempre à disposição para o que precisarem.

É isso.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Muito obrigada, Sra. Patrícia Costa Dias.

Passo a palavra ao Sr. André Quintão Silva, para que faça as suas considerações finais.

O SR. ANDRÉ QUINTÃO SILVA - Queria também agradecer mais uma vez o convite e parabenizar os expositores.

Reflexões muito importantes foram levantadas nesta reunião. Aqui, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social, como eu disse e reitero, os recursos ordinários permanentes têm uma discricionariedade próxima de zero, porque todo recurso é pactuado com as instâncias e suas representações, o colegiado de gestores municipais e estaduais.

No nosso caso, são expressivos os recursos adicionais oriundos do Parlamento. É muito importante esse tema da capacidade do Executivo, que foi levantado aqui, respeitada a autonomia do Legislativo, de induzir essa alocação de recursos para aquelas políticas que compõem as prioridades estratégicas fundada em indicadores. Então, concordo inteiramente. Queria me disponibilizar para a Comissão Mista de Orçamento e para as bancadas para fazermos um debate específico sobre essas prioridades.

É lógico que houve um desfinanciamento geral do SUAS. As necessidades são também universais. Agora, houve também uma alocação diferenciada — os consultores apresentaram isso — de recursos do Parlamento para diferentes Municípios. Podemos tentar construir nesse espaço de tempo uma espécie de mapa de desfinanciamento. Um Parlamentar pode ter um interesse legítimo em vários Municípios, só que alguns estão precisando mais do que outros. Concordo inteiramente com essa possibilidade de indução.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No nosso caso, na questão de investimento, temos 12 mil unidades públicas — CRAS, CREAS, Centro POP. Aproximadamente 3.550 são unidades cedidas ou alugadas. No caso de expansão de rede ou de construção, podemos apresentar essa lista. Faz sentido priorizar esses Municípios e não aqueles que já têm unidade própria.

Deputada Adriana Ventura, este debate é muito pertinente. Reitero a completa disponibilidade do fundo nacional para sanar eventuais dúvidas. É desta maneira que construímos política pública, nesta harmonia colaborativa do Executivo com o Legislativo e com os entes federados.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Muito obrigada, Sr. André Quintão, que, juntamente com o Sr. José Arimateia de Oliveira, participa virtualmente desta reunião. Obrigada aos dois pela participação.

Passo a palavra ao Sr. Johnny Ferreira dos Santos.

O SR. JOHNNY FERREIRA DOS SANTOS - Queria mais uma vez agradecer a oportunidade, em nome do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

Este é um assunto extremamente relevante. Com certeza vai continuar sendo debatido. Às vezes eu escuto que estamos num momento de escassez de recursos, precisamos qualificar o gasto, melhorar o alcance dos recursos. Isso tem que ser buscado independentemente de haver ou não escassez de recursos. São recursos públicos, recursos do contribuinte. Nós temos uma sociedade muito carente, o Brasil tem muitas demandas e tem que haver um esforço conjunto entre os entes federados, entre o Governo Federal e os entes subnacionais, e também esse afinamento entre o Parlamento e o Executivo.

Eu não vejo diferença alguma em o recurso ser de emenda ou não. São recursos públicos que estão aí para atender determinada finalidade. Nós servidores, técnicos do Governo, assim como o Parlamento, com os Parlamentares e suas equipes técnicas, e os demais entes federativos temos que realizar um grande esforço, junto com os órgãos de contas.

Temos que procurar ver também evoluções. Eu vejo muita evolução de muitos Ministérios no sentido de normatizarem, de terem seus programas. Alguns ainda não estão na condição ideal. Há uma diferença entre os Ministérios. Mas é importante esse avanço quanto ao papel que nos cabe de identificar melhor as demandas e fazer com que os recursos resolvam os problemas que a sociedade tem.

Parabéns pela iniciativa. Foi um prazer participar do debate e rever os colegas de Governo e os demais participantes.

Muito obrigado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Muito obrigada, Sr. Johnny Ferreira dos Santos.

Passo a palavra ao Sr. Waldemir Paulino Paschoiotto, para que faça as suas considerações finais.

Eu acho que agora acertei o nome, não é, Waldemir?

O SR. WALDEMIR PAULINO PASCHOIOTTO - Sim, é isso, é Paschoiotto. Obrigado, Deputada. Muito bem.

Quero reiterar os agradecimentos pelo convite e dizer que o TCU permanece à disposição do Parlamento para contribuir, sobretudo em relação a esse tema de tamanha importância. Muito obrigado por estarmos aqui. Parabéns pela escolha.

Ressalto aquele ponto final por mim mencionado, que considero fundamental nessa discussão. A tendência de rotular transferências voluntárias como transferências obrigatórias para reduzir a burocracia, para fazê-las chegar diretamente lá, para retirar da União — é claro que a União não é só o Executivo, mas, tratando-se de políticas públicas descentralizadas, são principalmente os Ministérios que dirigem as políticas públicas —, deslocar da União também o manejo orçamentário que sai do Executivo e vai para o Legislativo, isso pode trazer o risco de que os Ministérios, de que a União, de que o Governo Federal não consiga induzir a política. Isso também pode causar um desequilíbrio fiscal, o que é mais preocupante ainda, na medida em que os recursos chegam sem qualquer contrapartida, critério ou controle por parte do Executivo Federal. Isso pode levar a um desequilíbrio fiscal e fazer com que a União venha a ser chamada depois a socorrer Estados. Isso não é bom para a sociedade brasileira.

Diante desse risco, o tema da discussão é de grande importância. Precisamos estar atentos a isso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Muito obrigada, Sr. Waldemir Paulino Paschoiotto, por suas considerações.

Passo a palavra ao Sr. Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt.

O SR. FERNANDO MOUTINHO RAMALHO BITTENCOURT - Obrigado, Deputada.

Vou usar outra metáfora zoológica: jabuti não sobe em árvore. Se um jabuti está em cima de uma árvore, alguém o colocou lá, como já dizia Ulysses Guimarães. Essa ausência de critérios certamente não é uma coincidência, um acaso histórico. Ela foi institucionalmente construída, é dependente de trajetória, etc.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu acho que todas as falas aqui hoje mostraram uma janela de oportunidades. Todo mundo enfatizou, com toda a razão, a visibilidade, a divulgação dos critérios por ação, a divulgação de obras inacabadas, a divulgação de levantamentos. Se cada um dos Ministérios fizer isso e publicar, ou melhor, penso eu, se o Executivo fizer isso sistemicamente para todos os Ministérios, começamos a remover esses problemas. Eu digo "sistemicamente", o Executivo fazer isso, todo mundo fazer isso, porque, se um Ministério publica uma coisa de maneira muito transparente e muito objetiva e outro não publica, as emendas vão todas para o outro, depois o RP2 vai todo para o outro.

Inclusive é uma janela de oportunidades, pelas intenções declaradas do atual Executivo de aperfeiçoamento da gestão. Se isso for feito de maneira sistêmica, talvez se comece a ver, primeiro, quem tem critério e quem não tem, que política tem critério e que política não tem e, segundo, ao longo de 1 ou 2 anos, se a alocação correspondeu a esses critérios ou a essas demandas. Isso é uma sementinha, um comecinho, mas pode funcionar. Pode ser a semente de uma ação política que comece a tentar puxar o jabuti para baixo.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Muito obrigada, Sr. Fernando Moutinho.

Passo a palavra ao Sr. Eugênio Greggianin.

O SR. EUGÊNIO GREGGIANIN - Deputada, eu queria agradecer esta oportunidade de trazer as considerações.

Ressalto que às vezes ficamos com a impressão de que todas as sugestões — a tendência das emendas, exceto as de saúde, é de transferência especial — chegariam tarde, porque, nas transferências especiais, não há o que ser feito. Você não tem o projeto, você não sabe o que será feito com aquilo, você simplesmente transfere o dinheiro para o caixa da Prefeitura, não sabe quanto tempo a Prefeitura terá, o que vai ser entregue com aquilo. Desse modo, você não consegue estabelecer indicadores, pertinência, porque você não sabe o que será feito com aquilo.

Então me parece que o mais urgente seria refletir um pouco mais, rever a legislação sobre transferências especiais e, ao mesmo tempo — considere-se que o que gerou a transferência especial foi a dificuldade e a demora dos convênios, a burocracia —, fazer isso em paralelo. Nossa sugestão seria restringir as transferências especiais a obras anuais ou obras decorrentes de calamidade pública, obras de urgência, emergenciais. Não sendo esse o caso, eu acho que elas teriam que ser revistas, sob pena de todas essas sugestões sobre política pública ficarem sem





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sentido, isso porque, em se tratando de transferência especial, não existe política pública, não existe projeto, não existe contrapartida, não existe fiscalização, não existe nada.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Muito obrigada, Sr. Eugênio.

Bom, eu acho que temos aqui uma lição de casa. Gostei bastante desta audiência.

Agradeço a todos novamente as contribuições. Aguardaremos todas as sugestões.

Há essa questão de trabalharmos juntos, com essas indicações, fazendo seleções. Acho que vou até pedir aqui aos amigos consultores da nossa consultoria orçamentária que elaborem uma indicação para ser enviada a todos os Ministérios. Eu acho que dá para fazer isso em parceria com o TCU. Fazemos essa solicitação, e todo mundo contribui. Temos que plantar essa sementinha.

Agradeço demais o comparecimento de todos os senhores convidados e dos Parlamentares. Agradeço a todo o pessoal da Comissão Mista de Orçamento, a todo o maravilhoso time que está aqui e a todos que nos acompanham.

Até a próxima.

Eu me coloco à disposição.

Muito obrigada.

Está encerrada a reunião.



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

